UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO

DANIEL CAMARGO

FORMAÇÃO CONTINUADA EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Santos - SP

2022

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

DANIEL CAMARGO

FORMAÇÃO CONTINUADA EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* doutorado em educação, da Universidade Católica de Santos, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª. Dra. Ivanise Monfredini

Santos - SP

2022

[Dados internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Maria Rita de C. Rebello Nastasi – CRB-8/2240

C172f Camargo, Daniel

Formação continuada em gênero e sexualidade na educação profissional e tecnológica (EPT) / Daniel Camargo ; orientadora Ivanise Monfredini. – 2022.

280 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação, 2022.

Inclui bibliografia

CDU: Ed. 1997 – 37 (043.3)

Banca Examinadora

_____

Profa. Dra. Ivanise Monfredini

Orientadora -Membro Nato - UNISANTOS

_____

Profa. Dra. : Marineide de Oliveira Gomes

Membro Titular Interno – UNISANTOS

_____

Prof. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus

Membro Titular Externo –UFRRJ

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo apoio financeiro que, sem ele, talvez eu tivesse desistido do Mestrado, o que demonstra a importância do apoio financeiro para que a pesquisa também seja desenvolvida por pobres, transexuais e pretos.

A minha falecida Tia Regina, por ter sido a única fonte de carinho, sem apresentar nenhuma discriminação, durante minha infância. E, mais ainda, por ter me levado, quando criança, em uma escola em que foi Diretora, fato que me inspirou a ser professor e, nos momentos de quase abandono da profissão, foi a lembrança que me reergueu.

Aos meus tios, Marlene e Deovaldo, pelo apoio, amor e auxílio, sobretudo, para tentar salvar a vida de meu pai, José Rubens Camargo, da negligência e violência médica, que infelizmente culminou em sua morte por erro médico, em outubro de 2018.

A minha prima Talita, filha da Tia Regina, por, mesmo distante, sempre torcer e vibrar pelas minhas conquistas de maneira muito afetuosa e carinhosa.

À minha irmã Rafaela Camargo, e sobrinho Luiz, por fazer com que eu tenha forças para melhorar minha carreira e tenha apreço pela vida.

À minha orientadora Ivanise Monfredini e aos meus amigos do Grupo de Pesquisa, pelos conselhos, atenção e correções minuciosas de meus textos e apresentações. Como também, às amigas de mestrado Cristiane Mello de Miranda Silva e Thábata Persinotti Martini, por terem tornado as aulas mais afetuosas, alegres e por continuarem a fazer parte de minha vida.

Às minhas amigas Ivana e Zeicy, por sempre me incentivar a continuar nas vias dos estudos, mesmo quando as dificuldades financeiras, emocionais e de saúde falavam bem alto que não seria possível. Em especial, para você, Ivana, por ter cuidado de mim durante meu pós-operatório de uma cirurgia bem delicada, a quem também devo meu nome, pois foi você quem pagou meu atendimento psicológico para que conseguisse um laudo psicológico para retificação de meu nome e gênero.

Ao meu amigo Yuri e sua família, por terem me indicado um cirurgião para minha mamoplastia masculinizadora, e, sobretudo, por estarem comigo no hospital e me apoiarem no pós-operatório, com muito afeto e carinho, o que com certeza fez todo o diferencial em minha recuperação.

Às minhas cachorras, Kiwi e Cacau, por estarem sempre próximas me enchendo de carinho e risos enquanto escrevia esse texto.

Ao Senac São Paulo por ter proporcionado acesso às fontes de pesquisa e oportunizar a pesquisa.

Aos pares professores (as), como também ex-alunos do Senac São Paulo que, de maneira tão solícita, contribuíram de forma ímpar para que esse texto fosse possível.

À fonte de inspiração para continuar a lutar no movimento LGBT, dedico esse texto a quem me abriu as portas para ser o homem transexual que hoje me tornei, um forte abraço ao meu finado amigo João W. Nery[1]

Agradeço à Banca, Professora Jaqueline Gomes de Jesus e Professora Marineide de Oliveira Gomes por terem, brilhantemente, contribuído com suas considerações que fizeram toda a diferença para minha formação enquanto educador e para a pesquisa.

E em consideração maior: em nome de todas as vidas assassinadas, única e exclusivamente, em virtude do *ódio ensinado* contra vidas LGBT no seio de muitas famílias, e infelizmente, reiterado nas Igrejas, nas Escolas e Faculdades.

Dandara[2], presente!

Marielle[3], presente! E todas as demais vidas que o ódio interrompeu!

---

[1] Saiba mais em: "A trajetória de João W. Nery, primeiro homem trans a fazer uma cirurgia de readequação sexual no Brasil, é contada em dois livros recém-lançados". Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/trip/joao-w-nery-o-primeiro-trans-homem-a-fazer-uma-cirurgia-dereadequacao-sexual-no-brasil Acesso em 04 de junho de 2021.

[2] Saiba mais em: "Travesti foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário". Disponível em: http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-dizsecretario-andre-costa.html Acesso em 04 de junho de 2021. [3] Saiba mais em: "Saiba quem foi Marielle Franco, vereadora assassinada a tiros no Rio". Disponível em: http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-mortacom-tiro-diz-secretario-andre-costa.html Acesso em 04 de junho de 2021.

RESUMO

CAMARGO, Daniel. **FORMAÇÃO CONTINUADA EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos-SP, 2022.

Discussões sobre gênero e sexualidade não são novidades quando tratamos de políticas educacionais, visto que estão previstas desde 1995 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. A fim de compreender como ocorre a formação continuada de professores/as nas temáticas de gênero e sexualidade, desenvolvemos essa pesquisa na rede de escolas Senac São Paulo. Por meio da abordagem qualitativa e da pesquisa documental, objetivamos identificar as barreiras que estudantes LGBT´s enfrentam em suas trajetórias familiares, escolares e no mundo do trabalho, como também, discutir o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais a partir com base nas contribuições de Stephen Ball (2011). Para tanto, contamos com entrevistas, a partir de roteiro semiestruturado, com alunos (as) que se identificam enquanto LGBT´S e com professores/as que participaram da formação ofertada pelo Senac do Estado de São Paulo intitulada “Diálogo: gênero e sexualidade”. Constatou-se, como resultados, a ausência de formação inicial nos temas gênero e sexualidade dos/das professoras/as entrevistados/as, sendo o primeiro contato com o tema a partir da formação continuada ofertada pelo Senac São Paulo. Sobre essa, somente e isoladamente, não é suficiente para a construção de uma escola e de um mundo do trabalho com menores índices de discriminações e violências de gênero e sexualidade, visto que os programas curriculares dos cursos ofertados por essa rede de escolas de educação profissional e tecnológica (EPT) não traz temas como gênero e sexualidade. Já em relação ao público de estudantes que se consideram LGBT, há nuances de discriminação em todos as categorias analisadas (família, escola, mundo do trabalho), o que reforça a importância do tema estar presente em escolas, sobretudo, para o acolhimento de tais adolescentes e jovens.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Senac São Paulo. Gênero. Sexualidade. LGBT.

ABSTRACT

CAMARGO, Daniel. **CONTINUING EDUCATION IN GENDER AND SEXUALITY IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION**. Essay (Master's Degree in Education) – Universidade Católica de Santos (Catholic University of Santos), Santos-SP, 2022.

Discussions about gender and sexuality are not new when dealing with educational policies, since they have been provided for since 1995 by the Parâmetros Curriculares Nacionais (National Curriculum Parameters). In order to understand how it happens in education of teachers in the themes of gender and sexuality occurs, we developed this research in the Senac São Paulo network of schools. Through a qualitative approach and documentary research, we aim to identify the barriers that LGBT students face in their family, school and work trajectories, as well as to discuss the advancement of neoliberal ideas in educational policies based on contributions by Stephen Ball (2011). To do so, we have interviews, based on a semi-structured script, with students who identify themselves as LGBT'S and with teachers who participated in the training offered by Senac of the State of São Paulo entitled "Dialogue: gender and sexuality" . As a result, the absence of initial training on gender and sexuality themes of the interviewed teachers was verified, being the first contact with the theme from the continuing education offered by Senac São Paulo. About this, only and in isolation, it is not enough to build a school and a world of work with lower rates of discrimination and violence of gender and sexuality, since the curricula of the courses offered by this network of schools of professional education and technology (EPT) does not address issues such as gender and sexuality. In relation to the public of students who consider themselves LGBT, there are nuances of discrimination in all the categories analyzed (family, school, world of work), which reinforces the importance of the theme being present in schools, above all, for the reception of such teenagers and young people.

Key-Words: Educational Policies. Senac São Paulo. Gender. Sexuality. LGBT

Lista de figuras e quadros

Figura 1 - BNCC: Busca pelo termo “gênero”.....p.53

Figura 2 - Reprodução de capa do jornal *Lampião* (Rio de Janeiro, 1978) p.59

Figura 3 - Alunos de SJR realizam casamento na unidade: Promoção da visibilidade da pessoa travesti na unidade de São José do Rio Preto.....p.98

Figura 4 - Em BAU, oficina apresenta história do movimento drag e dicas de moda e beleza: Promoção da Cultura do movimento LGBT.....p.98

Figura 5 - Evento em JAB aborda diversidade e saúde do corpo e da mente: na Unidade de Jaboticabal foi realizado diálogo social Diversidade Sexual e Cidadania LGBT.....p.99

Figura 6 - Festival traz para o Senac debates sobre identidade, diversidade e gênero: unidades se unem para evento para discussão e promoção da visibilidade LGBT.....p.99

Figura 7 - Unidade de Itaquera faz roda de conversa sobre educação e trabalho com transexuais: atividade específica voltada para 20 pessoas transexuais.....p.99

Figura 8 – Unicórnio de gênero e sexualidade.....p.122

Quadro 1 - Áreas de Negócio Senac São Paulo.....p.81

Quadro 2 - Discentes do Senac São Paulo: Alunos (as) e Egressos (as).....p.124-125

Quadro 3 - Docentes do Senac São Paulo..... p. 126-127

Lista de abreviações e siglas

ADI – Ação direta de inconstitucionalidade

ADPF – Arguição de descumprimento de preceito fundamental

ANTRA - Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros

Art. – Artigo

EPT – Educação profissional e tecnológica

FNDE (Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação)

GEP – Gerência de Pessoal

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e demais identidades de gênero e sexualidades

ONU – Organizações das Nações Unidas

PCD – Pessoa com Deficiência

PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional

PL – Projeto de Lei

PNDH (Programa Nacional de Direitos Humanos)

População TRANS – travestis, transexuais e transgêneros

PSG - Programa Senac de Gratuidade

PSG – Programa Social de Gratuidade

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

ONU – Organização das Nações Unidas

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNDH 3 – Plano Nacional de Direitos Humanos 3

Quem são os corpos que conseguem sistematizar e produzir seu conhecimento?

Quem são os corpos que conseguem entrar e permanecer numa instituição?

Se temos um país plural porque não temos uma academia plural?

Porque não temos uma diversidade de epistemologias construídas, com lugares de fala distintos e diversas contribuições trazidas para o debate?

(DANTAS, 2018, p.63) [3]

[3] DANTAS, L. da S. **Corpos (IN) sustentáveis na formação de professorxs**. 2018. TCC: apresentado ao Instituto Superior de Educação de São Paulo – Singularidades, para obtenção do grau de Licenciatura em Letras.

Sumário

Introdução..... p.13

Capítulo 1 Discussões temáticas..... p.21

1.1 Entre exclusões e contradições: população LGBT, Estado e Escola..... p.21

1.2 Gênero e sexualidade na perspectiva *queer* p.26

1.3 (RE) existem políticas públicas LGBT no Brasil?..... p.32

1.4 DCN e BNCC: privatização da escola pública e manutenção da heteronormatividade .....p. 49

1.5 Judicialização dos direitos LGBT no Brasil..... p.56

Capítulo 2. Políticas Educacionais, Educação Profissional e tecnológica..... p.62

2.1 Aspectos históricos da educação profissional e tecnológica..... p.62

2.2 Era Vargas e advento das escolas Senac p.65

2.3 Formação para o mercado: análise da Proposta Pedagógica do Senac do Estado de São Paulo..... p.72

2.4 Políticas Públicas e Políticas Educacionais: onde se encontra o Programa de Inclusão e Diversidade?..... p.83

2.5 Políticas de cotas e o Programa de Inclusão e Diversidade..... p.96

Capítulo 3. Apontamentos metodológicos..... p.101

3.1 Problema de pesquisa e objetivos p.101

3.2 Metodologia de pesquisa p.102

Capítulo 4. Formação Continuada em Gênero e Sexualidade na EPT: uma contribuição para o estabelecimento de justiça cultural no ambiente escolar?.....p. 114

4.1 A formação docente para EPT..... p. 114

4.2 Reflexões sobre a formação continuada em gênero, sexualidade e EPT p.118

4.3 Especificidades da formação “Diálogo: gênero e sexualidade” p.121

4.4 Características dos (as) participantes..... p.124

4.5 As categorias de análise p.132

4.5.1 Experiências familiares e religiosas..... p.132

4.5.2 Experiências escolares p.139

4.5.3 Experiências no mundo do trabalho.....p.145

Considerações finais..... p.154

Referencial bibliográfico..... p.158

Apêndice A: transcrições das entrevistas com professores (as).....p.169

Apêndice B: transcrições das entrevistas com alunos (as) e ex-alunos (as).....p.247

Introdução

> *O modelo formal da educação é o modelo da forma do humano, que não nos cabe, que não encaixa, que não entra porque se a gente entrar a gente racha. A gente deforma. Deforma para se adequar a forma, se espreme e deixa fora as diferenças; que é igual a ideia de igualdade dentro do espaço da escola...Queremos uma escola que deforme, uma escola que seja deformada, uma escola que me caiba. Uma escola que não me peça para me despir de minhas diferenças na entrada*. (Luma Andrade – Primeira Doutora Travesti do Brasil, fala apresentada ao Seminário Gênero e Educação, 2016)[1]

A presente pesquisa surge do meu contexto de vida e de profissão: sou professor e homem transexual. Durante minha trajetória enquanto estudante, presenciei inúmeras situações discriminatórias dentro de unidades escolares em matéria de gênero e sexualidade. Ao adentrar na universidade, a situação não foi diferente, acentuada pelo fato de estar em um curso de graduação em modelo de licenciatura (2007-2010) e não ter localizado, em nenhuma das matérias de licenciatura, um eixo sobre o tema supracitado. Nessa etapa de minha vida/início de carreira profissional, algumas indagações já me cercavam: como quebrar o ciclo de reprodução da violência em matéria de gênero e sexualidade, dentro de espaços escolares/universitários, se não havia, nem mesmo, durante a formação inicial do (a) professor (a), a discussão/problematização desses temas? Ou ainda, uma formação básica para as nomenclaturas, conquistas e desafios quando o tema envolve questões de gênero e sexualidade?

Quando ingressei na Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo para compor o quadro de professores (as) de educação básica II (6º ano do ensino fundamental até a terceira série do ensino médio), presenciei o que algumas pesquisas já indicavam, a questão do preconceito e da discriminação presente entre professores (as) e demais funcionárias (os). Esse fato foi acentuado a partir do momento em que reivindiquei minha identidade de gênero masculina, visto que iniciei na rede como professora e, gradualmente, fiz o que se denomina “período de transição” integralmente em sala de aula. Com isso, se fez urgente o trabalho formativo em gênero e sexualidade que foi feito concomitantemente com alunos (as),

---

[1] Seminário Gênero e Eduação (2016) disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=-J8nJimkoyo&t=4922s> Acesso em 05 de maio de 2019.

familiares e demais professoras e professores. Então, foi a partir da minha vivência enquanto educador transexual e a experiência em elaborar formações na área de gênero e sexualidade que o interesse em pesquisar a temática se intensificou.

As formas de se vivenciar a sexualidade, excetuando-se a heterossexual, são frequentemente discriminadas pela sociedade, como também, pela mídia. Guacira Lopes Louro (2014) intervém afirmando que essa deslegitimação se dá, entre outros fatores, pelo silenciamento que causa a invisibilidade das diferenças. Podemos acrescentar, como expressão desse silenciamento, a ausência de formações iniciais em gênero e sexualidade, como as que vivenciei e que inúmeros outros (as) estudantes de licenciatura vivenciam ou vivenciaram. Para esses e essas, caberá uma formação continuada para tratar dessas questões, visto a lacuna curricular da temática em cursos de licenciatura.

Para além das questões de vivência enquanto professor, pesquisas como a realizada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 2009, apresentou como resultado que 87% da comunidade escolar da rede pública de ensino (incluindo pais, alunos, professores e servidores) têm algum grau de preconceito contra homossexuais. Os dados foram levantados a partir de entrevistas com 18,5 mil alunos, pais, professores, diretores e funcionários, totalizando 501 unidades (CIEGLINSKI, 2011).

Outros estudos na área têm chegado a resultados semelhantes; segundo a publicação Juventudes e sexualidade (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004) que investigou a mesma temática entre alunos do Distrito Federal, com mais de 10 mil entrevistados (as), apurou que 40% deles não gostariam de dividir a sala de aula com colegas homossexuais.

Estudos como esses demonstram que é latente a necessidade de se trabalhar a temática nas salas de aulas e, mais ainda, conseguir fortalecer o diálogo sobre o assunto com os educadores e educadoras envolvidos. A consequência do “silenciamento” da questão é grave, como é o caso da evasão escolar. Como dar continuidade aos estudos se o (a) aluno (a) é, muitas vezes, rejeitado (a) em casa e esta repulsa é reiterada no ambiente escolar? Rejeição feita por parte dos colegas de salas e, mais alarmante ainda, por parte de servidores e professores, como acusa a pesquisa da FEA-USP (CIEGLINSKI, 2011).

Ao não se garantir o ambiente escolar como um espaço seguro, podemos ter como consequência a exclusão de outros direitos como, por exemplo, o do emprego formal, que assola o segmento de pessoas transexuais. Assim, quando se somam as portas fechadas da família, da escola e do emprego formal, o resultado é o número alarmante de mortes e violência. Segundo pesquisa recente do *Trangender Europe* (TGEU), em 2016, o Brasil liderava o número de homicídios contra pessoas transexuais com 802, estando o México em segundo lugar com 229 mortes (TRANGENDER EUROPE, 2016).

Quando o assunto é identidade de gênero e escola, as adversidades para a escolarização do segmento de pessoas travestis, transexuais, transgêneras são tema de discussão na academia, como também na militância. Keila Simpson, que já atuou como presidenta da Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), afirma que a continuidade do preconceito é uma realidade para o segmento e acrescenta que pessoas trans "não estudam porque não querem, mas porque as escolas se fecharam" (SIMPSON apud BITENCOURT, et al, 2011, p.3). Já Bento (2011), alerta que essa "mera evasão" deve ser compreendida como uma expulsão escolar:

> [...] quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que "contaminam" o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. É importante diferenciar "evasão" de "expulsão", pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância (...). (BENTO, 2011, p.555, grifo próprio)

A falta de acolhimento da população trans[2] em ambientes escolares, sobretudo, quando comparada com outras identidades de gênero, é evidenciada pelo baixo índice de escolaridade dessas pessoas que, conforme demonstra o "Mapeamento das pessoas Trans na cidade de São Paulo", em seu relatório final publicado em 2021:

> [...] **as categorias homens trans e de pessoas não binárias possuem maiores índices de conclusão do ensino médio (64% e 68% respectivamente) que as mulheres trans (48%) e travestis (39%).** Em relação a esse achado, pode-se levantar a hipótese, sujeita a confirmação, de que a sociedade brasileira pautada, em geral, em valores morais

[2] População TRANS – Travestis, transexuais e transgêneros.

> “machistas” rejeita pessoas com diferentes identidades de gênero e sua permanência na escola, durante a puberdade, leva-as a vivenciar situações de *bullying* e de ridicularização, motivando-as à evasão escolar. (grifo próprio)

O preconceito, seguido da discriminação, isto é, colocar em prática uma ideia pré-concebida sobre algo ou alguém, são os propulsores das LGBTfobias na sociedade, como também nos espaços escolares. Em especial, a população trans é assolada e estigmatizada pelo que se propaga como “normalidade x anormalidade” – visto que ainda há a expectativa social de alinhamento entre sexo biológico e identidade de gênero, em outras palavras, a cisnormatividade.

Em relação a essa repulsa pelo segmento da população trans, Jaqueline Gomes de Jesus (2013, p.105) em seu artigo “Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio”, afirma: [...] pessoas trans ainda não são vistas como seres humanos, mas como seres abjetos, porque não são inteligíveis para os padrões hegemônicos de gênero (fundamentados no binarismo) e até mesmo de sexualidade.

Muitos jovens que possuem comportamento distinto do que se espera de um homem e/ou mulher, isto é, do papel/performance social de gênero, podem encontrar espaços escolares propensos a disseminar a transfobia durante a vivência escolar, fato que pode trazer como consequência a interrupção dos estudos por meio da expulsão escolar indireta (ACOSTA, 2016, p.16).

Mesmo com um relativo avanço no que concerne à garantia de direitos para a população LGBT[3] (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outras identidades e sexualidades) – tais como o direito à união estável homoafetiva (ADI Nº4277 e ADPF Nº 132), a garantia do uso do nome social nas instituições de ensino (Decreto Federal no 8.727 e Deliberação Estadual CEE N° 125/2014) e o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero – verifica-se que tais ações não têm sido efetivas para garantir uma escola acolhedora que possa trazer luz para essas questões e, sobretudo, o respeito aos Direitos Humanos.

A pesquisa em questão foi concebida durante a crise em decorrência da COVID-19, que, no momento da concepção desse texto (2020-2021), já havia ceifado

---

[3] O uso da sigla LGBT constitui uma escolha, feita após entrevistar o público discente, visto os mesmos terem abordado questões que extrapolam a sigla LGBT, como a questão da pansexualidade (P). A sigla LGBTQIAP refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, e demais identidades e sexualidades.

mais de 400 mil vidas em todo território brasileiro, corroborando com um agravamento da crise política e social:

> Temos hoje mais de 14 milhões de pessoas desempregadas, 22% de aumento de casos de feminicídio, **40% mais casos de assassinatos de pessoas trans**. A cesta básica aumenta o preço, ao mesmo tempo em que o auxílio emergencial cai 50% numa conta que **só amplia as desigualdades para quem já vive a subalternidade.** (LEMOS; SÁ; CAVALLEIRE; RODRIGUES, 2021, grifo próprio)

Ainda que a escola não seja um local livre de estigmas, preconceitos e situações de discriminação para/com crianças e jovens LGBT, ficar em casa pode representar um desafio maior, pois amplia a convivência com os (as) agressores (as), principalmente, nos períodos de *lockdown*:

> Ficar em casa tornou-se um desafio para mulheres e LGBTs, especialmente travestis e transexuais e outras identidades que sofrem violências intrafamiliares**. A medida obrigou mulheres e LGBTs a permanecerem em convivência com seus agressores por um período mais prolongado**, não à toa casos de feminicídio e transfeminicídio aumentaram em vários estados brasileiro. (LEMOS; SÁ; CAVALLEIRE; RODRIGUES, 2021, grifo próprio, online)

Segundo levantamento realizado pelo Grupo Estadual de Combate aos Crimes de Homofobia (GECCH), no Estado do Mato Grosso, entre os meses de janeiro e agosto do ano de 2020, houve um aumento de 109% nas ocorrências de crimes contra a população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, se comparado com o mesmo período do ano anterior, isto é, 2019:

> Os registros de crimes contra a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) em Mato Grosso tiveram aumento de 109% em 2020, em relação ao mesmo período do ano passado. Entre janeiro e novembro deste ano foram 255 ocorrências registradas, mais do que o dobro de 2019, quando foram registradas 122. No entanto, o número de homicídios registrados apresentou redução de 33% em relação a 2019 (CORREA, 2020, online).

Soma-se a condição de precariedade de tal população, a direção assumida pelo Governo Federal, na figura de Jair Bolsonaro (2018-2022), que tem adotado, desde as eleições, um discurso repleto de ódio contra a população LGBT, desse modo, infelizmente como já era esperado, o governo em questão se omitiu de qualquer ação e/ou programa que pensasse nas particularidades de cada população, ainda

mais, a que está reunida na sigla. Nesse aspecto, cabe frisar que o presidente em questão zombou da COVID-19, afirmando de maneia ofensiva ser apenas “uma gripezinha”, se recusando a utilizar máscaras em eventos públicos, retardando a compra de vacinas. Além disso, não apresentou nenhum plano para auxílio de quem foi mais penalizado pelos momentos de lockdown, como é o caso das famílias brasileiras mais pobres e populações mais vulneráveis, como o caso da população trrans. Além das questões econômicas, da violência, há piora do estado psicológico/emocional, resultante das repercussões da Pandemia:

> De acordo com diagnóstico do Coletivo #VoteLGBT entre 28 de abril a 15 de maio de 2020**, houve piora na saúde mental em 42,72% dos mais de 10 mil entrevistados de todo o país como o principal impacto da pandemia para a população LGBT+.** Uma parcela ainda maior, 54%, afirmou que precisa de apoio psicológico. As novas regras do convívio social, a solidão e o convívio familiar foram mencionados por 39,23% Dos participantes, 17,62% citaram as dificuldades econômicas como os maiores impactos, por falta de trabalho ou de dinheiro. (LEMOS; SÁ; CAVALLEIRE; RODRIGUES, 2021, online, grifo próprio)

Diante da síntese dos problemas que assolam a população LGBT, a presente pesquisa teve como foco compreender as repercussões da formação continuada “Diálogo: gênero e sexualidade”, ouvindo para tanto, professores (as) que participaram de tal formação e alunos (as) e ex alunos (as) do Senac São Paulo, pois entende-se que a reflexão sobre a temática, entre professores (as), pode ensejar maior preparo para lidar com as identidades contemporâneas, dito de outro modo, preparar para combater as discriminações e, gradualmente, tornar as escolas, universidades, entre outros locais de educação formal e informal, mais inclusivos.

Como contribuição, esperamos incentivar políticas e programas educacionais específicos para a formação inicial e continuada de professores (as) que abordem os temas gênero e sexualidade, além de incrementar estudos sobre gênero, sexualidade e educação.

O desenvolvimento da pesquisa se deu por meio da análise documental, de entrevistas com alunos (as) e alunos egressos (as)[4] da rede Senac São Paulo e professores (as) da instituição, de modo que, os dados foram reunidos e analisados de maneira qualitativa.

---

[4] Preteriu-se, para esse público, aqueles (as) que se identificam, de alguma forma, com a sigla LGBT.

Para se alcançar os objetivos propostos, a interpretação dos dados se deu a partir da análise das narrativas apresentadas pelos entrevistados (as), que, no cotejamento com as referências temáticas, permitiu a inferência de categorias, sendo elas: experiências familiares e religiosas; experiências escolares e experiências envolvendo gênero, sexualidade e educação, como também, mundo do trabalho, resultado do cruzamento das categorias que fomentaram o estudo. A escolha por essas categorias de análise foi por serem espaços sociais em que pessoas que fogem à cisheteronormatividade enfrentam barreiras e discursos que deslegitimam suas identidades e afetividades, como encontrado massivamente nas trajetórias escutadas de alunos (as) e professores (as) trans, por exemplo.

A partir do que foi apresentado, a organização desta dissertação de mestrado está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo da dissertação apresenta as relações da população LGBT com o Estado e a Escola; a discussão temática referente ao movimento *Queer* – utilizada para compreensão das relações entre gênero, sexualidade e a manutenção da heteronormatividade. Já a interpretação das políticas públicas da educação brasileira, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa, em especial, é arrazoada a partir da visão de privatização do ensino público. Finda o primeiro capítulo com a observação do fenômeno da judicialização como forma de garantia dos direitos reivindicados pelo movimento LGBT.

O capítulo dois indaga a relação do Senac com a Educação Profissional no Brasil; a Proposta Pedagógica da Instituição em seus limites e possibilidades referente às questões da diversidade de gênero e afetividades/sexualidades; e, ponto importante para a linha da pesquisa, balizar o lugar do Programa de Inclusão e Diversidade em matéria de política pública e política educacional.

A terceira parte desse texto, é dedicada às escolhas metodológicas em que se deu a pesquisa, evidenciando o problema, os objetivos; a compreensão de formação continuada para professores (as) e como a mesma se dá em termos de inclusão e diversidade para a população LGBT na instituição Senac São Paulo.

Já o quarto capítulo pretende realizar uma análise, a partir das categorias preteridas, da formação continuada em gênero e sexualidade, dando vozes a dois públicos complementares: o primeiro deles, professores e professoras; e o segundo, alunos (as) e ex-alunos (as) LGBT.

Com o término desse trabalho, percebemos que a formação continuada em tais temáticas é importante, conforme foi narrado também pelos professores (as) entrevistados (as). Entretanto, somente a formação não é suficiente para melhora da qualidade de vida das pessoas LGBT´s em espaços escolares, familiares ou até mesmo no mundo do trabalho, sendo necessárias ações integradas, ou seja, garantir o que os dispositivos normativos já trazem: formação inicial sobre a temática para os cursos de licenciatura, valorização da cultura LGBT, em outros formatos para além de palestras, por exemplo.

Capítulo 1 Discussões temáticas

1.1. Entre exclusões e contradições: população LGBT, Estado e Escola

Martins (1997) fundamenta seu trabalho a partir da linha “antieconomicista”, ou seja, àquela que objetiva compreender os processos sociais e as contradições que se materializam de instâncias de poder, sobretudo, da ação do Estado. O autor corrobora com a ideia de política no sentido de *reflexão sociológica sobre a relação política entre sociedade e Estado*. Dito de outro modo, o autor não enfatiza a perspectiva do poder emergente do sistema econômico e de sua força política, mas sim das contradições subjacentes ao Estado e seus respectivos sistemas e/ou programas. À luz dessa teoria, o que enfrentamos em nossas instituições de ensino não são exclusões, e sim, a existência de contradições:

> De repente, essa categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a de exclusão, substitui a ideia sociológica de processos de exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização) (MARTINS, 1997, p.14).

Para o autor, exclusão é um termo vago, impreciso e vazio, pois em si não contempla os processos que a tornam uma realidade em nosso país e, consequentemente, nas salas de aulas de nossas escolas. Isto é, os modos e os meios pelos quais a exclusão se concretiza. Uma das consequências disso, é constatar que mais de um quarto da população anseia pela melhora das condições do país a partir da fé religiosa (28%), seguida pela ação dos estudos (21%) e pela saúde (19%), com o que apontou o Relatório da Oxfam publicado em 2019. Infere-se que a população não compreende o dever constitucional do Estado na garantia e efetivação de uma vida digna e justa para todas as pessoas, cabe ressaltar*, sem exceção.*

As informações contidas em relatórios como este nos demonstram a urgência de compreensão dos processos contraditórios que engessam parcelas da população em determinados espaços, dificultando, ou pior ainda, impossibilitando acesso aos bens materiais e culturais de nossa sociedade e, mais que tudo, a concretude de uma vida em dignidade plena.

Exemplo é a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais, e demais identidades e sexualidades), como também mulheres, negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros grupos. Tais grupos coadunam-se à rede de contradição (MARTINS, 1997),

compreendida aqui como geradora do que comumente se chama de *exclusão*. Para esses, excluídos ou “contradizíeis”, nas palavras de Martins (1997), restam-lhe a uma precariedade que nas palavras de Zygmunt Bauman (2008, p.20)

> A “precariedade”, essa nova garantia de submissão, lamentavelmente inadequados quando se trata de “controlar” sua condição atual, um controle forte o bastante para encorajar pensamentos para mudar o futuro. O descomprometimento é o mais atrativo e praticado jogo da cidade hoje em dia. A velocidade e o movimento, em particular a velocidade para escapar antes que os pássaros tenham tempo de chegar em casa para se aninharem, é a mais popular técnica de poder.

Quando pensamos no tema da pesquisa, os dados de estudos que envolvem instituições educacionais, tidas inclusive como locais de transformação social, conforme sustenta o imaginário social, conceito apresentado na obra de Jessé Souza intitulada “Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro (2018)”. Para o autor, as práticas institucionais legitimam (ou não) a dominação social, desse modo, *imaginário social* refere-se às normas sociais que a população percebe, interioriza e reproduz.

Como forma de materializar e exemplificar o conceito de *imaginário social,* pesquisa realizada pela FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo) ratificou que a norma social referente às questões de sexualidade é a expectativa pela heterossexualidade, reluzindo que *87% das comunidades escolares têm algum grau de preconceito contra pessoas homossexuais*[5], tais dados foram levantados a partir de entrevistas realizadas com mais de 18 mil alunos (as), familiares, professores (as), diretores (as) e funcionários (as), totalizando 501 escolas (CIEGLINSKI, 2009).

Além disso, a matéria “O genocídio da população LGBT no Brasil”[6], trouxe dados alarmantes levantados pela GGB (Grupo Gay da Bahia) concluindo que: *em 2016 foram assassinadas 343 pessoas LGBT´s, em 2017, 445, e o ano de 2018 já contabilizava 142 assassinados* (2018). A matéria sinaliza ainda que a maioria das vítimas são pessoas transexuais/transgêneras. Mais alarmante ainda é a constatação

---

[5] Homossexual (gays e lésbicas): pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo gênero.

[6] Para visualização da pesquisa consulte: https://revistaforum.com.br/colunistas/o-genocidio-dapopulacao-lgbt-no-brasil/

de que o Brasil é o país líder em número de homicídios contra pessoas transexuais[7], quando comparado com todo o restante do mundo (TRANSGENDER, 2016).

O processo de exclusão pelo qual passa a população LGBT em espaços escolares, ou ainda de acordo com Martins (1997), a contradição que a assola reside no propósito da manutenção da *heterornormatividade*[8] que, por seu entrave maior, deslegitima a qualquer sexualidade que não seja, única e exclusivamente, a heterossexual. Não existem indicadores para medir a LGBTfobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há *"*um desejo de eliminar e excluir aqueles que "contaminam" o espaço escolar" (BENTO, 2011, p. 555). Desse modo, a heterossexualidade impõe, por meio da cultura, economia e decisões políticas, os comportamentos tidos como certos/corretos e dignos de respeito, quem está a margem deles torna-se abjeto e, portanto, deve ser silenciado, invisibilizado.

Dentro dessa lógica cultural e política, é previsível que alunas e alunos que estejam fora da *heteronormatividade* e do que se espera ser masculino e/ou feminino, perpassam, durante seu período escolar, por situações estigmatizantes, como também de isolamento, por parte de seus pares estudantes, como também, por parte de professores (as) e pelo corpo gestor da escola.

A vida de pessoas LGBT, no Brasil, é uma vida que não merece ser vivida, fato comprovado pelos índices de violência que as assolam, como também pela ausência de políticas públicas que possibilitem a plena dignidade: "[...] então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras". (BUTLER, 2020, p.13).

Um caminho para compreensão das contradições expressas nos ambientes escolares, sobretudo, para com as questões de gênero e sexualidade, pode ser encontrado com as contribuições do sociólogo francês, François Dubet. Em sua obra *¿Por qué preferimos la desigualdad?* (2015), o autor nos apresenta reflexões importantes quando pensamos no uso de termos como igual/desigual, partindo da concepção de *igualdade*, oriunda da Revolução Francesa.

Dubet (2015) estabelece dois eixos como caminho para superação das contradições; a primeira a partir da busca pela igualdade; e a segunda, pela

---

[7] Transexual/Transgênera: pessoa que possui uma identidade de gênero diferente daquela imposta no seu nascimento (sexo biológico), adequando-se ao gênero que melhor represente sua identidade,

[8] Heternormatividade: crença/ideologia que a única sexualidade legítima é a experiência heterossexual.

fraternidade como uma condição para superar as desigualdades injustas. Mais do que preocupar-se com o conceito de igualdade, o autor frisa a importância de se compreender a desigualdade como uma *escolha racional* que impõe a determinados grupos, como o caso da população LGBT, a posição *desigual*: são as elites políticas e econômicas que decidem como o *igual* e/ou o *desigual* pode e deve estar na sociedade, pois está em jogo clamar pela pluralidade e compreender " [...] a construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual o constructo de gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos. (BUTLER, 2019a, p.196).

Com um conhecimento limitado do outro, especialmente quando esse outro representa uma pessoa LGBT, atrelada a concepção desse grupo como o de "não vida" e do silenciamento cotidiano às questões de gênero e sexualidade, urge a adoção, por parte de instituições de ensino, de práticas que valorizem a diversidade, a pluralidade, pois entende-se que quanto mais precária é uma vida maior é sua vulnerabilidade: "[...] o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal "dentro" do sujeito, como seu próprio fundante repúdio." (BUTLER, 2018, p.57-58).

Desse modo, é necessário reconhecer a fragilidade, como também as inúmeras situações precárias que pessoas LGBT têm em suas trajetórias escolares, como um primeiro passo para pensar em políticas que possam intervir na questão. Por outro lado, sabemos que uma das barreiras enfrentadas para a criação, manutenção e avaliação de políticas que combatam a violência motivada por questões de gênero e sexualidade é o discurso religioso de matriz cristã:

> De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a influência cristã tem predominância na maioria das famílias brasileiras, totalizando 86,6% da população que se autoidentificam enquanto cristãs; 64,6% para católicos e 22,2% para evangélicos. Esta predominância torna-se facilitadora para a influência religiosa nas mais diversas esferas, como as familiares e institucionais. (ACOSTA, 2016, p.40)

A influência da religião em decisões políticas encontra sua efervescência em embates sobre termos como "*gênero, ideologia de gênero, sexualidade, diversidade sexual, cura gay"* e correlatos. Tais questões foram recorrentes durante as últimas eleições presidenciais do Brasil (2018). Diferentemente do que se esperava de um

país signatário da *Carta dos Direitos Humanos*, assim como também dos *Princípios de Yogyakarta* (que trata sobre a aplicação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero) e, que tem como principal legislação, a *Constituição Federal de 1988*, em que se afirma no artigo 3º que um dos objetivos fundamentais da República Brasileira é “V - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

O avanço da ideologia conservadora no Brasil ganhou força, trazendo sobre o manto da opinião um discurso de ódio contra mulheres, negros, quilombolas e, como esperado, também contra à população LGBT, fato comprovado com declarações públicas do atual presidente do país Jair Bolsonaro (2018-2022), ao afirmar que seria incapaz de amar um filho homossexual, completando que: “Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” (El país, 2018).

Compreendemos que a ideologia cristã, principalmente a católica, as de matriz evangélica, ambas consequências de um modelo educacional colonial ainda vigente, acarreta consequências na ação ou na omissão escolar referente às questões LGBT, de tal modo que, muitas vezes, o próprio grupo de professores (as) esteja imerso em uma moral que compreende a heterossexualidade e a binariedade de gênero as únicas formas de se vivenciar a sexualidade e a identidade, aumentando a distância de compreensão de outras maneiras de se viver.

Para conceber essa educação de maneira plural é fundamental a existência de documentos norteadores. Esses, por sua vez, devem encontrar espaço para discussões de campo ideológico para que haja possibilidade de criação de políticas educacionais que englobem necessidades oriundas da sociedade, sendo necessário frisar que nela estão inclusas pessoas LGBT. Ainda nesse campo, vale lembrar que a educação é um direito social e que: “[...] sua efetivação se dá em contexto caracterizado como um campo de disputas de concepções e projetos e, portanto, demarcada por posições políticas não apenas diferentes, mas substantivamente contraditórias”. (DOURADO, 2010, p.680).

Complementa Peres (2015, p.54, grifo próprio):

> Essa exclusão [contradição] vai se intensificando a partir das discriminações que vai vivendo [a pessoa LGBT] entre vizinhança, a escola, a igreja, o local de trabalho, destruindo a autoestima e empurrando-as para a margem social. **Sem família, sem escola, sem trabalho, as possibilidades de**

> **sobrevivência ficam restritas a trabalhos marginais (tráfico, por exemplo) e a prostituição propriamente dita.**

1.2 Gênero e sexualidade na perspectiva *Queer*

Conforme a sociedade sofre processos de transformação social, a visão que se tem sobre os temas gênero e sexualidade também ganha novas roupagens, discursos e dispositivos de controle (FOUCAULT, 2014). A discussão em torno dessas duas grandes temáticas está intrinsecamente relacionada com outros fatores, como as questões de geração, raça, nacionalidade, classe, etnia, etc.

Desde a década de 1960, sobretudo provocados pelos movimentos feministas, como também os de gays e lésbicas, o debate sobre identidades e práticas sexuais e de gênero vêm se alargando o que Stuart Hall (2006) vem denominando de “políticas de identidades”.

Já nas últimas décadas, podemos perceber, além do aumento de produções científicas e de pesquisas nas áreas que envolvem gênero e sexualidade, transformações que fazem abalar as estruturas sociais, que durante muito tempo, excluíam a dimensão social dos aspectos relacionados ao gênero e a sexualidade:

> As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de “realidade”; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Jornais e revistas informam, agora, que um jovem casal decidiu congelar o embrião que havia gerado, no intuito de adiar o nascimento desse filho [...] revelam batalha judicial de indivíduos que, submetidos a um conjunto complexo de intervenções médicas e psicológicas, reclamam uma identidade civil feminina para completar o processo de transexualidade que empreenderam [...]. (LOURO, p.10-11, 2019)

Pesquisas na área (LOURO, 2014; LOURO, 2019; BUTLER, 2019) tem trazido duas considerações importantes: a primeira é a compreensão de que a sexualidade ultrapassa a questão pessoal, sendo social e política; já a segunda é que a sexualidade é aprendida, ou seja, construída durante toda a nossa vida, em uma pluralidade de modos e por todos os sujeitos e instituições.

Nas constituições de nossos corpos, durante muito tempo esse “ensino” (ou seria imposição?) ficou resguardada sob a égide da certeza de que as características biológicas, presentes em corpos lidos como femininos e, na ponta contrária, os lidos como masculinos, “naturalmente”, traziam consigo distinções comportamentais para

o que é ser mulher e o que é ser homem. É essencial a contraposição a esse tipo de argumentação que, como já vimos, é parte chave na manutenção da violência contra pessoas LGBT em espaços escolares. Para Louro (2014) a grande questão é como essas características sexuais são demonstradas, representadas e valorizadas: “O debate vai se constituir, então, por meio de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental”. (p.24-25).

Para compreender como se dão as redes de poder dentro das categorias gênero e sexualidade, é necessária a compreensão dos conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e identidades sexuais. Ao sexo biológico nos referimos às características corpóreas relacionadas com o que convencionalmente se “naturalizou” chamar de masculino e feminino, ou, homem e mulher.

Essa ideologia binária de se enxergar todos os aspectos da vida social, invisibilizou o grupo representado pela vogal “I” da sigla LGBT, que corresponde às pessoas que possuem uma variação dos corpos tidos como masculinos e femininos. Dentro da nomenclatura médica, ficaram conhecidas como hermafroditas, termo não reivindicado pelos movimentos sociais, posto que um dos discursos que mais acarretou prejuízos ao segmento de pessoas intersexuais foi o discurso médico:

> O grupo composto por pessoas intersexuais têm-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais. (JESUS, 2012, p.25)

Quebrando um senso comum, muitas vezes encontrado até mesmo dentro dos discursos escolares/científicos, o sexo biológico também não pode ser “enquadrado” em somente duas variantes, como ocasionalmente se acredita, masculina e feminina, temos identidades sexuais (de sexo biológico) intersexuais.

Já a identidade de gênero institui a identidade de um sujeito, assim como a etnia, classe e nacionalidade, por exemplo. Afirmamos que alguém é homem, negro, brasileiro, entre outras partes constituintes de sua identidade. Desse modo, as políticas da identidade vão se formando, se moldando, isto é, são fabricadas e mantidas por instituições sociais, sendo a escola, uma delas:

> Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições "fabricam" os sujeitos". [...] a justiça, a Igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são "generificados" – produzem-se ou "engedram-se", a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc). (LOURO, 2014, p.28-29)

Gênero, então, passa a ser uma categoria cultural, histórica e política, e por ter esses atributos, é enxergado, estruturado e controlado de diferentes modos em diferentes tempos históricos. O mesmo ocorre com a sexualidade que para Foucault (2014) é vislumbrada como "dispositivo histórico", ou seja, é invenção social e, por isso mesmo, possui como características a regulamentação, a normatização de práticas e de saberes, o que para o autor é chamado de dispositivo:

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são elementos do dispositivo. **O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos** (FOUCAULT, 2014, p.364, grifo próprio).

Para Judith Butler (2019), essa bipartição e regulamentação do mundo nos polos homem x mulher; masculino x feminino, é denominada de binarismo de gênero que se mantém a partir da *performatividade:* a performatividade do gênero se dá através da estilização repetida do corpo, assim como seus agentes reguladores, com o objetivo de criar um padrão a ser seguido (BUTLER, 2019a, p.195):

> [...] a performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, em vez disso, como a prática reiterativa [...] pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia [...] as normas regulatórias do "sexo" trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual.

A repetição das normas sociais construídas é a performatividade em ação, sustenta tudo àquilo que é anterior a nossa existência, ou seja, anterior a formação de nossas identidades: "Logo, essas normas reguladoras são performativas por reiterarem práticas já existentes e anteriormente reguladas, com o objetivo de dar inteligibilidade aos corpos." (ACOSTA, 2016, p. 20).

Em uma espécie de antítese, a performatividade, na medida em que é capaz de sustentar as normas sociais, também as pode subverter. Porém, com limitações, visto que o sujeito não pode, sozinho, atribuir a si próprio uma categorização não existente: “O perigo está em atribuir aos sujeitos a capacidade heroica de se posicionarem fora das normas socialmente impostas como se fosse possível atribuir a si mesmo uma categorização diferente daquelas disponíveis no seu contexto sócio-histórico.” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p.256).

Para manutenção do que compreendemos acerca de nosso corpo, de nossa identidade política, as construções discursivas são centrais, nesse sentido, normatizar esses corpos é ação necessária para que ele possa existir. Porém, quanto mais distar da norma esse suposto corpo, mais provável que seja violentado, que seja discriminado:

> [...] as ´pessoas´ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero [...] Gêneros ´inteligíveis´ são aqueles que, em certo sentido, **instituem e mantém relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.** [...] A noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. (BUTLER, 2019, p.42-44, grifo próprio)

A essa rede que almeja “espontaneidade” entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, na estrutura “homem / mulher e desejo sexual heterossexual”, chamamos de heteronormatividade. Isto é, um sistema que limita a inclusão de todas as pessoas que estejam à sua margem, que não sigam os padrões da norma. Para Louro (2009), a heteronormatividade é a norma heterossexual que impõe alinhamento corpo-gênero-sexualidade. Já para Preciado (2002), a heteronormatividade objetiva a constante produção e reprodução do corpo homem e do corpo-mulher.

Não há nada de simples na constituição de nossas identidades, pois são permeadas também por contradições, visto sermos sujeitos de identidades transitórias, por isso, as identidades sexuais e de gênero, como todas as demais, “têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais.” (LOURO, 2019, p. 13).

Como a identidade de gênero irá se formar a partir do que se compreende por gênero, temos então, segundo Butler (2019) práticas que regulam a coerência de

gênero que faz com que o gênero seja performativo: “Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra”. (p.56).

Para amparar as nomenclaturas utilizadas para questões referentes identidade de gênero, se faz necessário a distinção de dois prefixos, são eles o CIS e o TRANS.: “Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. (JESUS, 2012, p. 10)

Em contrapartida, as pessoas não-cisgêneras, são as que não se identificam com o gênero imposto ao nascimento, podendo ser denominadas de transexuais, transgênero ou somente trans. Dentro do universo T (travestis, homens trans, mulheres trans, trans não-binários etc.), adotaremos para esse trabalho, as nomenclaturas do segmento feitas pela CLADEM[9]:

> **Pessoas transexuais:** são aquelas que possuem uma identidade de gênero oposta ao sexo que lhes foi designado ao nascer. Em sua grande maioria recorrem a modificações corporais, tais como tratamentos hormonais ou cirúrgicos. Mesmo assim, existem muitas pessoas transexuais que optam por não levar adiante tais modificações, por razões médicas, econômicas, reprodutivas, ou simplesmente porque não o desejam.
>
> **Pessoas transgêneros**: são aquelas que se identificam a si mesmas com gênero diferente daquele que lhes fora designado ao nascer, e que relacionam de maneira contingente seu corpo, sua identidade, sua expressividade e sua sexualidade. Podem modificar ou não seu corpo através de meios hormonais e/ou cirúrgicos, com fins expressivos, eróticos ou de bem-estar pessoal.
>
> **Pessoas travestis:** no contexto latino-americano definem-se assim aquelas pessoas que tendo sido designadas ao gênero masculino ao nascer, expressam-se a si mesmas em modos auto-construídos da feminilidade. Podem modificar ou não seu corpo através de procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos. A emergência do travestismo como um gênero definido em seus próprios termos se relaciona com a politização da experiência travesti realizada pelas ativistas e teóricas travestis da região. (CLADEM, 2007, p.25)

Faz-se necessário observar que assim como a identidade não é estanque, seja ela marcada por questões étnicas, geracionais, de gênero e/ou de sexualidade, também não é realidade que exista uma unanimidade em relação ao uso das terminologias. Não há uma única e monolítica “identidade gay” ou “identidade travesti”,

---

[9] Rede Latino-americana de Católicas pelo Direito de Decidir, CIDEM, Campanha 28 de Setembro, Comissão Internacional de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas – Programa para a América Latina, Cotidiano Mujer, Flora Tristán, Rede de Saúde das Mulheres Latinoamericanas e do Caribe, Rede Feminista de Saúde, Rede Latino-americana e Caribenha de Jovens pelos Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos, REPEM-DAWN e S.O.S Corpo.

por exemplo, uma vez que não temos como pensar em nossas histórias e experiências como um mero encadeamento de acontecimentos lineares: “cada qual tem suas especificidades e singularidades constituídas de acordo com suas vivências individuais e coletivas.” (ACOSTA, 2016, p.24)

A partir da afirmação da existência de identidades plurais, a teoria *queer* nos possibilita questionar a arquitetura binária estabelecida pela imposição do masculino heterossexual e do feminino heterossexual, ou seja, a norma do sexo biológico condizente com o gênero, como também, desse condizente com a norma do desejo heterossexual. Para Judith Butler (2019a, p.195. grifo próprio):

> [...] não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. **O fato de que essa reiteração seja necessária** é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta.

Como visto em Judith Butler (2019a), as normatizações trazem consigo comportamentos que podem ser vividos. Em contraponto, àqueles que não podem nem ser nomeados, não devam ser expressáveis, desejáveis, *aceitáveis* e, muitas vezes, àqueles que *podem ser extermináveis.*

Começa com a tentativa de proibição em nível do discurso, como o caso do **PL 5198/2020**, de autoria de Guilherme Derrite (PP-SP) em que se pretende ***proibir*** o “uso da linguagem neutra *na grade curricular e material didático das instituições de ensino públicas ou privadas no ensino de língua portuguesa no ensino básico e superior”*[10].

O que começa com a reiteração da norma, ou seja, só se é possível existir na “congruência” de alinhamento sexo biológico x cisgênero x desejo heterossexual, estritamente binários no discurso e, *na vida para alguns e, na morte para outros (as/es)*:

> Nesta quinta-feira, 25, **um adolescente ateou fogo em uma mulher transexual** de 40 anos no Cais de Santa Rita, zona central de Recife.

---

[10] Parlamentares bolsonaristas pretendem proibir linguagem neutra de gênero em instituições”. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/parlamentares-bolsonaristaspretendem-proibir-linguagem-neutra-de-genero-em-instituicoe1> Acesso em 19/07/2021. [11] Cisgênero

> **Policiais foram acionados por tentativa de homicídio e encontraram a vítima ainda em chamas no local.** (Redação Catraca Livre, 2021[11])

A população exterminada na língua, parte integrante da cultura de um povo, é exterminada na realidade. Aqueles e aquelas (e outras identidades de gênero) que *performatizam* identidades sociais abjetas às normas de gênero e sexualidade, impostas essas pela *heteronormatividade*, habitam locais de subversão.

Pereira (2006), afirma que a teoria *queer* nos faz refletir e ampliar a compreensão da multiplicidade como característica central das identidades: Os corpos-homem e os corpos-mulher parecem perder as amarras biológicas e se reinventam continuamente, fazendo-nos questionar se são adequados realmente os termos homem mulher, alocados em justaposição ao vocábulo corpo (2006, p. 472).

À luz da teoria *queer* compreendemos os processos de vigília em relação ao que se normatiza e se espera como *performance* adequada para cada indivíduo; demonstrando novamente o quanto se faz necessária a formação inicial e continuada de professores (as) dentro das temáticas de gênero e sexualidades, consideradas um caminho para mitigar as violências e opressões pelas quais perpassam as pessoas LGBT dentro e fora da escola.

1.3 (RE) existem políticas públicas LGBT no Brasil?

Apesar da ascensão do discurso político permeado pelo ódio contra pessoas LGBT, temos assistido, nos últimos anos, a tentativas de implementação de programas para o combate da violência contra pessoas LGBT, em grande parte, fruto de lutas sociais:

> Os movimentos lésbico e gay não são simples movimentos em defesa do direito humano básico de escolher a quem e como amar. São também expressões poderosas de identidade sexual. Esses movimentos desafiam algumas das estruturas milenares sobre as quais as sociedades foram historicamente construídas: repressão sexual e heterossexualidade compulsória (LOPES, 2014, p. 274)

Considera-se, para o estudo em questão, o movimento LGBT a partir do que conceitua Maria da Glória Gohn (2011, p.335) a respeito de *movimento social*, como

---

[11] Disponível em < https://catracalivre.com.br/cidadania/mulher-trans-e-queimada-viva-emrecife/> Acesso em 19 de julho de 2021.

aquele que condensa “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

Pautado no conceito apresentado, Cardinalli (2018, p.06) compreende o movimento LGBT como: “[...] uma ação coletiva, institucionalizada ou não, de construção, defesa e promoção de demandas de interesse dos sujeitos e identidades que o integram. Trata-se de um movimento complexo e heterogêneo, submetido a disputas e conflitos internos.”

Para além do movimento gay e lésbico, faz-se necessário resgatar a importância do movimento das travestis brasileiras, como é feito com maestria, na obra de Thifanny Odara, intitulada “Pedagogia da Desobediência (2020)”. Nesse livro, a autora, a partir de narrativas de travestis da Bahia, nos apresenta o quanto a organização delas foi importante para as conquistas das quais hoje muitas pessoas trans usufruem:

> Assim sendo, todo esse processo de violência e exclusão social fez com que as travestis iniciassem a organização de luta coletiva e a criação de estratégias de resistências para além do que era pautado no movimento gay e nas profissionais do sexo. (p.65)

Quanto se pensa em nível global, as reivindicações de grupos de pessoas LGBT ganham notoriedade na segunda metade do século XX, tendo como espaço geográfico os Estados Unidos, como assinala Cardinali (2018, p.12)

> [...] associado à Revolta de *Stonewall*, episódio em que frequentadores do bar gay *Stonewall* em Nova York resistiram e enfrentaram agressivamente as forças policiais que faziam uma batida no estabelecimento, na madrugada do dia 28 de junho de 1969. A partir deste episódio inicial, o movimento de liberação gay (“*gay liberation”*) se organizou naquele país, **passando a exigir transformações profundas no tratamento da homossexualidade pelo Estado e pelo Direito**. (grifo próprio)

Cardinali (2018) mantém ainda a proximidade do movimento LGBT com os movimentos feministas, pois, tanto um como o outro, “coloca em xeque a dominação masculina que impõe papéis sociais distintos, rígidos e desiguais a homens e mulheres, questionando sua naturalidade e inevitabilidade” (p.13). Para o autor, as reivindicações desses movimentos colocam em jogo o patriarcalismo e afrontam a ideia da heterossexualidade compulsória, por meio da “luta por transformações culturais e simbólicas, buscando o reconhecimento de determinadas identidades ou estilos de vida” (*Ibid,* p.13).

Nancy Fraser (2010, p. 167) associa o movimento LGBT como aquele que tem por finalidade o reconhecimento das identidades afetivas e de gênero, é aquele que centraliza suas lutas em torno de políticas identitárias e/ou políticas de reconhecimento.

Na contramão, os discursos religiosos, médicos e jurídicos, que construíram identidades estigmatizantes para pessoas LGBT. A título de exemplo, a religião católica, colocou a prática sexual entre homens como *sodomia* (pecado). A medicina, entre os séculos XIX e XX, substituiu a ideia de pecado pelo viés ideológico do positivismo e pelas ideias higienistas e racistas, colocando, assim, o sujeito homossexual como doente e degenerado, sendo incapaz de viver uma sexualidade saudável[12].

Em relação ao campo jurídico, podemos citar os limitantes, em diversos países, como no Brasil, da união entre pessoas do mesmo gênero, que perdurou até 2011.

Desse diminuto resgate histórico, depreende-se o motivo de uso da palavra *pride*, ou em língua portuguesa, *orgulho* – visto o longo período de construção, por parte da igreja católica, do direito e da medicina, de que pessoas que fugissem à heteronormatividade, estariam vivendo em pecado, deveriam ter vergonha ou ainda serem punidas por isso. Cabe mencionar que existem países que consideram a prática homossexual ainda como crime[13].

Em terreno brasileiro, Cardinali (2018, p.15), comenta os dispositivos legais brasileiros que foram utilizados para criminalizar e/ou ainda justificar a violação de corpos que fugissem a hetero-norma:, entre os séculos XIX e XX:

> [...]a punição dos indivíduos “desviados” que colocavam em perigo a “ordem pública” ou “a moral e os bons costumes”. Assim, por exemplo, **o Código Penal de 1890 previa uma série de crimes que podiam ser largamente utilizados pelas forças policiais para enquadrar as minorias como pervertidos sexuais** (grifo próprio)

Mesmo com a revogação do dispositivo exemplificado, a Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3688/41) “[...] passou a servir de fundamento para persecução

---

[12] A exclusão da homossexualidade como doença mental foi revista pela Organização Mundial de Saúde (OMS) apenas em no dia 17 de maio de 1990 e ratificada em 1992.

[13] “Em 71 países ser gay é crime; homossexuais podem até ser condenados à morte.” Disponível em < https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/22/nesses-paises-ser-gay-ecrime-e-pode-dar-pena-de-morte-por-apredejamento.htm> Acesso em 13 de junho de 2021.

de homossexuais e travestis, frequentemente enquadrados na conduta de vadiagem" (*Ibidem*).

Por conta dos entraves dispostos anteriormente, acrescidos da culpa religiosa, e, não raramente, da institucionalização em clínicas psiquiátricas de pessoas homossexuais, a ascensão do movimento homossexual[14] brasileiro ocorre nos anos finais da década de 1970 em um contexto histórico-político marcado pela Ditadura Militar e contracultura, representada pelos grupos de resistência que contaram com exilados (as) políticos que traziam as vivências dos EUA e Europa, predominantemente.

Contudo, o discurso da ditadura militar permanecia (ou permanece?[15]) presente na defesa do Estado, da tradição e da família – esses três elementos fundem-se em um único discurso autoritário: "Movida pela defesa da família cristã, a censura era firme contra todas as ideias e manifestações culturais antitradicionais, tachadas de "subversivas" e não raro encaradas como **"propaganda comunista"** (*Ibid,* p.17, grifo próprio).

Para João Bosco Góis (2003), a epidemia de AIDS pode ter acelerado a discussão sobre homossexualidade no Brasil, ampliando-se assim, o debate público sobre a sexualidade humana, mas cabe o cuidado de se atentar que não foi nesse momento que se inaugura a discussão sobre o tema, pois a homossexualidade, enquanto reflexão acadêmica, já era abordada em teses de médicos higienistas desse o século XIX, com enfoque que tais práticas enquadravam-se em sinais de degeneração: "Outrossim, esses estudos buscavam propor medidas sanitárias e repressivas que pudessem reduzir ou eliminar os efeitos deletérios da presença daquelas pessoas na vida social". (p. 289).

A tese defendida pelo autor é de que com a decadência dos estudos higienistas e das teorias de degenerescência, estudos como esse foram paulatinamente se acabando durante o século XX: [...] o tema em si, contudo, permaneceria

---

[14] O uso do termo "movimento homossexual" é utilizado aqui, ao invés de "movimento LGBT", pelo motivo que a organização política congregava apenas homossexuais, majoritariamente os masculinos -gays (FACCHINI, 2005).

[15] "Em live eleitoral, Bolsonaro pede ´expulsão do comunismo no Brasil". Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/11/4887704-em-live-eleitoral-bolsonaropede-----expulsao-do-comunismo-no-brasil.html > Acesso em 13 de junho de 2021.

recorrentemente abordado por outras disciplinas e passaria, ainda que muito lentamente, a ser examinado por óticas menos preconceituosas.” (p.289).

Essa guinada na figuração da sexualidade humana trouxe, como principal consequência, a reflexão sobre a construção social dos significados associados com as questões que fugissem da heteronormatividade e, dessa forma, “buscouse analisar as estratégias individuais e coletivas voltadas à superação da opressão por eles [LGBT] enfrentada” (GÓIS, 2003, p.290). Cabe ressaltar também, o fruto das inúmeras lutas sociais dentro das questões de gênero e sexualidade, representado pelos movimentos sociais brasileiros. Nessa lógica, podemos citar a importância das lutas sociais, sobretudo, para o segmento de pessoas travestis e transexuais, como afirma Valéria Melki Busin em sua tese de Doutorado intitulada “Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis” (2015): “[...] a partir da inserção do movimento social que algumas travestis começaram a se reconhecer como pessoas de direitos violados, conseguindo reagir a algumas violências e passando a se utilizar de certas redes de serviço e de solidariedade que as protegem” (p.42).

Ainda para Cardinali (2018, p.22), a epidemia da AIDS trouxe para o país um paradoxo que nos interessa para pesquisa: “na medida em que a definição de “grupo de risco” importa simultaneamente no reforço de estigmas e de exclusão e na legitimação para formulação de políticas públicas, estratégias e aportes orçamentários específicos para a população homossexual”.

A esse efeito, Larissa Maués Pelúcio Silva (2007) em sua Tese de doutorado cujo título é “Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS”, o chama de “SIDAdania”, pelo motivo de que a garantia de direitos se dá por políticas públicas de enfrentamento a epidemia de AIDS. De tal modo que a doença transformou as falas sobre sexo e sobre a própria sexualidade, mesmo tendo de um lado um viés higienista, foi propulsora de tirar as práticas homossexuais da clandestinidade, trazendo-as para o debate público,

Avançando no tempo histórico, o principal programa que pode ser destacado, para o estudo aqui presente em que nos interessam políticas em gênero e sexualidade, é o “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB[16] e de Promoção da Cidadania Homossexual” criado em 2004 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A partir de

[16] GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis, Transexuais.

seu lançamento, foram realizadas três Conferências Nacionais para discussão de direitos LGBT, uma realizada em 2008, outra em 2011 e a terceira edição em 2016.

Outras ações, após o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia se deram, são elas:

2009: Lançamento do I Plano Nacional de Promoção dos Direitos LGBT;

2011: A criação do Conselho Nacional dos Direitos LGBT;

2013: O lançamento do Sistema Nacional de Enfrentamento a Violência contra LGBT e Promoção de Direitos.

Um estudo conduzido por Bruna de Andrade Irineu (2014) avaliou o decênio do programa Brasil sem Homofobia, como também os percalços históricos anteriores ao mesmo, a autora afirma que:

> Desde a "estigmatização" da AIDS nos anos de 1980, o movimento LGBT tem atuado na luta por reconhecimento e equiparação de direitos. O período da Constituinte marcou a primeira derrota junto ao poder legislativo, com a não aprovação da inclusão do termo "opção sexual" no artigo 5º da Constituição Federal. Em meados dos anos de 1990, com a não aprovação e o "engavetamento" do projeto de parceria civil e mais uma recusa junto ao poder legislativo, esse segmento intensifica sua ação junto ao poder executivo no pleito por políticas públicas. (p.193)

Ao analisar o programa Brasil Sem Homofobia, observamos os seguintes princípios:

> A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou
>
> integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias;
>
> A **produção de conhecimento** para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da
>
> administração pública direta e indireta;
>
> A reafirmação de que a defesa, a garantia e a **promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira.** (BRASIL, 2004, p. 11-12, grifos próprios)

Especificamente sobre o Direito à Educação, o item 5 do programa determina a elaboração de diretrizes que orientem o Sistema Educacional em relação a implementação de ações que promovam o respeito ao cidadão e a não discriminação pela orientação sexual a ser concretizado a partir de algumas premissas que serão aqui citadas:

> Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
>
> Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
>
> Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
>
> Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
>
> Divulgar informações científicas sobre a sexualidade humana; - Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB;
>
> Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (BRASIL, 2004, p. 22-23)

O enfoque dado ao Direito à Educação do programa Brasil sem Homofobia, principalmente, no item que afirma o fomento e criação de cursos sobre sexualidade aos professores, culminou no projeto **Escola sem Homofobia.** Por meio de um convênio com a FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), houve a elaboração de material que deveria ter sido distribuído para as instituições de ensino de todo país, entretanto, devido à grande polêmica gerada, a circulação de tal material foi impedida, como pode ser verificado na matéria “Conheça o ´kit gay´ vetado pelo Governo Federal em 2011” no portal Nova Escola:

> Em 2011, quando estava pronto para ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas, o "kit gay" -- como acabou pejorativamente conhecido -- era responsável por "estimular o homossexualismo e a promiscuidade." O governo cedeu à pressão e suspendeu o projeto. (SOARES, 2015, online)[17]

[17] Matéria completa disponível em: < https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gayvetado-pelo-governo-federal-em-2011>. Acesso em 21 de julho de 2021.

Além da atitude de contrariar o que havia sido traçado como premissa do próprio programa, como o caso de ser o governo federal responsável pela criação de políticas públicas para defesa dos direitos LGBT, houve investimento de verba pública para elaboração dos materiais que não foram enviados a nenhuma instituição escolar.

Nesse caso, para área da Educação, podemos dizer que o programa Brasil sem Homofobia não se concretizou enquanto uma política pública para minorar a violência LGBTfóbica presente nas instituições de ensino, visto que o conservadorismo do governo não tornou real a formação de professores (as), menos ainda, a distribuição de material educativo/formativo sobre a questão.

Outros pontos podem ser considerados enredados para o alcance do Brasil sem Homofobia, como a questão da implementação, monitoramento e avaliação que ficou a cargo do governo e de ONGS LGBTs: “A sua execução foi muito dificultosa por conta da implementação de diversas políticas públicas, mas sem que houvesse a continuidade necessária para que os resultados esperados fossem atingidos.”.(ACOSTA, 2016, p.52).

Por outro lado, um dos compromissos assumidos pelo Brasil Sem Homofobia que foi cumprido encontra-se concretizado com a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cujo tema foi “Direitos Humanos e Políticas Públicas – o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” ocorrida em 2008[18].

Nessa primeira edição, um dos objetivos traçados foi o de número 36 que se compromete a “criar o Plano Nacional de combate à homofobia, lesbofobia e a transfobia e de Promoção de Cidadania LGBT, com recursos garantidos por dotações orçamentárias” (BRASIL, 2008, p.03). O plano referido foi lançado em 2009, com ações previstas para serem desenvolvidas pelos Ministérios, a maior critica ao mesmo foi por ter sido construído por uma equipe técnica, sem a efetiva e massiva participação dos movimentos sociais.

A partir desse momento, uma grande mudança em relação aos caminhos que o programa Brasil Sem Homofobia tomaria inclui a de concentrar sob a responsabilidade do Estado o monitoramento das políticas públicas e seus respectivos

---

[18] Segundo Tassio Acosta (2018, p.53): Este evento entrou para a história, pois contou com a participação de 569 delegadas/os, 441 observadoras/es e 108 convidadas/os, sendo a maior Conferência Mundial de questões LGBT e contando com a presença do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva na abertura.

resultados, o que, à época de seu lançamento, era incumbência das ONG´s. Segundo ACOSTA (2016, p.53) podemos interpretar essa alteração de duas maneiras: “i) O Estado compreendendo a sua responsabilidade perante este setor da sociedade; ii) O Estado silenciando os movimentos sociais de bandeira LGBT”.

A principal crítica que se fez ao programa Brasil sem Homofobia, como um todo, encontra-se na ausência de Decreto para normatização, e por conseguinte, uma baixa dotação orçamentária para que se criasse a possibilidade de atingir seus respectivos planos e metas (ACOSTA, 2016). Somado a isso, encontra-se, sobretudo, as contradições, visto que não foi possível levar a formação continuada aos professores (as), prevista no programa, em virtude do esforço na manutenção da heteronormatividade por parte dos setores conservadores de nossa política, esses que contradizem o próprio texto constitucional da nação brasileira, fazendo com que o Estado deixasse a ação de lado, ou seja, se exaurisse de seu próprio objetivo de existir, conforme preconiza o Artigo 3º da Constituição Federal de 1988, inciso IV, grifo próprio: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e **quaisquer outras formas de discriminação**” (grifo próprio).

Após o Plano Nacional de Combate às LGBTFObias (2009), tivemos o debate do III Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010), conhecido como PNDH-3. Nos interessa, para a discussão aqui presente, o objetivo estratégico V que trata especificamente da garantia à livre orientação sexual e identidade de gênero, afirmando em seus itens o que deve ser feito e qual setor ministerial deve realizar:

> Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social.
>
> Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da
>
> Presidência da República
>
> Apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo.
>
> Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da
>
> Presidência da República; Ministério da Justiça
>
> Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos.

> Responsáveis: Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da
>
> República
>
> Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com base na desconstrução da heteronormatividade.
>
> Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
>
> Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais.
>
> Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da
>
> Presidência da República
>
> Acrescentar campo para informações sobre a identidade de gênero dos pacientes nos prontuários do sistema de saúde.
>
> Responsável: Ministério da Saúde
>
> Fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania daquele segmento em universidades públicas.
>
> Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da
>
> Presidência da República
>
> Realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais.
>
> Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Ao analisar o PNDH-3, em relação aos demais, vislumbra-se que o tema central tem o recorte nas *questões das desigualdades*, “[...] tendo como marcador a questão do gênero e raça fortemente influenciados pelas questões das classes sociais” (ACOSTA, 2016, p. 54).”. Essa questão tem sido muito debatida, acima de tudo, nos movimentos sociais e, nos estudos acadêmicos, sobre o conceito de *interseccionalidade*.

A interseccionalidade surge para melhor compreendemos a “interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe” (HIRATA, 2014,

p.62). Para tanto, o termo pode ser compreendido, segundo a jurista afroamericana Kimberlé W. Chenshay, como: [...] uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (CRENSHAW *apud* HIRATA, 2014, p.54).

É importante destacarmos que as marcas identitárias colocam os sujeitos em locais distintos socialmente e, muitas vezes, em situações de privilégio e de não privilégio. Considerar que as pluralidades identitárias colocam os sujeitos em posições assimétricas socialmente é de extrema importância para o desenho de políticas e programas que visem, efetivamente, diminuir as desigualdades sociais. Acrescenta Djamila Riberio (2017, p.63): “Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de outra forma”.

Em 2011 realizou-se a II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2011) resultando em cinco diretrizes para a Educação, são elas (p.111-112):

> Diretriz 1 - Criar diretrizes nacionais que orientem os sistemas de ensino, em todas as modalidades e níveis educacionais, na formulação de ações e políticas que promovam o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, bem como elaborar, implementar medidas legislativas, administrativas e organizacionais para assegurar a execução e a sustentabilidade;
>
> Diretriz 2 - Estimular, fomentar e fortalecer a criação de grupos e núcleos de estudo nos diferentes níveis de ensino, através de financiamento público, da promoção, da articulação e da parceria entre o poder público, sociedade civil organizada, instituições de pesquisa e extensão e universidades [...];
>
> **Diretriz 3 - Garantir, nas três esferas de governo, a realização de cursos interdisciplinares, preferencialmente presenciais, de formação inicial permanente e continuada e em serviço para todos os profissionais de educação,** e conselheiros ligados à educação das escolas públicas. Esses profissionais deverão desenvolver projetos de intervenção pedagógica nos espaços educacionais e discutir **a inclusão nos currículos das temáticas relativas à orientação sexual e à identidade de gênero**, formando multiplicadores, respeitando as especificidades locais e regionais.
>
> Diretriz 4 - Criar, fomentar e garantir, o acesso e a permanência de estudantes e profissionais LGBT nos espaços educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, combatendo a discriminação e o preconceito, respeitando a livre orientação sexual e identidade de gênero. por meio de programas e ações específicas.
>
> Diretriz 5 - Realizar, fomentar e apoiar prêmios de práticas e iniciativas, concursos e campanhas e outros eventos, divulgação de calendário de lutas LGBT, pesquisas e material didático, respeitando as especificidades, as diferentes linguagens (públicos e mídia), em formatos acessíveis e

> alternativos para maior visibilidade aos LGBT e promover o respeito e o reconhecimento da diversidade sexual e de expressões e identidades de gênero.

Novamente surge a questão da necessidade de formações iniciais e continuadas para os profissionais da Educação, demanda já apresentada em 2004 à época do lançamento do programa Brasil sem Homofobia. Ou seja, em sete anos, desde o programa até a II Conferência, nota-se que as propostas para melhorar a questão da violência em virtude de orientação sexual e identidade de gênero não saem do papel, fato sinalizado pelo professor Doutor Luiz Melo, da Universidade Federal de Goiás, que em seu discurso de abertura proferido durante a II Conferência, sinalizou a inércia do executivo para tornar realidade o processo formativo em gênero e sexualidade na área da Educação:

> Lamento o Ministro da Educação não ter vindo para nos dar explicações pessoalmente de por que o kit anti-homofobia não foi aprovado. E lamento profundamente, o Ministro Gilberto Carvalho não ter usado a palavra para nos explicar por que ele negociou com setores religiosos fundamentalistas o veto do kit. Por fim, lamento que o representante do Ministério do Trabalho não esteja na Mesa hoje. (BRASIL, 2009, p.85)

Cabe ainda ressaltar que quando o referido “Kit” foi vetado, em 2011, as declarações da então presidenta, Dilma Rouseff contrariaram, inclusive, as premissas do programa Brasil Sem Homofobia (2004) de gestão do governo Lula, Dilma Rouseff afirmou quanto ao veto do kit[19]:

> Não podemos interferir na vida privada das pessoas. Não haverá autorização para esse tipo de política de defesa de A, B, C ou D. Agora o governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e que você não pode exercer práticas violentas aqueles que são diferentes de você.

Indaga-se como fazer uma educação que respeite as diferenças sem dotação orçamentária? Sem material didático sobre? Sem verba destinada para as formações iniciais e continuadas para os/as profissionais da Educação? Além disso, muito já tem se discutido e produzido em âmbito acadêmico que o silêncio, a invisibilidade dos sujeitos, por si só, já se constitui em violência (ACOSTA, 2016; LOURO, 2014;

---

[19] “Dilma discorda do kit gay”, disponível em: < https://veja.abril.com.br/politica/dilma-diz-quediscorda-do-kit-gay/> Acesso em 15 de agosto de 2021.

MISKOLCI, 2009). O discurso, isto é, a justificativa da presidenta é truculenta por si só, ao dizer que não promoverá uma defesa das questões de gênero e sexualidade, e por sinal, acaba por contradizer tudo que se estruturou durante o programa Brasil Sem Homofobia (2004) na gestão, então de seu antecessor, Lula.

Sobre a I e a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2011), Ciconello (2010) pontua que entre os diversos problemas, os que mais se destacaram foram a ausência de orçamento adequado, a pouca participação de movimentos sociais e defensores de direitos humanos, sobretudo, os que distam das capitais. Entretanto, mesmo como os entraves aludidos, as conferências contribuíram para o avanço de programas e a incorporação de desafios quando considerado o cenário atual dos direitos humanos em nosso país.

Outro movimento que vem na tentativa de reverter a violência que está nas vivências LGBT+, ocorreu também em 2011 com o Conselho Nacional dos Direitos LGBT (BRASIL, 2011), fruto do programa Brasil Sem Homofobia, ficando o conselho com as principais funções de coordenar, executar e avaliar o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Mais recentemente, em 2016, foi realizada a 3ª Conferência de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT cujo tema foi “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. Comemorado como conquista, fruto da conferência, foi a assinatura e publicação, via Diário Oficial da União, o Decreto Presidencial Nº 8.727, de 28 de Abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, sinalizado como uma conquista do Movimento de Travestis e Transexuais na luta pela dignidade da pessoa humana.

Ao estudo aqui presente, nos interessa a análise de um dos eixos da 3ª Conferência, o Eixo II – Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos em que foram aprovadas 50 metas para concretizar a inclusão de pessoas LGBT. Referente a formação inicial e continuada de profissionais da educação, ressalta-se os itens abaixo (BRASÍLIA, 2016, p.36-42):

> [...] 5. Realizar **formações continuadas para agentes públicos das áreas de educação**, saúde, assistência social, segurança pública e direitos humanos em âmbito nacional, estadual, municipal e distrital sobre etnia,

> gênero, lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia, orientação sexual, identidade de gênero e diversidade religiosa. [....]
>
> **Que o MEC abra em parceria com as Secretarias de Estados de Educação Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, entidades do Sistema "S"** e Centros de Referência em Direitos Humanos, cursos profissionalizantes, priorizando a população trans em situação de vulnerabilidade social. [...]
>
> **Criar atividades, bem como criar um programa de reconhecimento, visando a sensibilização de empregadores privados sobre a importância da garantia de respeito à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero no ambiente de trabalho**, bem como incentivar a contratação de profissionais LGBT e implantar instrumentos que promovam incentivos fiscais e outros benefícios para empresas que incluam a população LGBT em seus quadros de funcionários.
>
> Criar a Semana das Identidades e Diversidades LGBT juntamente com circuitos culturais (acadêmicos, artísticos e esportivos) **dentro do calendário escolar nas redes**
>
> municipais, estaduais e federais. [...]
>
> 27. Promover no dia 28 de junho, dia do orgulho LGBT ou data adequada ao calendário escolar regional ações de divulgação da cidadania e direitos humanos, incluindo palestras de promoção da cidadania e direitos LGBT **nas redes de ensino**. E ampla divulgação das leis do público LGBT em repartições públicas. [...]
>
> **Criar uma política de formação continuada na perspectiva de gênero, identidade de gênero e sexualidade em todos os níveis da educação**, envolvendo metodologias, espaços e organização escolar, em parceria com grupos de pesquisas acadêmicas e movimentos sociais, a fim de acolher a população LGBT, destinada a profissionais da educação, funcionários e docentes.
>
> **Fomentar a elaboração, publicação e distribuição de materiais pedagógicos sobre as temáticas de orientação sexual e/ou identidade de gênero, a partir do protagonismo das pessoas LGBT**, para serem utilizadas em sala de aula por educadoras(es) em toda educação básica e ensino superior. E, nos casos de aprovação de leis Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, contrárias a essa iniciativa, articular com os órgãos do sistema de justiça a propositura de ações de inconstitucionalidade. [...]

A partir do recorte das discussões apresentadas, vemos que há uma quantidade considerável de políticas voltadas para a população LGBT+, porém, com as trocas de governo, isto é, com a saída do PT, mais uma vez, é perceptível o não cumprimento do estipulado em um governo anterior, nos levando a reflexão de que seria necessário a consolidação em políticas de Estado, conforme afirma Tássio Acosta (2016, p.57):

> Por mais que haja uma grande quantidade de políticas públicas voltadas para parcelas populacionais estigmatizadas, **sabe-se que a necessidade maior é transformá-las em políticas públicas de Estado**, **e não em políticas públicas de governo**. Nos últimos anos, o Brasil tem sofrido um imenso atraso nas questões relacionadas à sua aplicabilidade por conta das

> barganhas político-partidárias impostas por partidos conservadores ao Governo Federal. (grifo próprio)

A tendência em termos de políticas LGBT, em sentido de governo e não de Estado se segue, como podemos perceber com as últimas eleições presidenciais de nosso país (2018-2022) em que se elegeu, como chefe do executivo federal, Jair Bolsonaro que, desde o início na vida pública, tem destinado espaços de seu tempo a emanar declarações discriminatórias para diversos grupos sociais, entre eles, a população LGBT:

> Combalida ao final de treze anos no poder, a coalização petista foi vencida por esta "nova direita" que, associada a outras vertentes políticas, organizou com apoio jurídico, parlamentar e midiático o golpe de 2016 por dentro da "democracia liberal", corroendo as instituições. (FREITAS, 2018, p. 15)

Em um balanço de um ano da gestão Bolsonaro, entre os anos de 2018-2019, já se estimava **trinta e seis violações ao PNDH-3**, sendo que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos fez a seguinte recomendação para a respectiva gestão: "adequar-se imediatamente ao Programa Nacional de Direitos Humanos em suas atividades, práticas administrativas e declarações públicas[20]". (OLIVEIRA, 2019, online).

Além disso, enquanto esse texto foi escrito, em meio há um ano de Pandemia de COVID 19, Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conhecida por suas declarações públicas contra pessoas LGBT, como também pelo seu forte posicionamento ligado às religiões evangélicas, declarou, em 11/02/2021, que iria analisar o PNDH-3 com intuito de revisá-lo (Publicação no Diário Oficial, Portaria nº457). Para Yuri Costa, presidente do CNDH (Conselho Nacional dos Direitos Humanos), o ato da Ministra "exclui a sociedade de um debate fundamental", e segundo o colunista Rubens Valente (UOL): Na portaria, Damares definiu que o grupo de trabalho terá 14 integrantes, todos servidores do seu próprio ministério. O

[20] Para ler a matéria completa "Gestão Bolsonaro violou 36 vezes programa de direitos humanos, diz conselho", acesse: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/12/gestao-bolsonaro-violou-36-vezes-programa-de-direitos-humanos-diz-conselho.htm

grupo será coordenado por uma das secretarias do seu ministério. Eles têm até novembro para apresentar um relatório[21].”

O ato da Ministra acolhe as posições já aqui mencionadas do presidente eleito, Jair Bolsonaro (2018-2022). Revisar o PNDH-3, construído a partir de 27 Conferências em todos os estados e Distrito Federal, 137 encontros prévios àsetapas estaduais e distrital, além de conferências livres, regionais, municipais, com participação de aproximadamente 14 mil pessoas. É uma medida que, além de autoritária, visto que não prevê uma ampla discussão com a sociedade civil, é um retrocesso para a construção, real, de políticas públicas para pessoas LGBT.

O discurso de ódio contra pessoas LGBT, o descumprimento e invalidação da iniciativa de um programa político que pudesse interferir nessa pífia realidade de mortes e contradições que assolam essa população, tem como cerne um movimento maior que é a violação da democracia.

Violar a democracia é uma característica que a agenda neoliberal tem para a educação de nosso país, o que pode ser exemplificado com o lançamento do Edital para compras de livros didáticos para alunos (as) do 1º ao 5º ano (6 - 10 anos) em que houve a retirada de trechos como[22]: “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher" e promover "negativamente a imagem da mulher" e alterou para "promover positivamente a imagem dos brasileiros, homens e mulheres" e "estar isenta de qualquer forma de promoção da violência". Além disso, expressões como “democráticos” e “respeito à diversidade” foram suprimidas, dando nova redação para “obras observarão os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio republicano”.

Na visão dos “novos liberais”, o liberalismo colocará a democracia como “desejável”, mas não “necessária”. Ligado a esse fator, ocorre, na América Latina, a partir dos anos 1990, uma grande atenção aos efeitos econômicos das crises e reformas econômicas, como também alterações nas políticas educacionais, que como

---

[21] Para ler a matéria completa “Ato de Damares exclui sociedade civil, diz Conselho de Direitos Humanos”: https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/02/11/direitos-humanosdamares-portaria.htm

[22] Para ler a matéria completa “Edital de livros escolares retira menção específica à violência contra a mulher e exclui palavra ‘democráticos’ dos princípios éticos”: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/02/17/edital-de-livros-escolares-retira-mencaoespecifica-a-violencia-contra-a-mulher-e-exclui-palavra-democraticos-dos-principioseticos.ghtml

as demais políticas evidenciam o “lado obscuro do neoliberalismo – sua ligação política com os conservadores, seu significado ideológico e os métodos pelos quais se propaga e resiste. (FREITAS, p.14)

Para Freitas (2018), o fato do governo do PT ter assumido a política brasileira em 2003, significou uma tentativa das forças desenvolvimentistas nacionais confrontarem o setor empresarial e político vinculado ao neoliberalismo da época. Vale ponderar que tais forças políticas, vinculadas ao ideário neoliberal, avançaram em diversos países, como pôde ser observado no estudo *Democracy in chains: the deep of the radical right´s stealth plan for America* (Nancy MacLean, 2017) que destacou a agenda desta “nova direita” nos Estados Unidos. Em síntese, a agenda neoliberal condensa algumas características bem dirimidas:

> No meio de um enorme ataque global ao Estado do bem-estar social e às cláusulas sociais, alimentadas por **políticas neoliberais**, o contrato central das democracias liberais foi destruído e com ele também qualquer noção viável de solidariedade, justiça econômica e bem comum. O progresso foi transformado em seu oposto e registra mais desigualdades e violência (GIROUX *apud* FREITAS, 2018, p.15, grifo próprio).

Com isso, percebemos que os ataques as tentativas de implementação de políticas para pessoas LGBT são fruto de uma agenda neoliberal que transforma a liberdade em interesse somente próprio, abdicando, cada vez mais, do senso de responsabilidade moral e política, ou seja, um ataque total ao Estado de bem-estar social.

Desses apontamentos, depreendemos que os estudos de gênero e de sexualidade contribuem, e muito, para que a pluralidade de identidades possa existir e coexistir nos ambientes escolares. Como a formação inicial ainda carece de abordar tais temas, a formação continuada se torna mais que urgente nos espaços escolares: “Precisamos perceber que, muitas vezes, vivemos sob o binarismo de gênero que aliena e reduz o nosso olhar referente ao outro.” (ARAUJO, p. 31, 2016).

Na próxima parte do presente texto, exploraremos as análises documentais realizadas das Diretrizes Nacionais Curriculares (2013) e da Base Nacional Comum Curricular (2018) e suas respectivas relações com a privatização do ensino público e a manutenção da heteronormatividade.

1.4 DCN e BNCC: privatização da escola pública e a manutenção da heteronormatividade

As instituições escolares são locais privilegiados para a construção e/ou manutenção de traços identitários de crianças, adolescentes e jovens. Quando o marcador dessa identidade se entrelaça com questões de gênero e sexualidade, percebemos tentativas de reproduzir como modelo o padrão cisgênero e a heterossexualidade, como se, muitas vezes, as demais identidades de gênero e performances de sexualidade não fossem possíveis de serem vividas e expressadas, pois na reformulação da matéria dos corpos (BUTLER, 2019a, p.197):

> [...] uma vinculação desse processo de "assumir" um sexo com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações.

Podemos pensar na rigidez que ainda ordena as escolas: com tempos muito bem delineados, uso de filas, e, para questão que nos importa, banheiros genereficados que controlam os corpos em um padrão binário, e, para além, dificultam o cotidiano de crianças e adolescentes transexuais, por exemplo. Dessarte, temos um espaço escolar cerceado pelo poder disciplinar: tempo cronometrado, muitas vezes, filas para adentrar nas salas de aula, uniformes, entre outros aparatos de controle:

> A forma que o Estado encontrou para se estabelecer na sociedade foi o **poder disciplinar**, visto que através da disciplina se consolidará a existência e distribuição dos espaços e de suas **funções para os indivíduos.** (ACOSTA, 2016, p.30, grifo próprio)

Para Foucault (2014), a escola, com a sucessão dos assuntos ensinados, com aumento gradativo de dificuldade entre eles, ordena cada indivíduo segundo "sua idade, seu desempenho, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; [...] umas ideias que **marcam uma hierarquia dos saberes ou das capacidades** [...]" (p.125, grifo próprio). E com tal hierarquia, a escola traduz e reproduz valores e a ideia de mérito, visto que indivíduos ocupam locais diferentes de acordo com a obediência para/com a hierarquia curricular ou comportamental. Sobretudo, deve-se frisar que a escola replica os princípios morais presentes em outras esferas sociais, como o da

sociedade cunhada na heteronormatividade e, desse modo, coíbe práticas que fujam a tal conceito.

Desconstruir a rigidez na formação das identidades da juventude é uma carência das escolas que deveriam ser espaços para todas as pessoas, ao menos quando voltamos nosso olhar para documentos legais, como o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p.02):

> **A educação destina-se a múltiplos sujeitos** e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, **gêneros**, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção "transgressora", porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. (grifo próprio)

Entretanto, não é o que se vê nas escolas brasileiras, como os dados aqui apresentados que demonstram a alta rejeição para/com pessoas LGBT, mais ainda, se essa pessoa for um (a) aluno (a) transexual, que terá sua vida escolar marcada por episódios de constrangimentos, de incivilidades, de violências verbais e, infelizmente, com grandes chances de violência física e/ou sexual.

A impetuosidade em questão foi documentada na dissertação de mestrado de Tassio Acosta (2016) que, a partir de entrevistas com cinco travestis, notou algo em comum em suas narrativas: a violência que permeia os corpos transexuais em escolas, como parte do relato abaixo, concedido em junho de 2015:

> Tinha que aceitar o preconceito, não tinha muita opção; até agressão eu já sofri na rua, saindo da escola. Eu estudava à noite, e sempre tem uns bandidinhos e maloqueiros na noite, até agressão física eu sofri já**.** A agressão foi por parte dos alunos na época eu nem lembro o porquê. **Eu estava indo embora, me pegaram de costas, me deram uma voadora, mas eu não cheguei a cair**. Quando eu olhei para trás e vi aquele bando de menino, eu saí correndo. Mas não sei quantos eram porque eram bastante, todos eram da escola, eu nem falei com ninguém da escola. (ACOSTA, 2016, p.107, grifo próprio)

O silêncio, mesmo diante de uma agressão física realizada por alunos do mesmo colégio, foi consequência da violência institucionalizada da escola heteronormativa.

Do relato acima apresentado, percebemos que os mecanismos disciplinadores para manter a violência contra pessoas LGBT, em ambientes escolares, passam pela culpabilização da vítima, como não raros os trechos das entrevistas conduzidas pelo pesquisador em questão, em que as alunas transexuais relatam que ora a violência vinha diretamente do corpo docente e ora pela gestão escolar quando levavam adiante a denúncia[23].

Dos poucos avanços em relação a construção de uma escola mais plural, como frisado no excerto das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), cujos mesmos poderiam auxiliar na batalha para construção de programas de formação de professores em gênero e sexualidade, porém, muito pelo contrário, assistimos agora a um desmonte das poucas conquistas em termos de legislação educacional e currículo quando interseccionalizado com a diversidade em questões que incorpora identidade de gênero e sexualidade.

Para desvendar o fato afirmado anteriormente, citamos a aprovação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que em suas 600 páginas não faz menção nenhuma ao trabalho com a diversidade sexual e/ou gênero enquanto constitutivo da identidade das pessoas, dos (as) alunos (as). Vale lembrar que se tornar visível é uma das principais pautas dos movimentos LGBT, de uma educação voltada para os Direitos Humanos e compromissada com a democracia, vale ressaltar que a invisibilidade integra uma forma de violência.

Repercute, assim, a anulação de tais lutas, principalmente com o avanço do neoliberalismo que, para Freitas (2018), representa um dano maior, ao borrar as fronteiras entre o público e privado, consolida um perigo para a democracia, pois, muitas vezes, há uma sobreposição de uma ideologia pela outra - da lógica do *mercado* justaposta a de *bem público*:

> Por definição, público é administrado democraticamente e coletivamente, e privado é administrado pelos proprietários ou organizadores do empreendimento. O privado tem “por obrigação” gerar lucro (mesmo sob a forma de organizações “sem fins lucrativos” – uma pura questão de contabilidade), o público visa garantir direitos e atender ao interesse público. **Privado não lida com direitos, lida com mercado. Mercado tem suas regras.** (FREITAS, 2018, p.148, grifo próprio)

[23] Uma outra entrevistada relata que: “a diretora aconselhou que eu tinha que brigar, que eu tinha que ser homem quando me zoassem [...]” (ACOSTA, 2016, p.82).

Ainda para Luiz Carlos de Freitas, autor da obra *A reforma empresarial da educação:* nova direita, velhas ideias (2018), não existem “parcerias público-privadas”, o que denomina, em seu estudo de “formas híbridas”. Quando tal “fenômeno” ocorre – que de espontâneo nada tem – as ideias do capital – ou seja – *a lógico do lucro*, da eficiência e da utilidade, e mais que tudo, *da certeza* que é possível aferir tudo isso por meio da imposição de testes padronizados, já se consolidou. Abre-se assim precedente para sustentar o imaginário de que a escola pública tem baixa qualidade e precisa da “boa ajuda” do *mercado educacional* visto ser falha em sua gestão pública: “A educação é isolada dos seus vínculos sociais e passa a ser vista como uma questão puramente de gestão” (p.37). Esse isolamento, foi exemplificado com o apagamento das identidades sexuais e de gênero, quando mencionado aqui a BNCC, por exemplo. Para tanto, as reformas são requiridas para que a educação siga a lógica do mercado – seja vista e concebida como um “serviço” no interior do livre mercado e, gradualmente, deixe de ser um “direito social”.

Como resultado, a escola reformada pela BNCC deve ser aquela que melhor prepara as pessoas para se ajustarem às mudanças e às modificações das novas indústrias, do mercado, visto que para o neoliberalismo a sociedade funciona como a própria *organização empresarial*: “**Esta concepção de sociedade corrói a escola como instituição social**, alterando a concepção de educação e a própria política educacional.” (FREITAS, 2018, p. 49, grifo próprio).

A esse movimento, Freitas (2018) o designa de reforma empresarial da educação que, gradualmente, retira as escolas da esfera do controle público, especialmente, com o domínio/controle político ideológico do mercado, exemplificado pela BNCC, que traz, explicitamente termos e práticas do mercado, como o desenvolvimento de habilidades, como as voltadas para o empreendedorismo e visão de futuro (ou melhor visão *de mercado*): “Trata-se de que a escola seja vista como uma “organização empresarial” de prestação de “serviços”.” (FREITAS, 2018, p. 54).

No Brasil, esse avanço se caracterizou também por ideias expressas em Projetos de Lei, como a “Escola sem Partido” (Projeto de Lei n. 867/2015)[24] que intentou coibir visões diversas e o pensamento crítico dentro de nossas escolas.

---

[24] Informações detalhadas em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668

Para o estudo aqui proposto, o avanço da reforma empresarial da educação traz perdas enormes para o movimento LGBT, perpassando, novamente, pela invisibilidade, como o caso do apagamento de tais questões na BNCC: A diversidade cultural e histórica – ainda que admitida – não é reconhecida, já que os processos de avaliação são conduzidos a partir da "cultura oficial" das bases nacionais curriculares. (FREITAS, 2018, p. 113)

A afirmação de Freitas (2018) se comprova quando realizada uma análise do documento, especialmente, no que tange às questões de gênero e sexualidade. Para as especificidades da população travesti, transexual/transgênero, da qual eu me incluo, a nossa luta primária foi pela visibilidade em todas as esferas da vida humana, sobretudo a política. Entretanto, não há nenhum saber relacionado a "identidade de gênero" na BNCC. Ao buscar pelo termo "gênero" (contando com o plural – "gêneros"), o documento cita a palavra em 320 ocorrências e todas elas versam sobre conteúdo linguístico relacionado aos gêneros de textos / textuais.

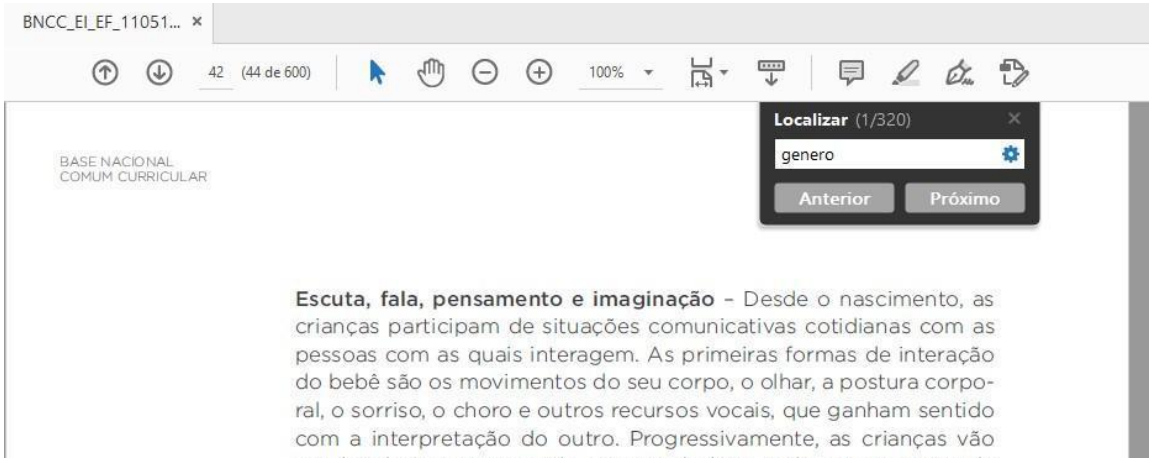

Figura 1 – BNCC: Busca pelo termo "gênero".

O que de antemão já elucida a discussão acerca das "contradições", dado que na abertura da BNCC, encontra-se afirmado que o documento é orientado para: "[...] à formação humana integral e à construção de uma **sociedade justa, democrática e inclusiva [...]"** (BRASIL, 2018, p.09, grifo próprio). Questiona-se: como ser uma sociedade justa se não reconhece as mazelas que o Estado manteve e, ainda mantém, para determinados grupos sociais, como o caso da população LGBT? Inclusive, há de se elucidar que o campo da sexualidade não é unicamente da esfera pessoal do sujeito, mas envolve uma gama de significados públicos, e por conseguinte, políticos.

As inscrições de gênero – seja ele masculino, feminino... – nos corpos é feita de acordo com determinada cultura. Desse modo, como ser justo e/ou inclusivo apagando a pluralidade de identidades de gênero? Mais nefasto ainda é o uso da palavra democrático em tal contexto.

Logo, se não existe *escrito* em um documento que *deve* ser seguido pelas escolas, sejam elas públicas ou privadas, não deverá existir no *cotidiano escolar*, cabendo às crianças e adolescentes LGBT o silêncio ou a expulsão (evasão) escolar, novamente.

Para Foucault (2014, p.365), a sexualidade é um "dispositivo histórico", ou seja, se constrói sobre discursos, práticas, normatizações. Podemos considerar que o que não é dito pela BNCC, é o que deve ser apagado, sendo o "não dizer" parte desse dispositivo, compreendido como: [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. **O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante**. (grifo próprio)**.**

Com a implementação da BNCC, o dispositivo da heteronormatividade volta de maneira subjacente; fato que pode ser exemplificado pelas *competências socioemocionais*[25] que caminham para moldar a resposta comportamental dos (as) estudantes de acordo com uma lógica: a de controle das emoções de acordo com o *mercado* - esse marcado pela pelo gênero masculino com marcadores da heterossexualidade e branquitude, acrescenta Moita Lopes (2002, p.74):

> O discurso do binarismo é, fundamentalmente, um discurso que visa dividir, separar, desconectar desligar categorias de sujeitos para alienar seus discursos, submetendo o segundo termo – como por exemplo, homo, mulher e negro – , à supremacia do primeiro – hétero, homem, branco.

Como proposta para construção de uma escola comprometida com o bem público, como responsabilidade do Estado, de qualidade e com participação de todos e todas, Freitas (2018) aposta em alternativas que não sejam pautadas nos valores de mercado, como o caso da adoção de currículo padronizados, como intentou se

[25] "Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho." – confira em BNCC, p.08.

evidenciar aqui. Para o autor: “Trata-se de construirmos um tipo de responsabilização que seja horizontalizado, que aposte nos nossos professores, estudantes e gestores, que seja planejada com eles e não contra eles (2018, p. 102).

Para Louro (2010), a questão da manutenção do caráter “imutável” da oposição binária reduz as pessoas ao pensamento polarizado mediado pela lógica patriarcal de domínio-submissão; tal apontamento pode ser visto também no cotidiano do professor das escolas públicas brasileiras, conforme acusa Freitas (2018, p.105) que esse percurso, formado por políticas de responsabilização do professor com testes e currículos padronizados, sendo o professor submisso ao domínio do Estado que não dialoga com a categoria, no sentido, de construção de políticas educacionais, de fato, democráticas.

> Apesar de todas as correntes filosóficas que continuam disputando o espaço pedagógico, o que observamos é que a escola continua influenciada pelo universo estável mecanicista de Newton, pelas regras metodológicas de Descartes, pelo determinismo mensurável, pela visão **fechada de um universo linearmente concebido. Consequentemente é uma escola submetida a um controle rígido, a um sistema paternalista, hierárquico, autoritário, dogmático, não percebendo as mudanças ao seu redor, e, na maioria das vezes, resistindo a elas**. (MORAES, 1997, p.51, grifo próprio)

Pensando na relação escola e população LGBT, os currículos engessados, como a BNCC, que além de expressamente apagar tais identidades, agora também se preocupa com os comportamentos adequados, na maneira de sentir e reagir, trazem novamente dúvidas sobre a possibilidade de proteção que os movimentos sociais lutaram tanto - primeiro, para se tornar visível e, posterior, nas tentativas de implementação políticas que garantissem situação de segurança para população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, e outras identidades e sexualidades em espaços escolares: “Esse processo padroniza (...) a formação e **elimina a diversidade de projetos formativos nas agências de preparação de professores.”** (FREITAS, 2018, p.106, grifo próprio).

Dando continuidade aos achados da pesquisa, a próxima parte do presente texto tem por objetivo demonstrar a omissão do Legislativo para/com os direitos daqueles (as) que fogem à hetronormatividade e como o Judiciário tem se destacado quando o assunto é garantia e manutenção de direitos para a população LGBT.

1.5 Judicialização dos direitos LGBT no Brasil

"Direitos são conquistados apenas por aqueles que fazem suas vozes serem ouvidas"

Harvey Milk[26]

Em 2016, a Suprema Corte dos Estados Unidos, a partir do caso *Obergefell v. Hodges reconheceu* o direito ao casamento entre pessoas do mesmo gênero em todo o país. Em discurso, o então presidente à época, Barack Obama, ressaltou a importância dos movimentos sociais e, até mesmo, das pessoas LGBT que tiveram a coragem de "sair do armário", afirmando que a decisão da Corte foi:

> [...] consequência de incontáveis pequenos atos de coragem de milhões de pessoas ao longo de décadas que resistiram, que saíram do armário, que falaram [...] Pessoas que estiveram dispostas a suportar o bullying e provocações, e permaneceram fortes, e passaram a acreditar em si mesmas e em quem elas eram, e pouco a pouco, fizeram um país inteiro perceber que amor é amor. (OBAMA *apud* CARDINALI, 2018, p. V)

Distando da fala de Barack Obama, as conquistas dos inúmeros atos de coragem da população LGBT no Brasil, não foi comemorado, nem tampouco exaltado por políticos (as), sobretudo, os (as) chefes do executivo federal. À exemplo disso, citamos ao longo dessa pesquisa, a singela tentativa de implementação da política pública "Escola sem Homofobia" que, então, a ex-presidenta Dilma, após pressão dos setores conservadores, renunciou ao programa, alegando que o governo não faria propaganda de "opção sexual". Cabe frisar que esse termo se encontra totalmente equivocado, sendo o mais adequado *orientação sexual, orientação afetiva e/ou sexualidade.*

Para compreender as conquistas do movimento LGBT no Brasil, é imprescindível mencionar o processo conhecido como "judicialização". Na esfera Legislativa, seja de âmbito municipal, estadual ou federal, as pessoas LGBT enfrentam, entra governo e sai governo, o conservadorismo incrustado, sobretudo, por políticos(as) ligados às religiões de matrizes cristãs[27] – como é o caso das católicas e evangélicas. Sobre essa intrusão de preceitos religiosos na política brasileira,

---

[26] Harvey Bernard Milk foi um político e ativista gay norte-americano. Foi o primeiro homem abertamente gay a ser eleito a um cargo público na Califórnia, como supervisor da cidade de São Francisco.

[27] Reconhecida também como Frente Parlamentar Cristã (FPE), coloquialmente como "bancada evangélica. (CARDINALI, 2018).

Rubenilson Pereira Araujo (2016) a denomina de “interdição à sexualidade” – caracterizada pela cultura heteronormativa e patriarcal:

> [...] porque em nossa sociedade ainda prevalecem valores socioculturais e morais que preconizam única e exclusivamente a união entre pessoas do sexo oposto, preferencialmente no matrimônio, discriminando aqueles que não se encaixam em determinadas regras morais e sociais convencionadas por uma cultura marcadamente hetronormativa, patriarcal e falocêntrica. (p.76)

Esse agrupamento de políticos ligados às religiões católica e evangélica é reconhecido como bancada evangélica, que hoje, encontra-se diluída pelo Congresso Nacional.Além de tentar retroceder com direitos conquistados, a bancada evangélica, age, por outras vezes, alegando “neutralização” quando o assunto envolve a população LGBT. Com efeito, o que temos é um distanciamento expressivo entre a teoria, dos documentos e políticas educacionais, e a prática pedagógica, locus deste estudo que, entre outros fatores, também encontra resistência em decorrência da contaminação desses dogmas religiosos que subalternam a população LGBT. Assim: "O fenômeno da judicialização é de especial importância para a compreensão do processo de institucionalização dos direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBT) no cenário brasileiro” (GALIL & LELIS, 2018, p.305).

Nessa pesquisa compreendemos como “judicialização” quando o Judiciário ocupa espaços de decisão tradicionais que estão concentrados a política majoritária, assim, nas palavras de Barroso[28] (2013, p. 241, grifo próprio):

> **Judicialização significa** que questões do ponto de vista público, social ou moral estão sendo decididas em caráter final, pelo Poder Judiciário. Trata-se, como intuitivo, de **uma transferência de poder para as instituições judiciais, em detrimento das instâncias políticas tradicionais, que são o Legislativo e o Executivo.**

[28] BARROSO, L. R. “Constituição, democracia e supremacia judicial: direito e política no Brasil contemporâneo. In: BARROS, L. R. *O Novo Direito Constitucional Brasileiro:* contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil. Belo Horizonte. Fórum, 2013, p.241.

Tal processo só foi possível em decorrência da promulgação da Constituição Federal de 1988[29], que representa, entre outras questões, a queda do Regime militar, e, a afirmação de que a sociedade brasileira é plural e sem preconceitos.

> Seria necessário comungarmos da premissa de que a fé religiosa enquanto dogma, diz respeito ao âmbito subjetivo e privado, enquanto o direito legal, garantido pela carta magna da *Constituição Federal Brasileira* (1988), é um bem inalteravelmente público, coletivo, justamente para garantir os mesmos direitos de forma homogênea, sem quaisquer discriminações ou retaliações. (ARAUJO, 2016, p.86)

Por mais que diga expressamente que alguns grupos sociais devam ser protegidos, a Constituição federal de 1988, não possui previsão específica às pessoas LGBT: “Esse cenário, somado à enraizada e crescente maioria conservadora no Poder Legislativo, torna o Judiciário um caminho propício ao avanço na proteção jurídica e no reconhecimento dessa população. (GALIL & LELIS, 2018, p.306).”

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem desempenhado papel importante para concretude de direitos para população LGBT brasileira, como o caso do reconhecimento da união homoafetiva (2011), do direito à identidade, com a possibilidade de mudança no registro civil para população transexual e travesti (2018), e, mais recentemente, a Criminalização da LGBTfobia (2019). Nessa trajetória de luta, não nos esqueçamos da importância da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) e dos movimentos sociais implicados com as pautas LGBT´s: “Os movimentos sociais questionavam o conservadorismo, principalmente em relação ao sexo, concebido apenas para a procriação, e não como fonte de prazer (ARAUJO, 2016. P.25).Já em âmbito acadêmico, a partir de 1980, “[...] os estudos de gênero começam a problematizar a determinação biológica da condição feminina, levando em consideração as origens sociais das identidades subjetivas como fator preponderante para tal concepção.” (ARAUJO, 2016, p.25).

Regina Facchini (2005), em sua dissertação de mestrado “Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo”, realça a importância dos movimentos

---

[29] Embora a vedação por discriminação por orientação sexual não estar inclusa na Constituição Federal de 1988, a mesma pode ser encontrada em Constituições Estaduais, como o caso do estado do Mato Grosso e Sergipe (CARDINALI, 2018, p.24).

sociais[30] ligados às causas LGBT. Cita, por exemplo, o grupo Somos[31] (1979) e a publicação do jornal Lampião da Esquina (1978 – 1981), o primeiro em território brasileiro a se dedicar aos desafios e as necessidades população homossexual.

> O Lampião assumia ‘a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual´, ao mesmo tempo despudorada e contestadora, que questionava a visão dos homossexuais como doentes e infelizes, entendendo-os como uma minoria politicamente oprimida. As matérias e artigos tratavam de uma grande gama de temas que não encontravam espaço nem na imprensa tradicional, nem na mídia alternativa de esquerda, que iam de sexualidade, artes, ecologia e discriminação racial, até notícias da constituição de grupos e coletivos homossexuais regionais e dicas de bares, boates e outros espaços de convivência homoerótica.” (CARDINALI, 2018, p. 18)

Figura 2 – Reprodução de capa do jornal *Lampião* (Rio de Janeiro, 1978)[32].

---

[30] Entendidos aqui como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educacao, v.16, n.47, 2011, p.335)

[31] “O discurso do *Somos* se caracterizaria por entender a homossexualidade como potencial agente de uma transformação cultural e social profunda, estando fortemente influenciado pelo ideário da contracultura e o espirito contestador e antiautoritário que marca a época. [...] A marca característica da atividade do *Somos* era a atividade de militância feita a partir das experiências e relatos pessoais de seus integrantes. Este modelo quase confessional buscava não apenas o reconhecimento mútuo e a formação de uma identidade coletiva homossexual, mas também combater os sentimentos de culpa e baixo autoestima que afligia os homossexuais da época [...].”” (CARDINALI, 2018, p.19).

[32] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Lampi%C3%A3o_da_Esquina Acesso em 20 de maio de 2021.

Ainda que importante, o processo de judicialização apresenta limitações quando o recorte é classe social, conforme afirma Rodrigo Brandão, professor de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no prefácio do livro "A judicialização dos direitos LGBT no STF: Limites, possibilidades e consequências": [...] embora muito se fale e efetivamente se verifique um cenário de "judicialização da política", o Judiciário ainda apresenta relevantes limitações de acesso a grupos de menor renda e escolaridade." (CARDINALLI , 2018, XI).

Outro certame no fenômeno de judicialização está na interpretação de constrangimento a Separação de Poderes, visto que o Judiciário estaria agindo para solucionar o que competiria ao Legislativo, sem ter, na concepção democrática tradicional, capacidade instrucional para tanto.

Mesmo com os atritos, o fenômeno da judicialização traz um ganho extrajurídico fortalecendo, na esfera pública, o debate sobre a agenda LGBT. Com efeito, por não ter o poder de legislar e executar, o entrave maior, de ordem cultural, ainda continua evidente para a população LGBT, conforme os achados revisitados nesta pesquisa:

> O avanço dos casos de LGBTfobia no Brasil demonstra de forma inequívoca a necessidade de proteção desse grupo vulnerável, vez que não se pode admitir **a ausência de medidas concretas por parte do Estado** para enfrentamento da questão, garantindo o direito à igualdade. (SANTOS & GARCIA, 2019, p. 295, grifo próprio).

Prova da inércia do Estado brasileiro em legislar e executar sobre a matéria, pode ser verificado no fato do primeiro projeto de lei sobre a garantia de direitos a população LGBT ter sido apresentado no Congresso Nacional, apenas no ano de 2001[33], e, desde esse ano, não houve desenvolvimento da temática nos debates congressuais (SANTOS & GARCIA, 2019). Desse modo, para além da judicialização de direitos, se faz indispensável políticas públicas que possam modificar à condição de inerente violência que a assola a população LGBT brasileira:

> A situação jurídica da comunidade LGBT carece urgentemente de proteção jurídica, mas também de políticas públicas que permitam às pessoas

[33] Projeto de Lei de n. 5.003/2001, "de iniciativa da então Deputada Federal Iara Bernardi, visando à tipificação das condutas de preconceito e de discriminação por orientação sexual, providência há muito reclamada, já que os homossexuais pertencem a uma das categorias de pessoas que mais sofrem os efeitos da intolerância (...)". Posteriormente foi nomeado como PLC n. 122/2006. In: SANTOS, Christiano Jorge. Crimes de Preconceito e de Discriminação. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 74-75

> compreenderem que a sexualidade de alguém não pode ser motivo para violação a qualquer direito, mormente o da vida, o da integridade corporal e o da igualdade. Os dados alarmantes da crescente violência demonstram que, [...] ao menos a tomada de posição do Estado no caminho de sua proteção se mostra imperiosa. (SANTOS & GARCIA, 2019, p. 315).

Embora não se desacolha a importância dos direitos LGBT conquistados via jurisdições, refuta-se uma visão romantizada da atuação judicial[34], mormente por reconhecer o Judiciário em um contexto social, histórico e político complexo (CARDINALI, 2018). Com efeito, é cabível de ressalva a urgência de candidaturas políticas viáveis, isto é, que sejam e estejam verdadeiramente compromissadas com a pauta do movimento LGBT, principalmente, para reverter os entraves apresentados na composição do legislativo brasileiro, visto a conflituosa relação dos tribunais em que se faça cumprir suas decisões, essas, que dependem de outros poderes e da sociedade de maneira geral.

Nesse primeiro capítulo, tratamos da fundamentação teórica da pesquisa pautada pelo olhar da teoria *queer*. Além disso, resgatamos como a judicialização tem se tornado a principal via de acesso de direitos aos que fogem da heteronormatividade. Também elucidamos como as ideias neoliberais têm adentrado na educação a partir da análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e da Base Nacional Comum Curricular (2018).

Na sequência – Capítulo 2 – focaremos nas características do campo de pesquisa, para tanto, será apresentado uma síntese do surgimento do Senac, análise documental da Proposta Pedagógica (2005) do Senac São Paulo e uma discussão acerca do entendimento de políticas públicas e políticas educacionais, com o objetivo de balizar o local do Programa de Inclusão e Diversidade.

---

[34] Chamada por Scheingold de “mito dos direitos”. (SCHEINGOLD, S.A. *The políticc of rights* lawyers, public polícy and political change. 2ªEd. Ann Arbor: University of Michigan, 2004.

Capítulo 2. Políticas Educacionais, Educação Profissional e Tecnológica

2.1 Aspectos históricos da educação profissional e tecnológica

Ao longo do desenvolvimento desse estudo, ao pesquisarmos sobre o a história do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), fez-se relevante considerar a história da educação profissional e tecnológica, nomenclatura essa que passa a ser utilizada na LDB a partir de 2008 (Redação dada pela Lei nº 11.741), anteriormente, a nomenclatura empregada era educação profissional:

> No Brasil, o ensino profissional foi cerceado de preconceitos construídos ao longo da história. A expressão "mão de obra" que era dirigida aos índios, negros e pessoas escravizadas, foi utilizado por muitos anos para se referir àqueles que trabalhavam, realizando serviços braçais. A cultura portuguesa trouxe a concepção de que **homens livres e bem-sucedidos não deveriam realizar trabalho manual**. (SOLDÃO, p.20, 2017, grifo próprio).

Ainda segundo o autor, essa diferenciação, dualismo, fragmentação do trabalho diferenciava as pessoas na sociedade, de tal modo podemos afirmar que os baixos salários de certas ocupações, como o de profissionais da área de limpeza e manutenção, profissões essas estritamente relacionadas com o período do escravismo, isto é, destinada às pessoas colocadas em situações de escravas, majoritariamente a população negra brasileira, complementa Cordão e Moraes (2017):

> **Essa herança colonial escravista e preconceituosa em relação ao trabalho** ainda tem influenciado sensivelmente todas as relações sociais com ênfase ainda maior na visão da sociedade sobre a educação e formação profissional para o trabalho. (p.29, grifo próprio)

A herança afirmada pelos autores, se complementa pela lentidão enfrentada pelos trabalhadores (as) domésticos (as) para a garantia de seus direitos trabalhistas, consolidando-se somente no início do século XXI. Cabe ressaltar que mesmo consolidados tais direitos não significam que serão, efetivamente, colocados em prática, como evidencia os dados divulgados pelo IBGE no ano de 2019:

> O número de trabalhadores no setor de serviços domésticos aumentou 4% de 2014 a 2018, segundo indicadores sociais do IBGE, chegando a um total de 6,2 milhões de pessoas: 5,8 milhões são mulheres (63% são mulheres negras) e 458 mil são homens. Entre as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, 72,2% deles trabalham na informalidade. Em 2020, apenas 28%

> da categoria têm carteira assinada, conforme apontam os dados do primeiro trimestre da Pnad Contínua[35] (grifo próprio).

Como podemos ver com o trecho da matéria da Tab Uol, publicada em 2020, a intersecção gênero e raça e mundo do trabalho, nos demonstra ainda que o local do trabalho doméstico é da mulher, sobretudo, a mulher negra, o que é aludido por Cordão e Moraes (2017) como uma das "heranças malditas", isto é, o escravismo (p.61, grifo próprio): "Essa é uma questão da maior [escravismo] relevância para entender a essência da herança maldita que nos atormenta até os dias de hoje, qual assombração, **exercendo forte influência cultural no dia a dia do mundo do trabalho.**".

A despeito disso, quando se tem como referência o Período Colonial, a educação profissional e tecnológica pode ser definida como atividades manuais de força física, sendo incialmente, praticadas por indígenas e pessoas negras africanas e, posteriormente, por "menores desvalidos": "[...] o Período Colonial deixou uma herança socioeducacional marcada, principalmente, pela gênese do preconceito contra os trabalhos manuais e práticos [...]". (CAIRES; OLIVEIRA, 2016, p.26).

Entre os séculos XIX e XX, firmou-se uma política assistencialista da educação profissional (CORDÃO e MORAES, 2017, p.29): "[...] muito mais voltada para tirar o menor da rua do que o preparar efetivamente para o mundo do trabalho.".

Caracterizada pela filantropia e o caráter assistencialista, a educação profissional desse período também se manifesta com a criação das casas de artífices entre 1840 e 1856:

> As casas de artífices foram criadas e mantidas integralmente pelo Estado; todas foram criadas por presidentes de províncias, autorizadas por leis das assembleias provinciais legislativas: sua clientela era constituída, predominantemente, de órfãos e exposto, o que as fazia serem vistas como "obras de caridade" do que "obras de instrução pública"; a disciplina era bastante rigorosa, militar ou paramilitar; a instrução predominante profissional era dada em arsenais militares e/ou oficinas particulares. (MANDREDI; CUNHA, 200, p.113).

---

[35] Confira a matéria completa em: < https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/24/68-dos-trabalhadores-domesticos-informais-estao-parados.htm> Acesso em 05/01/2022.

Já no período de 1858-1886 foram criados os Liceus de Arte e Ofícios, iniciativa que envolveu entidades da sociedade civil, tendo recursos provenientes de auxílio governamental e sociedades particulares.

> Artesãos, operários e demais estudantes aprendiam noções de desenho geométrico, industrial, artístico e arquitetônico, além de princípios das ciências aplicadas às artes. [...] Os cursos do liceu abrangiam em torno de cinquenta profissões. As principais modalidades de cursos oferecidos eram: curso profissional livre, curso comercial e curso feminino. (CORDÃO e MORAES, 2017, p.101)

Dentro do intervalo de tempo mencionado anteriormente, 1858-1886, as mulheres somente puderam ser admitidas em 1881 (CORDÃO e MORAES, 2017), o que significa mais um atraso na formação motivado por questões de gênero. Além disso, para o gênero feminino, restou a entrada tardia no mundo do trabalho, frustrando as possibilidades de independência, como também aumentando as distâncias socioeconômicas entre homens e mulheres em nosso país. Outra característica importante a se observar é o envolvimento de instituições religiosas com o ensino profissional:

> [...] o Estado e as **associações religiosas filantrópicas** organizavam o ensino profissional com o objetivo de desenvolver a formação para o trabalho. Dessa forma o ensino profissional era entendido como a educação que preparava jovens para atuarem em ofícios manuais. (SOLDÃO, 2017, p.21)

A partir do breve histórico que foi apresentado, carece-nos precisar o que contribuiu para que o ensino profissionalizante começasse, efetivamente, a se estruturar enquanto política educacional. Um dos principais propulsores para que se tornasse necessário essa estruturação decorreu do desenvolvimento industrial:

> Com o advento do automóvel e com a abertura de estradas, para acelerar o desenvolvimento comercial e a consequente necessidade de pessoal especializado para suas atividades, de tal forma, que novos empreendimentos de ensino comercial surgiram, progressivamente, seguindo o modelo das duas grandes academias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Deu-se, assim, à formação de uma rede de estabelecimentos de ensino comercial no país. (CARVALHO, 1965, p.73)

Em âmbito legislativo, tivemos algumas iniciativas propostas como a do deputado Fidélis Reis, que propôs, em 1927, porém, por falta de recursos o projeto

não foi instituído.No mesmo ano, o Deputado Graco Cardoso apresentou um plano para organização do ensino industrial, dividido em: Primário Industrial, Médio e Normal. O plano proposto não foi aceito, entretanto, as discussões advindas dele, culminaram na habilitação de uma classe até então não existente de profissionais, que são os/as técnicos/as (SOLDÃO, 2017, p.23): “Destacam-se também as iniciativas no âmbito dos movimentos [de] trabalhadores organizados em sindicatos que concebiam projetos para formação de trabalhadores adultos e seus familiares.”.

Com esse breve resgate histórico nos foi possível verificar o legado inicial da Educação Profissional e Tecnológica brasileira para o mundo do trabalho: dualismo em relação ao trabalho manual, braçal e o intelectual, sendo o primeiro, inicialmente, visto como castigo, penitência e sinônimo de escravismo – fato que ainda reflete na desvalorização de algumas profissões, como o caso de trabalhadores e trabalhadoras das áreas de manutenção, limpeza, alguns setores da construção civil, entre outras.

Para dar prosseguimento ao texto, aprofundaremos nas particularidades que levaram à criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e seus efeitos para a Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

2.2 Era Vargas e advento das escolas Senac

Em 1930, Getúlio Vargas assume a presidência da República, até então um governo de caráter provisório, mas que durou 15 anos e ficou conhecido como “Era Vargas”:

> Durante esses 15 anos, Vargas foi presidente da República, primeiro garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, eleito pelo Congresso Nacional; e por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força, representando os interesses das classes dominantes. (CUNHA, 1983, p.229)

Esse período abrange mudanças substanciais na educação, advindas, mais que tudo, da criação do Ministério da Educação e Saúde e a nomeação do primeiro Ministro Francisco Campos .

A Reforma de Ensino conhecida como Francisco Campos (UHLE, 1982), consistiu na publicação de uma série de Decretos[36] que estruturaram e centralizaram a

[36] Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto n.19.890, de 18 de abril de 1931,

administração educacional na administração federal, principalmente para os cursos superiores e para o ensino comercial (ensino médio profissionalizante). Desses decretos, destaca-se o Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, que abordou o ensino comercial: “Pela primeira vez na história essa modalidade de ensino era organizada e sistematizada em âmbito nacional” (SOLDÃO, 2017, p.25), complementa Carvalho (1965, p.74):

> Em 1931, em consequência da revolução operada na vida do brasileiro [...] sofreu a educação nacional a primeira grande reforma fundamental com a modernização e atualização de todo o aparelho educacional do país. Assim, o ensino comercial teve sua grande reforma instituída pelo decreto nº 20.158 [...] o mais importante foi a institucionalização das profissões contábeis e da contabilidade das empresas no território nacional que provocaram enorme impacto no ensino comercial.

Além da estruturação do ensino comercial, o Decreto em questão, conforme afirma Carvalho (1965), regulamentou a profissão de contador (a) e respondeu por um aumento considerável na oferta dessa modalidade de educação: “[...] o ensino comercial que, de seis estabelecimentos em 1920, passou rapidamente, a cento e quarenta e cinco em 1930.” (CARVALHO, 1965, p.73). Entretanto, tais reformas não concederam acesso para toda a população, conforme denuncia Romanelli (1984, p. 141): “[...] a reforma tratou de organizar preferentemente o sistema educacional das elites [...].”; essa é uma das principais críticas conferida a Reforma de Francisco Campos (SOLDÃO, 2017; ROMANELLI, 1984).

Ainda nos anos 1930, ganha notoriedade o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, encabeçado por Fernando de Azevedo[37], tendo também como participante Anísio Teixeira. O Manifesto em questão se destaca por ter sido a primeira tentativa de superar “[...] a reprodução escolar entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.” (MANFREDINI, 2002, p.86).

Acrescenta-se, também que “Os intelectuais defendiam **a laicidade do ensino**, **expansão da escola pública e a igualdade de direitos para ambos os sexos** [...]” (SOLDÃO, 2017, p.28, grifo próprio). Portanto, é relevante que esse movimento tenha

---

que estruturou o ensino secundário; Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial; Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidando as disposições sobre a estruturação do ensino secundário (UHLE, 1982).

[37] Foi diretor geral da Instrução Pública do DF (1926-1930). Em 1932 foi escolhido como redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1933 assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo e foi Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1942).

trazido aspectos, até então, não considerados na construção das políticas educacionais voltadas para formação educacional profissional e tecnológica, como as questões de gênero, de laicidade, como forma de proporcionar uma formação integral, pressionando, desse modo, o Estado para que criasse escola para todos, gratuita e obrigatória.

Quando Fernando de Azevedo assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em 1933, conferiu ao Código de Educação do Estado normatização e sistematização da educação pública, inclusive, sobre o ensino profissional: "Em menos de três meses, foi concluído e aprovado o projeto. [...] a nova lei da educação paulista dispunha de modo detalhado sobre **a educação pré-primária e primária, a educação profissional, a secundária, a pedagógica e a especializada"**. (SOUZA, 2011, p.7)

No que tange às questões de gênero e trabalho, o Decreto dispunha a possibilidade de as escolas profissionais serem apenas para homens, mulheres ou mistas, entretanto, mantinha-se o caráter de controle do gênero feminino, pois limitava-se a formação da mulher em economia doméstica (SOLDÃO, 2017). Ainda nesse período, Getúlio Vargas sofria pressão popular, como também de ordem econômica, para preencher a lacuna que existia quando o tema era formação das classes populares, principalmente, qualificação para atuação nas indústrias – área em expansão:

> O progresso do país, seu desenvolvimento industrial e agrícola só pode se originar no trabalho e é, portanto, para o trabalho que deve se voltar a educação. As escolas deverão ser local de instrução dessa relação com o meio, capacitando o indivíduo para uma ação local onde vive. (BITTENCOURT, 1986, p.247)

Mesmo com o discurso a favor do desenvolvimento de uma educação voltada para o trabalho, Vargas não consegue promover avanços no ensino profissional, nesse primeiro momento. Em âmbito federal, será com a Constituição de 1937[38], já no conhecido como "Estado Novo" – fruto de um golpe de Getúlio Vargas com apoio de militares, que teremos expressamente referências às Escolas Técnicas e Vocacionais, como nos diz o artigo 129:

---

[38]Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em 30 de maio de 2021.

> **O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas** é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos **ou associações particulares e profissionais**. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937, art.129)

O artigo 129 amparou o advento de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senai, em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Senac, em 1946, ambas são escolas técnicas que objetivam a formação profissional para a Indústria (Senai) e para o turismo, comércio e serviços (Senac), complementa Cordão e Moraes (2017, p.110): "Com a promulgação das chamadas Leis Orgânicas[39], a transformação das antigas escolas de aprendizes e artífices em escolas técnicas federais e a criação do Senai e do Senac, o ensino profissional começou a se consolidar no Brasil".

Outro fator preponderante para a criação de instituições ligadas aos setores ativos economicamente, foi um encontro ocorrido em Teresópolis (RJ) em maio de 1945 (OLIVEIRA *et al*. 1945, p.24). Nele, foram reunidos representantes dos setores produtivos de várias partes do Brasil responsáveis pela elaboração do documento "Carta Econômica de Teresópolis". O documento em questão elucidava recomendações para a saúde pública, economia e, sobretudo, educação – essa última, deveria ficar a cargo das entidades representativas das categorias econômicas e profissionais, conferindo direitos e deveres idênticos no que se refere à organização do ensino técnico profissional. Assim, o grupo solicitava ao governo a criação de escolas técnicas profissionais em larga escala, para atender o território brasileiro com a formação profissional.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 passou a contemplar a educação profissional e tecnológica com mais atenção o que possibilitou a ampliação das redes de educação profissional, incluso o sistema público e privado, como também a melhoria da infraestrutura:

---

[39] Reconhecidas como "Reforma Capanema" – conjunto de oito Decretos-Lei que versam sobre o ensino primário e médio. Incluso, neles, o que criou o Senac.

> Inegavelmente houve avanços significativos [...] após a Constituição Cidadã de 1988, que valorizou sobremaneira a educação profissional, situando-a na confluência dos direitos fundamentais do cidadão à educação e ao trabalho. (CORDÃO e MORAES, 2017, p.131).

Feitas as devidas considerações sobre os delineamentos da educação profissional e tecnológica, o advento do Senac veio por intermédio do Decreto-Lei Nº. 8621/46[40]. Em relação a gestão da instituição cogitou-se que ela ficasse subordinada ao Ministério da Educação e Saúde. Entretanto, à época, já existia a Confederação Nacional da Indústria que ficou com a gestão do Senac, tendo como principais incumbências a organização e administração (UHLE, 1982), e, ao Ministério de Educação e Saúde coube a fiscalização de suas atividades.

> A conjunção destes fatores contribuiu para a criação do SENAC [...] a Constituição de 1937, o encontro em Teresópolis em maio de 1945, comissão especial criada em junho de 1945 para divulgar o ensino comercial e o desejo do governo de Getúlio que era caracterizado pelo populismo, caridade, religiosidade para a manutenção do apoio político da igreja. (SOLDÃO, 2017, p.37)

A preocupação de instituições como Senac e Senai, nesse momento, estava concentrada nas questões para a formação técnica, isto é, o desenvolvimento do pensamento americano e de países europeus em relação a organização do trabalho (UHLE, 1982), sendo caracterizado pela máxima economia de produção, visto ser período de substituição das importações:

> A entrada do capital estrangeiro na década de 40 e mais efetivamente a partir de 50 traz consigo a organização do trabalho baseada na superexploração da mão-de-obra. As justificativas desta posição do empresariado se fundamentam nos prejuízos causados pela guerra, na necessidade de uma rápida recuperação econômica e ainda se apregoava uma melhoria do nível salarial advinda do barateamento de produção. (UHLE, 1982, p.20-21).

Vale ressaltar que o Senac inclui o chamado “Sistema S” que reúne um conjunto de nove instituições corporativas de interesse de determinada categoria profissional, são

---

[40] DECRETO-LEI No 8.621, DE 10 DE JANEIRO DE 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm> Acesso em 30 de maio de 2021.

elas (SOLDÃO, 2017): Sebrae, Senai, Senar, Senat, Sesc, Sescoop, Sesi e Sest[41], sendo que cada uma delas presta serviços a uma área específica da economia.

As linhas que estruturaram a organização do trabalho, nesse início de atuação do Senac, e, consequentemente, do ensino, seguiram as tendências da Administração Científica (Taylorismo), - influenciada pela organização do trabalho centrada nas premissas de Frederick Winslow Taylor - rígida hierarquia, sendo o trabalhador motivado por sua produção, isto é, para a aquisição do salário (UHLE, 1982). Porém, mesmo que contraditório, havia menção ao desenvolvimento de alguns princípios, como os de cooperação, bem-estar e paz social:

> Outro aspecto valorizado nesta segunda forma de contar a sua história é o fator cooperação – do conterrâneo anônimo - e o fator solidariedade, o sentido não-individual de sua obra. O que parece pretender o texto é mostrar que o sucesso é acessível a todos desde que sejam observadas algumas condições, tais como, a honra, o trabalho e a solidariedade. (UHLE, 1982, p.25-26).

Em questões educacionais, além do tecnicismo, observamos a preocupação com a “Formação Social” (UHLE, 1982), como forma de garantir o bem-estar social, sendo constituída por aulas de desenvolvimento das questões produtivas aliadas ao espírito de colaboração e de disciplina:

> Nas escolas Senac não se poderia esquecer a tarefa importante de, a par das aulas, **ministrar também atividades e lições de formação socia**l, uma vez que escolas dessa modalidade, mais que outras, precisam desempenhar funções educativas supletivas, à vista da incapacidade, negligência ou omissão da família neste assunto. (Relatório de Atividades do Senac /SP, 1946, *apud* UHLE, 1982, p.27)

Com a atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o tecnicismo abre caminho para uma formação mais abrangente, visto que passa a cumprir “os objetivos da educação nacional”, conforme art. 39: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008).

---

[41] “Sistema S – saiba mais”. Disponível em :< http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacionalde-avaliacao-da-educacao-superior/304-programas-e-acoes-1921564125/catalogo-nacional-decursos-tecnicos-281062090/12356-sistema-s-saiba-mais > Acesso em 30 de maio de 2021.

Ainda nesse ano, sob a redação da Lei 11.741/08[42], a Educação Profissional, passa a ser chamada de Educação Profissional e Tecnológica.

Ainda no ano de 2008, o Ministério da Educação (MEC) institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos[43], com principal objetivo de disciplinar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para informar escolas, estudantes, empresas e sociedade em geral, e que, segundo Yanomoto (2013, p.50), surgiu da necessidade de "estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos técnicos de nível médio. O Catálogo padronizou nomenclaturas, cargas horárias e perfis descritivos dos cursos técnicos" .

Outra política educacional relevante para o desenho da educação profissional e tecnológica no país, foi a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico[44] (Resolução CNE/CEB nº/99) que trouxe, para o âmbito da educação profissional, a ideia de competência entendida como "capacidade de articular e mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente de atividades requeridas pela natureza do trabalho".

Além disso, as Diretrizes em questão, definiram cargas horárias de cursos, fazendo com que o Senac, em especial, o do estado de São Paulo, atualizasse Planos de Cursos Técnicos, "pautando-se em um currículo por competências e desenvolvido por projetos em consonância com sua proposta pedagógica" (YANOMOTO, 2013, p.50).

Em termos filosóficos-pedagógicos, no ano de 2015, é publicada a Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac[45] , que serve de guia para o Senac de todo o país, apresenta a concepção de Educação que deve valer para suas respectivas unidades, com características políticas, intencionais e que busquem soluções para problemas concretos.

---

[42] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm> Acesso em 30 de maio de 2021.

[43] Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf> Acesso em 30 de maio de 2021.

[44] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf> Acesso em 30 de maio de 2021.

[45] Disponível em: <https://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2020/10/DT_1_Concepcoes-ePrincipios.pdf> em 30 de maio de 2021.

Dentro dessa abordagem de conceber a solução por questões sociais, há um precedente para que as questões de gênero e sexualidade sejam abordadas em âmbito da formação profissional e tecnológica que é o escopo das escolas Senac. Além disso, o documento considera, para a formação profissional, não somente aspectos técnicos, há a dimensão pessoal e social do sujeito que deva permitir "(...) **lidar com situações relacionadas às esferas pessoal, social e profissional,** preparando-o par acompanhar e responder aos desafios da sociedade contemporânea (p.10)"[46]. Essas questões tem sido chamada pela Organização Internacional do Trabalho, a partir de 2004, pela expressão "educação e formação ao longo da vida":

> Para tanto, a OIT entende que o termo "competências" abrange os conhecimentos, as aptidões profissionais e o saber fazer adquiridos e aplicados num contexto específico. Da mesma forma, entende que o termo "qualificações" [...] assim como o termo "empregabilidade" refere-se às competências e qualificações transferíveis que reforcem a capacidade do indivíduo para tirar partido das oportunidades de educação e formação, **de modo a assegurar e manter um trabalho digno, a progredir na empresa e na mudança de emprego e adaptar-se às novas tecnologias e condições do mercado de trabalho.** (CORDÃO E MORAES, 2017, p.128)

Depreendemos, desse sucinto resgate histórico, que a partir da promulgação da LDB, e suas respectivas atualizações, crescem os discursos para formação mais ampla no que concerne a formação profissional e tecnológica. Ancorada na OIT, como também, na Constituição Federal de 1988, o que se espera, nos tempos atuais, em termos de educação profissional e tecnológica, é uma educação para a vida - pessoal e social - e o exercício da cidadania, ao menos no campo das políticas educacionais escritas. A seguir, analisaremos como tais ideias permeiam a Proposta Pedagógica do Senac do Estado de São Paulo.

2.3 Formação para o mercado: análise da Proposta Pedagógica do Senac do Estado de São Paulo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996), estabelece, em seu Artigo 12, que os estabelecimentos de ensino possuem como incumbência, entre outras, a de elaborar e executar sua proposta pedagógica; bem

---

[46] *Ibid.*

como, informar aos responsáveis legais sobre sua execução. A proposta pedagógica do Senac do Estado de São Paulo (2005) é um documento que possui 15 páginas, com as seguintes divisões: “Introdução”; “O homem e o mundo de trabalho”; “Educação e Educação Profissional”; “Perspectiva histórica”; “Definição na programação”; “Desenhos de currículos”; “Metodologia da educação profissional”; “O processo ensino-aprendizagem” e “Processos Avaliativos”.

Para efetivar a Proposta Pedagógica nas unidades escolares que a entidade possui pelo estado de São Paulo como um todo, cada unidade deve construir seu Projeto Político Pedagógico (PPP) local, considerando as particularidades/especificidades de cada comunidade educativa. Desse modo, a Proposta pedagógica estabelece as diretrizes escolares do Senac São Paulo e o Projeto Político Pedagógico (PPP) define as intenções e posicionamentos das unidades escolares, propondo assim, ações para concretizar a proposta pedagógica. Segundo a Proposta Pedagógica do Senac São Paulo: [...] deve ser tomada como a base comum para seus projetos pedagógicos individuais, que, embora diversificados, deverão ter unidade de conjunto, mas não uniformidade.” (SENAC, p.03, 2005).

Na primeira parte da Proposta Pedagógica, “O homem e o Mundo do trabalho”, o trabalho é colocado como uma ação tipicamente humana, promotora e estruturante de “formas de convivência e de relações entre homens e entre eles e o meio em que atuam” (p.03, 2005) da mesma forma que o pensamento e a linguagem. O contexto histórico frisado no documento é a “era do conhecimento e da informação” que acarreta a revisão de conceitos em que (p.03, 2005):

> Os vínculos empregatícios tradicionais tendem a ser substituídos por novas formas de relações laborais: trabalho autônomo, atividades em tempo parcial, tele-trabalho, trabalho comunitário e voluntário, terceirização, parceria e organização cooperativa.

Sendo o Senac uma instituição de educação para o mundo do trabalho, espera-se que a Proposta Pedagógica enfatize mais a questão da classe trabalhadora, seus respectivos desafios e conquistas. Entretanto, é colocado como um fluxo “natural” o desmantelamento dos direitos trabalhistas, como afirmado anteriormente “os vínculos empregatícios tradicionais tendem a ser substituídos...” (grifo próprio). Como se dá essa tendência? Quais forças políticas encontram-se em jogo para o que se chama de “substituição de vínculos empregatícios”?

Tendo como ano de publicação 2005, a Proposta Pedagógica da instituição é um retrato da força e poder de alcance que os ideários do neoliberalismo podem alcançar, especialmente, no que tange “à extensão do controle do governo em relação à economia (que deve ser mínimo)” (FREITAS, 2018, p.14). Fato esse presente na Proposta, ao afirmar que os vínculos *tendem* a ser substituídos, percebemos que a força do Estado não deve existir, só resta ao trabalhador e trabalhadora *aceitar* os novos formatos de contratação de seus serviços, mesmo que muitos deles vilipendiem direitos conquistados.

Nesse cenário, crescem as desigualdades sociais, aumentam os baixos salários e a insegurança, sobretudo, em “decorrência da flexibilização das leis trabalhistas e da desatualização profissional.” (SENAC, p.04, 2005). Como causa central de tais consequências, o documento coloca a globalização. Como vemos, o fenômeno que justifica o sucateamento das condições do trabalhador e trabalhadora, segundo a Proposta, é a globalização e não o neoliberalismo que encontra na década de 1980 o momento de sua expansão: “[...] novos problemas econômicos fizeram com que no começo dos anos 1980 o neoliberalismo se tornasse hegemônico nos Estados Unidos (com Reagan) e na Inglaterra (com Thatcher), expandindo-se para outros países”. (FREITAS, 2018, p.14)

Segundo a Proposta, é a globalização que faz com que poucas nações e grandes corporações dominem a renovação tecnológica, acentuando a desigualdade de oportunidade e de acesso aos bens geridos pela sociedade quando, na realidade, essas consequências também estão angariadas pela política neoliberal que coaduna com ataque global ao Estado do bem-estar social:

> [...] alimentadas por políticas neoliberais, o contrato social central das democracias liberais foi destruído e com ele qualquer noção viável de solidariedade, justiça econômica e bem comum. O progresso foi transformado em seu oposto e registra mais desigualdades, sofrimentos e violência. A antiga linguagem dos direitos coletivos deu lugar ao discurso dos direitos individuais e o vocabulário do individualismo radical e o *ethos* áspero da sobrevivência do mais forte. (*apud* FREITAS, 2018, p.15),

Em tal perspectiva, Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (2003), no texto “Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?”, colaboram com a questão ao resgatarem Bakhtin e Gramsci, autores esses que consideram que toda linguagem, até mesmo a científica, como ideológica: ‘[...] em determinadas

épocas, certas palavras são focalizadas e afirmadas e outras silenciadas ou banidas. Isso também não é fortuito” (p.46).

Logo, a linguagem adotada na atualidade reflete a mão pesada do neoliberalismo que, gradualmente, infecta as políticas educacionais, como no caso da Proposta Pedagógica analisada, para que, novamente, se coloque a educação a serviço do mercado financeiro:

> Esta mesma imprensa [...] divulga, aos quatro cantos do mundo, um vocábulo cujo epílogo é a precarização da vida das maiorias e a perda de direitos: “Ajuste estrutura. Austeridade. Corte de gastos públicos. Produtividade. Garantia aos investidores. Enxugamento. Terceirização. Flexibilização de direitos. **No campo educacional, esse decálogo se expressa com os vocábulos como qualidade total, sociedade do conhecimento, educar por competência e para competitividade, empregabilidade, cidadão ou trabalhador produtivo, etc**. (CIAVATTA e FRIGOTTO, 2003, p. 48, grifo próprio)

Posto esse cenário, avancemos na análise da Proposta Pedagógica do Senac São Paulo (2005), que ao se referir ao perfil do (a) aluno (a) egresso (a) anuncia que a:

> [...] **competência** profissional não pode ser restringida à capacidade de utilizar eficazmente os meios tecnológicos disponíveis. Deve incluir, necessariamente, a **compreensão dos fundamentos científicos** que lhes dão suporte e, acima de tudo, **os valores éticos** que precisam nortear a produção de conhecimentos, a geração e implementação de novas tecnologias, voltadas para a **superação dos problemas sociais e organizacionais** contemporâneos e para a melhoria da qualidade de vida. (p.04, grifos próprios)

Como podemos analisar, a partir da linguagem, mais elementos do neoliberalismo estão presentes, como o caso da questão da competência. Outro ponto importante de se observar em nossa análise, como Stephen Ball (2011) já anunciava, as políticas educacionais são permeadas de contradições, como ocorre no trecho citado: se a Proposta Pedagógica traz elementos de defesa do livre mercado, que corresponde ao individualismo, de *quais problemas sociais* a Proposta se refere? A resposta encontra-se no próprio texto, que afirma ser uma consequência natural o desmantelamento de direitos e flexibilização do trabalho, logo, a própria sociedade é uma empresa, uma grande empresa privada.

Compreende-se então que para a Instituição, a formação para atuar no mundo do trabalho deve exceder o mero conhecimento científico/técnico, abarcando *valores éticos* que quando juntos devem traduzir a ação do trabalhador e da trabalhadora para superar problemas na sociedade, que como vimos acima, corresponde as organizações/empresas.

O documento ainda evidencia o que seriam os valores éticos ao afirmar que: "[...] valores e ações relacionados com a qualidade, a capacidade de empreender, a cidadania e a responsabilidade social, aí incluídas a ética, a saúde individual e coletiva e a preservação ambiental" (p.04, 2005). Nessa parte do texto, encontramos ainda mais evidente as contradições presentes em políticas educacionais, como o caso do uso da palavra "cidadania", deslocando a questão da manutenção e garantia de direitos, para o dever de defender as grandes organizações, sobretudo, pelo apagamento das lutas de trabalhadores e trabalhadoras:

> A luta da classe trabalhadora e de seus intelectuais ao longo de dois séculos do capitalismo foi buscar, sistematicamente, não só desmascarar o falseamento das noções de produtividade e de trabalhador produtivo, mas lograr conquistas importantes em termos de regulamentação do capital e de frear a superexploração. A regulamentação da jornada de trabalho é, sem dúvida, uma de suas conquistas fundamentais. (CIAVATTA e FRIGOTTO, 2003, p.49)

A direção, ou seja, a maneira de se agir a partir dos conceitos de *responsabilidade social* e *preservação ambiental* não são especificadas no texto, muito menos o que se entende por cada um dos termos - o que seria necessário pois para o fortalecimento da agenda neoliberal é importante sua presença em locais privilegiados ideologicamente, como é, no caso, uma Proposta Pedagógica de uma rede de escolas de educação profissional e tecnológica. Logo, se não há menção da luta trabalhadora, do agir coletivo em prol de garantir direitos trabalhistas e qualidade de vida para o trabalhador e trabalhadora, nos resta crer que a responsabilidade social pode ser traduzida em *responsabilidade com e para empresas.*

A questão de ser responsável socialmente compete ao indivíduo, sem qualquer menção às responsabilidades do Estado e, mais ainda, sobre a missão importante que uma escola pode ter para o campo de reflexão sobre essas responsabilidades. A concorrência, o livre mercado, a construção da adaptabilidade de alunos à essa lógica, impregnada em políticas educacionais, Freitas (2018, p.28) previne:

> E esta é uma razão que deveria ser suficiente para nos afastarmos dessas concepções de sociedade (e de educação), mesmo que os resultados acadêmicos de suas políticas educacionais viessem a ser eficazes justificando-o pela sobrevivência do indivíduo mais forte na concorrência livre do mercado, quer agora levá-lo para as escolas e disputar a hegemonia na formação da juventude dentro de sua lógica.

No campo da gestão pública, as ideias neoliberais já se manifestam e intensificam, borrando o limite que deveria existir entre educação e economia, especialmente, com a ascensão do que Freitas (2018) denomina de “nova direita”:

> A “nova direita” neoliberal disputou intensamente os rumos da educação brasileira, inclusive nos governos da coalização do PT (2003-2016) de dentro e de fora destes. Nesse período expandiu-se com a organização de uma rede de influências com novos partidos políticos, fundações, inserção na mídia, organizações sociais, institutos e associações, e ampliou seu apoio entre empresários e políticos. (p.15)

No Brasil, a estruturação dessa “nova direita”, segundo Casimiro (2018), está presente desde a redemocratização dos anos 1980; acarretando desdobramentos, no campo das políticas educacionais, que se traduzem na disputa e na acelerada necessidade de se padronizar o que ensinar:

> Aquele debate sobre referências nacionais curriculares dos anos 1990 agora tem lugar em vários países sob a forma de “bases nacionais curriculares”, no interior de um movimento global de reforma da educação que **pede mais padronização**, testes e responsabilização (*accountability*) na educação (Sahlberg, 2011), **atropelando a diversidade e os Estados nacionais**, já que o capital financeiro rentista (criador do neoliberalismo) opera de forma supranacional (FREITAS, 2018, p.11-12, grifo próprio).

Para o tema do estudo aqui apresentado, a presença de ideais neoliberais na Proposta Pedagógica coloca limites para questões da Diversidade como um todo, visto que conforme já apresentado, a população LGBT necessita de políticas específicas para suas demandas, visto que os preconceitos, estigmas e discriminações ocorrem cotidianamente na vida de tais pessoas. Assim sendo, é inviável afirmar que a “população LGBT precisa se dedicar mais para fazer por merecer”. Em grupos sociais que iniciam no “empreendimento da vida” com profundas desvantagens, a dedicação pode ser imensa e o indivíduo continuar no mesmo local social, ainda que, no caso da população trans no Brasil, a luta ainda seja pelo direito à vida.

> O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o "empreendimento" que expressa o "empreendedorismo", dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a "empresa". Com tal concepção, **o Estado é o principal inimigo da geração da qualidade social**, pois é um mau gestor (Schuler, 2017) e impede o funcionamento da lógica de mercado, devendo, portanto, ser reduzido ao mínimo e – mais importante – sem a possibilidade de interferir no mercado, o que atrapalharia sua lógica natural. (FREITAS, 2018, p.31)

Na segunda parte da Proposta, intitulada "Educação e Educação Profissional", há um breve resgate histórico que se inicia em 1946, ano de criação do Senac, seguido de uma breve síntese das modificações pedagógicas que a instituição delineou com o passar do tempo.

Quanto ao contexto histórico de criação do Senac, a proposta afirma que havia um formato de educação profissional com objetivo de formar para o preparo de mão-de-obra especializada em atendimento a demanda que se previa para o desenvolvimento industrial e comercial do país, sobretudo nas décadas de 50 e 60, o que para modelos educacionais significava:

> Coerentemente com a organização do trabalho da época, a prática educacional não valorizava a iniciativa e a reflexão, não era flexível, nem contextualizada. A educação não visava aos educandos como sujeitos transformadores ou promotores da própria aprendizagem e construtores do conhecimento. (SENAC-SP, p.05, 2005)

Seguindo as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, as instituições de ensino profissional, como o Senac, têm buscado, na atualidade, a articulação entre educação geral e a profissional, por meio do diálogo entre educadores (as) e educandos, frisando a importância da participação de todos (as) nos processos sociais dentro e fora da escola. Em relação a essa situação a Proposta afirma que houve um deslocamento da ênfase no ensino para a aprendizagem:

> Educar é uma ação intencional e política. Possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de competências, fundamentado em conhecimentos científicos e tecnológicos, aprendendo a conhecer, viver, conviver, agir e transformar sua vida e sua prática social, e a participar da sua comunidade. (SENAC-SP, p.05, 2005)

Com tal deslocamento, a Proposta Pedagógica frisa ser valioso para a formação dos profissionais que passam pela instituição o desenvolvimento de habilidades e competências. Para Hanushek (*apud* Freitas, 2018), essa questão é mais uma marca

do avanço da ideologia do neoliberalismo, pois subordina os objetivos da educação aos de grandes corporações e, para além, aos interesses de administradores de fundos de investimento.

> Tendo como intencionalidade última produzir a melhoria da qualidade da educação por meio da concorrência entre escolas e professores *em um livre mercado*, desenvolveu um "conceito de qualidade na educação" que implica o afastamento do governo da gestão da educação (ainda que não de seu financiamento), como forma de permitir a operação da livre iniciativa educacional dentro das regras do mercado (e não dos governos). (FREITAS, 2018, p. 44)

Antes de fechar essa parte da proposta, o documento expressa o objetivo da educação profissional do Senac do Estado de São Paulo da seguinte forma:

> A educação profissional no Senac São Paulo deve promover as pessoas, organizações e comunidades, buscando fortalecê-las por meio de um processo que visa **à inserção social e à ação participativa.** Deve estar voltada para desenvolver as competências para o trabalho e para a melhoria da qualidade de vida. (SENAC-SP, p.05, 2005, grifo próprio)

A Proposta deveria explicitar o que se intenta com *ação participativa*, visto que a democracia é algo secundário, ou até mesmo, "desnecessária" para o novo liberalismo econômico. Os direitos políticos não são tidos como garantia incondicional. Se não há um detalhamento acerca de *como* e em *quais* locais serão palco para a *ação participativa*, corre-se o risco de "[...] treinar uma nova geração de pensadores para lutar pelo livre mercado [...]" (FREITAS, 2018, p.16).

Ideologicamente, o livre mercado é vital para que as pessoas, imersas nele, se sintam livres para construir suas vidas a partir do seu mérito e esforço pessoal – o que sabemos ser uma falácia em um país como o nosso com tanta renda concentrada nas mãos de poucas famílias:

> Neste caminho, o indivíduo cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que só dependeria dele mesmo. Empurrado pelas alterações nas regras das relações trabalhistas, o livre mercado passa a ser a única possibilidade de que ele exercite a sua "liberdade" de ser bem sucedido – em confronto com seus semelhantes – sem interferências do Estado (e dos sindicatos) Ao eliminar direitos sociais, transformando-os em "serviços a serem adquiridos", o neoliberalismo derruba a proteção social, que tornou o trabalhador mais exigente (e mais caro) frente ao empresário – exatamente por contar com proteção social do Estado (p. ex. saúde,

> educação, previdência, leis trabalhistas). Desprotegido, o trabalhador acaba por ser obrigado a aceitar as imposições do mercado. (FREITAS, 2018, p. 24)

Da análise até aqui apresentada, já foram encontrados inúmeros indícios das ideias neoliberais na concepção de educação da instituição. Para que pudéssemos compreender de que responsabilidade estamos falando, carece na Proposta Pedagógica, uma abordagem crítica sobre qual concepção de sociedade se almeja construir, mais ainda sobre os limites e possibilidades de alcance desse desejo. Será a partir desse debate que poderemos responder o que compõe as "ações educativas comprometidas com a responsabilidade social".

> O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advêm as finalidades que ele atribui à educação. (FREITAS, 2018, p. 31)

O Senac-SP representa parte do segmento *privado*[47] de educação, portanto, já *é uma empresa*. Consequentemente, atua com os procedimentos típicos da organização empresarial – se molda através da *concorrência* e cuida das *condições de qualificação e oferta seguindo essa lógica*. Fato que pode ser observado na "Definição na programação", parte da Proposta Pedagógica em que são apresentadas as "Áreas de negócio" em que a *empresa educacional* divide seus *produtos*, agrupados no quadro construído abaixo:

Áreas de negócio	**Descrição**
Comunicação e Artes, Design, Moda, e Idiomas	Foco em públicos com afinidade em criação, expressão e senso estético.
Administração e Negócios, Informática e Tecnologia aplicada à educação a distância	Foco em públicos que buscam ferramentas e processos administrativos e de gestão.

[47] Segundo LDB, Art. 3, um dos princípios do ensino será: V – coexistência de instituições públicas e privadas [...].

Turismo, Hotelaria, Gastronomia e Lazer	Foco em públicos que prestam serviços para o setor de hospitalidade e entretenimento.
Saúde, Meio-ambiente, Educação e Desenvolvimento social	Foco em públicos que buscam o desenvolvimento sustentável das comunidades e o bem-estar pessoal e coletivo.
Ensino Superior	Além dos cursos e programas de Graduação – Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura - oferece os programas de Pós- Graduação – lato e stricto sensu e programas de Extensão, abrangendo diferentes Áreas de Conhecimento.
Educação a distância (EAD)	Graduação e Pós-graduação.

Quadro 1: Áreas de Negócio Senac São Paulo

(PROPOSTA PEDAGÓGICA, 2005)

Ainda, sobre oferta de cursos e atualização de portfólio, a proposta pedagógica frisa a questão de modificação de acordo com a demanda e afirma:

> Considerando a inter-relação do Senac São Paulo com a sociedade, em particular com instituições educacionais nacionais e internacionais, organizações do terceiro setor, **governamentais** e empresariais, de representação de classe, seus programas são e serão cada vez mais resultados de articulações e parcerias. (SENAC-SP, p.11, 2005, grifo próprio)

Mesmo não se caracterizando enquanto *escola pública* consideramos que, em termos de *alcance público de estudantes*[48], o Senac do Estado de São Paulo possui *relevância pública*, portanto, local de destaque para construir, reconstruir e repercutir

[48] Em 2016, segundo o Relatório Anual Senac São Paulo, as 58 unidades distribuídas no estado, no total, contabilizavam 18.630 alunos (as). Disponível em: < http://www1.sp.senac.br/hotsites/materiais/relatorios/Relatorio_Anual_2016.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2021.

ideologias, ainda mais, as que tensionam os interesses do rol *Estado de Bem-Estar Social x Empresas / Organizações.*

Em primeiro lugar, ao se borrar os limites de interesse entre o público e o privado, isolamos e silenciamos a discussão de aspectos importantes na construção da cidadania e na manutenção da democracia, como as concepções de sociedade e de educação, essa responsabilidade do Estado – que, mais que tudo, deve primar pelo debate da qualidade.

Para a pesquisa em questão, o avanço das ideias do neoliberalismo pode manter as fronteiras de alinhamento *sexo biológico x gênero x orientações afetivas*, isto é, a *heteronormatividade* e todos os seus dispositivos de controle – visto ser a Escola um destaque entre eles:

> Alvo de atenção dos religiosos, dos Estados e das famílias, ela foi se constituindo como necessária para a formação de meninos e de meninas, ao mesmo tempo em que deslocava a importância de outros espaços formadores. **À escola foi atribuída, em diferentes momentos, a produção do cristão; do cidadão responsável; dos homens e das mulheres virtuosos/as; das elites condutoras; do povo sadio e operoso etc. Certamente não se esperava que ela desempenhasse sozinha essas tarefas, embora, com muita frequência, elas lhe fossem explícitas e pontualmente endereçadas.** (LOURO, 2014, p.94, grifo próprio)

Portanto, é necessário reconhecer a presença de ideias neoliberais nos documentos norteadores da empresa Senac-SP, como no caso da análise da Proposta Pedagógica (SENAC-SP, 2005) aqui apresentada, bem como nos que regulam a ação do Estado, uma vez que o Plano Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3 (BRASIL, 2009), prevê o estabelecimento de parceria com empresas privadas, para *"[...] sair do âmbito da crítica e pensar nas direções de superação da proposta neoliberal – pelo menos no âmbito da resistência a ela"*. (FREITAS, 2018, p.45).

Sendo o Senac/SP uma escola voltada para às questões do mundo do trabalho, conforme desenhado em sua Proposta Pedagógica (2005) e expresso também em seu Plano Estratégico[49], em que a instituição afirma ter como missão "Educar para o

---

[49] Disponível em: <https://www.dn.senac.br/gestao-estrategica/planejamentoestrategico/#:~:text=Miss%C3%A3o%20%E2%80%93%20Educar%20para%20o%20trabalho,educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%2C%20reconhecida%20pelas%20empresas> Acesso em 20 de maio de 2021.

trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo”, os contornos do mercado, a lógica de mercado, contradiz os preceitos de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, visto que a lógica de mercado é a lógica meritocrática.

> *[...] y sabemos que cuanto más se cree que el mérito es recompensado en la sociedad donde uno vivo, como ocurre en los Estados Unidos, más se estima que las desigualdades son aceptables porque cada quien merece la posición que ocupa [..] (DUBET, 2015, p.36)*

Essa mancha de fronteiras abre cada vez mais precedente para uma outra questão no terreno educacional: a privatização da escola pública, aos moldes do que ocorreu nos Estados Unidos e, mais próximo de nosso território, no Chile, ao que Freitas (2018, p.80), nos adverte que essas reformas criam condições para a indução da privatização da educação.

Nessa parte do texto, demonstramos a permeabilidade das ideias neoliberais na Proposta Pedagógica do Senac São Paulo (2005), compreendidas, sobretudo, como fator limitante para educar para a diversidade de gênero e de afetividades. Na próxima parte, reunimos autores utilizados como referência para a conceitualização de políticas públicas e políticas educacionais com o objetivo de delimitar o Programa de Inclusão e Diversidade da rede Senac São Paulo.

2.4 Políticas Públicas e Políticas Educacionais: onde se encontra o Programa de Inclusão e Diversidade do Senac/SP?

Ao buscarmos o termo “cidadania” em um dicionário[50] localizaremos as seguintes concepções: (substantivo feminino) 1. Condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política; 2. Estado de cidadão, de quem é membro de um Estado; 3. Exercício dos direitos e deveres inerentes às responsabilidades de um cidadão: votar é um ato de cidadania; 3. [Por Extensão] Característica de um cidadão ou de quem recebeu o título de cidadão, possuindo todos os direitos e deveres garantidos pelo Estado.

Das três concepções apresentadas, notamos que duas delas tocam na questão do Estado. Dessa forma, torna-se inviável abordar a fundo questões de cidadania sem

---

[50] Dicio – Dicionário Online de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/cidadania/#:~:text=Significado%20de%20Cidadania,%C3%A9%20um%20ato%20de%20cidadania. Acesso em 14 de junho de 2021.

considerarmos o advento do Estado Brasileiro: será que a maneira como se deu a formação do Estado Brasileiro foi o suficiente para dizer que todas as pessoas de nosso país possuem o exercício pleno da cidadania? Doravante, a análise da obra "Subcidadania brasileira: para entender além do jeitinho brasileiro" nos traz algumas respostas considerando o que o autor chamou de "subcidadania" quando se refere ao nosso país. Jessé Souza (2018), vale-se da noção de *imaginário social*, termo talhado na obra de Charles Taylor que nos auxilia na compreensão da modernidade.

O imaginário social tem sustentação as práticas institucionais que visam legitimar a dominação social. Dito de outra maneira, significa o que as pessoas *percebem* como sendo seu *ambiente social*. Por extensão, o conceito diz muito sobre norma, sobre como devemos nos comportar, falar, nos relacionar e, por implicação, refere-se às hierarquias sociais. Logo, quem manda em quem, quem obedece ao que, a quem...

Neste aspecto, a obra de Jessé Souza (2018) tem seu exponencial por reconhecer que cada sociedade é específica e peculiar, e, por consequência, tem sua forma de explorar a construção de seus respectivos imaginários sociais, distanciando-se assim, de um padrão estanque e de generalizações.

A mesma linha de raciocínio encontramos na leitura que as autoras Regina Célia Linhares Hostins e Olívia Rochadel (2019) produzem sobre as contribuições de Stephen Ball para o campo das políticas educacionais:

> Em uma **perspectiva** que se distancia de posições binárias, [...] declara-se interessado em questões sobre "a ontologia da política", ou sobre **a "forma como nos tornamos as políticas encarnadas**". O autor busca romper [Stephen Ball] com a ideia de que as políticas são feitas para as pessoas e estas as implementam. As políticas são antes objetos de alguma forma de tradução ou de leitura ativa; um tipo de "ação social criativa". Em seus processos e atos, é necessário capturar não os efeitos sobre coletividades sociais abstratas, **mas antes a interação complexa de identidades, interesses, coalizões e conflitos** (p.64, grifo próprio).

A ausência da constituição de um Estado que fortalecesse a acepção de cidadania para todas as pessoas permanece. Para elucidar a afirmação, tomemos como exemplo a população colocada como escrava em nosso território. Mesmo após encerrado um período de mais de quatrocentos anos de regime escravocrata, pouco foi feito para a inserção dessas pessoas na sociedade, em posição que favorecesse a dignidade em vida, tendo assim, não a cidadania, mas sim, a *subcidadania* (SOUZA,

2018). O fato de permanecer pode ser exemplificado com o índice de violência do próprio Estado praticada contra a população negra em ações em comunidades[51].

A partir deste momento, já é possível perceber o que Jessé de Souza (2018) denomina de *subcidadania*: a lacuna da população nas decisões, na constituição de nosso país e, mais que tudo, a ausência em grande parte das concepções para o termo cidadania explanadas na abertura deste texto.

Analogamente, o mesmo processo se dá para com a população LGBT, visto que ficaram excluídas de inúmeros direitos quando comparadas com a população que não se enquadra na sigla citada, segundo Thifanny Odara (2020) a situação fica pior para a população trans, sobretudo, para quem representa o gênero feminino, isto é, as mulheres trans e as travestis:

> No Brasil, estima-se que a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada. De acordo com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a mulher trans tem uma expectativa de vida de 35 anos, já as pessoas cisgêneras têm uma média etária nacional de 75 anos, conforme dados do Instituto Brasileiro Geográfico de Pesquisas e Estatística (IBGE, 2017).

Em posse de tais dados assustadores e alarmantes, é vital o debate sobre o acesso a serviços estatais para a garantia do bem viver e do aumento da expectativa de vida da população travesti e de pessoas trans:

> [...] uma vez que nossos **corpos trans estão marcados para morrer diante do preconceito e da discriminação** que impactam diariamente [em nosso] tempo de vida. As travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil. (ODARA, 2020, p.19, grifo próprio)

Thifanny Odara (2020, p19) complementa que o racismo é um potencializador da transfobia[52], visto que da totalidade de assassinatos contra a população trans e travesti: "[...] **80% dos casos que foram identificados são de pessoas negras e**

---

[51] O Atlas da Violência 2017 constatou que as principais vítimas de violência no Brasil são jovens e negros. Constatou, ainda, que houve um aumento nas mortes de mulheres negras e uma redução de mortes de mulheres não negras (IPEA, 2017)

[52] Segundo Jesus (2015, p.60): "[…] a transfobia é o preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis." De modo geral, os meios de comunicação utilizam o termo homofobia para se referir aos atos de violência contra a comunidade LGBT.

pardas, ratificando o triste dado dos assassinatos da juventude negra no Brasil.” (grifo próprio).

Relacionando essa assertiva de Odara (2020) com os estudos de Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p.31), há de se ressaltar que a violência contra a comunidade LGBT não se reflete somente em homicídios: “Essa violência não necessariamente assume o caráter do assassinato, mas se reproduz nas práticas cotidianas das famílias, das escolas, de todos os espaços públicos, nos livros didáticos, em todas as mídias”, de tal modo que:

> **O Estado brasileiro tem uma dívida histórica para com as pessoas LGBTs:** enquanto o Poder Judiciário apresenta jurisprudência em sintonia com os avanços do Brasil na área dos direitos fundamentais e coletivos, pontuada pelo apoio às uniões entre pessoas do mesmo gênero, à adoção por pessoas homossexuais e à adequação nos registros civis de travestis e transexuais; o Poder Executivo tem, de forma por vezes titubeante, apoiado a criação de políticas e de centros de apoio à população LGBT, muitas vezes criticados (ambos) pela falta de efetividade; **e o Poder legislativo não tem aprovado legislação que valorizem essas pessoas**. (JESUS, 2015, p.33, grifo próprio)

Conforme explicitado por Jesus (2015), deduzimos que no debate sobre políticas públicas e políticas educacionais, encontraremos toda a complexidade de identidades, interesses e conflitos que a constituição do Estado tem e teve em todas as épocas históricas. Traduzidos em contradições/tensões entre a formalidade, ou seja, o que temos nos textos de lei, e a realidade, sendo essa última sempre plural e dependente de todos os marcadores que uma pessoa pode ter – como gênero, etnia, sexualidade, classe social, deficiência, entre outros - pois é a partir deles que se adquire status de cidadania ou de subcidadania.

> As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimentos materiais e contextuais. (BALL e MAINARDES, 2011, p.13)

A partir de 1930, verificamos um Estado que toma contornos, novamente autoritários (questiona-se se algum dia deixou de tê-lo), que representou uma “cidadania” regulada pela ocupação/profissão, ou seja, só era cidadão quem possuía vínculos trabalhistas. Conforme nota-se, a concepção do próprio Estado brasileiro

sobre quem é cidadão muda conforme o tempo histórico e a produção discursiva de determinado período.

Problematizadas algumas questões que permeiam a população LGBT, considerando se está matizada de cidadania ou subcidadania, outro termo nos parece oportuno problematizar: o entendimento do vocábulo política pública. Sobre o mesmo, a revisão da literatura apontou divergências conceituais (BALL, 2001; MEAD, 1995; SECCHI et al, 2019) conforme pontua Celina Souza (2006, p.24):

> Mead (1995)[53] a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980)[54], como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986)[55] segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984)[56] sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

As políticas públicas não são alvo de estudos/pesquisas somente das ciências políticas; mas sim território de várias ciências, como o caso de estudos em Educação:

> A política pode estar relacionada à organização das práticas e à relação que elas têm com alguns tipos de princípios. Elas não são, no entanto, fixas e imutáveis e podem ser sujeitas a interpretações e traduções compreendidas como respostas a problemas da prática. **As políticas estão sempre em algum tipo de fluxos, no processo de se tornarem algo a mais. Esse é, fundamentalmente, o caso atual da educação que flui ao lado da política** (declarações, demandas, expectativas). (BALL e MAINARDES, 2011, p.14, grifo próprio)

Na atualidade, já com os contornos do neoliberalismo e no tempo de produção dessa pesquisa (2020-2022), visualizamos um corporativismo influente nas questões políticas e, por consequência, nas questões sociais, fato que traz como sequela um Estado que dilui a ideia de justiça cultural[57] ou até mesmo extingue os meios para

---

[53] MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

[54] LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica**, Calif.: Goodyear. 1980

[55] PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

[56] DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

[57]

garantia dos direitos sociais para toda a população, ou seja, políticas específicas para populações que passaram por processos estigmatizantes e discriminatórios, como o caso da população LGBT. De acordo com Harvey (2011, p.08, grifo próprio):

> [...] **o neoliberalismo é** em primeiro lugar uma das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem provido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livre mercados e livre comércio. **O papel do Estado é criar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, qualidade e integridade do dinheiro**.

Para além de diluir a ideia de justiça cultural[58], o neoliberalismo a torna sem sentido, nesse aspecto temos o que Sharon Gewirtz e Stephen J. Ball (2011) denominam de transição entre o modelo de "Bem-estar social" para o "novo gerencialismo". Para os autores, a revolução do mercado é um processo transformacional, que não envolve apenas mudanças de estrutura e de incentivos, mas sim um conjunto de valores e uma roupagem nova para o ambiente moral: a política se torna mais uma *commodity*, uma mercadoria e, portanto, pode ser comprada, pode ser vendida, se transforma em uma oportunidade de lucro - esse ideal contraria o de acesso aos direitos sociais por todos e todas.

A lógica do livre mercado contradiz os ideais de Justiça Social que deveria ser garantido pelo Estado, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Ball (2011) acrescenta haver uma tensão nas pesquisas em políticas educacionais entre o engajamento com a busca por eficiência e aquele que visa a justiça, como o caso da justiça cultural. No campo das políticas educacionais, os principais deslocamentos encontram-se bem traçados pelo autor:

> Enquanto alguns ultrapassados e pretensos sociólogos e outros pesquisadores educacionais passaram a reinventar-se como feministas ou antirracistas e realmente trouxeram para as pesquisas educacionais a muito necessária infusão de nova e revigorante teoria, outros, começaram a assumir novas identidades, como "pesquisadores da eficácia escolar" e "teóricos do gerenciamento". Foi criada, em torno deste último tipo de trabalho, uma nova realidade com a política – ou um tanto dentro da política. **Temas relacionados à organização dos sistemas, análises de oferta e**

---

[58] *Justiça cultural*, segundo Fraser (1997, p.14), é definida em termos de ausência de: 1. dominação cultural (estar sujeito a padrões de interpretação e comunicação associados à outra cultura e hostis à cultura própria do sujeito); 2. Não reconhecimento (ser considerado invisível quanto às práticas de representação oficial, comunicativa e interpretativa); 3. Desrespeito (ser rotineiramente ultrajado ou depreciado em representações culturais públicas estereotipadas e/ou situações da vida).

> **justiça social foram substituídos pela implementação de estudos voltados para temas como "qualidade", "avaliação", "liderança" e "responsabilização".** (BALL, 2011, p.83, grifo próprio)

A partir do afirmado por Ball (2011) anteriormente, a presente pesquisa se baliza pela ideia de política como forma de garantir justiça cultural (FRASER, 1997), especificamente, dentro de escolas de educação profissional e tecnológica, como o caso do Senac São Paulo. Justiça aqui traduzida por segurança para o público LGBT, tendo como ponto de partida o reconhecimento de suas respectivas identidades de gênero, identidades afetivas para mitigar o desrespeito e a violência a qual o público LGBT ainda enfrenta em ambientes escolares e, assim, possam efetivamente gozar do direito à educação:

> [...] para que a justiça econômica e cultural seja atingida, torna- se necessário que grupos anteriormente subordinados participem plenamente de decisões sobre como os princípios de distribuição e reconhecimento devem ser definidos e implementados. (CRIBB; SHARON, 2011, p.130)

Ademais, se faz necessário escolhas teóricas, dentre elas, precisar o que se entende por políticas públicas e a relação de tal compreensão com o Programa de Inclusão e Diversidade da Rede Senac do Estado de São Paulo – responsável pela formação continuada em gênero e sexualidade ofertada para professores (as) e funcionários (as).

Para Secchi et al (2019, p.02): "Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico das decisões políticas, e do processo de construção dessas decisões". Para o autor ainda há uma relação muito forte entre Constituição Federal de 1988 e a questão cidadã:

> De fato, a Constituição Federal de 1988, com a tradução de **direitos sociais em política públicas**, e o binômio democratização-descentralização da gestão pública no país, intensificaram o uso do termo **política pública** pelos brasileiros como sinônimo para se referir ao **"Estado em ação" como para tratar sobre o "interesse público" na sociedade**. (SECCHI, et al, p.12, 2019, grifo próprio)

Independente de que política educacional se analise, consideramos que o preceito constitucional de igualdade de oportunidades ainda não é alcançado pela população LGBT no Brasil (JESUS, 2015, p.31). Uma vez que pessoas LGBT

enfrentam dificuldades, por exemplo, de expressar seu afeto em público, como o caso de pessoas lésbicas, gays e bissexuais, encontram resistência na família, em instituições escolares, e, por consequência, discriminações em seleção de trabalho, nesse caso, principalmente, travestis e transexuais.

No âmago dos estudos sobre políticas públicas, Secchi et al (2019) nos adverte sobre as diferentes formas de se conceituar política pública e que, portanto, não há consenso na literatura para o termo. Para exemplificar, o autor cita a abordagem estatista/estadocêntrica (*state-centered policy-making*) e a abordagem multicêntrica.

A abordagem estadista ou estadocêntrica se refere unicamente aos atos e programas que são estabelecidos a partir da ação do Estado: *é política pública somente quando desenhada e aplicada por ator estatal.*

> A abordagem estatista admite que atores não estatais até tenham influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas não confere a eles o privilégio de estabelecer (decidir) e liderar um processo de política pública (SECCHI *et al*, 2019, p.04).

Acrescenta Ball (2011, p.58):

> Em uma abordagem estadocêntrica as teorizações sobre política educacional representam a tentativa de aderir a uma compreensão marxista das relações sociais. [...] os teóricos que adotam uma perspectiva estadocêntrica procuram desvendar a relação emaranhada e contraditória entre Estado, classe e capital, relacionada às políticas educacionais e às práticas escolares [...] o ponto de partida para qualquer análise adequada de política e prática educacional deve envolver o reconhecimento do Estado e da sua relação com o capital.

Para Ball, a teoria centrada no Estado fornece poucos elementos para separar o “[...] que é superficial e efêmero do que tem propriedades profundas. A teoria centrada no Estado também não fornece diretrizes para relacionar uma agenda especificada pelo Estado com a prática local” (2011, p.70).

Sob outra perspectiva, a abordagem multicêntrica ou policêntrica, “considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*)” (SECCHI et al, 2019, p. 03).

À luz da abordagem muiticêntrica ou policêntria, uma política pública remete ao enfrentamento de um problema público[59], seja ela emanada e desenhada pelo Estado e/ou por outras entidades/organizações/empresas/terceiro setor:

> Os partidos políticos, os agentes políticos e as organizações não governamentais são alguns dos atores que se preocupam constantemente em identificar problemas públicos. Do ponto de vista racional, **esses atores encaram o problema público como matéria-prima de trabalho** [...]. Se um problema público é identificado por algum ator político, e esse ator tem interesse na sua resolução, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação. Essa lista de prioridades é conhecida como agenda (SECCHI *et al*, 2019, p.57-58).

Para pesquisas e pesquisadores (as) da abordagem Estatista, as ações que o Senac São Paulo promove, por meio do Programa de Inclusão e Diversidade, não são exemplos de política pública, pois não são pensadas e nem realizadas pelo Estado, pelo fato de que o Senac não representa uma entidade pública.

Já a abordagem multicêntrica, consideraria as ações Programa citado como uma política pública, por ter como um dos objetivos o enfrentamento de um problema público que, no caso, é a violência contra pessoas LGBT em espaços escolares.

Outra categorização apontada pelo estudo, é o Senac/SP enquanto exemplo de *Think Thanks*: “Na Europa e nos Estados Unidos, os *think tanks* são organizações reconhecidas pela sua capacidade de influenciar os rumos das políticas públicas.” (SECCHI et al, 2019, p.157). Algumas unidades da instituição realizam contratos diretos com empresas públicas para ofertar serviços educacionais, por meio do que denomina Atendimento Corporativo. Como ocorreu com a Prefeitura do Guarujá em que o Senac, via contrato, ofertou cursos de capacitação profissional nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).[60]

Outro componente que faz com que o Senac seja categorizado como um *think tank* é a utilização de dinheiro público por meio do que se chama de *compulsória.* Para

---

[59] Segundo Secchi (2019 et al, p.56) “Um problema público é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública.”

[60] “Alunos do Senac Concluem Cursos Profissionalizantes em Guarujá” (12/12/2018). Disponível em: <https://www.guaruja.sp.gov.br/alunos-do-senac-concluem-cursos-profissionalizantes-emguaruja> Acesso em 14 de junho de 2021.

McGann (2005) e Soares (2009), os *think thanks* podem ser dependentes de recursos públicos, como o caso do Senac/SP. Complementa Secchi et al (2019, p.157-158):

> Um *think tank* difere de uma empresa de consultoria, pois é focado na produção de novos conhecimentos, e não apenas na aplicação de conhecimentos já construídos para a mudança organizacional ou de política pública. Um *think tank* difere de um grupo de pesquisa acadêmico, pois, em vez de produzir conhecimento teórico, é focado no aconselhamento do *policymaker*, ou seja, em repassar conhecimentos de aplicação imediata nas várias etapas do processo de política pública**.**

Uma das fontes de financiamento das instituições que compõem o Sistema S, como no caso o Senac São Paulo, é proveniente de recursos de empresas dos setores de comércio de bens, serviços e turismo. Sendo que as contribuições, denominadas de compulsória, refletem sobre a folha de pagamento, sendo recolhidas pelo Governo e, posteriormente, repassadas para cada órgão, como descrito pelo veículo informativo Agência Brasil[61] (2020, grifo próprio):

> A alíquota da contribuição empresarial para os serviços de aprendizagem (Senai, Senac e Senat) é de 1%. As exceções são o Senar, que tem contribuição variável de 0,2% a 2,5%, e o Sescoop, para o qual a alíquota é de 2,5%. Já os serviços sociais (Sesi, Sesc e Sest) recebem 1,5% da folha. No caso do Sebrae, as micro e pequenas empresas (aquelas com faturamento bruto anual de até R$4,8 milhões) contribuem com alíquotas que vão de 0,3% a 0,6%.

A contrapartida esperada pelo uso desse recurso, no caso do Senac, envolve aprendizagem, por meio de cursos profissionalizantes, e atendimentos, prestados por seus alunos nas áreas de comércio de bens, serviços e turismo; além do sistema PSG, isto, é Programa Senac de Gratuidade[62], que oferece cursos, juntamente com seus respectivos materiais, gratuitos às pessoas que não ultrapassem renda familiar per capita de dois salários-mínimos federais. O cadastro para pleitear o PSG é feito pelo site da unidade em que se deseja estudar, no próprio site são informadas a quantidade de vagas e quantas delas são destinadas para pedido da bolsa gratuidade (PSG).

---

[61] Confira na íntegra em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/agenciabrasil-explica-o-que-e-o-sistema-s>. Acesso em 20 de maio de 2021.

[62] Programa Senac de Gratuidade Disponível em: <https://www.ead.senac.br/gratuito?gclid=CjwKCAjw_JuGBhBkEiwA1xmbRSfI4GJuCNcewxbTLuMnOehVKcHksxIgGB-eZm1N4pN_myYMcxTykxoC-_oQAvD_BwE>. Acesso em 14 de junho de 2021.

Com o contexto da pandemia pela COVID-19, a Agência Brasil[63] (2020), informou que houve corte de recursos repassados ao Sistema S via compulsória, por meio de Medida Provisória, conforme pode ser verificado no trecho abaixo:

> Em 2019, a arrecadação total dessas entidades foi de R$ 17,791 bilhões. Com a pandemia de covid-19, uma das medidas propostas pelo governo federal em 2020 foi a redução das contribuições empresariais ao Sistema S pela metade nos meses de abril a junho. O corte de 50% nas contribuições foi definido pela Medida Provisória 932/2020.

Para a pesquisa aqui apresentada, uma vez que o Senac do estado de São Paulo, a partir de seu Programa de Inclusão e Diversidade, principal responsável pela oferta da formação continuada para docentes e funcionários (as) em gênero e sexualidade, procura fazer valer um dos princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – aí incluso a educação profissional e técnica de nível médio, conforme a redação da Resolução CNE/CP nº 02/2015, consideramos referida a formação continuada como uma política pública. Entre os princípios da formação docente expresso na Resolução educação profissional e técnica de nível médio, conforme a redação da Resolução CNE/CP nº 02/2015[64] e presente na formação em gênero e sexualidade, estão:

> II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;
>
> [...]
>
> VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;
>
> [...]

Segundo o Site do Senac SP[65] o Programa tem como escopo:

---

[63] Confira na íntegra em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/agenciabrasil-explica-o-que-e-o-sistema-s>. Acesso em 20 de maio de 2021.

[64] Confira a Resolução CNE/CP º02/2015 em <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em 09/01/2022.

[65] Ações internas: Programa de Inclusão e Diversidade. Disponível em: <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a21497.htm&testeira=457&l&template&unit>. Acesso em 14 de junho de 2021.

> [...] o ato de incluir tem como princípio eliminar barreiras para que as pessoas se desenvolvam em condições de igualdade, respeitando sua individualidade e valorizando as diferenças. Nesse sentido, busca estimular o desenvolvimento dos funcionários, independente de suas características físicas, sociais ou culturais.

Nesse sentido, a formação continuada em gênero e sexualidade, ofertada pelo Programa de Inclusão e Diversidade caracteriza-se, principalmente, por três elementos (MAINARDES et al., 2011): 1.orientação para resolução de um problema (a questão da violência contra pessoas LGBTs); 2. Multidisciplinariedade (qualquer docente, independente da área de atuação, pode realizar) e 3. Orientação por valores e/ou caráter normativo (responde ao valor da Inclusão social[66] presente no plano estratégico do Senac São Paulo).

Laswell (1951 *apud* Mainardes, 2011), um dos precursores das *policy sciences*, acrescenta que o caráter normativo, isto é, orientado por valores deve ser identificado a partir de vieses que defendam a democracia e a dignidade humana, como por exemplo, ocorre com as orientações do Programa de Inclusão e Diversidade:

> Para o Senac São Paulo o ato de incluir tem como princípio eliminar barreiras para que as pessoas se desenvolvam em condições de igualdade, respeitando sua individualidade e valorizando as diferenças. Nesse sentido, busca estimular o desenvolvimento dos funcionários, independente de suas características físicas, sociais ou culturais.[67]

Diferenciando-se da análise de política educacional positivista, fortemente presente nas décadas de 1970-1980, compreendida como aquela que destaca somente a avaliação das políticas a partir de duas nuances: o processo e os impactos provocados pela implementação; a análise realizada pela pesquisa da política educacional do Senac São Paulo, estabelecida por meio do Programa de Inclusão e Diversidade, considerou o contexto na qual se deu sua formulação. Esse paradigma

---

[66] Conheça o Senac. Disponível em <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a724.htm&testeira=457>. Acesso em 19 de junho de 2021.

[67] Ações internas: Programa de Inclusão e Diversidade. Disponível em: < https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a21497.htm&testeira=457&l&template&unit> Acesso em 26 de julho de 2021.

de análise política passou a vigorar a partir dos anos 1990, conforme apresenta Mainardes et al (2011, p.155):

> Os formuladores desses novos referenciais partem também da ideia de que o processo político é complexo e envolve uma variedade de contextos (o Estado, específicos contextos econômicos, sociais e políticos, as instâncias legislativas e as escolas, entre outros). Dessa forma, os referenciais analíticos devem ser capazes de iluminar o desenvolvimento das políticas em todos esses contextos. (MAINARDES *et al*., 2011, p.155)

Analisar o contexto significa a percepção dos antecedentes e pressões que levaram à administração de uma política específica, no caso podemos citar as influências de grupos LGBT, via movimentos sociais e judicialização de direitos, como também, das tentativas de efetivar, em nível federal, uma política de formação para professores (as) em gênero e sexualidade dentro do Programa Brasil Sem Homofobia (2004).

Além do contexto, buscou-se desfiar o discurso sobre o qual a política de inclusão e diversidade do Senac São Paulo repousa e se torna válida na comunidade escolar, melhor dizendo, optou-se pela perspectiva pós-estruturalista. Nesse sentido, as contribuições de Stephen J. Ball foram enriquecedoras, porque para o estudioso as políticas educacionais *devem ser analisadas como texto e como discurso*, conforme explana Mainardes et al. (2011, p.157-158, grifo próprio) sobre as contribuições de Ball:

> [...] Ball acrescentou outros dois contextos: o dos resultados/efeitos e o contexto da estratégia política. Mais recentemente, Ball tem indicado que o contexto dos resultados / efeitos é uma extensão do contexto da prática, e o contexto da estratégia / ação política pertence ao contexto de influência. [...] **Além dos aspectos do contexto contemporâneo, a análise precisa considerar os antecedentes históricos da política, incluindo iniciativas já construídas.** Tais considerações sobre o contexto contemporâneo e histórico ajudam a iluminar os motivos que impulsionaram o surgimento da política em um momento específico.

Para análise do contexto da prática recorreu-se aos alunos (as) que se identificam como LGBT e aos docentes que passaram por experiências de tal política, estas proporcionadas pela formação continuada “Diálogo: gênero e sexualidade”, uma vez que “[...] é preciso levar em conta que as políticas são interpretadas de diferentes modos pelos sujeitos que atuam no nível da prática.” (MAINARDES et al., 2011, p.159)

Ao longo deste capítulo, realizamos um breve resgate sobre a educação profissional e tecnológica no Brasil, com o objetivo, mais que tudo, de compreender o contexto de criação do Senac em 1946. Para tanto, tencionou-se desde o surgimento da instituição, as implicações com a gestão pública, como o fato de o Senac ter surgido mediante um Decreto-Lei.

Cabe mencionar que o avanço do neoliberalismo também corrói as políticas educacionais da rede Senac São Paulo. Uma comprovação dessa assertiva encontra-se na modificação da missão da instituição – em que a preocupação com a educação se volta, novamente, para o *mercado*, isto é, para formar mão de obra para atuar em atividades do comércio, bens, serviços e turismo, retirando-se assim, a preocupação, presente anteriormente, com a responsabilidade social. Essa influência do neoliberalismo coloca desafios quando o assunto é diversidade, pluralidade de pessoas e corpos, como foi problematizado ao longo do capítulo.

2.5 Políticas de cotas e o Programa de Inclusão e Diversidade

O Programa de Inclusão foi implementado em toda rede do Senac do estado de São Paulo no ano de 2002. Como escopo inicial, o Programa se dedicou à inclusão de pessoas com deficiência (PCD), mais especificamente nos (as) funcionários (as) com deficiência. Fruto dessa dedicação, veio com cinco premiações, por cinco anos consecutivos, de melhor empresa para pessoas com deficiência trabalhar (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018)[68]. A premiação em questão é articulada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e apoiada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Ademais, o programa foi também reconhecido pelo "Prêmio Reconhecimento Global: Boas Práticas para Trabalhadores com Deficiência" – ação promovida pela Secretaria em parceria com a ONU (Organizações das Nações Unidas).

O Programa de Inclusão e Diversidade é fruto da lei de cotas para Pessoas com Deficiência (PCD). Inicialmente, à época de seu lançamento em 2002, o Programa preocupava-se com cumprir o percentual de PCD´s funcionários (as), nas

---

[68] Informação disponível em: <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a21497.htm&testeira=457&l&template&unit>. Acesso em 22 de junho de 2021.

unidades do Senac, e, para tanto, trouxe também como tema para formação continuada a inclusão de pessoas com deficiência.

Após quinze anos de fomento a inclusão de profissionais com deficiência e de tratar das questões inerentes a essa demanda, como a parte de formação para questões relacionadas às deficiências, em 2017, o Programa tem sua atuação ampliada, passando assim, a ter como objetivo a inclusão de outras pautas relacionadas com a diversidade.

Além das questões relacionadas ao universo da deficiência, o Programa passou a ter um olhar mais amplo, promovendo ações internas, para funcionários (as), como também ações externas para a comunidade escolar também nos seguintes temas: gênero, sexualidade e educação antirracista. Exclusivamente para funcionários, o Programa oferece as seguintes formações dentro do grande tema diversidade:

- Oficina: Diversidade como Valor;
- Diálogo: Gênero e Sexualidade;
- Projeto Diversidades: Gênero e Sexualidade (EAD);
- Diálogo: Educação Antirracismo;
- Workshop de Inclusão de Pessoas com Deficiência;
- Tutorial: Inclusão de Pessoas com Deficiência (EAD);
- Curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais) - Módulos, 1, 2 e 3;
- Encontro dos Representantes da Inclusão e Diversidade da Rede Senac São Paulo;
- Formação de Multiplicadores do Programa de Inclusão e Diversidade.

Para que o (a) professor (a) possa participar dos cursos da Programa, é obrigatório que realize o curso “Jeito Senac de Educar” com carga horária de 12h. De acordo com Yanomoto (2018, p.69) esse curso: “Foi criado por conta da necessidade de alinhamento do processo de formação dos docentes com as diretrizes educacionais adotadas pela organização nos últimos anos”, sobretudo, colocar as diretrizes da Proposta Pedagógica (2005) em prática na sala de aula.

A formação continuada “Diálogo: gênero e sexualidade” foi implementada em 2017, sendo uma atividade presencial, para funcionários (as) e professores (as) até o início da Pandemia por COVID-19 em março de 2020. Após esse período, essa formação volta a ser ofertada de maneira remota, no segundo semestre de 2021,

utilizando o aplicativo Microsoft Teams. O critério para ir à campo, foi justamente selecionar docentes que participaram dessa formação entre os anos de 2017-2019.

Além da formação continuada em gênero e sexualidade, o Senac São Paulo promove algumas ações na tentativa de valorizar a diversidade dentro desses dois temas, como podemos verificar abaixo:

Alunos de SJR realizam casamento na unidade

Cerimônia marca o encerramento do curso *Casamento: Do planejamento à Celebração em Grande Estilo*.

Publicação: 19/9/2017 - Gerência de Comunicação e Relações Institucionais
Atualizado em: 19/9/2017

Na última quinta, às 19 horas, os alunos da segunda turma do curso *Casamento: Do Planejamento à Celebração em Grande Estilo* (http://www.intranet.sp.senac.br/intranet-frontend/catalogodecursos/detalhes/4049/2015-01-01%2000:00:00.0)realizaram uma solenidade no pátio de SJR para marcar o encerramento do curso.

Em uma cerimônia com luxos e honrarias, o sonho da travesti Rachel Shineyder Silveira e do noivo Andre Stefanini foi realizado. Toda a organização e coordenação das diversas etapas que envolvem a consagração de um casamento foi liderada pelos alunos da instituição, que transformaram o sonho dos noivos em realidade. Inclusive a produção dos doces ficou a cargo dos alunos da primeira turma do *Técnico em Confeitaria* (http://www.intranet.sp.senac.br/intranet-frontend/catalogodecursos/detalhes/14010/2016-01-01%2000:00:00.0).

Figura 3 - Alunos de SJR realizam casamento na unidade: Promoção da visibilidade da pessoa travesti na unidade de São José do Rio Preto

Desfile marcou o encerramento da oficina

Em BAU, oficina apresenta história do movimento drag e dicas de moda e beleza

Iniciativa recebeu o troféu Eu Faço a Diferença, durante a Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação.

Publicação: 9/10/2019 - Gerência de Comunicação e Relações Institucionais
Atualizado em: 9/10/2019

Após uma estreia de sucesso em 2018, com vagas esgotadas em poucas horas e destaque na imprensa (https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2018/08/26/com-aulas-teoricas-e-praticas-oficina-abre-espaco-para-cultura-drag-queen-em-bauru.ghtml), BAU realizou a segunda edição da *Oficina de Drag Queens*. A iniciativa é fruto da parceria com a Associação Bauru pela Diversidade (ABD) e o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual (Cads Bauru).

Com 10 horas de duração distribuídas em quatro dias, a oficina tem como propósito contextualizar historicamente a luta do movimento e a construção dessa personagem. As aulas teóricas e práticas foram conduzidas pelo idealizador da oficina, Maurício Jiacomin, que atua como a drag queen Maya Papillons e é ex-aluno do curso *Maquiador (http://www.intranet.sp.senac.br/intranet-frontend/catalogodecursos/detalhes/13983/2016-01-01%2000:00:00.0)* de BAU, e por alunos e docentes desse curso e do *Técnico em Produção de Moda (http://www.intranet.sp.senac.br/intranet-frontend/catalogodecursos/detalhes/14925/2017-01-01%2000:00:00.0)*. Tudo com o apoio de Silvie Liane Alves de Mello, técnica da unidade.

Figura 4 - Em BAU, oficina apresenta história do movimento drag[69] e dicas moda e beleza

[69] *Drag Queen/King, Transformista*: Artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em apresentações são conhecidos como drag queens que são homens fantasiados como mulheres. No mesmo sentido, mulheres caracterizadas de forma caricata como homens, para fins artísticos e de entretenimento, são chamadas de drag kings.
O termo mais antigo, usado no Brasil para tratá-los, é o de artistas transformistas. Drag queens/king são transformistas, vivenciam a inversão do gênero como diversão, entretenimento e espetáculo, não como identidade (JESUS, 2012, p.18)

Exposição fotográfica sobre diversidade em JAB

Evento em JAB aborda diversidade e saúde do corpo e da mente

Programação incluiu bate-papos, exposição e atividade na praça.

Publicação: 20/6/2017 - Gerência de Comunicação e Relações Institucionais
Atualizado em: 20/6/2017

Diversidade sexual, cidadania, doação de medula óssea, pressão arterial, caminhada e dança circular. O evento *Qualidade de Vida: mente e corpo saudáveis*, realizado em maio por JAB, abrangeu todos esses assuntos e atraiu 200 participantes.

Em 23/5, foi realizado o diálogo social *Diversidade Sexual e Cidadania LGBT*, que contou com a parceria da Rede Social Jaboticabal e foi mediado pela docente Bianca Franciscatto. Participaram o psicólogo Dario Schezzi; a capacitadora em direitos humanos com enfoque na população LGBT Mariah Agatha; e a fotógrafa Gabriela Zuri.

"O formato do evento propiciou discussões francas e abertas, com posicionamento de diferentes pessoas, contribuindo para importantes reflexões. Há ainda uma grande violência contra a população LGBT, tanto psicológica quanto física, e um estigma que só poderá ser superado se falarmos sobre o tema", comenta a psicóloga Anamélia Maria Guimarães Junqueira, uma das participantes.

Figura 5 - Evento em JAB aborda diversidade e saúde do corpo e da mente: na Unidade de Jaboticabal foi realizado diálogo social *Diversidade Sexual e Cidadania LGBT*

Ações acontecem até 29/6 na ACL, FAU e SCI

Festival traz para o Senac debates sobre identidade, diversidade e gênero

Transição em período escolar, empregabilidade e comportamento das marcas são alguns dos temas analisados.

Publicação: 15/6/2018 - Gerência de Comunicação e Relações Institucionais
Atualizado em: 19/6/2018

Em junho são organizadas, em várias cidades do mundo, manifestações de orgulho da população LGBT+. O movimento começou nos anos 1960 em resposta ao preconceito e à repressão policial contra essas pessoas nos EUA, que culminou na conhecida Revolta de Stonewall. Por isso, desde 5/6 até 29/6, as unidades SCI, FAU e ACL integram a causa e estão promovendo ações gratuitas para fomentar dentro do Senac o debate sobre identidade, diversidade e gênero.

Intitulado *Festival TransInformativo IDX – identidade, diversidade e gênero*, o evento é realizado em parceria com os coletivos Rolê LGBT e com a Casa Florescer e nasceu da articulação das docentes Ana Laura Gamboggi Taddei e Soraia Lima, ambas da SCI. A programação inclui palestras, filmes e rodas de conversa, tendo cada unidade organizado atividades com foco em suas áreas de experiência, como gastronomia e hotelaria na ACL, moda na FAU e comunicação, arte e cultura em SCI.

Figura 6 - Festival traz para o Senac debates sobre identidade, diversidade e gênero: unidades se unem para evento para discussão e promoção da visibilidade LGBT

Educação e trabalho é tema de roda de conversa na unidade

ITQ faz roda de conversa sobre educação e trabalho com transexuais

Um grupo de 20 jovens relatou as dificuldades para concorrer a vagas no mercado de trabalho.

Publicação: 19/11/2019 - Gerência de Comunicação e Relações Institucionais
Atualizado em: 25/11/2019

Um grupo de 20 jovens transexuais, participaram de uma roda de conversa em ITQ para debater sobre carreira e profissão. Antes de visitar os ambientes e conhecer as oportunidades de educação profissional da unidade, cada um apresentou a própria trajetória de vida, marcada na maioria das vezes por muito preconceito.

Figura 7 – Unidade de Itaquera faz roda de conversa sobre educação e trabalho com transexuais: atividade específica voltada para 20 pessoas transexuais

As notícias das imagens acima foram todas retiradas da rede interna (INTRANET) e ao buscar o termo LGBT nessa rede foram localizadas 11 ações (2017-2021) de promoção da diversidade sexual e de gênero, que envolveram a comunidade escolar composta por funcionários/as, alunos/as e público do entorno das unidades.

Adensando no objeto deste estudo, precisamos o local do Programa de Inclusão e Diversidade a partir da discussão teórica acerca de políticas públicas e políticas educacionais. Na sequência, no capítulo 3, discutiremos as questões metodológicas utilizadas na pesquisa, o problema e os principais objetivos.

Capítulo 3. Apontamentos metodológicos

3.1. Problema de pesquisa e objetivos

Ao longo do texto, discutimos as principais barreiras que pessoas LGBTs enfrentam apenas por terem uma identidade de gênero ou por demonstrarem algum tipo de afeto que cause conflito com as imposições de uma sociedade heteronormativa. Ademais, vimos também que o segmento de pessoas transexuais e travestis ainda lutam para terem respeitado o seu direito à vida, fato que demonstra essa assertiva é a extrema violência que assola a população trans em matéria de homicídios motivados, única e exclusivamente, por serem quem são.

A despeito disso, como a escola de educação profissional e tecnológica pode auxiliar a reverter esse quadro? Considerando que o preconceito e a discriminação contra pessoas LGBTs acontece em diversos âmbitos sociais, como na escola e, muitas vezes, também no mundo do trabalho, coloca-se oportuno questionarmos se a escola de educação profissional e tecnológica pode ser um local para construir relações para além das heteronormativas - relações essas que respeitem, tirem da invisibilidade e valorizem a pluralidade de identidades de gênero e afetivas?

A partir das indagações acima, afirmamos como objetivos gerais da pesquisa os seguintes:

1. Analisar as percepções de professores (as) sobre a formação continuada em gênero e sexualidade ofertada por uma escola de educação profissional e tecnológica, no caso a rede Senac do Estado de São Paulo;
2. Discutir as percepções de alunos (as) da instituição, e/ou de ex-alunos, preteridos (as) aqueles (as) que se identificam com a sigla LGBTs, sobre as relações de gênero e sexualidade na escola de educação profissional e tecnológica.

Já em relação aos objetivos específicos:

1. Identificar barreiras que estudantes LGBT enfrentam em suas trajetórias familiares, escolares e no mundo do trabalho;
2. Discutir o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais a partir das contribuições de Jefferson Mainardes e Stephen Ball (2011);
3. Evidenciar a complexidade de identidades, coalizações e contradições presentes em políticas educacionais de gênero, sexualidade e educação;
4. Compreender as relações de gênero e sexualidade a partir das contribuições dos estudos de Guacira Lopes Louro (2014-2019) e Judith Butler (2019, 2020);

5. Contribuir para o fomento de formações em gênero e sexualidade para professores (as) como um caminho de garantir uma educação verdadeiramente compromissada com os Direitos Humanos;
6. Contribuir para pesquisas sobre educação profissional e tecnológica e diversidade da perspectiva de gênero e sexualidade..

Em linhas gerais, a construção desse texto passou pelos seguintes temas e abordagens: revisão bibliográfica sobre a educação profissional e tecnológica com enfoque nas alterações das respectivas políticas educacionais para atender as exigências provenientes do mercado econômico, sob as discussões de Luiz Carlos de Freitas (2018), Marcelo Soldão (2017), Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (2003); discussão sobre questões de gênero, sexualidade educação; as tentativas de implementação de políticas de direitos humanos, destacando as relações de gênero e sexualidade; debate sobre os limites e possibilidades da formação continuada em gênero e sexualidade a partir do repertório pessoal e profissional de alunos (as) e professores (as) implicados com a educação profissional e tecnológica

3.2 Metodologia da pesquisa

Durante todas as etapas da pesquisa considerou-se as contribuições da "sociologia da política" (*policy sociology*). Essa, segundo Jefferson Mainardes e Stephen Ball, na introdução do livro "Políticas Educacionais: questões e dilemas" (2011), é utilizada para "[...] expressar o fato de que conceitos, ideias e pesquisa no campo da Sociologia são empregados como base e fundamento para a análise de políticas" (p.12). Para tanto, a pesquisa tem caráter crítico, resultando, em uma produção acadêmica que interroga e analisa e políticas de uma perspectiva crítica.

> O termo "crítico" sinaliza que o objetivo dessas pesquisas é compreender a essência das políticas investigadas, com o cuidado para analisá-las de modo aprofundado, evitando-se toda e qualquer forma de legitimação; analisá-las de uma perspectiva de totalidade, estabelecendo os devidos vínculos com o contexto mais econômico, político e social, e analisar as relações das políticas com a justiça social (BALL; MAINARDES, 2011, p.13).

Ainda nas palavras de Foucault (*apud* BALL, 2011, p.95):

> A crítica é uma questão de retirar um pensamento (que estimula o comportamento cotidiano) do esconderijo à força e tentar transformá-lo: mostrar que as coisas não são evidentes como se acreditava, ver que o que

> é aceito como evidente não será mais aceito como tal [...] Tão logo não se possa continuar a pensar as coisas como antes se pensava, a transformação se torna muito urgente, muito difícil e, ainda assim, possível.

Já o enfoque epistemológico empregado nas análises da pesquisa foi o da crítica ao neoliberalismo (FREITAS, 2018), especialmente, os efeitos dele para/com a Educação e para políticas educacionais.

Mesmo adotando como método o modelo crítico, não se refuta os valores presentes pelos atores que conduziram a pesquisa, pela crença de que existe “perigo ético” em pesquisas que reivindicam a neutralidade. Qualquer análise traz como implicação posicionamentos de ordem ética e de ordem política dentro dos debates sobre políticas e práticas.

Hammersley (*apud* CRIBB; GEWIRTZ, 2011, p.115) não refuta a respeito dos valores sociais e/ou até mesmo da influência deles na pesquisa, argumenta que os valores adentram na pesquisa por, pelo menos, três vias:

> Primeiramente, aponta que o compromisso com o objetivo da produção de conhecimento é, em si, um compromisso valorativo. Em segundo lugar, aceita que os valores pessoais do pesquisador, inclusive suas crenças quanto ao que é benéfico para a sociedade, devem influenciar sua seleção de tópicos e questões de pesquisa. Em terceiro lugar, argumenta que os pesquisadores devem conduzir a pesquisa de modo a proteger os interesses e o bem-estar dos que estão estudando, e que isso os leva a fazer uma série de julgamentos éticos e valorativos enquanto coletam e analisam os dados e escrevem sobre eles.

Tendo em vista questões de valores, conforme dito na Introdução, a pesquisa foi conduzida por um professor representante da sigla LGBT, por ser homem transexual; o que influencia diretamente no pressuposto, e valoração, de que a inclusão de temas como gênero e sexualidade, devem ser parte do cotidiano escolar, independente, do nível de ensino; porque assim como os dados apresentados sobre violência LGBTfóbica também ter integrado a minha trajetória enquanto estudante, professor e pesquisador. O que se tomou o devido cuidado é o que propõe Hammersley (*apud* CRIBB; GEWIRTZ, 2011, p.107), isto é, não deixar com que os valores moldassem a forma de se coletar os dados e sua respectiva análise.

> [...] pesquisadores precisam ser conscientes quanto ao modo pelo qual os seus julgamentos de valor moldam suas pesquisas, que eles precisam ser especialmente cautelosos em relação ao perigo de que seus julgamentos de valor os impeçam de investigar com afinco e de

> levar em consideração evidências que possam desafiar suas crenças e valores e, que, quando necessário, os pesquisadores devem estar preparados para articular e defender posições valorativas que informam seu trabalho.

Consideramos, entre todas as assertivas trazidas ao longo desse texto, que toda pesquisa é uma intervenção política:

> [...] há uma contribuição, marcada pela militância política, a favor da democracia e da igualdade para todas e todos aquelas/es inseridas/os no contexto educacional, a saber: alunas/os, professoras/es, diretoras/res e a coordenação pedagógica. (ARAUJO, 2016, p. 14)

Portanto, refutou-se a inocência da crença da neutralidade:

> Resumindo, não acreditamos que a necessidade de rigor seja melhor amparada ao se tentar colocar de lado interesses para o uso da pesquisa – porque isso é simplesmente impossível - , mas sim que é melhor sustentada ao incorporarmos a reflexividade sobre o uso da pesquisa em nosso modelo de rigor metodológico.” (CRIBB; GEWIRTZ, 2011, p.119).

Outro desafio enfrentado por mim, pesquisador e militante dos Direitos Humanos, sobretudo, os relacionados às identidades de gênero e afetivas/sexuais, foi de pesquisar a instituição em que trabalho, visto que atuo como profissional da educação de uma das Unidades do Senac São Paulo, especificamente no interior do Estado e atuei durante 02 anos como representante de inclusão e diversidade, objeto dessa pesquisa. O enfrentamento a este envolvimento direto se deu, de forma crucial, pelas contribuições dos/das integrantes do Grupo de Pesquisa “Políticas públicas em educação: trabalho e formação” da Universidade Católica de Santos, o qual estou vinculado devido ao mestrado.

Cito como crucial a participação no grupo pois, por diversas vezes, ao apresentar o andamento da pesquisa meus/minhas colegas do grupo trouxeram apontamentos importantíssimos que garantiram um maior distanciamento para, assim, evitarmos uma pesquisa enviesada ou até mesmo acrítica. E, para tanto, revisitar, em todas as etapas da pesquisa, os respectivos objetivos tornou-se ainda mais importante. Outro fator de grande relevância para evitar uma pesquisa enviesada foi utilizar, como instrumento de pesquisa, a análise documental (CELLARD, 2008, p.295):

> [...] trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação medida.

Acrescenta-se ainda que explicitar a linha política de um determinado estudo / pesquisa é uma herança originária dos Estudos Feministas, dos quais Guacira Lopes Louro incorpora um precioso resgate (2014, p.23):

> Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se com ousadia, que as questões eram *interessadas*, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que a construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança.

Foucault (2014) em sua obra “Microfísica do poder” nos coloca aspectos importantes entre ciência e poder, nos provocando, o autor diz (p.269):

> [...] não se deve antes interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo? As questões a colocar são: que tipo de saber vocês querem “menorizar” quando dizem: “Eu que formulo esse discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista”? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas circulantes e descontínuas formas de saber?

Atentamo-nos ao rigor metodológico e em explicitar o compromisso político da pesquisa que, em síntese, integra a defesa de uma formação de profissionais, efetivamente, voltada para os Direitos Humanos. Formação essa, inicial e continuada, que contemple e faça valer os documentos oficiais analisados, isto é, contemplem as questões de gênero e sexualidade em uma perspectiva que ultrapasse a perspectiva-anatômica e questione/supere a heterossexualidade compulsória. Para tanto, defendemos que se coloque em prática a Resolução CNE/CP Nº 02/2015[70],

---

[70] Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

especificamente no que tange que os temas gênero e sexualidade que devem estar na formação de profissionais de licenciatura de todas as áreas.

As técnicas utilizadas para coleta de dados da pesquisa envolveram entrevistas, a partir de roteiros semiestruturados[71] e análise documental de documentos públicos e da rede Senac do Estado de São Paulo.

A análise crítica ao neoliberalismo foi adensada por meio das entrevistas, que, para a pesquisa, foi recurso valioso para compreensão do mundo dos (as) entrevistados (as), por se tratar de uma interação, uma troca de ideias e de significados, detalhou as crenças, atitudes e valores das pessoas nos contextos sociais interessados para pesquisa, como a escola, o ambiente de trabalho, por exemplo:

> Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de idéias (sic) e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas (GASKELL, 2002, p.73)

O uso de roteiro semiestruturado foi motivado pela característica que possui de abertura de questões, possibilitando que o (a) participante possa refletir e ampliar o assunto/tema abordado. Além disso, no que tange às entrevistas com docentes, tentou-se, mediante a semiestruturação, compreender dados sobre o itinerário de vida para perceber as implicações pessoais e as marcas construídas ou desconstruídas pela formação inicial e continuada. Essa última, com enfoque na ação “Diálogo: gênero e sexualidade”- ofertada pela Rede Senac São Paulo, sobretudo, por questões relacionadas à gênero e sexualidade.

Ludke e André (1986) afirmam que a entrevista semiestruturada predispõe de uma diversidade de dados, favorece interação entre pesquisador e os (as) entrevistados (as), em detrimento, por exemplo, do questionário. Por fim, a entrevista semiestruturada viabiliza coleta de informações e aprofundamento de aspectos cruciais, sendo um importante instrumento para análise. Segunda as autoras a entrevista semiestruturada é composta de um roteiro de questões, que não precisa

---

[71] Confira em Apêndice.

ser seguido com rigorosidade, para que o entrevistador/as, caso sinta ser necessário, possa adaptar no decorrer da entrevista. Por conseguinte, o roteiro apresentado no Apêndice deste texto foi utilizado como guia para condução das entrevistas com o público-alvo.

Nesse sentido, envolver e implicar também trajetórias pessoais com às de formação: “considerando os significados exercidos pela (s) escola (s) e pelos professores, especificamente no que se refere à estruturação do discurso pedagógico e dos rituais produzidos no itinerário dos sujeitos” (SOUZA, 2007, p.20).

A amostra intencional foi composta por cinco docentes que participaram da formação continuada intitulada “Diálogo: gênero e sexualidade” com carga horária de duas horas. Para tal o critério de seleção foi: (i) ter participado da formação continuada citada e (ii) atuar, ou ter atuado, como docente da Rede Senac São Paulo. A preservação do anonimato foi garantida para todos (as) os (as) participantes, como forma de tentativa para maior liberdade de expressão sobre os assuntos abordados.

Além dos (as) professores (as), foram entrevistados (as) alunos (as) egressos (as) de cursos da rede e/ou cursando, a esses (as) também mantido o anonimato. O critério de escolha foram para àqueles (as) que se identificam com a sigla LGBT, sendo eles (as): dois homens trans (identidade de gênero) pansexuais (orientação afetiva), uma mulher cisgênera (identidade de gênero) pansexual (orientação afetiva), um homem cisgênero (identidade de gênero) e gay (orientação afetiva) e uma mulher trans (identidade de gênero). Essa última não quis identificar a orientação afetiva, totalizando 05 entrevistas, com cinco sujeitos. Os cursos que os (as) egressos concluíram foram: Técnico em Segurança do Trabalho; Técnico em Administração; Programa Aprendizagem e Cursos Livres[72].

Por desenvolvermos uma pesquisa com pessoas, sujeitos entrevistados/as, submetemos a pesquisa ao Comitê Ético da UNISANTOS e, posteriormente, para aprovação pela Plataforma Brasil que, após análise, aprovou a pesquisa; após a aprovação, seguimos com as entrevistas.

---

[72] O que são os cursos livres? São cursos de aperfeiçoamento, qualificação profissional, capacitação, aprimoramento ou desenvolvimento pessoal e profissional ofertados a pessoas de diferentes níveis de escolaridade, denominados de Formação Inicial e Continuada (FIC). Disponível em: <https://www.ead.senac.br/#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20os%20cursos,Inicial%20e%20Continuada%20(FIC).> Acesso em 22 de junho de 2021.

Como mencionado anteriormente, outro instrumento de pesquisa aplicado para foi a análise de documentos. Os documentos foram relevantes, pois, segundo Cellard (2008):

> As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, **o documento escrito** constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. (grifo próprio)

Ademais, compreende-se que a análise documental foi empregada na intenção de confirmar hipóteses de interesse que, no caso da pesquisa, eram comprovar as contradições subjacentes entre o que versam os documentos, sejam eles emanados pelo Governo Federal, ou até mesmo, produzidos pelo Rede Senac São Paulo e a prática no cotidiano escolar do que os documentos afirmam sobre diversidade, em especial as relacionadas com gênero e sexualidade. Ou seja, trabalhar com os documentos internamente, conforme elucidado por Michel Foucault (*apud* CELLLARD, 2008, p. 304, grifo próprio):

> A história mudou de posição em relação ao documento: ela se atribui como tarefa primaria, não mais interpretar, nem determinar se ele diz a verdade e qual o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo internamente e elaborá-lo; ela o organiza, recorta-o, distribui-o, ordena-o, reparte-o em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não o é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. Portanto, o documento não é mais para a história essa matéria inerte, por meio do qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado, e do qual somente o rastro permanece: ela busca definir, no próprio tecido documental, unidades, totalidades, séries, relações.

Para tanto, o pesquisador "[...] desconstrói, tritura seu material à vontade; depois, procede a uma reconstrução, com vista a responder ao seu questionamento." (CELLARD, 2008, p.304), permitindo, portanto, que tenhamos uma interpretação cristalina, possamos formular explicações plausíveis e coerentes.

Em relação ao tratamento de documentos, durante a revisão bibliográfica, não foi localizado nenhum estudo que abordasse o Programa de Inclusão e Diversidade da rede Senac São Paulo em relação às questões de gênero e sexualidade. Os principais banco de dados pesquisados foram: Scielo e Google Acadêmico, conforme detalhamento que se segue:

- Plataforma Scielo: no período de 2012-2020, ao pesquisar sobre o “programa de inclusão e diversidade Senac”, não foram localizadas produções acadêmicas. Ao buscar por “formação continuada em gênero e sexualidade”, no mesmo período supracitado, foram localizadas somente três produções, sendo elas: “Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior[73]” de Tatiane Lima publicada na Revista Instituto de Estudos Brasileiros em dezembro de 2020; “Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios[74]” de Zilene Pereira Soares, publicado na revista Educar em Revista em fevereiro de 2019, e a terceira publicação, “Psicologia escolar e a formação continuada de professores em gênero e sexualidade[75]” de Marivete Gesser *et al*, publicada na revista Psicologia Escolar e Educacional, em dezembro de 2012. Ao refinar a busca, pensando na pesquisa, foi também pesquisado o termo “formação continuada em gênero e sexualidade na educação profissional e tecnológica”, resultando em nenhuma publicação.

- Google Acadêmico: no período de 2012-2020, ao pesquisar sobre o “programa de inclusão e diversidade Senac”, não foram localizadas produções acadêmicas. Ao buscar por “formação continuada em gênero e sexualidade”, no mesmo período supracitado, foram localizadas, aproximadamente, 30 resultados. Dessas trinta ocorrências, duas delas mais se assemelham com nosso estudo. A primeira delas é a publicação “Respondo o quê? Avaliação de um programa de ensino em educação sexual para professores”[76], de Mareli Eliane Graupe *et al*, publicado em 2018, na revista Educativa. Essa publicação teve como objetivo refletir sobre gênero, educação sexual e homofobia, a partir da análise documental do Plano Municipal de Educação e Projeto Político Pedagógico e entrevistas realizadas com alunos (as) e professores (as) de uma escola da rede municipal de Santa Catarina, concluindo que há violência

---

[73] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/jfYd7V5qLByWf9bY4MgCbqC/?lang=pt >. Acesso em 11/01/2022.

[74] Disponível em:<https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/?lang=pt:>. Acesso em 11/01/2022.

[75] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/ZbpVYVGTxtftFD8g9ZfmyJB/?lang=pt>. Acesso em 11/01/2022.

[76] Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5849/4204>. Acesso em 11/01/2022.

contra estudantes homossexuais e a inexistência de projetos educativos em gênero e sexualidade. A segunda, é uma dissertação intitulada “Durante o curso eu vi várias pessoas mexidas...: Experiências de professoras/es em um curso de formação continuada sobre gênero e sexualidade[77]” de Beatriz Rodrigues Lino dos Santos no ano de 2018. A pesquisa citada, utilizou autores da pós-críticos como Michel Foucault, Guacira Lopes Louro, entre outros, a partir das concepções de tais autores sobre gênero e sexualidade, a pesquisadora buscou professores/as, do estado da Bahia, que participaram de uma formação para esse tema, com duração de 200 horas anuais, concluindo que, após a formação, alguns professores (as) conseguiram realizar atividades com seus (as) alunos (as) dentro da temática; outros, em contrapartida, ainda não se sentiam seguros e/ou confortáveis de levarem às temáticas para salas de aula. Ao pesquisarmos “formação continuada em gênero e sexualidade na educação profissional e tecnológica”, não foram localizadas ocorrências no período analisado (2012-2020).

Desse detalhamento da revisão bibliográfica, depreendemos que o campo de formação, seja ela inicial ou continuada, nos temas gênero e sexualidade para professores (as) é um campo de pesquisa que carece de publicações e estudos. Quando o recorte é essa formação com a educação profissional e tecnológica, o cenário de estudos é nulo, ao menos se considerarmos o período de 2012-2020. Sobre esse aspecto, reside a importância e diferencial da pesquisa, um campo a ser explorado na educação profissional e tecnológica, também o são, as questões de formação em gênero e sexualidade para os profissionais da educação que atuam nessa modalidade de ensino.

Os documentos analisados com o decorrer da pesquisa foram distribuídos em três blocos:

1º). Proposta Pedagógica (2005) – disponível para consulta pública[78];

2º) Informações retiradas da Intranet, rede interna, referente às organizações de gerências da Rede Senac São Paulo, como também, para consultar os cursos disponíveis, aqueles que integram o Programa de Inclusão e Diversidade, para

---

[77] Disponível em: < http://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wp-content/uploads/2019/01/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Beatriz-Rodrigues-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em 11/01/2022.

[78] Proposta Pedagógica Senac/SP (2005). Disponível em: < https://www.sp.senac.br/pdf/53727.pdf> Acesso em 22 de junho de 2021.

Formação Continuada, conhecidos pela nomenclatura PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional);

3º) Consulta em materiais/documentos da Diretoria Nacional (Senac/RJ) aberto ao público.

Outro recurso utilizado foi a pesquisa bibliográfica para compor os referenciais teóricos sobre as relações entre espaços escolares e os temas gênero e sexualidade, pois segundo Oliveira (2007): "[...] o mais importante para quem faz a opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que **as fontes pesquisadas já são reconhecidamente no domínio científico** (p.69, grifo próprio)". Por isso a opção pela Teoria *Queer* de Butler (2019-2020), pedagogias da sexualidade de Louro (2014-2019) e Jesus (2012), visto serem autoras consagradas no meio acadêmico devido suas produções e respectivas pesquisas.

A pesquisa foi desenvolvida em algumas etapas e teve como problema central a hostilidade pela qual o público LGBT+ passa em espaços escolares, para então, a partir das entrevistas, coletar subsídios para compreender se formações continuadas, nos temas gênero e sexualidade, podem servir de subsídio para mitigar o problema da violência LGBTfóbica.

> Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO, *et al*., 2008, p.148)

Sobre as etapas: a primeira, foi dedicada ao estudo dos referenciais teóricos em gênero, sexualidade e educação e ao levantamento de pesquisas que trouxessem dados sobre o cotidiano de pessoas LGBT em espaços escolares – o que evidenciou um cenário nefasto de violência na escola e fora dela - justificando a necessidade de um estudo como o que se apresenta. Já a segunda etapa, foi dedicada à análise do que há, em termos de políticas e garantia de direitos para a população LGBT no Brasil. Na terceira etapa, foram realizados os contatos com os (as) entrevistados (as), via e-mail e redes sociais. A todos (as) os participantes foram informados (as) sobre o interesse e objetivos da pesquisa, como também, as questões éticas envolvidas.

Após explicar os objetivos da pesquisa, apresentar o TCLE, foi marcado um horário para a realização das entrevistas que utilizaram como meio o *GoogleMeet,*

sobretudo, em virtude da Pandemia pela Covid-19, de todos (as) os entrevistados (as), somente uma delas não quis fazer a entrevista via GoogleMeet. No caso, é a participante identificada como “Lorena”, que preferiu mandar alguns comentários referentes ao roteiro semiestruturado, via e-mail.

Após as entrevistas e respectivas transcrições, podemos inferir que os (as) participantes foram bastante receptivos (as). Algumas medidas foram tomadas para tentar garantir um clima informal, para atingir os objetivos da entrevista semiestruturada, ou seja, o diálogo e o menor direcionamento possível sobre as falas. E, consequentemente, um clima amistoso para o momento da entrevista, adotando a linguagem informal como uma forma para facilitar a comunicação.

Ainda sobre as vantagens proporcionadas pela entrevista semiestruturada (MANZINI, 2003), podemos citar o melhor entendimento das especificidades de cada pessoa entrevistada e a possibilidade de ampliar o diálogo a partir do despertar de novos questionamentos, anteriormente não delimitados.

Por fim, a última etapa foi a análise das transcrições das entrevistas:

> Tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimento sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. (BARDIN, p.45, 2016).

Entre os diversos caminhos e propostas para a análise qualitativa dos relatos coletados, por meio das entrevistas, foi preterida a análise categorial de conteúdo proposta por Bardin[79] (2016, p.48) em sua obra “Análise de conteúdo”. Para autora, o termo significa:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens).

O que buscamos, então, foi o estabelecimento de uma análise consciente da correspondência: “[...] entre as estruturas semânticas ou linguísticas e nas estruturas

[79] Laurence Bardi: professora-assistente de psicologia da Universidade de Paris V, aplicou as técnicas da Análise de conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas.

psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados. (*Ibid.,* p.47). Para tanto, nessa pesquisa, a trajetória e vivência escolar de pessoas LGBT foram o eixo, na condução das entrevistas relacionando aspectos culturais familiares, religiosos e relativos ao mundo do trabalho, sendo assim categorizados: 1) Família e Religião; 2) Escola ; 3) Mundo do Trabalho e 4) Gênero, Sexualidade e Escola Profissional. A coleta de tais categorias se deu por meio de um roteiro de temas, priorizados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Na primeira inferência, isto, é “Experiências Familiares e Religiosas”, abriu-se o diálogo para influência da família na questão da autoaceitação ou, ainda, no sentimento de inferiorização, ridicularização ou expulsão de casa, conforme pesquisa semelhante demonstrou (ACOSTA, 2016). De modo geral, para todo (a) participante que teve influência de religião de matriz católica, obtivemos relatos que expressam dificuldades e/ou desconfortos ao reivindicarem sua identidade afetiva ou de gênero que afrontasse a heteronormatividade.

Na segunda categoria, “Experiências escolares”, a ideia foi deixar os participantes livres para constituírem a história de suas vidas a partir da reivindicação de suas identidades de gênero e afetivas, no ambiente escolar.

Já na terceira categoria de análise, “Trabalho” exploramos as experiências com o mundo do trabalho que os (as) participantes já tiveram até o presente momento (2021), para, sobretudo, inferir quais os cenários possíveis para jovens estudantes LGBT.

Por fim, interessava-nos relacionar às questões culturais, psicológicas, educacionais a partir das construções de sexualidade e gênero, e de que maneira elas estão implicadas com a educação profissional, para tanto, a última análise categorial é referente a “gênero, sexualidade e educação profissional”.

Capítulo 4. Formação Continuada em Gênero e Sexualidade na EPT: Uma contribuição para o estabelecimento de relações de justiça cultural no ambiente escolar?

4.1 A formação docente para a EPT

A formação do (a) educador (a) envolve tanto a escola quanto a universidade. Contudo, quando o recorte dessa formação envolve a formação docente para EPT, há aspectos que precisam ser ressaltados, como o caso da legislação sobre a questão, conforme afirmam Meneses Filho e Costa (2017, p.01): "[...] a legislação apresenta flexibilidade quanto à formação de professores, permitindo cursos emergenciais, especiais, o que os torna frágeis, sem, contudo, evidenciar a obrigatoriedade da licenciatura". Como observamos na afirmação anterior, diferentemente das demais modalidades da educação básica, a EPT nem sempre exige a licenciatura dos profissionais que nela atuam.

Para esse trabalho, compreende-se a formação como:

> [...] um processo continuado de autoformação – **envolvendo dimensões individuais, coletivas e organizacionais** – desenvolvido em contextos e momentos diversificados e em diferentes comunidades de aprendizagem constituídas por outros formadores. (MIZUKAMI, 2005-2006, p.03, grifo próprio).

No caso específico da formação de docentes para a educação profissional, autores como Costa (2016), Machado (2008) e Oliveira (2010) ressaltam a característica controversa das políticas educacionais implantadas para tanto, visto que até o presente momento não houve superação da organização segmentada de tal formação.

Em marco temporal, podemos citar, como primeira iniciativa que teve seu olhar para a formação docente para EPT, a política educacional que originou a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás (DF). Criada em 1917, a instituição teve como foco a formação de docentes para o ensino industrial, tendo suas atividades encerradas no ano de1937.

Machado (2008) contextualiza que, ao longo dos 20 anos de existência, a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás formou apenas 381 docentes, sendo que houve, no total do período, 5.301 matrículas. Para o autor esse número reforça a: "[...] tendência de dar pouca importância à formação de professores para educação

profissional. Provavelmente, os 5.301 que se matricularam não sentiam muita necessidade de concluir um curso de formação pedagógica. (p.68)".

Em 1942, houve uma nova tentativa de se estruturar a formação docente para atuação na área técnica industrial a partir do Decreto nº 4.073/1942, o que novamente se deu sem sucesso, conforme afirma Machado (2008), visto que não houve materialidade do que foi postulado. Sobre a formação, o dispositivo legal em questão, em seu artigo 54, expõe bem vagamente sobre, afirmando em seu § 1º: "A formação dos professores de disciplinas de cultura geral, de cultura técnica ou de cultura pedagógica, e bem assim dos de práticas educativas, deverá ser feita em cursos apropriados" (BRASIL, 1942)[80]. Na sequência do texto, não se menciona a composição do que seriam os "cursos apropriados".

Ainda confere ao teor da pesquisa aqui apresentada, notar que desde 1942 há previsão de uma formação que extrapole os conhecimentos técnicos científicos específicos da área, como se nota no artigo 3º do referido Decreto, sobre os conceitos do Ensino Industrial, afirmando que o mesmo deve atender: "1. Aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua **formação humana**". (BRASIL, 1942, grifo próprio). Entretanto, novamente não há especificidade em relação ao que se entende como formação humana, o que coaduna com a observação de Machado (2008).

Ao refletirmos sobre a formação, de modo geral, será a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que a formação docente, paulatinamente, vai ganhando contornos que contemplem questões culturais, sociais, histórias, econômicas e políticas. Anterior a Lei 9.394/96, a formação engendrava-se pela linearidade e homogeneidade:

> A formação dos profissionais da educação durante os anos manteve-se assegurada por uma preparação profissional na qual a linearidade e a homogeneidade eram garantidas pela reprodução em série do saber. Esses profissionais eram "condicionados" a transmitir os saberes e fazeres de modo que assegurassem às crianças e jovens condições de viver e responder de acordo com os princípios determinados pelos grupos hegemônicos ou, dito de outra forma, pelos grupos que detinham o poder econômico. Tais grupos ditavam, mesmo que "anonimamente", as normas mercadológicas necessárias ao "progresso social". (FELDMANN e D´AGUA, 2009, p.191, grifo próprio)

---

[80] Confira o Decreto nº4.073/1942 em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24/01/2022.

Caracterizada pela homogeneidade, padronização e linearidade, a formação profissional de educadores (as) não abordava a heterogeneidade de sujeitos e suas respectivas culturas, mantinha-se também a homogeneidade, trazendo como consequência ambientes escolares e universitários para poucos e poucas:

> [...] no qual alguns “eleitos” – que cumpriam todos os trâmites organizacionais – fossem bem-sucedidos, enquanto a grande maioria, os “desassistidos”, fosse relegada ao segundo plano, quando não totalmente excluída desse espaço. (FELDMANN E D´AGUA, 2009, p.192)

À vista disso, teoria e prática devem se relacionar, implicando em uma formação inicial e continuada que articule o singular e o plural – possibilite a existência e a emergência de toda gama de identidades culturais, como as que são ressaltadas nessa pesquisa - de gênero, de afetos, de sexualidades, e, em âmbito social e político, reconheça as mazelas criadas pelos discursos reiterados e calcados em um humano único e universal, como, durante muito tempo foi (ou ainda é) a figura do homem branco e heterossexual:

> [...] torna-se importante para a discussão, nas esferas econômica, política, social, cultural, histórica e educacional, sobre a necessidade de buscar articular o singular e o plural, **o particular e o universal**, respeitando a cultura local, a especificidade da comunidade, do contexto escolar e dos sujeitos nelas inseridos. (FELDMANN E D´AGUA, 2009, p.194, grifo próprio)

Porém, mesmo com a inegável importância da LDB para a educação brasileira, ela não sanou a lacuna da formação docente para EPT, visto a não obrigatoriedade, por exemplo, de curso de licenciatura para tais profissionais. Em geral, não há nada que especifique a formação do professor e da professora atuante na EPT:

> Esse tratamento torna-se mais evidente, no Art. 62 da Lei [LDB]. Expressa-se a obrigatoriedade da licenciatura como formação inicial para Educação Básica (EB), como amparo legal para o exercício do magistério. No entanto, para a formação de professores para EPT, não institui a obrigatoriedade de licenciatura como formação inicial para o professor desse campo [...]. (MENESES FILHO E COSTA, 2017, p.05)

Esse não reconhecimento da docência na EPT permanece até os tempos atuais, mesmo com outras tentativas de implementação de formação, como por

exemplo as Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio[81], entretanto, mantendo o caráter ambíguo sobre a formação docente, nas palavras de Costa (2016, p.204):

> Ter o direito de se tornar professor não é o mesmo que ter a obrigatoriedade de ser professor para que possa lecionar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No meu entendimento essa resolução não configura avanço à medida que apenas possibilita e regulamenta outros modos de se tornar docente sem necessariamente cursar licenciatura ou programas de formação pedagógica.

Com a promulgação da Lei nº11.741/2008, que alterou a LDB, há um novo entendimento sobre a EPT que, a partir de então, passa a ser modalidade da Educação Básica. Para o entendimento de alguns autores (as), como o caso de Acácia Zeneida Kuenzer (2010, p.50), essa alteração implica em que a formação de docentes para EPT deveria exigir licenciatura: [...] não há como conceber a formação de professores para esta modalidade senão como integrada à formação de professores para educação básica, o que significa formação superior em nível de licenciatura.”. Para tanto, o entendimento da pesquisadora é de que a formação de professores (as) para EPT teria como incumbência uma base comum, assim como para os demais professores (as) da Educação Básica, com enfoque no encadeamento entre ciência, trabalho e cultura.

Na última década, a ausência de precisão sobre a formação pedagógica dos profissionais da EPT tem colocado uma celeuma no status de docência nessa modalidade de ensino: “Essa flexibilidade também corrobora por meio da Lei nº13.415/2017, do [então] atual governo brasileiro, Michel Temer, a qual institui o “novo” Ensino Médio. Para atuarem na EPT, quaisquer profissionais, com “notório saber”, se habilitam (MENESES E COSTA, 2017, p.07).

Essa flexibilidade, fruto da contaminação do neoliberalismo em políticas educacionais, abre a possibilidade para que a profissão do educador volte a ser um “bico”, impactando, por exemplo, nas insuficientes remunerações dos professores e professoras, majoritariamente, em escolas da rede pública.

---

[81] Confira na íntegra em < https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> Aceso em 17 de abril de 2022.

4.2. Reflexões sobre a formação continuada em gênero, sexualidade e EPT

A questão de que professor (a) formar, atualizar, ou dar continuidade na formação, tem sido tema de vários estudos como os de Garcia (1999); Mizukami *et al* (2010); Tardif (2010), sendo os que mais se destacam na relação gênero, sexualidade e educação os estudos de Guacira Lopes Louro (2000; 2010; 2014; 2019; 2020), Rubenilson Pereira de Araujo (2016) em sua publicação "Gênero, Diversidade sexual e Currículo: práticas discursivas e de (não) subjetivação no ambiente escolar" e a "Pedagogia da (des) obediência: travestilizando a educação" de Thifanny Odara (2020), esse caracterizado pela provocação de que é "preciso desaprender" (p.13), isto é, retirar de nossas práticas educadoras e educacionais o conservadorismo cristão e eurocêntrico, o pensamento do colonizador, como forma de "[...] criarmos mecanismos de subversão para não sucumbir a um processo de exclusão imposto." (p.18).

Para a pesquisa, dentro dos limites, possibilidades e contradições já debatidas ao longo desse texto, espera-se que uma formação continuada que aborde os temas gênero e sexualidade em uma escola de EPT, como o caso da Rede Senac São Paulo, evidencie a valorização da diversidade, como afirmado em sua Proposta Pedagógica (2005), como também, enseje, em seus cursos propostos, espaços e tempos escolares para a intersecção dos temas gênero, sexualidade e trabalho, sobretudo, pelo papel que tal instituição possui na formação profissional em terreno brasileiro, considerando, mais que tudo, que o trabalho é uma das carências da população LGBT, assolando nefastamente as comunidades de pessoas travestis e mulheres trans. Para tal, é imprescindível reconhecermos as tratativas coloniais ainda arraigadas na educação, como um todo, e, por consequência, a educação profissional e tecnológica.

> A colonialidade é um fenômeno histórico muito mais complexo que, se estende até nosso presente e se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a reprodução de relações de dominação; este padrão de poder não somente garante a exploração pelo capital de uns seres humanos por outros em escala mundial, como também a subalternização e obliteração dos conhecimentos e experiências e formas de vida daquelas pessoas que são assim dominadas e exploradas. (RESTREPO; ROJAS, *apud* ODARA, 2010, p.92)

Por conseguinte, nossa pesquisa manteve seu olhar para o curso de formação continuada que aborda diretamente as questões de gênero e sexualidade. Este, por sua vez, encontra-se presente como uma das ações do Programa de Inclusão e Diversidade[82] da instituição. Além dos cursos ofertados, via rede Interna, as instituições Senac/SP incentivam a formação de docentes e demais profissionais da educação, com bolsa de 100% nos cursos oferecidos para público externo da instituição, como também subsídio de mensalidade para cursos que os (as) funcionários (as) queiram realizar em outras instituições de ensino.

Pelo Senac ser uma escola majoritariamente voltada para formação técnica profissional[83], nem sempre o seu corpo docente conta com profissionais formados em cursos do tipo licenciatura. Muitas das vezes, o primeiro contato que tais profissionais terão sobre a reflexão educativa/pedagógica advém da participação nas formações continuadas ofertadas pela rede de educação profissional e tecnológica Senac/SP:

> Esses cursos também possibilitam a troca de experiências entre os colegas, o que é considerado pelos docentes como essencial para o crescimento profissional, uma vez que levam a uma reflexão coletiva da prática, **tratando de assuntos comuns e que resulta, muitas vezes, em mudança na prática** (YANOMOTO, 2013, p.108, grifo próprio)

A presente pesquisa realça a formação continuada que aborda os temas gênero e sexualidade ("Diálogo: gênero e sexualidade"), e se destina a todos (as) os (as) profissionais do Senac do Estado de São Paulo, sendo a mesma de caráter opcional, ou seja, não é obrigatória dentro do percurso formativo do profissional dessa rede de escolas de EPT. Nesse aspecto, consideramos a não obrigatoriedade como uma barreira para a construção de formação profissional que, efetivamente, coloque em prática a diversidade enquanto valor e que enfrente, de fato, a colonialidade, colocada aqui como um dos fatores que mantém e sustenta a heteronormatividade.

> Desta maneira, percebemos como a colonialidade causa um grande desprivilegio na vida de muitas pessoas que se encontram em diversas maneiras e formas de viver, rejeitando, assim, toda a historicidade cultural e social, mostrando sua força com grande intensidade no sistema educacional. (ODARA, 2020, p.92)

---

[82] Confira o item 4.3. dessa dissertação para conhecer mais sobre o Programa de Inclusão e Diversidade da Instituição.

[83] O Senac São Paulo também possui cursos de graduação e pós-graduação.

Ao refletirmos sobre uma formação continuada em gênero e sexualidade e EPT, no Brasil, nos foi possibilitado problematizar a formação do (a) professor (a) de maneira ampliada, como também outras questões implicadas com a matéria.

É cabível, então, reiterar que é possível construir ambientes educacionais comprometidos com uma educação voltada para os Direitos Humanos, repensando os currículos e as práticas dos cursos de formação inicial e continuada, de professores e professoras:

> Nossa aposta consiste na educação e na possibilidade de alteração do sistema escolar, entendendo como missão e responsabilidade do nível superior – mais precisamente da pós-graduação – que os conhecimentos nele produzidos possam retornar à formação profissional dotados de intencionalidade crítica e cidadã. (FELDMANN E D´AGUA, 2009, p.198)

Entretanto, cabe refutar a visão inocentada, da crença de que, somente e isoladamente repensar a formação pedagógica de profissionais da EPT, será suficiente para efetivação de uma educação que respeite os Direitos Humanos e a democracia, visto, por exemplo, que muitos profissionais podem atuar em escolas de EPT sem terem passado por cursos de licenciatura, como o caso aqui evidenciado.

Em relação ao exposto anteriormente, o pesquisador e professor de cursos de licenciatura, Rubenilson Pereira de Araujo (2016), assevera a escola como um local expressivo para sociabilização. Consequentemente, a omissão, ausência e/ou redução das discussões de gênero e sexualidade a seu caráter estritamente biológico, contribui para a manutenção de um local hostil para as diversidades de identidades de gênero e sexualidades:

> De fato, a realidade de jovens homossexuais [e trans] no ambiente escolar é bastante hostil. Atitudes cotidianas de preconceito e discriminação violam o direito à vida simultânea da diversidade de identidades e expressões de sexualidade, **ofendendo explicitamente o pluralismo, que é um dos requisitos fundamentais para a vida democrática**. (ARAUJO, 2016, p.125, grifo próprio)

Complementa Araujo (2016) a afirmação de Didier Eribon (2008), pois o autor compreende que a injúria praticada contra as diversidades de gênero e sexuais, consolida o apagamento das singularidades e/ou subjetividade dos indivíduos, relegando a este ou esta, sobreviver de maneira alternativo ou a margem das normas sociais: “E se a injúria efetivamente recebida provoca um eco tão forte na consciência

daquele que a recebe, é porque essa “alma” foi fabricada pela socialização num mundo de injúrias e de inferiorização (ERIBON, 2008, p.86).

Destarte, o tema gênero e sexualidade deve fazer parte do percurso educacional, de todo e qualquer curso, para todo e qualquer tipo de profissional, pois assim estaremos a agir sobre o compromisso de uma sociedade menos discriminatória e de cidadania plena para os corpos dissidentes, àqueles que fogem ao padrão heteronormativo, como o caso de pessoas LGBT. Enquanto esse paradigma não se faz, de fato, presente para além dos textos de políticas educacionais, e, sim uma *prática pedagógica cotidiana*; uma formação continuada em gênero e sexualidade, para profissionais de uma rede de escolas de educação profissional e tecnológica, se mostra uma oportunidade para ressignificar valores construídos, por reiterados discursos, sobre gênero e sexualidade:

> [...] não podemos compactuar e colaborar passivamente com a reiteração de práticas discursivas engessadas socioculturalmente, reproduzindo preconceitos e discriminações, alijando do processo educacional alguns sujeitos, entre eles, os jovens homossexuais [e, por extensão, estudantes LGBT]. (ARAUJO, 2016, p.14)

As discussões trazidas ao longo de nosso estudo demonstram que há relação entre formação de profissionais da educação e LGBTfobias em ambientes escolares. Desse modo, universidades e academias que, efetivamente, respeitem e pratiquem as premissas da *Declaração de Direitos Humanos*, possuem responsabilidade de questionarem seus repertórios de estudos e pesquisas; de conhecerem quem são os autores e as autoras referência e de que forma dialogam com a interseccionalidade em temas de raça, classe, gênero, identidade de gênero e identidades afetivas – como uma forma de ter outra formação, como caminho para ter uma escola, de fato, inclusiva.

4.3 Especificidades da formação “Diálogo: gênero e sexualidade”

A formação principal que ensejou esse trabalho foi o “Diálogo: gênero e sexualidade”, ofertado para toda rede do Senac São Paulo, sendo uma formação para professores (as), como também, disponível para todo (a) funcionário que deseje realizá-lo. Geralmente, é conduzido por uma pessoa trans que trabalha em alguma unidade da Rede, ou ainda, por um funcionário (a) que se identifique e estude os temas gênero e sexualidade.

Os principais aspectos discutidos começam a partir de uma sem sensibilização, em que o multiplicador (a) se apresenta para turma e coloca como provocação a seguinte pergunta: “o que você gostaria de dialogar quando o tema é gênero e sexualidade?”. A partir dos itens colocados pelos (as) participantes, o (a) multiplicador (a) vai construindo os conceitos bases para compreensão da pluralidade que há quando o tema é gênero e sexualidade, portanto, é imprescindível que ao final do diálogo os (as) participantes compreendam a diferença de alguns conceitos chaves, são eles: sexo biológico; gênero, identidade de gênero; expressão de gênero; orientação afetiva.

Além disso, é importante que o multiplicador também esteja atento para aproximar o diálogo com a questão da Educação, sobretudo, para as relações escolares entre os (as) alunos (as) e a postura esperada do docente e demais funcionários (as) em relação a esses temas.

A imagem abaixo condensa, de maneira simplificada, aspectos problematizados ao longo da formação “Diálogo: gênero e sexualidade”.

Figura 8 – Unicórnio de gênero e sexualidade[84]

[84] Disponível em < https://www.todxs.org/biblioteca/?material=guia-diversidade-lgbti-pepsico> . Acesso em 17 de abril de 2022.

O ano de criação da formação continuada “Diálogo: gênero e sexualidade” é 2017 e, entre o período anterior à pandemia pela COVID 19, os dados demonstram 1608 funcionários (as) impactados com a ação em detrimento aos 7500 funcionários (as) que há, em média, somando toda a rede Senac São Paulo. Seguem alguns dados quantitativos acerca da formação aqui explorada:

- Primeira turma realizada: 04/09/2017;
- Última turma realizada antes da pandemia: 06/03/2020;
- Número de turmas realizadas nesse período: 67;
- Número total de funcionários (as) atingidos (as): 1608.

Alguns impactos da formação “Diálogo gênero e sexualidade”, esteve presente nas percepções de estudantes LGBT entrevistados para a pesquisa, como foi o caso de João, homem transexual, que em seu relato sobre experiências escolares, narrou, com muita alegria, que em seu primeiro dia de aula para o curso Técnico em Segurança do Trabalho, o professor perguntou se alguém gostaria de ser chamado por outro nome que não o que estava na lista (nome social) e ainda explicitou que no Senac as pessoas utilizam os banheiros de acordo com o gênero que se identificarem, visto que a instituição ainda opera com dois banheiros: um masculino e outro feminino.

> Eu me senti mais seguro, ainda mais pela questão de ir ao banheiro que você quiser, e isso ser dito já na primeira aula. Me sentia seguro e confortável para ir ao banheiro (João, junho ,2021)

Já em outro ponto de destaque, foi a narrativa de Pedro, também transexual. Ele disse que se sentiu tão seguro no Senac que foi o local que escolheu para começar a contar que tinha uma identidade masculina. Ao mencionar isso para a professora, ela já passou a chamá-lo com o nome masculino sem nenhum tipo de resistência e/ou questionamento.

> Então, como eu tinha dito, eu me assumi no começo do curso né. Então foi muito tranquilo. A professora falou pra mim que o Senac já era adequado para o uso do nome social. [...] E aí eu falei tá, tá bom, eu vou lá na secretaria e eu arrumo, na verdade, ela falou que eu podia ir lá ou ela podia fazer isso por mim também [...] Aí eu fui lá tranquilo, aí eu mudei tipo foi uma conquista sensacional né? (Pedro, junho, 2021)

4.4 Características dos (as) participantes da pesquisa

A escolha que une os dois grupos de entrevistados é a passagem pelo Senac da Rede de São Paulo. Os grupos que compõem os dados coletados através de entrevistas foram:

- Discentes (alunos e ex alunos) que estudam ou estudaram em alguma das unidades da Rede Senac/SP após o ano de 2017 (ano em que se iniciam as formações continuadas sobre gênero e sexualidade);

- Docentes que lecionam na instituição após o ano de 2017, data em que foi iniciada a formação continuada "Diálogo: Gênero e Sexualidade.";

Sobre o grupo 1, ou seja, o de alunos e alunas, obtivemos o seguinte perfil desse público:

Nome fictício	**João**	**Pedro**	**Maria**	**Gabriel**	**Lorena**[85]
Idade	24 anos	21 anos	21 anos	19 anos	29 anos
Cor / Raça	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Religião	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Umbandista
Identidade de gênero	Homem transexual	Homem transexual	Mulher cisgênera	Homem cisgênero	Mulher transexual
Sexualidade / Orientação afetiva	Gay	Pansexual	Pansexual	Gay	Não informado
Região em que reside (2021)	Interior/SP	Interior/SP	Interior/SP	Capital	Capital
Escolaridade	Superior Incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior completo
Profissão	Estudante	Estudante	Desempregada	Jovem Aprendiz	Assessora de imprensa

[85] A entrevistada em questão, se dispôs a responder somente por escrito. As demais entrevistas foram conduzidas em tempo real, via GoogleMeet.

Situação no Senac (2021)	Concluinte em Técnico em Segurança do Trabalho e cursando Bombeiro Civil	Cursando Técnico Administração	Concluinte Aprendizagem	Cursando Aprendizagem	Concluinte Cursos Livres

Quadro 2 - Discentes do Senac São Paulo: Alunos (as) e Egressos (as)

Podemos tecer algumas observações sobre as características gerais do grupo de alunos (as): o fato de todos (as) se identificarem como brancos (as), o que os (as) colocam em outras vivências visto que estudos anteriores, como o de Acosta (2016), demonstraram que estudantes LGBT, em especial, pessoas do segmento trans e travestis que se identificam enquanto negras, enfrentam realidades mais sofridas também na escola:

> A questão de serem negras aparentou trazer ainda mais incomodo à escola, para além da própria questão de gênero e sexualidade, sendo um marcador determinante para que sofressem processo de estigmatização ainda mais incisivo. Principalmente pelo fato de desafiarem não apenas o discurso normatizante heterossexual branco, como também pelo ato de serem afeminadas desde a juventude. (ACOSTA, 2016, p.66)

A faixa etária do grupo está entre 20 e 30 anos, o que podemos inferir que passaram por períodos políticos semelhantes em relação ao ambiente escolar e as políticas educacionais problematizadas ao longo deste texto. Além disso, todos (as) concluíram o ensino médio completo, ou seja, estão acima da média nacional de formação escolar. Dados do IBGE, do ano de 2019, apontam que 52,6% de brasileiros (as) com 25 anos ou mais não concluíram a educação básica[86]. Em relação à localização geográfica, temos três dos participantes residentes e crescidos no interior do estado de São Paulo e dois na região da capital. Já em relação à empregabilidade, a maioria encontra-se desempregada, visto que dos (as) cinco entrevistados (as), somente dois estão empregados (as), sendo um deles com contrato por tempo determinado, pois trabalha como aprendiz.

[86] Matéria completa disponível em: < https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/19/mais-dametade-dos-brasileiros-de-25-anos-ou-mais-ainda-nao-concluiu-a-educacao-basica-apontaibge.ghtml> Acesso em 21 de julho de 2021.

Em relação às questões religiosas, todos (as) tiveram algum momento em que o discurso religioso, sobretudo, o de matriz cristã, foi utilizado como argumento para inferir que a vivência LGBT é uma vida menos digna do que a vida heterocisnormativa, ou seja, aquela em que segue o “alinhamento” sexo biológico e gênero, e de desejo estritamente heterossexual. Por isso, a importância dos estudos que envolvem gênero, sexualidade e educação que segundo Guacira Louro Lopes (2010, p.16), visto transmitirem a “[...] noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais nos constituímos como homens e mulheres, [esse] processo não é linear, progressivo ou harmônico [...]”.Por isso, sobretudo, o público discente entrevistado se afastou das religiões com esse cunho discriminatório e, majoritariamente, os (as) entrevistados (as) no segmento de alunos ou ex-alunos (as) do Senac São Paulo e que se identificam como LGBT, alegam não ter nenhuma religião.

Percebe-se que a influência cristã, por meio do núcleo familiar, coloca as pessoas LGBT nas dualidades/binariedades, como a questão de certo/errado, de bom/ruim, o que nos faz inferir que a religiosidade cristã é um fator que potencializa a violência contra a diversidade de gênero, como também, a violência contra o afeto, o amor, que não seja o heterossexual. A única pessoa que assumiu alguma vertente religiosa, é uma religião de matriz afro, como o caso da Umbanda.

Já em relação as características gerais encontradas entre os participantes do grupo de professoras e professores, apresentamos o quadro abaixo:

Nome fictício	**“Almir”**	**“Barbara”**	**“Marcio”**	**“Igor”**	**“Iara”**
Idade	33 anos	31 anos	50 anos	29 anos	35 anos
Identidade de gênero	Homem cisgênero	Pessoa trans não binária.	Homem cisgênero	Homem cisgênero	Mulher cisgênera
Sexualidade/ orientação afetiva	Hetero	Não informado	Hetero	Gay	Hetero

Cor / Raça	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Religião	Ateu Não mencionou heranças religiosas familiares.	Nenhuma Criação Católica, abandonou dogmas na época da faculdade. Respeita todas, se diz espiritualizada	Questionando Criação Católica	Nenhuma	Católica
Região em que reside (2021)	Interior/SP	Interior /SP	Interior /SP	Interior / SP	Interior / SP
Escolaridade	Superior Completo	Superior Completo	Pós Graduação Completa	Pós Graduação Completa	Pós Graduação Completa
Tempo como docente Rede Senac	11 anos.	03 anos	04 anos	09 anos.	05 anos

Quadro 3 - Docentes do Senac São Paulo

A faixa etária dos professores (as) participantes da pesquisa ficou entre 39 anos e 50 anos de idade. Igualmente ao grupo de estudantes, todos (as) os (as) docentes da instituição entrevistados (as) se identificam como brancos (as). Em relação a localização geográfica, todos (as) residem e atuam profissionalmente em cidades do interior do Estado de São Paulo. Em relação ao tempo enquanto docente da Rede Senac SP, o (a) participante com menor tempo contava com 03 (três) e o participante com mais tempo, 11 (onze) anos.

Dos 05 entrevistados (as), dois deles não se identificam com a sigla LGBT, se autodeclararam cisgênero, isto é, se sentem pertencentes ao gênero que lhes foi atribuído em virtude do sexo biológico, esses reivindicam, enquanto identidade afetiva, a heterossexual. Em síntese, desses dois entrevistados, um deles colocou a religião como fator irrelevante em sua vida e, o outro, explicou que durante sua vida toda foi praticante do catolicismo, contudo, hoje se questiona sobre a interferência da religião

na vida das pessoas. Já a professora Iara, que se autodefiniu como mulher cisgênera, branca, afirma que a religião católica fez sentido em sua vivência, provavelmente por não ser atravessada por nenhum discurso de ódio e/ou até mesmo ter tido a religião utilizada para recriminar seus traços de personalidade e identidade:

> Minha família é católica, eu acabei seguindo a religião católica. Tenho a crença em algumas coisas que a religião traz, não sou atuante mas pratico minhas orações diárias em casa e também tenho afinidade por alguns santos. (Professora Iara, junho, 2021)

Já os (as) outros (as) professores (as) se identificaram com às questões LGBT, sendo 01 (um) homem gay cisgênero e 01 (uma) pessoa trans não binária. Esses (as), assim como no grupo de estudantes, se colocaram como não pertencentes a nenhuma religião, mencionaram também terem sofrido algum tipo de discriminação com justificativas em preceitos religiosos de matrizes cristãs.

Do público de docentes entrevistados (as), todos (as) apresentam, no mínimo, uma graduação completa, sendo que nenhum deles (as) possui licenciatura. No que concerne ao tema formação continuada, um dos (as) entrevistados (as) afirmou que o programa de formação educacional (PDE) [87], faz a diferença em sua prática com alunos (as), em contrapartida, em outras escolas técnicas que atuou tais formações eram inexistentes:

> Eu acho esse programa, no Senac [...] acho bem importante assim porque ele traz a questão dos valores institucionais. Então, ele [PDE] **coloca o perfil docente mais alinhado com os valores institucionais, é uma coisa que a gente não vê**. Eu já dei aula em outras escolas da região, já dei aula numa faculdade da região, e não tem isso, cada docente ali traz ali o seu valor pessoal sem um alinhamento com a instituição. **Eu acho que os PDE ajudam nesse sentido, tanto metodologicamente quanto em termos de valores de diversidade, sustentabilidade e a questão social que o SENAC sempre abordou de maneira mais forte**. (Professor Almir, junho, 2021, grifo próprio)

Em outro depoimento, a professora Iara, docente principalmente dos cursos técnicos em enfermagem, destaca o desconhecimento de questões pedagógicas, visto ter tido como formação inicial composta pela graduação em enfermagem:

---

[87] Nome dado às formações continuadas oferecidas para docentes e funcionários (as) rede Senac São Paulo

> [...] quando eu entrei no mundo do SENAC e comecei a entender um pouco do Jeito Senac de Educar, eu entrei como uma professora de 20 horas, eu ia muito para campo de estágio, então eu não fazia parte ainda ali daquele mundo que eu não conhecia muito bem do Senac em si. Depois que eu fui, [...], fazendo as capacitações, que foi chegando no começo e no final de ano que foram, fui participando dos grupos, de capacitações mesmo docente [...] **Eu não tinha conhecimento nenhum, principalmente de questões pedagógicas atreladas, eu acho que eu era muito imatura quando entrei** (Professora Iara, junho, 2021)

Ambas as falas, do professor Almir e da professora Iara, reforçam a fragilidade da formação para profissionais da EPT que, como vimos ao longo da pesquisa, encontra-se em debate que tem culminado em dispositivos legais que não se materializam, apostando assim, na flexibilidade – um dos termos queridos pelo neoliberalismo:

> Flexibilidade essa entendida enquanto possibilidade de executar tarefas múltiplas, estando preparado para lidar com a incerteza, com o imprevisto, com a capacidade de adaptação a toda e qualquer situação, o que, somente contraditoriamente pode indicar uma possibilidade de formação mais ampla do trabalhador posto que o que se evidencia nas relações de trabalho é que essas exigências têm servido muito ao capital do que ao trabalhador no momento em que o mercado de trabalho passa a estar disponível essa mão de obra. (URBANETZ, 2011, p.14708)

Já na narrativa do professor Igor, de formação inicial em Design de moda, o interesse pela docência surgiu em conta da instabilidade da sua área profissional e por estar ganhando pouco quando foi efetivado no Senac:

> [...] eu estava num período que eu estava ganhando muito pouco, eu dava aula de inglês e trabalhava no ateliê e fazia os freelas, e uma prima minha viu a vaga no SENAC. Era para trabalhar 12h semanais para ganhar o dobro do que eu ganhava dando aula de inglês e no ateliê. Aí eu falei, é dinheiro, eu fui única e exclusivamente por dinheiro. **Não foi porque eu queria ser professor, não foi. Achei o SENAC uma instituição maravilhosa, porque eram três noites apenas, é, por um salário que no interior era bom.** (Professor Igor, junho, 2021)

Sandra Terezinha Urbanetz, em seu artigo “A formação de docentes para a educação profissional (2011)[88], reafirma a fragilidade da formação desses

---

[88] Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1357#:~:text=O%20presente%20artigo%20%E2%80%9CA%20forma%C3%A7%C3%A3o,tem%20apresentado%20ao%20cen%C3%A1rio%20educacional> Acesso em 17 de abril de 2022.

profissionais, que com a experiência somente do mercado podem apresentar a tendência repetitiva e/ou imitativa de suas respectivas áreas de atuação, sem a possibilidade de reflexão, por exemplo, de qual profissional formar e para qual sociedade:

> O ensino profissional no Brasil permanece sob a égide da indefinição, pois se no início suas proposições baseavam-se na tentativa de equalizar e atender a camada mais empobrecida da população que recentemente habita as cidades, até hoje permanecem discussões acerca de sua **estrutura curricular e pedagógica** e mais ainda **sobre a formação exigida aos professores desta modalidade de ensino visto que a simples proposição de atitudes imitativas e consequentemente repetitivas, coerentes com o modelo fordista de produção não se apresenta como suficiente diante das modificações tecnológicas e científicas presentes na sociedade**. (p.14708, grifos próprios)

Fica evidente a urgência de políticas públicas e investimentos para formação inicial e continuada na EPT. Enquanto não se consolidam projetos, políticas ou até mesmo proposições estratégicas para que estudantes, que não sejam de licenciatura, possam ter contato com questões da educação e/ou até mesmo que se tenha uma formação complementar pedagógica exigida para o exercício da docência em carreiras de graduação, como apresentam os professores e professoras ouvidos ao longo da pesquisa, a ausência dessa. No caso do professor Igor, além das participações nas formações continuadas ofertadas pelo Senac, ele estudou os documentos para, inclusive, criticar comportamentos de colegas que não condiziam com os documentos oficiais, principalmente, daqueles (as) que levam seus preceitos de cunho pessoal para dentro da escola:

> Eu entrei quando estava mudando o modelo pedagógico nacional [...] Eu li toda a proposta pedagógica [...] fui lendo diversos documentos, fui achando interessante e já querendo mudar as coisas, porque eu achei extremamente burocrático. Eu falava assim “mas porque isso aqui é assim?”, aí a colega falava “porque vem assim de tal gerência” (Professor Igor, junho de 2021)

Mesmo notando as contradições entre as palavras no papel, isto é, as políticas educacionais internas, e o cotidiano escolar, o professor Igor se encantou pela educação, propondo mudanças, inclusive, quando questionado pela direção de uma unidade em que atuou. Por ser docente da área de moda, afirmou a vestimenta ser

parte de seu fazer pedagógico. Entretanto, o professor foi advertido, em uma das unidades em que atuou, por ter ido trabalhar de bermuda (shorts):

> Então, [...] eu me apaixonei muito pela área de educação, achei super incrível assim, mas ao passo que eu via muitas coisas legais, porque o Senac oferece estabilidade, remunera num valor interessante, tem benefícios, tem uma visão muito legal, tem um clima interessante, eu sempre fui muito crítico e curioso [....] **Então, por exemplo, nos primeiros meses me reprenderam por vir dar aula de bermuda, e eu tinha lido o site** [intranet] **de cabo a rabo e não tinha *dresscode*** [código de vestimenta]. [...] **aquela censura, para mim, foi muito forte, porque eu acho que eu tivesse em qualquer área seria forte, mas eu trabalho com moda, sabe, a roupa faz parte do meu trabalho da minha pesquisa, da minha vivência, da minha formação. Uma bermuda não é apenas uma bermuda, então aquilo me incomodou muito. E esse incomodo, acho que me fiz ir para lugares diferentes dentro da empresa** [código de vestimenta].

A partir da narrativa acima, notamos a influência de padrões de âmbito pessoal e de mercado, visto a vestimenta bermuda (shorts) não ser considerada adequada em ambientes tidos como corporativos. A censura partida da gerência/direção escolar ao docente representa ainda a potência do corpo político, e, por extensão, seu controle regulador, ressaltado por Michel Foucault, em sua obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1999):

> No seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. (p.131)

Para Foucault (1999) a tecnologia praticada no século XIX se deu por meio de dispositivo da sexualidade, imprescindível para alavancar o modo de produção capitalista alicerçado no controle de corpos, enquadrando os fenômenos das populações aos processos econômicos, conforme bem pontuado por Feitosa (2021, p.80): “O dispositivo da sexualidade operou também como fator de segregação e de hierarquização social, assegurando relações de dominação de padrões de hegemonia, o que explicaria as violências sexistas e LGBTfóbicas na contemporaneidade.”

Do conjunto de estudos de gênero e sexualidade mencionados ao longo do texto, como também das contribuições de Laurence Bardin (2016), pretendemos, na sequência, desfiar as narrativas escutadas, por meio das entrevistas com roteiro

semiestruturado, a partir das seguintes categorias: experiências familiares e religiosas; experiências escolares; experiências no mundo do trabalho; experiências cruzadas: gênero, sexualidade e escola.

4.5 As categorias de análise

4.5.1 Experiências familiares e religiosas

Compreende-se que, para o estudo em questão, a dissociação entre família e religião não é possível, na medida em que, o nosso primeiro contato com questões ligadas à religiosidade se dá no núcleo familiar.

No público discente, a questão da religião foi relatada como um dos fatores que impulsionam a violência LGBTFóbica. Das cinco entrevistas, somente uma pessoa assumiu uma religião, que no caso, foi a Umbanda. Os demais relatos, expuseram a religião enquanto argumento para que não pudessem ser a pessoa LGBT que sentiam/sentem ser. Ora recaindo a questão sobre a pressão familiar ou invisibilizando a existência de tal público, em virtude da religião.

> Na época eu estava basicamente me assumindo na sigla L [lésbica]. **Foi um pouco complicado porque meus pais são religiosos**, meu pai ele é pastor e a minha mãe ela vai para igreja também né. [...] foi um choque para os meus pais serem conservadores né, tem uma religião um pouco fervorosa nisso, e acredita ser errado[...]. Fui falar para minha mãe ela ficou meio que ela se negou muito sabe ela preferia que eu fosse qualquer outra coisa menos isso. Eu tive eu tive uns problemas para depressão por causa dessas coisas [...] (Pedro, junho, 2021, grifo próprio).

> No fundamental tinha estudo religioso, não podia nem falar em sala de aula [sobre assuntos de gênero e/ou sexualidade]. Você não podia tocar no assunto**. A matéria de ensino religioso só trabalhava só a religião católica, na escola pública**. (João, junho, 2021, grifo próprio).

Ainda sobre o processo de se assumir, pela qual nenhuma criança ou adolescente heterossexual passa em sua infância e/ou adolescência, pois ainda há a crença que a heterossexualidade é compulsória e parte integrante do que esse trabalho denominou de heteronormatividade; a vivência na sigla T, isto é, pessoas travestis e transexuais, o percurso de “se assumir” pode ser considerado mais moroso, visto que a questão desafia o binarismo de gênero, reforçado ainda antes do nascimento e, depois reafirmado pelas religiões de matriz cristã:

> [...] **há vários discursos institucionalizados, entre eles, o discurso cristão-religioso**, impondo uma necessidade de manter os corpos purificados, pois pertencem a Deus e a utilização desses corpos deve se restringir somente às relações sexuais no matrimônio [que deve ser o heterossexual], **além de haver uma disciplinarização/fabricação de corpos consideráveis saudáveis, de modo que aqueles corpos que escapam a essa via não são considerados puros, dignos de salvação, e por isso, não são concebidos como legítimos socialmente, passando a serem tratados como abjetos**. (ARAUJO, 2016, p.36, grifos próprios)

A invisibilidade e estigmatização da população travesti e transexual faz com que, muitas vezes, a percepção da identidade percorra barreiras maiores, o que pode ser exemplificado com a trajetória de vida de dois entrevistados que acreditavam ser homossexuais, visto o pouco contato com pessoas trans. Em decorrência disso, tiveram que se assumir uma vez, ao reivindicar a identidade homossexual e, uma segunda, ao reivindicar sua identidade como pessoa trans, tanto para a vivência da homossexualidade, quanto a da transexualidade, não foram percursos fáceis para esses indivíduos:

> [...] ele [o pai] começou a falar que tipo **eu estava fazendo coisas erradas**, que ele não sabia se a minha mãe tinha orgulho de mim mas ele não tinha, **não me considerava filho nem nada**, que **ele tinha vergonha de andar comigo na rua**, que **tinha vergonha de eu fazer parte da família** dele por eu ser o que eu era, e aí eu tive uma crise de ansiedade na hora né? E aí eu fui embora, eu fui chorando né? **Porque tipo a gente não espera que um pai diga essas coisas, a gente vai esperar apoio da família. E aquilo que fala né, tipo família não é só a de sangue [...] a gente pode achar família em outros lugares**. (Pedro, junho, 2021, grifos próprios)

Contudo, não foi somente em entrevistados (as) que se considerassem como transexuais que o processo de se assumir encontrou resistência, legitimado, mais que tudo, pela argumentação religiosa. Por conseguinte, tal reação também se deu em famílias cujo (a) filho (a) reivindicou outras orientações afetivas além da heterossexual:

> [...] foi assim ela [mãe] chorou por mim e dois anos depois **eu fui expulso de casa dos meus pais.** [...] Essa tendência da não aceitação pela família de ser expulso de casa, de ser morto, e tal, eu me considero com privilégio sabe, apesar de tudo isso eu ainda estou vivo né? (Gabriel, maio, 2021)

Observamos que de todos os relatos colhidos, a partir da vivência de discentes, sendo falado em tempo síncrono ou assincronamente, por meio da escrita, envolveram dores, traumas e exclusão, como bem pontua Araujo (2016, p.35):

> Nessas prerrogativas do discurso cristão, a concepção a respeito do corpo é que ele pode ser instrumento para incitar desejos proibidos e, por isso, deve ser alvo de constante vigilância para se manter sagrado e puro para Deus. [...] **o indivíduo, embora com os devidos direitos sobre seu próprio corpo, passa a ser fortemente influenciado e disciplinado pelas práticas discursivas advindas do discurso bíblico** transformando o seu corpo, muitas vezes, em instrumento útil e "dócil" à manutenção de uma ordem. (grifo próprio)

Uma das entrevistadas pediu para que a pergunta que envolvesse as relações familiares não fosse feita durante a entrevista via Google Meet, visto que ela ainda reside com sua família e falar sobre sexualidade, sem ser a heterossexual, abala as estruturas em casa e ela poderia ser ouvida. Assim sendo, escreveu-me um pequeno relato, por escrito, do entrelaçamento da família e da religião em questões ligadas às sexualidades, amores e afetos.

> Minha família mais próxima (pai, mãe e irmão) e eu temos um relacionamento bem delicado. Eles sabem que não sou hétero - me assumi como bissexual para eles pois achei que seria mais fácil de entenderem - e **conhecem minha namorada, mas sempre invisibilizaram nosso relacionamento, tratam ela como amiga**. Eles são bem distantes de nós duas, não concordam com a minha sexualidade, sinto que apesar de qualquer traço de caráter, conquista profissional ou pessoal eu sempre serei a filha problema por namorar uma mulher. Na maioria das vezes sinto que meus pais não têm orgulho da pessoa que me tornei. Meu irmão já apresentou duas namoradas durante meu relacionamento de 4 anos e elas são tratadas bem diferente desde o começo. Tenho pouco contato com o resto da família, apenas com duas tias que também não sabem que não sou hétero, elas são bem religiosas então acho que se afastariam de mim se soubessem. (Maria, junho, 2021, grifo próprio)

O relato acima de Maria exemplifica como se constrói a invisibilidade de determinadas identidades afetivas: pelo reforço e pela escuta de um único discurso, o discurso da heteronormatividade. Ao reforçar somente o comportamento afetivo heterossexual, ignorando a relação afetiva entre duas mulheres; a família a nega, primeiro, por não mencionar qualquer traço de namoro e; segundo, mais fortemente, a autodeterminar a identidade da namorada, não como o sendo, mas de afirmar a identidade do par amoroso da filha, como "amiga". O "defeito" chega a ser tamanho que, para Maria, não importa o quanto se dedique e seja "excepcional" em tudo, pois na balança da heteronorma, se se falha, é em tudo na vida. Assim é a criança e

adolescente LGBT, ainda em muitas famílias, um ser incompleto, nunca suficientemente bom ou boa em nada.

Já em relação à vivência transexual, além das questões já colocadas, como estarem errados (as), não serem dignos mais de serem filhos (as), um dos entrevistados, homem trans, também narrou que ao mencionar ser diferente das expectativas cisheteronormativas, ainda na infância, sua família cogitava interná-lo:

> Foi bem complicado, me descobri pequeno. Eu só podia ser o que eu quisesse ser quando crescesse, **falaram de me internar**. Deixei pra lá. Até os 18 anos quando pude seguir minha vida. Quando fiquei maior comecei as mudanças. Atualmente não é todo mundo da minha família que me trata no masculino, **comparado com antes, ao menos não acham que eu sou mais doente**. (João, junho, 2021, grifo próprio)

Para Butler (2019) essas reiterações discursivas, como ocorre no núcleo familiar a partir do discurso religioso cristão, nomeiam e classificam as pessoas. É exatamente por meio da linguagem, afirmada e reiterada incessantemente, que introjetamos a norma em relação às performances de gêneros e sexualidades, que especialmente, engendram as pessoas em masculinas e femininas.

Logo, corpos que não se sujeitam a tais discursos, rompem com a norma padronizada e, por enquanto, ainda, ficam às margens do direito até mesmo de terem uma família que os acolham e os (as) amem: “Esse rompimento explícito é tudo que a teoria *queer* requer, ou seja, negar essa posição binariamente fechada.”. (ARAUJO, 2016, p.42).

Notamos que os discursos binários presentes na família e em determinados núcleos religiosos carregam consigo a tradição de apagar as identidades sociais não pertencentes a cisheteronormatividade, ou ainda, torná-las invisíveis, exemplificado pelas discussões que ocorrem enquanto esse texto foi concebido, ou seja, a questão da linguagem inclusiva que prevê outras formas de nomeação para além do uso linguístico do feminino e do masculina. Engana-se quem pensa que estamos única e exclusivamente falando de gramática, estamos a debater políticas de corpos, dos corpos, sobretudo, daqueles (as) que podem existir na linguagem e que querem permanecer na vida.

Fato de como a questão da linguagem inclusiva ultrapassa questões referente a gramática normativa reside na vivência trans é mensurada como um fator de

vulnerabilidade à violência até mesmo por aqueles que não vivencia/reivindicam essa identidade, como o depoimento do professor entrevistado:

> Então, precisa disso na formação de professores, precisa há muito tempo e eu não acho que é só na moda de qualquer professor, porque eu imagino, fico pensando sempre no extremo: **a população trans**, principalmente, se eu me sinto desconfortável de estar numa religião que é uma coisa que eu posso optar ir ou não, como é para essa pessoa estar na escola? Ela vai se sentir mais desconfortável na escola ou fora da escola? (Igor, junho, 2021, grifo próprio)

Nas trajetórias de docentes que se identificam com a sigla LGBT, os percursos foram semelhantes envolvendo argumentos religiosos contra a reivindicação de sua respectiva identidade de gênero e/ou afetiva, ou, até mesmo um distanciamento familiar, ocasionado pelas tensões com as religiões de matriz cristã.

> Atualmente eu não sigo nenhuma religião, nenhuma doutrina. [..] mas tive uma criação, e, grande parte da minha vida dentro da igreja católica que meus pais sempre foram, meu pai, não sei se hoje é, porque eu não tenho muito contato com eles hoje, mas ele foi ministro da comunhão, por muitas e muitas vezes. No sítio que eles moram, tem uma igrejinha, um sítio muito afastado da cidade [...] **Quando eu estava no processo da faculdade, aquilo já não me contemplava mais, aquelas doutrinas, aqueles dogmas, e aí abri a cabeça, conheci muitas outras religiões, não tive oportunidade de estar em muitos cultos [...] mas hoje não vejo para mim**. (professora Bárbara, julho, 2021, grifo próprio)

Esse distanciamento, muitas vezes, pode beirar uma violência e vulnerabilidade maiores, como ocorre com a criança e/ou adolescente LGBT que, ao reivindicar sua identidade, seja de gênero e/ou afetiva, encontra como resposta o caminho da expulsão de casa, fato que se deu com Gabriel:

> **Então, esse percurso, ele não foi fácil assim sabe**. Ele não é fácil. Eu, pra ser mais exato, me descobri e lá por volta dos 13, 14 anos, eu me descobri bastante cedo, sabe, só fui assumir, contar na verdade para minha família, aos 17. [...] Então levou uns anos até eu contar efetivamente pros meus pais né. **Hoje a minha família não sabe, quem sabe, quem deveria saber eram meus pais pois eu vivia sobre o teto deles**. E eu contando [...], eu não tive uma boa recepção pela minha mãe, **minha mãe não me aceitou assim de jeito nenhum, pelo contrário, no dia que eu contei, ela tentou ir para cima de mim**. Então, foi um dia muito tenebroso assim, **ela chorou por meses, ela viveu um luto sabe, parece que o filho dela tinha morrido. E, dois anos depois, eu fui expulso de casa** (junho, 2021, grifo próprio).

O que, ao contrário, não se deu com pessoas que vivenciam e/ou vivenciaram a heteronormatividade. Dessas, nenhuma expôs como foi difícil contar aos familiares que gostava de uma determinada pessoa, de gênero oposto. Entretanto, mesmo os professores que se identificaram como cisgênero e heterossexuais, há menção da religião enquanto fator potencializador da violência LGBTFóbica:

> **Aquele modelo tradicional e cristalizado pela religião de família né, que é um mal para a sociedade**. É um entrave ali, é uma bobagem completa [...] A religião ela acaba sendo usada para que esse modelo neoliberal de formação de mão de obra se aplique melhor [...] A religião é usada, no meu ponto de vista, como instrumento de terrorismo [...] (Almir, junho, 2021, grifo próprio).

Nos acende uma ponta de esperança ao encontrar não somente relatos de dores, culpas e auto depredação da própria imagem por ser uma pessoa LGBT em uma família de cultura cristã, como ocorreu com o relato do professor Igor que se considera um homem cisgênero gay. O mesmo, como os demais entrevistados, (as) cresceu em uma família cristã que, entretanto, não teve atitudes como os relatos de violência apontados pelos sujeitos da pesquisa:

> [...] a minha vivência, **ela é muito privilegiada**. Eu demorei um tempo para entender isso, por mais que eu tive os meus problemas, minhas lutas, e tudo mais, todo o meu histórico, **desde a minha casa, até o meu local de trabalho que é muito privilegiado, então, eu partir do meu lugar não seria um parâmetro de comparação real** [...] Eu sinto que existe uma aceitação minha muito grande, porque branco, cis, jovem, magro, uma beleza meio comercial, eu me vejo nos lugares, a única coisa que foge à regra é o fato de eu ser gay, e aí, por ter escolhido fazer moda as pessoas não se incomodam de eu ser gay. (Professor Igor, junho, 2021, grifos próprios)

Em relação ainda ao relato do professor Igor, nos salta aos olhos a consciência da interseccionalidade, visto que seu relato muito bem pontua que algumas características sociais de si próprio lhe garantem mais segurança em espaços públicos, como o trabalho, do corpo padrão magro e branco, o mais aceito socialmente:

> A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural dos racismos, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatados coloniais.” (AKOTIRENE, 2021, p.19)

A interseccionalidade, no campo das ciências sociais, advém da demanda de mulheres negras e pretas, como uma forma de romper com a bolha de um único tipo de feminismo, aquele escrito, pelos e pelas acadêmicas brancas (os), visto que as demandas sociais são diferentes, conforme se foge do legado patriarcal e colonial, que são características marcantes de nossa sociedade, conforme ensina Djamila Ribeiro no prefácio da obra “Interseccionalidade” de Carla Akotirene (2021, p.14):

> O termo [interseccionalidade] define um posicionamento do feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeia, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única.

Considerar a interseccionalidade em nossas pesquisas, como também em nossas práticas enquanto educadores (as) pesquisadores (as) é extremamente importante para que não tenhamos um olhar estigmatizante sobre nossas práticas e atitudes, considerando que:

> O problema não está necessariamente nas respostas identitárias dadas à matriz colonial, mas quais metodologias usamos para formular tais respostas, que, não raro, enveredam para uma dependência epistemológica da Europa Ocidental e Estados Unidos [...]. (AKOTIRENE, 2021, p.34)

Em relação aos professores não LGBT, como o caso do professor Marcio, quando indagado das questões religiosas em sua trajetória de vida, relatou ter tido uma criação de base católica e ter seguido seus dogmas pela maior parte de sua vida. No momento atual, vem se questionado qual o sentido das premissas dessa vertente para sua vida:

> Eu sinto que eu estou passando por uma mudança, mas eu fui criado na religião católica. Se cabe aqui brevemente falar [...] eu sempre acreditei em Deus e sempre tive dificuldade de lidar com a religião católica, apesar da criação. [...] o que eu tenho percebido, principalmente, nos últimos tempos [...] eu tenho percebido um custo x benefício, muito deficitário, entende? Eu entendo o lado bom, minha esposa é um dos melhores exemplos para isso, a história da vida dela. Mas, de um modo geral, eu tenho percebido tanta coisa, tanto conflito, tanto atrito, [...] tanto problema, efetivamente, surgido, de repente, especificamente, por conta da religião, que eu acho que eu estou passando por uma troca de pena. (Marcio, junho, 2021)

Em síntese, participantes que se identificam com a heteronormatividade não mencionaram nenhum sofrimento em virtude dessa identidade e, em momento algum,

tiveram a religião utilizada para punir ou ponderar seus pensamentos, ações e desejos, por exemplo. Disso depreendemos que a família, de matriz cristã, ainda rejeita e pune os filhos e filhas que não se enquadram na cisheteronormatividade.

A próxima categoria, pretende evidenciar como ocorrem as relações de gênero e sexualidade quando a análise tem como olhar a escola. Como se deu, ou não, esse processo na vida dos (as) entrevistados (as) quando o espaço saí da família e entra na escola.

4.5.2 Experiências escolares

A escola ainda é apontada como um local hostil para jovens e crianças LGBT. Há nuances de discriminação e apagamento da pluralidade afetiva em escolas, como demonstrou a pesquisa de Rubenilson Pereira de Araujo em sua obra “Gênero, diversidade sexual e currículo: práticas discursivas e de (não) subjetivação no ambiente escolar” (2016):

> **A escola, enquanto instituição social, impõe técnicas de treinamento e práticas disciplinares dos corpos, através de exercícios de manipulação visíveis e (in) visíveis, que representam mecanismos de poder sobre os corpos**, sujeitando-os a um poder disciplinador. O corpo-objeto, disciplinado e manipulável, é o resultado deste processo de disciplinarização e fabricação, realizado constantemente pelo micro e pela macrofísica do poder, em um esquema binário, fruto de implicações hierarquizantes [...]. (p.44, grifo próprio)

Em alguns dos relatos de experiências escolares encontramos a imposição de tais práticas, de maneira visível, por exemplo, na narrativa de Pedro, estudante, que mencionou a prática de violência física, por parte de colegas da turma, e a reiteração dessa violência ao pedir ajuda ao corpo gestor da escola:

> [...] as pessoas se incomodavam com aquelas pessoas que estão quietas, e, tipo, eu sempre demonstrei ser diferente, eu sempre tive um estilo diferente. Então as pessoas se incomodavam [...] Deviam me achar estranho **e eu sofria bullying, eu apanhava demais na escola e não tinha o que fazer também, porque os professores não faziam nada, a diretora também não fazia nada, não adiantava reclamar porque não mudava nada** [...] (junho, 2021)

A experiência relatada por Pedro ocorreu durante o ensino fundamental. À época, Pedro não sabia que era um homem transexual e narrou que tinha uma aparência “diferente” para os padrões de masculinidade e feminilidade. Ao adentrar

no ensino médio, contou que a experiência foi diferente, sendo um período de sua vida, já na adolescência, com uma acolhida maior por parte da comunidade escolar, visto que nesse período reivindicou a identidade enquanto mulher lésbica e, dentre os professores (as), já havia àqueles (as) que falavam abertamente sobre homossexualidade:

> [...] na época que tinha me assumido [como lésbica], era muito mais tranquilo também [...] **porque eu tinha professores que também eram da comunidade LGBT** também, então, não tinha como sofrer um tipo de preconceito porque também estaria lidando com eles né, e muitas pessoas também. (Pedro, junho, 2021, grifo próprio)

Gabriel, estudante que foi expulso de casa após reivindicar sua identidade enquanto homem gay, encontrou um pouco do apoio que faltou da família também em professores (as) de uma escola da rede particular em que estudou durante os seus 13 e 14 anos:

> **Tive professores que me apoiaram, conversaram comigo, eu tive muita, muita orientação por diversos professores na minha vida e eu sou muito grato,** isso me fortaleceu muito, no meu desenvolvimento pessoal e intelectual também. E em questão dos alunos assim, eles encaravam tranquilamente, alguns diziam “aí eu não concordo mas respeito”, aquela coisa bem ultrapassada que os conservadores dizem. (Gabriel, junho, 2021, grifo próprio)

Essa questão da identificação foi ressaltada pelo professor Igor, homem cisgênero gay, que já teve indícios de como sua presença enseja um ambiente mais seguro para alunas (os) LGBT:

> [...] eu já vi alunos se sentindo mais seguros e pertencentes aquele espaço [uma unidade em que atua como professor do Senac], **eles sabem que ali é um local seguro porque se o professor é viado desse jeito, está ali dentro e é professor, quer dizer, está tranquilo também eu estar ali,** vai haver respeito. E em sala de aula quando eu trago esses assuntos eu vejo que é um assunto que os alunos querem conversar, porque eles estão ávidos para entender, seja ele da comunidade LGBTQIA+ ou não, e até os que não entendem ou se sentem frustrados, depois do diálogo, do material, de reflexão, o quanto que isso, para eles, faz a diferença [...]. (junho, 2021, grifo próprio)

Diferentemente das afirmações anteriores, colhemos histórias de enfrentamentos em relação às questões de gênero e sexualidade também no ensino

médio, como o caso de Maria que contou como o tratamento de alguns professores (as) mudaram com ela após assumir um relacionamento amoroso com outra garota:

> Comecei a namorar, inclusive, é minha atual namorada, a gente tá junto até hoje. E assim, falando de ambiente escolar mesmo, foi muito, muito difícil para mim. O ensino médio foi muito difícil. Porque eu vivenciei situações que eu nunca tinha vivenciado na minha vida, sabe [...] eu sempre fui muito dentro da linha, muito respeitosa, sempre levei isso independente de onde eu tivesse. Então, eu raramente tive grandes problemas assim, né? De outras questões, só que tudo isso mudou quando eu comecei a namorar uma menina, é, o tratamento mudou muito, [...] tinha professores que diziam que a gente incomodava, que assim, [...] constrangia a gente mesmo. (Maria, junho, 2021)

Em relação a ser um estudante LGBT nas escolas Senac, dos cinco entrevistados, um deles relatou não ter sentido diferença entre ser LGBT em outras escolas e em uma das unidades do Senac/SP que estudou, inclusive, relatando que havia um estudante que reiteradamente fazia “brincadeiras” durante as aulas de teor discriminatório.

Os (as) outros (as) quatro entrevistados, narraram terem se sentido mais seguros (as) e visíveis nas escolas Senac/SP em que estudaram. Um deles, destacou em relação às escolas técnicas que passou:

> Olha, tipo eu falo tanto Senac quanto minha passagem na Etec né, que assim foram escolas totalmente diferentes das que eu passei, sabe, foi uma outra recepção, foi uma outra gestão eu acho que, tipo, essas duas escolas tiveram uma mente muito aberta [...] são duas escolas que, tipo, sabe, viram e deram uma porta-voz ali para os alunos sabe, acho que foram lugares que eu me senti totalmente em bem-estar. (Gabriel, maio, 2021)

Os (as) alunos entrevistados (as), os (as) estudaram em uma das unidades do Senac São Paulo, entre o período de 2017-2019 em que já estava implementada a formação continuada em gênero e sexualidade para rede do Senac SP. Relataram se sentirem bem ao falar abertamente sobre suas respectivas identidades afetivas e de gênero, atribuindo, inclusive, esse comportamento mais inclusivo ao “treinamento dos professores”:

> Eu estudei no Senac [nome da cidade] , fiz aprendizagem lá, e essa, assim, até hoje eu custo acreditar as coisas que eu vi no Senac, de verdade, assim, [...] eu custo acreditar que realmente ambientes assim existem. Eu realmente não estava preparada para isso [...] Mas ai quando eu entrei no SENAC, eu ainda tinha muito vívida a memória do ensino médio. E, eu fiquei assim muito

> chocada, reverteu todas as minhas expectativas para o lado positivo, [...], você via claramente que, eu acho que existe uma diferença muito grande porque eu acho que isso que **é o importante, é quando vem algo do treinamento dos professores**, quando é algo que tá na cultura da empresa né? (Maria, junho, 2021)

Outro ponto importante, foi que um dos estudantes destacou que se sentiu bem em ver que o movimento LGBT seria estudado ao tomar conhecimento do conteúdo programático de seu curso:

> **O que antes não era discutido, não era falado, hoje já é assunto de matéria escolar sabe**. Hoje está na minha grade curricular do meu curso, então no SENAC eu senti muito essa presença da comunidade, tanto nos professores quanto os alunos. Não só eu, tenho certeza que a maioria dos alunos que são LGBTQIA+ se sentem bem vindos lá sim, tanto em questões de trabalho, de projetos, quanto durante as aulas, sejam presenciais ou remotas. (Gabriel, junho, 2021, grifo próprio)

Ainda sabemos que a presença de questões LGBT em currículos escolares, conforme comentou o aluno Gabriel, é uma exceção, considerando tanto a educação básica quanto o ensino superior. Em termos mais amplos, ao pensarmos sobre currículo e questões de gênero e sexualidade, muitas vezes, o que encontramos nas escolas e faculdades é o corpo atravessado somente por questões de teor “biologizante”:

> Trata-se, portanto de um ato de linguagem que nomeia e classifica o outro, lhe atribuindo certa identidade, por meio de um ato performativo da linguagem que irá se repetir no dia a dia. Este processo de nomeação parte do sexo biológico e a partir daí se estabelece uma relação direta com o gênero, por exemplo, desde as cores adequadas e socialmente aceitas para o sexo da criança, as vestimentas, o tratamento adequado, as tarefas e brincadeiras que são para meninos e meninas, entre outras questões totalmente baseadas no princípio do sexo biológico, que contribuem para a fabricação de um corpo viável, saudável e legitimado pela sociedade (ARAUJO, 2016, p.41)

Entretanto, a ex-aluna trans (mulher transexual) que somente concedeu a entrevista por escrito, menciona ter passado constrangimentos ao longo do seu curso em uma das unidades do Senac da Capital, alegando, inclusive, ter sido assediada por um dos rapazes da sala, o que demonstra a vulnerabilidade, também sexual, das pessoas transexuais, sobretudo, as mulheres transexuais e travestis:

> No Senac, que era com adultos, teve um rapaz que meio que dava em cima de mim, passava a mão e não era feito nada. Você via que tinha algo a mais e não faziam nada. Tinha um medo horrível de ir até lá todos os sábados, horrível! (Lorena, maio. 2021)

Do público de alunos (as) e ex-alunos (as), as demais pessoas transexuais, no caso os dois homens trans entrevistados, pelo contrário, aludiram boas experiências nas unidades, do interior, do Senac que estudaram, um deles, o que se assumiu durante o curso na instituição, contou:

> E aí, depois que eu defini qual era o nome que eu me identifiquei, foi engraçado que eu nunca pensei nesse nome também, eu cheguei para a professora e falei "eu posso mudar meu nome na chamada?", ela pode, no Senac a gente pode usar nome social e tudo. Eu fiquei muito feliz, eu ia começar do zero, em um lugar novo, com pessoas novas, que não sabiam o meu nome de antes. **Então eu ia poder ser eu, sabe, eu fiquei muito feliz.** (Pedro, junho, 2021, grifo próprio)

Outras preocupações carecem ao estudante transexual além do nome, como é o caso do uso do banheiro, que para esse público, muitas vezes, pode representar um risco maior a situações de violência, fazendo com que deixe de usar esse espaço:

> E teve a questão do banheiro, nossa com questão do banheiro, fiquei muito **aflito, porque eu esperava acabar a aula né que era tipo 3:30 para poder chegar em casa e usar o banheiro**. Porque eu ficava com medo né, não sabe tipo, eu vou entrar no banheiro feminino as meninas vão olhar com uma cara estranha, eu vou entrar no banheiro dos homens e vão me olhar com a cara estranha, tipo será que eu vou tá faltando de respeito com algum desses ambientes sabe? (Pedro, junho, 2021, grifo próprio)

Nos espaços escolares, de acordo com normativas específicas, já é possível a utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero dos sujeitos. Porém, ainda são necessárias ações culturais, educacionais e de divulgação dessa questão para que, assim, a pessoa travesti e transexual possa usar o banheiro com a qual se identifica sem nenhum medo e/ou constrangimento, conforme se deu com Pedro no Senac, localizado em uma cidade do interior, em que estudou:

> Aí eu cheguei para minha professora, e perguntei se tinha algum problema eu usar algum dos banheiros, porque eu não aguento mais esperar chegar em casa. **Aí ela falou "poxa, aqui não tem esse problema de usar algum banheiro, o que você se identificar você usa".** Ai eu fiquei, cara eu fiquei muito feliz, nossa velho, que bom. Porque é muito ruim você usar o banheiro em lugares públicos. Primeiro que, tipo para homens trans, tem lugares que

> não tem porta também ,tipo é ruim de você entrar no banheiro feminino que as pessoas ficam te olhando estranho. E aí na escola foi muito de boa, eu comecei a utilizar o banheiro masculino e tipo os alunos não falaram nada, me trataram normal, as faxineiras também. (Pedro, junho, 2021, grifo próprio)

De fato, não são somente os alunos (as) transexuais e/ou travestis que podem encontrar resistências, contradições, para serem quem são. A discriminação pode acontecer de aluno (a) para professor (a), fato que se deu com a professora Barbara, que se considera uma pessoa trans não-binária:

> Sempre quando eu entro né? Eu sempre faço questão de colocar minha identidade, me colocar no feminino para que eles vejam isso, vira e mexe, no começo, volta, me chamam no masculino, mas aos poucos vai indo, e aí é aquela coisa que eu entendo que eu levo para mim de que leva um tempo para a pessoa se acostumar, e aí o que começa a me incomodar é quando eu vejo que a intenção é realmente me tratar no masculino e aí sim o bicho pega, vamos dizer assim, mas eu sei que é um processo que é difícil das pessoas entenderem, até para mim as vezes é difícil entender, então, mas tem respeitado, sabe. (Barbara, junho, 2021)

Em um outro momento, a professora em questão narrou que um aluno abandonou o curso única e exclusivamente porque ela seria a pessoa responsável por lecionar o curso:

> E aí nisso ele [o aluno] não olhava para mim, ele não olhava no meu olho, sabe, ele não olhava para mim, ele ficava olhando para o chão e era aquele tipo, estereótipo de aluno machista, sabe, era um curso de desenho técnico e ele queria desenho mecânico, tinha no curso, **e antes de começar a falar sobre o curso, foi 10 minutos, ele pegou e falou assim "ah não, isso aqui não serve para mim", e foi embora.** E aí, foi só porque o programa existe, né, porque eu preciso chamar a técnica [coordenadora], que a técnica vai envolver outras pessoas e aí é aquela coisa né? Para empresa, é um número menor, é uma rentabilidade que não está entrando, o aluno não pagando, só que para a empresa estava Ok, porque o que importa sou eu, o que importa é o pilar da instituição, se o aluno não está confortável com isso, o problema não é da instituição, o problema é do aluno, e aí, naquele momento, não é o local para ele [...] (Barbara, junho, 2021).

Nessa categoria, percebemos que as experiências nas escolas são multifacetadas, porém, ainda assim, a escola é marcada como um local de reprodução da violência LGBTfóbica, tanto para o aluno (a) que reivindica essa identidade, quanto para o (a) professora (a). Na fala acima, a professora já alude à importância do Programa de Inclusão e Diversidade, que, segundo ela, contribuiu para que se sentisse mais segura em afirmar sua identidade pela existência do programa.

Em linhas gerais, a escola, considerada enquanto instituição social, que tem como um de seus propósitos assegurar que os direitos e saberes construídos perpetuem pelas gerações, e de estar "[...] diretamente comprometida com as questões culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas de uma sociedade [...]." (D´AGUA e FELDMANN, 2009, p.190), ainda enfrenta resistência para possibilitar, reconhecer e valorizar toda a diversidade nela presente.

Pelas narrativas, tanto de discentes quanto de docentes LGBT, todos inseridos no espaço da EPT, verifica-se que, quando há um mínimo de formação sobre os temas gênero e sexualidade, o ambiente escolar se torna menos vil para os alunos e alunas que fazem parte do grupo em questão, como também para toda a comunidade escolar. Nos recordemos das palavras da professora Dra. Jaqueline Gomes de Jesus de que a LGBTFobia "[...] é um problema da atualidade, um desafio que precisa ser enfrentado, em um país que se pretende verdadeiramente democrático, na prática, mais do que apenas no papel." (2015, p.24).

4.5.3 Experiências no mundo do trabalho

Como vimos nas categorias de análises anteriores, a população LGBT, independente da faixa etária, enfrenta resistências em âmbito familiar, endossadas por religiões cristãs e, em algumas narrativas, a escola também é responsável por endossar essa resistência que se traduz em violências verbais, simbólicas e, até mesmo, físicas. Considerando que pessoas que atuam no mercado de trabalho passaram pela educação formal, cabe a ressalva sobre a educação formal de tais profissionais:

> O preconceito não diferencia escolaridade ou origem geográfica. Pessoas com elevado grau de escolaridade podem ser preconceituosas e, discriminar determinados grupos sociais, porque **nossa educação formal tem se restringido aos aspectos cognitivos da formação teórica das pessoas, e quase nada se aborda quanto à formação afetivo-atitudinal das pessoas, como cidadãos que reconhecem o valor da diversidade humana**. (JESUS, 2015, p.34, grifo próprio)

Quando a categoria de análise de conteúdo é colocada para inferir acerca do mundo do trabalho, obtivemos relatos que apontam para uma deslegitimação das pessoas correspondentes à sigla "T" – população travesti e trans. A partir de repetidos discursos que se materializam para dentro de ambientes escolares, como já

analisamos, e refletem incisivamente nos ambientes de trabalho; independentes, inclusive, do nível de escolaridade, pois um dos relatos, advindo de um homem trans, pontua as mais diversas situações viltes que o levou a desistir do trabalho na Receita Federal de sua cidade; e, posteriormente, abandonar o primeiro ano do curso de Direito:

> Quando me viam como uma mulher, tinha gente que me ajudava a fazer os trabalhos, um cara formado em Direito, [eu] ganhava chocolate de quem eu atendia. Quando comecei a transição, ainda não era passável, recebi perguntas do tipo "como que é que você transa?" – um contador me perguntou isso no balcão. Fiz uma reclamação dele, ficou banido e depois voltou e continuo fazendo, então, contei de novo pro chefe, e o chefe não fez nada. Pedi demissão porque teve uma situação de uma mulher "não sei como deixam uma coisa dessa ficar no atendimento" – fiquei arrasado nesse dia...Ela foi até lá dentro reclamar de mim, por eu ser uma coisa. (João, junho, 2021).

Nenhum dos entrevistados (as) que se identificam como cisgênero (a) e heterossexual, relatou inconvenientes em relação a sua orientação afetiva e o ambiente de trabalho. Muito menos, acanhamento ou vergonha para falar abertamente sobre ela em locais de trabalho.

Um professor, ainda citou a importância dos temas gênero e sexualidade, para algumas áreas que o Senac forma, como o caso do curso Técnico em Segurança do Trabalho:

> É muito comum em Segurança do Trabalho, a gente ouve direto, a empresa falando que a gente **não contrata mulher porque dá problema**. [..] eu trabalho em uma consultoria em [nome da cidade] que não contrata mulher. Já indiquei para entrevista e os caras não contratam mulher, dizem "não porque o trabalho, às vezes, tem que subir uma escada, tem que suar, tem que não sei o que e a mulher não vai dar conta". Eles não falam abertamente, mas eles ficam naquele clima e a gente já discutiu isso no trabalho, já trouxe assim, não é explícito, mas rola. Então, e é uma empresa de uma galera que pô, de fácil diálogo, uma pessoa inteligente e tal, imagina, obra assim a gente vê um monte, lamentável. **E você está falando de mulher ainda, imagina você colocar numa frente de trabalho de construção civil um técnico de segurança trans**, é embaçado assim. (professor Almir, junho, 2021, grifo próprio)

Entretanto, vimos uma boa reação perante uma loja de atacado do segmento de roupas, em que um dos entrevistados é Aprendiz. Relata, com alegria, a vivência que tem tido nesse local de trabalho, aonde pode ir com a roupa que se sente mais à

vontade, e também, que se sente confortável em falar sobre sua homossexualidade com pares de trabalho:

> [...] é o meu primeiro emprego [...] eu me sinto totalmente bem sabe, então lá no ambiente de loja, eu não falo pelo corporativo empresarial, administrativo, mas na loja, na operação de lojas é outra coisa sabe então tipo lá o que não falta é gay, lá tá cheio, [...] eu trabalho com uma equipe a maioria são mulheres e a maioria [dos homens] também são gays né [...] meu líder de visual merchandising é gay, meu amigo mais próximo de lá então sinto muito acolhido e eu me sinto muito mais bem vindo pela forma de me expressar [...] então, tipo, além de ser gay eu sou muito afeminado [...] a minha expressão de gênero ela é 90% de menina então tipo lá passar dos anos eu fui trocando o meu guarda-roupa hoje tipo mais mas ele tá na mente minhas roupas femininas [...] às vezes eu vou com uma blusinha de amarração com cropped de salto [...]. (Gabriel, junho, 2021)

Experiências de se sentir bem sendo LGBT ocorreram em um outro relato, em que a jovem Maria entrevistada narrou ter trabalhado como jovem aprendiz, em uma empresa do segmento de bebidas e que percebeu, ao longo de seu contrato, ações internas de apoio e de valorização da diversidade, pontuando ações com palestrantes LGBT para os (as) vendedores (as) da empresa; a entrega de livros sobre direitos das mulheres e livros para as lideranças da empresa sobre como se tornar um líder mais inclusivo, por exemplo.

Já a entrevista com um docente da área de moda, que se identifica como cisgênero e gay, o entrevistado nos trouxe a seguinte reflexão:

> Ser homem cisgênero e gay, no âmbito da moda - desse universo de trabalho - é estar ainda no lugar das normas, e, por conseguinte, um corpo cisgênero e gay “pode trabalhar” mais seguro do que um corpo – identitficavelmente - gay em outros espaços. Tanto socialmente/culturalmente quanto economicamente, já é um lugar onde essa figura é aceita como força de trabalho possível e, até mesmo, preferida. Coloque-se a pensar, quantas pessoas gays, com trejeitos lidos como femininos pela heteronormatividade, você já não presenciou em filmes e/ou novelas de canais abertos televisivos que não trabalhassem com moda, arte, salões? (Professor Igor, julho, 2021)

Outra percepção que o processo de entrevistar elucidou, foi em relação aos receios que as pessoas trans possuem do mundo do trabalho: se devem ou não contar que são trans, se isso não pode ser o fator que o (a) conduzirá para exclusão de uma vaga de emprego:

> Sim, sim [usa o nome social]. Eu coloco o nome social no currículo e tals. **Eu, às vezes, fico meio receoso, né?** porque eu fico: será que eu vou ter que

> usar meu nome morto [nome de registro civil]? Pois me sinto desconfortável e aí eu deixo meu nome social mesmo, sabe? Eu não sei se na hora da entrevista eu vou ter que explicar. Eu fico meio com medo, mas tipo, eu ainda não tive nenhuma entrevista depois que eu me assumi ainda, porque tá complicado né? Mas eu conheço pessoas trans que trabalham e que não tiveram esse tipo de problema, acho que algumas empresas já estão adequadas com o nome social. (Pedro, junho, 2021)

Do que foi retratado nessa categoria de análise, ressalta-se, cada vez mais, a urgência dos temas gênero e sexualidade em todas as modalidades e níveis da educação brasileira, mais ainda sabendo da dificuldade de inserção e manutenção de emprego por parte da população LGBT, estando, entre elas, a população de travestis e de transexuais mais vulneráveis.

4.5.4 Experiências cruzadas: gênero, sexualidade e escola

Após a exposição de algumas consequências da formação “Diálogo: gênero e sexualidade”, presentes na pasta do Programa de Inclusão e Diversidade, nos salta aos olhos o caso da possibilidade de existir e se expressar enquanto pessoa trans não-binária. Caso este narrado pela professora Barbara, em que em mais um episódio de transfobia enfrentado por ela, culminando em um cancelamento de matrícula por causa de sua aparência, conforme retratado na categoria de análise anterior. Por conseguinte, o Senac não recriminou a professora, por ser um valor institucional a diversidade:

> [...] para mim ele faz muito sentido [Programa de Inclusão e Diversidade], porque é só através dele, sabendo que tem na empresa e que, né, se ninguém seguir está indo contra uma normativa da empresa, um projeto institucional, para mim foi o pilar, não só para me entender, né, porque eu me entender enquanto pessoa trans foi alheio a instituição, mas depois que você se entende, teve o processo de transicionar, né, e assumir isso esteticamente e fisicamente dentro de sala. E aí eu só consegui fazer isso porque eu sabia que existia, né? (Barbara, junho, 2021)

Mesmo assim, o Programa de Inclusão e Diversidade encontra alguns limites, como o fato de que não são todos os (as) funcionários (as) que agem de acordo com suas premissas e acabam agindo de maneira contrária aos propostos pelo Programa e o Senac São Paulo, ou seja, desprestigiando a diversidade:

> [...] honestamente falando, no Senac, na Unidade, tem coisa que nem deveria ser tolerado, mas assim, beleza, vai tolerar essa galera, vai colocar essa galera pra dentro, vai tipo acolher. Beleza, aí tem que tentar de alguma

> maneira na língua dele, mudar isso. Pessoalmente, eu acho que essa galera tá nesse nível, não deveria nem estar em sala de aula, dando aula. Se a pessoa tem uma visão extremamente reacionária e conservadora e como que você coloca um cara desse, em sala de aula, com um aluno trans, né? Um cara que no corredor faz piada homofóbica, transfóbica, a gente tem professor que faz post aí criticando e fazendo piada com pronome neutro, usando as palhaçadas e de maneira bem pesada e pejorativa. (ALMIR, junho, 2021)

No caso da denúncia feita pelo professor Almir, em que professores e professoras que convivem com ele, mesmo depois de formações e atividades com os temas gênero e sexualidade, continuam agindo de maneira depreciativa para com a diversidade de gênero e de afetividades, Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p. 37), em sua obra “Homofobia: identificar e prevenir”, muito bem expõe que seria necessário, caso realmente a instituição esteja comprometida para com tais questões, ações mais enfáticas:

> Se quisermos mudar práticas discriminatórias, não podemos apenas criticar os preconceitos, é preciso agir objetivamente para mudar comportamentos. **A mudança dos valores e crenças preconceituosas só é efetiva se quem discrimina tem seus comportamentos discriminatórios criticados, limitados ou, até mesmo punidos** (grifo próprio)

Especificamente sobre a formação continuada “Diálogo: gênero e sexualidade”, há considerações importantes feitas pelos docentes, como o fato de não ser satisfatória para abordar todos os assuntos que a temática possui e, por isso, o professor Marcio complementa: “A única decepção que eu tive foi que ao me deparar com a vastidão do assunto, eu achei que foi muito curto, eu sinto que o aprendizado que eu poderia ter tido ali eu não tive, mas beleza é um primeiro momento”. (junho, 2021)

Assim como todos os (as) demais professores (as), Marcio também não possui licenciatura, nem como primeira formação, tampouco quanto à complementação. Percebe-se a necessidade de um maior tempo para o trabalho com os (as) docentes, sobretudo, os que se identificam como cisgênero e heterossexuais das quais, na maioria das vezes, encontram-se distantes de tais discussões. Há um outro trecho da entrevista com o professor supracitado em que ele se refere a figura da travesti utilizando pronomes masculinos, por exemplo.

O professor Mário considera que a formação continuada em gênero e sexualidade deveria ter um tempo maior de duração, para que fosse possível compreender melhor os conceitos e as vivências abordadas sobre. Em outro relato, a professora Iara ressalta o quanto foi enriquecedor para sua vivência, enquanto pessoa e enquanto profissional, que a

> Porque eu tinha uma amiga, colega de trabalho, que a gente se dava super bem, vivia juntas, e conversava muito com ela, que é trans, a minha irmã na época, também tinha conversado com a família e falado a respeito do seu afeto**. Então assim, para mim eu tinha isso muito bem resolvido e tranquilo, só que quando eu me inscrevi no curso e acabei aprendendo várias coisas, eu vi o quão eu não sabia, e não sei ainda, né?** (Professor Mario, junho, 2021)

Não mais que importante, participar da formação fez com que a professora repensasse até mesmo o uso da sua linguagem em sala de aula, no campo de estágio onde também acompanha pessoas que estão para se formar no curso de técnico em enfermagem:

> **Porque você pensa se você está falando direito ou não**, e eu acho que isso tem que começar a ser um pouco mais tranquilo ao longo do movimento que você faz e da, e como você permite também que isso comece a fazer parte do seu repertório, da sua rotina, da sua própria comunicação. E aí eu comecei a perceber como eu usava às vezes coisas, é, coisas discriminatórias sem, talvez, ter essa intenção. Então, por exemplo, vou trazer um exemplo aqui, é, sei lá, abraçava uma amiga e uma amiga brincava "aí nossa, para de ser sapatona", uma coisa assim, e eu morria de dar risada e, hoje em dia, eu não acho graça nenhuma nisso. (Professora Iara, junho, 2021, grifo próprio)

Outro ponto muito precioso tocado pela mesma professora, graduada em enfermagem, foi o destaque dado para as questões curriculares, alertando que mais do que discutir o tema com professores (as) da instituição é trazê-lo como uma realidade para os alunos e alunas da EPT:

> **De todas essas questões, acho que é muito importante trazer isso para os nossos alunos**, porque assim como a gente não tem esse conhecimento, o próprio aluno, professor, pode não ter e os alunos menos ainda, e a gente via trazendo isso**, isso é extremamente importante para área da saúde**. Desmistificação de vários tabus, preconceitos e afins que vem nas próprias discussões, "aí mas num curso de saúde não deveria ter isso". Não, não deveria, mas muitas vezes é ali que via tirar essa coisa que traz arraigada aí a sociedade e, principalmente, eu acho que foi muito mais nos cursos assim. (Professora Iara, junho, 2021)

A ressalva feita pela docente Iara é muito importante, enquanto pessoa transexual, eu já sofri inúmeras situações discriminatórios em atendimentos de saúde, sobretudo, quando utilizava o nome social, mesmo esse campo já sendo obrigatório e estando presente nas fichas de atendimento, nem sempre ele é respeitado. E, mais que tudo, mesmo quando o nome social é reconhecido a diferença na tratativa é notória, o que, após a retificação de nome e gênero e, durante os atendimentos, raramente as equipes de enfermagem e/ou de médicos (as) não sabem que sou transexual, tal situação me colocou em uma situação de segurança, desde então, nunca mais sofri discriminação em atendimentos de saúde. Neste caso também operam o binarismo de gênero, não ter a aparência de uma pessoa transexual, para além da retificação de nome e gênero, é o que me garante andar pelo mundo cisheteronormativo com mais segurança que pessoas travestis e transexuais que são reconhecidas, visualmente, como tais.

A questão dos preceitos pessoais, a cultura com a qual o professor (a) entrou na instituição foi alvo de avaliação de outro professor entrevistado que ainda está na instituição e que já trabalhou em mais de uma unidade. Desse modo, o professor expõe a diferença de tratativa em relação a cultura LGBT, em duas unidades em que atuou, ressaltando, sobretudo, a presença de lideranças preconceituosas:

> É muito louco o lance do Programa de Inclusão e Diversidade porque como eu trabalhei no interior, até numa unidade grande, mas que é no interior e afastado e aí eu fui transferido para maior unidade do SENAC quando ela foi inaugurada e todos os olhos estavam lá, eu vivenciei duas empresas muito diferentes. Então, no interior eu presenciei transfobia e aí eu não estava entendendo porque os educadores estavam fazendo aquilo, e eu não tive suporte nenhum para lidar com aquilo e mesmo não sendo uma pessoa trans eu fiquei muito mexido, a ponto de me questionar se eu queria trabalhar naquela empresa. Porque não fazia sentido para mim eu estar em um lugar que pessoas com cargos de liderança, que são olhadas, pensavam aquilo, para mim era incabível, tanto que eu fiquei perto da minha transferência e aí na primeira semana pós transferência, eu tive contato com pessoas que trabalhavam com Inclusão e Diversidade, e aí eu falei “nossa, tô salvo” né, não é aquilo que eu estava pensando. Mas não era pra mim né? Para quem ficou lá na unidade que eu estava... (Professor Igor, junho, 2021)

Face a esse antagonismo, algumas das falas indicam que os limites do Programa de Inclusão e Diversidade esbarram com as direções, gestões locais das unidades que, podem introjetar os preceitos do Programa em suas práticas, se, pessoalmente também enxergam os direitos LGBT, ou, agir contrariamente aos preceitos da pasta, se assim também vislumbram em seu aspecto individual, cultural.

Quando questionados (as) sobre uma das ações do Programa de Inclusão e Diversidade, no caso a formação “Diálogo: gênero e sexualidade”, os (as) entrevistados (as) professores (as) acreditam, por suas falas, que a ação é importante, porém, não suficiente para mitigar as violências e barreiras que pessoas encontram em virtude de suas sexualidades ou gêneros, em ambientes de trabalho. Em virtude disso, sugerem que os temas gênero e sexualidade devam ser fomentados na escola, mas que não se restrinja a ela:

> Eu acho que é muito importante, principalmente, em diversas áreas, de alguns segmentos mercadológicos. [...] sou suspeito para falar, mas acredito que não seja o único, muitos outros, muitas outras áreas também, talvez, logística. Mas a Segurança do trabalho é notório, é uma galera que vem de construção civil, de indústria, então assim, em segurança de trabalho a gente tem caso, [...] **de indústria que não contrata mulher para não ter que ter banheiro feminino, tipo assim, caramba, por causa de um banheiro você não contrata.** Ou então, a gente não contrata mulher porque dá problema, que [...] dão em cima da mulher. Então, mas isso é comum, parece absurdo, mas é comum. Em frente de obra, e tudo mais, os caras falam que não dá pra contratar mulher. Aí não contrata a Técnica de Segurança no trabalho mulher porque não tem banheiro ou porque ela vai ser assediada, então, é mais fácil não contratar, **você exclui aquela pessoa do mundo do trabalho e para que não haja essa discussão no mercado**. E a gente está formando um novo mercado, o importante, a parte talvez **pronta do negócio é que a gente forme alunos que sejam capazes de discutir isso aí no mercado de trabalho, dentro da empresa que trabalham, que atuam, fazerem uma campanha, alguma coisa, e trazer isso para discussão. Senão, perde o sentido, não deve morrer na escola.** (Professor Almir, junho, 2021, grifos próprios)

Como vimos ao longo das análises das categorias elencadas nessa pesquisa, o preconceito e a discriminação contra a população LGBT é uma realidade enfrentada em todas as faixas etárias e que, infelizmente, começa a colocar crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade dentro de suas próprias famílias. Em situações felizes e ainda em caráter de exceção, muitos de nós pode encontrar o apoio ausente no núcleo familiar, nas escolas. Quando isso não ocorre, vemos a evasão, o abandono escolar e, com isso, nossa população fica cada vez mais afastada do mercado de trabalho formal. E, pensando em escolas de EPT, não tem como limitarmos a discussão a uma área ou outra, quando uma instituição como essa adota como valor a inclusão, se faz necessário que ela esteja totalmente presente em seus desenhos curriculares, nas práticas de seus funcionários (as) e professores (as) – esses dois últimos, quando mesmo com as formações continuam manifestando o

seu ódio disfarçado de opinião, se faz necessário ser sincera aos valores, e não mais permanecer com esse tipo de profissional em seu quadro de funcionários (as).

Considerações finais

Com essa pesquisa, trouxemos à pauta discussões ainda não debatidas, ao menos não o suficiente para que vire prática cotidiana nas instituições de ensino, como são as questões de gênero, sexualidade e EPT.

Ao se comprometer com uma formação continuada sobre gênero e sexualidade, o Senac do Estado de São Paulo cumpre com normativas/leis brevemente descritas ao longo desse texto. Entretanto, cabe ressaltar alguns aspectos narrados pelos próprios sujeitos dessa pesquisa, no caso, pelos professores/as.

O primeiro deles, é o caráter opcional da formação, sendo assim, não atinge os/as professores/as que são, expressamente ou não, machistas, misóginos/as e LGBfóbicos/as, por exemplo. Em segundo, as diferenças sentidas em questão de acolhida para identidades de gênero e afetivas que fogem à cisheteronormativdade, em que um professor afirma ter sentido diferença na acolhida e tratamento do tema entre unidades diferentes, principalmente, ao comparar capital com interior.

Uma formação continuada em gênero e sexualidade não é, isoladamente, satisfatória para garantir um ambiente escolar efetivamente seguro para a cultura LGBT. Portanto, ações constantes que não se limitem ao formato palestra são mandatórias, como trazer o tema e suas relações com o mercado de trabalho, isto é, como parte do conteúdo programático/currículo dos cursos ofertados nas unidades escolares do Senac/SP. Nesse sentido, se tornam necessárias uma série de ações como revisões em todos os currículos dos cursos, para que o tema, aos poucos, seja valorado com tempos e espaços na formação profissional e atinja o mundo do trabalho; inserir o diálogo sobre questões de gênero e sexualidade parte da formação obrigatória de professores/as; movimentar atividades culturais, com maior frequência e em todas as escolas da rede.

Já a existência de um programa de inclusão e diversidade possibilita que funcionários/as, de modo amplo, possam afirmar e reivindicar identidades de gênero além da cisgênera, com menos receio de represálias e/ou até mesmo exclusão do mercado forma. O mesmo para funcionários/as que não possuem a afetividade heterossexual.

No entanto, estamos a par de que o debate apenas se inicia, pois, as resistências são ferozes, como o caso do avanço do neoliberalismo ancorado em um

conservadorismo religioso que ameaça, inclusive, a continuidade de práticas de formação continuada como a aqui apresentada.

> Este fato reforça e demonstra a fragilidade na formação continuada dos profissionais do magistério em pleno exercício e também daqueles que postulam esta carreira nos cursos de formação inicial nas licenciaturas de nossas Universidades, o que **intensifica ainda mais a corresponsabilidade do papel social da academia/Universidade no sentido de minimizar a discriminação e tornar possível educar na (s) diversidades (s)**. (ARAUJO, 2016, p.57)

Inicialmente, nesta pesquisa, refletimos sobre as relações contraditórias que assolam a população LGBT. Nessa perspectiva, demonstramos que a exclusão é uma escolha por parte do Estado que negligencia a condição de vulnerabilidade e violência as quais estão imersas pessoas que fogem ao que se espera pela cisheteronormatividade, sobretudo, a população de travesti e transexuais.

Na sequência, abordamos que tal contradição está presente também nas políticas educacionais, para tanto, analisamos a DCN que traz, expressamente, questões de gênero e sexualidade. Porém, ao avançar na análise de políticas mais atuais, como o caso da BNCC, verificamos a ausência de questões que versam sobre a cultura LGBT, não possuindo, desse modo, nenhuma parte dedicada às questões de gênero e sexualidade.

Outra consideração muito importante é que a BNCC, além de reforçar a heteronormatividade, visto não haver previsão de abordar temas de orientação afetiva e/ou questões de gênero, explicita a materialidade do ideal neoliberal nas políticas educacionais, reforçando a lógica do mercado em contraposição à de bem público, o que para Freitas (2018) significa uma ameaça a educação enquanto direito social, colocando-a como um serviço no interior desse livre mercado. Já para a cultura LGBT, esse avanço do ideário neoliberal traz perdas para todo o movimento de luta pela liberdade do afeto e de identidades, o que evidenciamos, por exemplo, com o apagamento e, novamente, invisibilidade, das questões de gênero e sexualidade na BNCC. Nesse caminho, com essa pesquisa, cumprimos o objetivo de evidenciar as coalizações e contradições presentes nas políticas educacionais em matéria de gênero e sexualidade.

Quando o recorte são as questões de gênero e sexualidade e EPT, verificamos pela revisão da literatura, a ausência de pesquisas como essa, mostrando também

um caminho a ser percorrido pela academia. O estudo sobre o Senac São Paulo nos permitiu a análise de sua Proposta Pedagógica (2005), que, assim como as demais políticas educacionais estudadas, é marcada pelo ideário neoliberal, encontrando seu apogeu ao considerar que a formação de seus alunos e alunas deve torná-los ~~um~~ trabalhadores (as) flexíveis às mudanças do mercado, ao mesmo tempo em que se afirma ser necessário formar um profissional responsável socialmente, assim, as contradições também estão presentes na política educacional do Senac São Paulo, o que pode representar uma ameaça ao próprio programa de inclusão e diversidade.

Em um segundo momento, trouxemos a reflexão para a formação de professores (as) na EPT, pois há uma grande fragilidade na formação inicial dos profissionais que atuam na EPT, visto que, geralmente, são pessoas com graduações que não envolvem a licenciatura, como o caso dos professores (as) entrevistados (as) em nossa pesquisa. Assim sendo, a formação continuada ganha maior relevância para as questões pedagógicas que são inexistentes na primeira formação de tais profissionais que acabam se tornando professores (as) na prática.

Já as narrativas colhidas de alunos (as), reiteraram a violência que ainda existe contra as pessoas LGBT, como também aos professores (as) entrevistados (as) que fazem parte da sigla, sendo o discurso religioso o mais utilizado para culpabilizar a pessoa que foge a cishetronormatividade.

Em relação aos espaços escolares frequentados pelos entrevistados (as), um deles cita a importância de ter estudado questões LGBT durante sua passagem no Senac enquanto aluno, se sentindo assim mais pertencente e representado. Entretanto, não são todos os cursos do Senac São Paulo que possuem, explicitamente, questões de gênero e sexualidade. Esse fato foi apontado, por uma professora entrevistada, como algo a ser aprimorado, sendo que para ela deveria ter em todos os currículos de todos os cursos, questões de gênero e sexualidade. Outro professor evidencia que é necessário que tais debates extrapolem os muros da instituição e façam a diferença no mundo do trabalho, portanto, sugere que deve ser mais sistemático e ocorrer frequentemente ações sobre o tema, o que ainda não é realidade.

Desse modo, a necessidade de políticas, públicas e privadas, que, de fato, se comprometam em uma educação voltada aos Direitos Humanos não pode esperar mais, visto que as discriminações, na maior parte das vezes, começam em casa, são

reafirmadas no ambiente escolar e universitário, contribuindo para o alto índice de homicídios e no desemprego de muitos e muitas, única e exclusivamente, em virtude da identidade de gênero e/ou identidades afetivas.

Cabe aos cursos superiores e de pós-graduação, independente da área, terem seus currículos desenhados para abordarem tais temáticas. Nesse sentido, tenho a esperança de que minha passagem por um Programa de Pós-Graduação em Educação possa ter deixado sementes, para que meus colegas de turma e aqueles (as) que me auxiliaram com essa pesquisa, como meus professores e professoras, compreendam que nossas práticas cotidianas, como elaboração de planos de ensino, podem refletir na urgência que nós, LGBT´s, temos em nos mantermos vivos, para que possamos estudar e, mais que tudo, sermos amados, encontrarmos espaço no mundo do trabalho e, gradualmente, atingirmos o estágio de seres humanos dignos de dignidade.

Referencial bibliográfico

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G.; SILVA, L.B. Juventudes e sexualidades. Brasília: UNESCO/Brasil, 2004. Disponível em <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/juventudes_e_sexualidade_2004.pdf> Acesso em 02 de dezembro de 2019.

ACOSTA, T. Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba-SP, 2016. Disponível em: < https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8448> Acesso em 02 de abril de 2021.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ARAUJO, R. P. de. **Gênero, diversidade sexual e currículo**: práticas discursivas e de (não) subjetivação no ambiente escolar. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2016.

MAINARDES, J.; BALL, S. (Org.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. In: MAINARDES,J.; BALL, S. (Org.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud.Fem**. [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. ISSN 0104-026X.

BITENCOURT, D. V; BITENCOURT, R.C.M; SANTOS, L.C. P. A. A experiência transexual e a escola: a luta por inclusão social e educacional. In**: V Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, 2011, Aracaju.

BITTENCOURT, C. A. Os problemas educacionais na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. **Revista da Faculdade de Educação de São Paulo**, São Paulo, USP, v.12, n. 1-2, p. 235-260, jan. 1986.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____. Constituição Brasileira de 1937.

_____. Decreto Federal no 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: < https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/330064041/decreto-8727-16>. Acesso em 05 de junho de 2021.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASÍLIA. Relatório final – 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de

Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/relatorio-final3a-conferencia-nacional-lgbt-1.pdf> Acesso em 05 de maio de 2021.

BUSIN, V. M. Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2015.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Trad. Por Tomaz Tadeu da Silva. 4ª Ed. 2ª Impressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a (Argos). p. 191-219.

_____, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2019.

_____, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? São Paulo: Civilização Brasileira, 2020

CAIRES, V. G; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional brasileira**: da colônia ao PNE (2014-2024). Petrópolis: Vozes, 2016.

CARDINALI, D.C **A Judicialização dos Direitos LGBT no ST**F: limites, possibilidades e consequências. 1ª ed. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, j. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos. São Paulo, Atlas, 2009.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?. **Trabalho, Educação e Saúde** 1 (1): 45-60, 2003.

CICONELLO, A. *et al.* **Programa Nacional de Direitos Humanos:** Efetivar Direitos e Combater as Desigualdades. Terra de Direitos, 2010.

CIEGLINSKI, A. A exposição do diferente. Políticas Públicas. **Revista Educação**, agosto de 2011. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/a-exposicao-do-diferente/> Acesso em 02 de dezembro de 2019.

_____, A. Especial: Pesquisa revela que 87% da comunidade escolar têm preconceito contra homossexuais, 2009. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/07/27/especial-pesquisa-revela-que-87da-comunidade-escolar-tem-preconceito-contra-homossexuais/>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

CORREA, L. Homicídios contra LGBT reduzem em 33% em 2020. Secretaria de Estado de Segurança Pública, Governo do Matogrosso. Disponível em:< http://www.sesp.mt.gov.br/-/16133045-homicidios-contra-comunidade-lgbtreduzem-em-33-em-2020>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

CORDÃO, F. A LDB e a nova educação profissional. In: **Boletim Técnico do Senac**. V.28, n.1: jan/abril, 2002. Disponível em: < https://www.bts.senac.br/bts/issue/view/63/90> Acesso em 05 de maio de 2021.

CRIBB, A.; GEWIRTZ, S. Concepções plurais de justiça social: implicações para a sociologia das políticas. In: MAINARDES,J.; BALL, S. (Org.).**Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, L. A. A organização do campo educacional: as conferências de educação. Educação e Sociedade, n. 9, p.5-48, maio de 1983.

FELDMANNN, M. G ; D´AGUA, S. V. N. de;. Escola e inclusão social: relato de uma experiência. In: FELDMANNN, M. G. (org.) **Formação de professoras e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009, p.189-200.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

DOURADO, L. F. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturas de uma política. **Educ. Soc**., Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010 677. Disponível em < Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 02 de maio de 2021.

DUBET, F. *¿Por qué preferimos la desigualdad?* (aunque digamos lo contrario), Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2015.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, R. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90 : um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012 >. Acesso em 02 de dezembro de 2009.

FRASER, N. *Justice interrupts*: critical reflections on the “postsocialist” condition. New York/London: Routledge, 1997.

_____, N. “Redistribuição, Reconhecimento e Participação: por uma concepção integrada de justiça”. In: SARMENTO, D.; PIOVESAn, F. (coords.). **Igualdade, Diferença e Direitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

_____, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, v. 2, p. 64-89, 2002.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação***,* v. 16, n.47, 2011, pp.331-361.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11.Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY,D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais" Tempo Social, v. 26, n. 1, 2014; pp. 61-73.

IRINEU, B. A. 10 anos do programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n.28, jul./dez. 2014. p. 193-220. Disponível em: < https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28> Acesso em 13 de junho de 2021.

JESUS, J. G. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. História Agora, 16(2), 101--123, 2013.

_____, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: 2012. Publicação Online sem tiragem impressa.

_____, J. G. **Homofobia**: identificar e prevenir. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

KUENZER, A. Z. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: **Educação Superior em Debate:** Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texixeira, 2008, p.19-40

_____, A. Z. . Formação de professores para a educação profissional e tecnológica. In: DALBEN, A. I. L. de F; *et al*. **Convergências e tensões no campo de formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 497-518.

LEMOS; SÁ; CAVALLEIRE; RODRIGUES. Pandemia, LGBTfobia e os impactos das negligências do estado para esta população. Conselho Nacional de Saúde, 2021. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1640artigo-pandemia-lgbtfobia-e-os-impactos-das-negligencias-do-estado-para-esta populacao#:~:text=Para%20LGBTs%2C%20ficar%20em%20casa%20pode%20ser%20um%20risco%20de%20viol%C3%AAncia&text=A%20medida%20obrigou%20mulheres%20e,aumentaram%20em%20v%C3%A1rios%20estados%20brasileiro>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

LOPES, J. R. Da dissidência à diferença: direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia. In: James N. Green; Renan Quinalha. (Org.). **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. 1ed.São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2014, v. 1, p. 273299.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

_____, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós estruturalista. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____, G. L. (Org.) **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Trad. Por Tomaz Tadeu da Silva. 4ª Ed. 2ª Impressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (Argos).

KUENZER, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, L. R. de S. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: **Educação Superior em Debate: Formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica:** Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília: Instituo Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MACLEAN, N. *Democracy in Chains: The Deep History of the Radical Right's Stealth Plan for America.* New York: Penguin, 2017

MAINARDES, J.; BALL, S. (Org.). **Políticas Educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

MANFREDINI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.) Colóquios sobre pesquisa em educação especial. Londrina: Eduel, 2003. P.11-25.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MISKOLCI, R; PELUCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. Niterói, v.7, n.2, p.257-269, 1 sem. 2007.

MIZUKAMI, M. da G. N. Aprendizagem da docência: professores formadores. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. – jul. 2005-2006. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/3106/2046 Acesso em 20 de maio de 2021.

_____. Et al. **Escola e Aprendizagem na Docência**: processos de investigação e formação. São Carlos. EdUFSCar, 2010.

MOITA LOPES, L. P. da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de letras, 2002.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, J. D. *et* al. Carta econômica de Teresópolis: Conferência das classes produtoras do Brasil, Teresópolis, Rio de Janeiro, 1-6 maio de 1945.

OLIVEIRA, M. R. N. S.. A formação de professores para a educação profissional. In: OLIVEIRA, D.A; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. DICIONARIO: **trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

OXFAM BRASIL. Percepções sobre desigualdades no Brasil, 2019. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-eas-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades2019> Acesso em 05/04/2020.

PEREIRA, P.P.G. Teoria queer e a reinvenção dos corpos. Cadernos Pagu, São Paulo, v.27, p. 469-477, 2006.

PRECIADO, P. **Manifesto contrassexual:** prácticas subversivas de identidad sexual. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. s.l., 2007, 39 p., Disponível em: <http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/15_2126144147962009_principios_de_yogyakarta.pdf >. Acesso em 15 de agosto de 2021.

SANTOS, C.R.; GARCIA, C.V. A criminalização da LGBTfobia pelo Tribunal Federal do Brasil. v. 5 n. 2 (2019): **Revista Direito UFMS**. p.294-317.

SECCHI, L. *et al*. **Políticas públicas:** conceitos, casos práticos, questões de concurso – 3.ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2019.

São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

SOARES, J. R. Think Tanks: organização sistêmica de conhecimentos relevantes a política pública no Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianopólis, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, E. C. de. Abordagem experimental: pesquisa educacional, formação e histórias de vida. Boletim 1, 2007 Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/62> Acesso em 10 de maio de 2021.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Editora Leya, 2018.

SOLDÃO, M. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial: o processo de estruturação no Estado de São Paulo e sua expansão para o interior paulista na cidade de Bauru (1946-1961). Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Estadual Paulista – Unesp), Marília, 2017.

TRANSGENDER EUROPE. Dia Internacional da Visibilidade Trans: Mais de 2,000 pessoas trans assassinadas nos últimos 8 ano, 30 de Março de 2016. Disponível em: <http://transrespect.org/wp-c
tent/uplads/2016/03/TvT_TMM_TDoV2016_PR_PT.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2020.

ROMANELLI, O. de. O. **História da educação no Brasil** (1930-1973), Rio de Janeiro, 30.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

UHLE, A. B. O exercício da docilidade – Estudo da Formação Profissional no SENAC. 1982. 155 p. Dissertação (Mestrado em Educação/ Administração e Supervisão Educacional – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 1982. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Rcord/CAMP_68748f6ad5497222b26e525b861f73c 6> Acesso em 30/03/2020.

URBANETZ, S. T. A formação de docentes para educação profissional. X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). I Seminário internacional de representações sociais, subjetividades e educação (SIRSSE). Universidade Católica do Paraná: Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011. p.14701-14713)

YANOMOTO, F. A. Aprendizagem da docência de professores de educação profissional. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo), 2013.

Apêndice A: transcrições das entrevistas com professores (as)

TRANSCRIÇÃO "PROFESSOR ALMIR"

Data da entrevista: 19/06/2021.

Duração: 28 min.

PESQUISADOR: Fala para mim tua idade, etnia/raça que você se identifica, formação acadêmica e se segue alguma religião.

PROFESSOR ALMIR: Sou [...], tenho 33 anos, gênero masculino, Branco, formação acadêmica superior completa, sou ateu.

PESQUISADOR: Em relação ao SENAC, como começou sua trajetória, desde quando você trabalha na instituição?

PROFESSOR ALMIR: Então, Dani, eu trabalho no senac, eu comecei com carta-convite em 2010, então tô com 11 anos de Senac. Ai depois de 3 anos ali, indo e vindo, na rotina da carta convite, com aquela questão dos 6 meses, lá. Ai eu fiz um processo seletivo em 2013 e entrei. Então como funcionário há 8 anos e como carta convite, somando tudo, dá cerca de 11 anos aí.

PESQUISADOR: Em relação ao PDE quais considerações você tem?

PROFESSOR ALMIR: Eu acho esse programa, no Senac ne, é acho bem importante assim porque ele traz a questão dos valores institucionais. Então, ele coloca o perfil docente mais alinhado com os valores institucionais, é uma coisa que a gente não vê. Eu já dei aula em outras escolas da região, já dei aula numa faculdade da região, e não tem isso, cada docente ali traz ali o seu valor pessoal sem um alinhamento com a instituição. Eu acho que os PDE ajudam nesse sentido, tanto metodologicamente quanto em termos de valores, de diversidade, sustentabilidade e a questão social que o SENAC sempre abordou de maneira mais forte.

PESQUISADOR: Você comentou que trabalhou em outras instituições como professor, essas instituições tinha costume de ter algum curso de formação ou algo do gênero?

PROFESSOR ALMIR: Nada, era bem tencnicista. O que eu tinha nas outras instituições, você recebia uma apostila do curso, você tinha tudo voltado às questões técnicas do curso, mas nada metodológico, e nada em termos de valores institucionais. Era extremamente tecnicista.

PESQUISADOR: Dentro do Senac, nesses 11 anos assim, o que você já ouviu falar ou qual conhecimento você tem especificamente do PROGRAMA DE INCLUSÃO E DIVERSDIADE?

PROFESSOR ALMIR: Então, eu comecei a ver isso de uma maneira mais forte com a sua entrada, [...], no Senac em 2017. Quando eu era carta convite eu não tinha muito acesso a essas informações, acho que é até uma política do SENAC que os cartas convites não participam tanto, de maneira presente, nisso. Mas com a tua entrada em Santos, mais ou menos nessa época que começou a ficar mais forte. E pra gente, principalmente na minha área, isso é muito importante, porque a gente tem um público já conversei sobre isso contigo em outros momentos, é um publico muito, muito reacionário, é uma galera complicada de você lidar, e a gente tem uma minoria, em termos de público, que precisa desse amparo, que precisa dessa ajuda e que a gente ainda ouvi muita piada, ouvi muita, principalmente no que diz respeito a gênero e sexualidade, né, especialmente. Se a gente pega o público do Bombeiro Civil, é um público muito complicado nesse sentido. É uma área ainda predominantemente masculina e onde se tem aquele perfil, ah o machão, aquela afirmação de masculinidade constante. E a gente tem, por exemplo, como você sabe, a gente tem aluno trans, né? Então é algo que deveria ser repensado, reconversado, eu tento assim, trazer essas discussões pra sala de aula e, eventualmente, falar sobre isso, quando eu vejo algum gancho, mas é uma coisa, é um perfil profissional né, que o SENAC acaba ajudando para moldar, para uma melhoria no mercado.

PESQUISADOR: Você comentou que a gente tem um aluno TRANS. Você já presenciou alguma coisa assim que evidenciasse esse comportamento dessa masculinidade não tão bacana em relação a essas questões? Ou você acredita que o ambiente é seguro?

PROFESSOR ALMIR: É eu acho que não é um ambiente seguro, é um ambiente com, o Leandro, no caso, ele é um aluno que é difícil para quem não o conhece, dizer que ele é trans, porque ele tem, não sei como é que chama isso,[..i, mas ele é assim, sei lá, você olha ele é um homem. Não há, pór parte de quem tá de fora, qualquer tipo de questionamento que ele seja trans. É que eu o conheço um pouco mais e sei que ele é trans, mas, é, ele não tem um perfil andrógino ou algo do tipo. Você consegue, alias, as pessoas o veem como homem, mas, justamente por isso, às vezes, não há também uma abertura maior para falar qualquer tipo de bobagem e achar que ele não

vai ligar. E como ele é um cara bem resolvido, o Leandro, ele é bem tranquilo, ele acaba tirando de letra essas coisas. Eu nunca vi ele desconfortável com algum comentário, nunca presenciei. Mas eu fico incomodado de saber que, porque, queira ou não, é aquela coisa, quando a gente tá num ambiente onde essas coisas acontecem, me você pensa mas não vai ofender ninguém porque não tem ninguém aqui que se ofendesse com aquilo, porque é muito triste porque mostra que existe um perfil muito fechado daquele público. Eu acho muito legal quando agora a gente tem aluno trans, quando a gente tem mais meninas participando do curso, e é um ponto muito positivo. Então, aos poucos, a gente começa moldar esse perfil e o SENAC acaba contribuindo, deixando uma área mais diversa, tirando um pouco desse estigma de bombeiro machão e tudo mais.

PESQUISADOR: E você chegou a participar do PDE "Diálogo Gênero e Sexualidade"? Quais considerações você teceria sobre ele?

PROFESSOR ALMIR: Eu acho muito importante, Dani, muito legal. É, eu acho que assim, a nossa unidade de Santos, ela tem um perfil muito conservadora ainda, então, é, o efeito que se gera quando a gente teve o Diálogo com a [nome de uma multiplicadora] ou quando a gente teve evento no SESC, a gente percebe o dia seguinte, a galera comentando. Os comentários nem sempre são positivos, de qualquer forma, eu acho que é um pouco de vantagem as pessoas estarem falando sobre isso e até mesmo a abordagem utilizada, nos dois casos, foi uma abordagem para gerar certos desconfortos mesmo ne? E acho que é bastante interessante que tenha. Eu acho que as vezes, a forma empregada, no caso especificamente da [nome de uma multiplicadora], por exemplo, eu acho que pra algumas pessoas que são muito conservadoras, acaba não atingindo, porque a pessoa fica, começa a criticar, "pô a pessoa vem aqui e fala palavrão", vem aqui e, acaba que quem entende a mensagem e capta, são as pessoas que já estão meio mais acostumadas com esse público e já conseguem analisar melhor o contexto e tal, então. As vezes se a gente quer trazer essas pessoas que são, cara, preconceituosas, são pessoas que já tem aquele estigma, ah vai vir uma pessoa trans, essa pessoa vai ser vulgar, vai ser chulá e tal, então, as vezes é, queira ou não, ser estamos se colocando no papel de educar essa galera, a gente acaba tendo que ser bem paciente e ter que ensinar, as vezes, o obvio. Gerou muita discussão, quando foi o evento do SESC, lembro bem quando teve a, não lembro o nome da menina, mas ela foi bastante agressiva, no sentido de que, ela

já foi agredida na rua, então, assim, é importante haver o entendimento do contexto dessa pessoa, o que leva ela a ter esse perfil mais agressivo, a realidade dela é essa. Mas para muitas pessoas fica, “ah tá vendo só, não dá pra conversar com essa galera”, então, as vezes, tem umas pessoas que são mais difíceis de atingir e se a gente se coloca no lugar de “vamos ensinar essas pessoas”, as vezes, é um desafio maior e tem que ter tempo e tal, tentar falar uma língua mais palatável para essa galera.

PESQUISADOR: Pensando em um publico mais conservador, você acredita que teria que ter mais ações mas num sentido mais brando assim, uma linguagem mais acessível?

PROFESSOR ALMIR: É que queira ou não, é. Porque muitas vezes, o enfretamento ele acaba sendo colocado como “ta vendo aquela pessoa não tem educação”. E ela não tem mesmo educação, porque ela não teve educação, é justamente isso. É difícil a pessoa não entender isso de maneira pejorativa, mas sim cara, ela teve uma série, ela deixou de ter acesso a uma série de coisas na vida dela, que você teve, por isso, ela é agressiva, porque ela apanha na rua, por isso que ela não tem educação, porque ela não teve o papai, mamãe em casa. Ela foi expulsa de casa, tem todo um contexto. Aí você exigir educação, exigir modos, é difícil. Tem pessoa que espera por isso, e a gente acaba, pô Dani, honestamente falando, no Senac, na Unidade, tem coisa que nem deveria ser tolerado, mas assim, beleza, vai tolerar essa galera, vai colocar essa galera pra dentro, vai tipo acolher. Beleza, ai tem que tentar de alguma maneira na língua dele, mudar isso. Pessoalmente, eu acho que essa galera tá nesse nível, não deveria nem tá em sala de aula, dando aula. Se a pessoa tem uma visão extremamente reacionária e conservadora e como que você coloca um cara desse, em sala de aula, com um aluno trans, né? Um cara que no corredor faz piada homofobica, transfobica, a gente tem professor que faz post ai criticando e fazendo piada com pronome neutro, usando as palhaçadas e de maneira bem pesada e pejorativa. Ai tá, você coloca esse cara na sala de aula com aluno trans, e, sei lá, eu acho que já deveria tomar uma bicuda. Mas se vai manter esse cara ai, e vai acolher e vai tentar ensinar, então tem que falar a língua do cara e tentar chegar nele e, as vezes, de uma maneira mais enfrentativa assim, acaba sendo mais difícil chegar nessa galera.

PESQUISADOR: Você comentou isso cara, essa semana, não sei se você viu, acho que saiu em um dos principais veículos, como G1, uma mediadora, do Estado, e o menino queria fazer trabalho sobre cultura LGBT e ele foi hostilizado no grupo de whatsapp. E a irma dele não ficou quieta, denunciou...E ai sabe o que fizeram com a servidora? Tiraram da escola e colocaram na diretoria de ensino!

PROFESSOR ALMIR: Promoveram o cara.

PESQUISADOR: É delicado, ainda que a gente tá falando da instância privada, mas mesmo tendo a criminalização em 2019, ainda as pessoas não enxergam como uma violência.

PROFESSOR ALMIR: Então, e o SENAC, institucionalmente, se o SENAC é uma instituição que tem a Diversidade como Valor, eu acho que assim, ninguém é obrigado a saber tudo, eu não sei um monte de coisa, mas assim, tem que haver um certo feeling de perceber quem são aqueles que querem de fato aprender, e que querem de fato integrar todo mundo e trabalhar com diversidade de fato, e gerar um clima de maior aceitação, e quem é aquela pessoa, que na verdade, tá pegando essas coisas pra criticar e que não está afim, tem pessoa que não tá afim. Aí se fala, pô é difícil eu falar isso, tem que falar a língua do cara, pois como é que você vai explicar para uma pessoa que não quer aprender. Se o cara não quer aprender, não existe linguagem para chegar nesse cara, é muito, muito difícil. Mas se o SENAC opta por manter esse cara e tentar ensinalo, né? Tem que tentar dar um jeito.

PESQUISADOR: É legal esse ponto que você tocou. Então, em relação a formar essas pessoas que já estão no trabalho, formação em serviço, você acha que é suficiente as ações que o SENAC promove para essa mudança?

PROFESSOR ALMIR: Não, eu acho que não. Deveria haver, a gente tem, por exemplo, outros programas institucionais que poderiam trabalhar mais a diversidade. A gente fala do EMPREENDA, o Empreenda, no meu ponto de vista, ele é muitas vezes trabalhado como um programa do cara criar um aplicativo e ficar rico. Mas ele não é, são poucos os orientadores que trabalham na função social do Empreendimento, que trazem a diversidade como valor para o empreendimento, então, se pensa muitas vezes no sentido mercadológico, na sustentabilidade econômica, mas não se pensa, muitas vezes, na função social daquele empreendimento. Ele vai fazer o que? Vai fazer o desenvolvedor ficar rico ou ele vai melhorar a vida das pessoas? Se ele não melhorar a vida das pessoas, ele não

deveria nem ser abraçado no Empreenda, não tem função social esse empreendimento, não tem objetivo social. Acho que assim, o SENAC deveria trabalhar em outros programas de maneira integrada com a diversidade e não o Diálogo de Gênero e Sexualidade ser trazido somente como um pilar isolado. É como, às vezes, a questão da representação, eu falar assim "Beleza, tem o Daniel, que é representante de inclusão e diversidade, então tudo que é diversidade eu vou chamar o Daniel, pra ele sempre conduzir, ele vem aqui fala de diversidade, ele vai embora, agora, acabou a diversidade". É como o técnico de segurança de trabalho nas empresas, a gente brinca muito com isso, tem cara que é assim, a liderança diz é de segurança do trabalho, deixa eu chamar o técnico. O Técnico vai embora, acaba a segurança do trabalho. Então, tinha uma coisa meio assim, isso não deve acontecer, não deve personificar o valor. O valor precisa ser institucionalizado, e integrado aos outros programas da instituição.

PESQUISADOR: Já que você falou da instituição em si, a gente sabe que é uma instituição que vem aí, teoricamente, para formar mão de obra desde 46, agora com o avanço do neoliberalismo, parece que só vai servir para formar mão de obra de novo, tem os momentos. Mas uma coisa que fica é a formação para o mundo do trabalho. E ai dentro, pensando numa escola que forma pessoas para trabalharem, você acredita que os temas, como gênero e sexualidade, devem ser fomentados dentro da escola ou que esses temas não tem relação com o mundo do trabalho?

PROFESSOR ALMIR: Eu acho que é muito importante, principalmente, em diversas áreas, de alguns segmentos mercadológicos. O meu, sou suspeito para falar, mas acredito que não seja o único, muitos outros, muitas outras áreas também, talvez, logística. Mas a Segurança do trabalho é notório, é uma galera que vem de construção civil, de indústria, então assim. Em segurança de trabalho a gente tem caso, por exemplo, coisas assim, de indústria que não contrata mulher para não ter que ter banheiro feminino, tipo assim, caramba, por causa de um banheiro você não contrata. Ou então, a gente não contrata mulher porque dá problema, que os caras dão em cima da mulher. Então, mas isso é comum, parece absurdo, mas é comum. Em frente de obra, e tudo mais, os caras falam que não dá pra contratar mulher. Aí não contrata a Técnica de Segurança no trabalho mulher porque não tem banheiro ou porque ela vai ser assediada, então, é mais fácil não contratar, você exclui aquela pessoa do mundo do trabalho e pra que não haja essa discussão no mercado. E a gente tá

formando um novo mercado, o importante, a parte talvez pronta do negócio é que a gente forme alunos que sejam capazes de discutir isso aí no mercado de trabalho, dentro da empresa que trabalham, que atuam, fazerem um campanha, alguma coisa, e trazer isso para discussão. Se não, perde o sentido, não deve morrer na escola.

PESQUISADOR: Eu lembrei de uma aluna formada em segurança do trabalho que falou que não arrumou emprego na área porque não tinha banheiro pra ela.

PROFESSOR ALMIR: É muito comum em Segurança de Trabalho, a gente ouve direto, a empresa falando que a gente não contrata mulher porque dá problema. Assim, o Daniel, eu trabalho em uma consultoria em Santos que não contrata mulher. Já indiquei para entrevista e os caras não contratam mulher, dizem “não porque o trabalho, as vezes, tem que subir uma escada, tem que suar, tem que não sei o que e a mulher não vai dar conta”. Eles não falam abertamente, mas eles ficam naquele clima e a gente já discutiu isso no trabalho, já trouxe assim, não é explicito, mas rola. Então, e é uma empresa de uma galera que pô de fácil diálogo, um pessoa inteligente e tal, imagina, obra assim a gente vê um monte, lamentável. E você tá falando de mulher ainda, imagina você colocar numa frente de trabalho de construção civil um técnico de segurança trans, é embaçado assim. Ainda tá muito longe do mercado né? Por isso que eu acho que é fundamental que a gente na escola, trabalhe isso de forma que isso seja uma marca formativa no nosso aluno, que ele saia com essa condição, com a capacidade de discutir isso no mercado, de mudar a realidade na empresa que ele trabalha, de começar a trabalhar realmente, mesmo que num trabalho de formiguinha, ir montando pecinhas, para construir um mercado de trabalho mais inclusivo.

PESQUISADOR: Pensar em contar isso para uma garota que quer começar o curso é delicado, em saber que é uma realidade.

PROFESSOR ALMIR: Lamentável.

PESQUISADOR: Agora pensando nas questões de gênero e sexualidade, que relação você faria entre gênero, sexualidade e uma instituição social aí, que é a família?

PROFESSOR ALMIR: A família como ela é tida, principalmente no Brasil, majoritariamente, ainda tem muito aquele viés religioso. A família cristã, o guarda chuva da família, o homem que é o provedor e a mulher que cuida dos filhos. E aquela ladainha toda, então é, a gente tem uma cultura ainda muito, muito bizarra assim em relação a família ne? E a gente ainda tem muita dificuldade, a nossa sociedade ainda

tem muita dificuldade de enxergar modelos de família diferentes dessa família pai-mãe-filho-cachorro, né? Uma família de duas moças, de dois rapazes ou de tios ou de irmãos ou de outros modelos de família, de amigos, de qualquer modelo de família que possa se aplicar não é abraçado pelas políticas públicas, então isso é uma visão geral da sociedade, é um senso comum e a gente acaba refletindo isso nas políticas públicas, você não vai colocar como dependente no seu plano de saúde uma pessoa que não seja esposa, esposo e filho. Ainda tem aquele modelo tradicional e cristão de religião, de família, que é um mal pra sociedade, é um entrave, é uma bobagem completa.

PESQUISADOR: Acabou envolvendo a religião, se a gente fosse só falar de gênero, sexualidade e religião. Que que você iria considerar dentro do que já discutimos?

PROFESSOR ALMIR: A religião ela acaba sendo usada para que esse modelo neoliberal de formação de mão de obra se aplique melhor ne? Então a gente precisa ter pessoas trabalhando para elas se submeterem a condições precárias de trabalho, elas precisam ter uma família para sustentar, essa família tem que depender economicamente, financeiramente dessa pessoa para que ela se sujeite a condições de trabalho precárias. Então, você tem uma família, por exemplo, de dois homens, que ambos se sustentam, você não cria essa relação de dependência e isso é ruim mercadologicamente para construção dessa condição de trabalho precária, esse projeto de precarização do trabalho, então. Acho que tudo gira muito em torno disso, a religião é usada, no meu ponto de vista, como instrumento de terrorismo, de tipo, ai você coloca, você tira um argumento bizarro, que na bíblia fala que não pode, você pode fazer tudo, você pode ter escravo, mas você não pode deitar-se com outro homem, se não vai todo mundo pro inferno, aí cria-se esse inferno, é, assim, uma completa bobagem criada para manter as pessoas fazendo, para serem gado de um mercado de trabalho que precariza sua condição constantemente, e, para poder manter mas pessoas na mão para não resolver as mazelas sociais, conseguir manter grupos minoritários mais ricos e mais poderosos, e, controlando as pessoas.

PESQUISADOR: Dentro do que conversamos, você teria mais alguma observação?

PROFESSOR ALMIR: Acho que em geral, o Programa de Inclusão e Diversidade, ele traz com olhar muito assertivo esses assuntos, mas, talvez, que nem a gente já teve ações dentro do Senac, o Dani, que foi uma aluna perguntou, por exemplo, em uma palestra que eu estava presente, como é que tava essa questão da

inclusão da mulher na área de bombeiro civil. Era uma palestra que estava sendo trabalhado isos, em novembro de 2019. E aí, um professor nosso falou: “não, não tem isso. Não existe essa diferença.” Assim é, acho que talvez, a gente olhar para nossas áreas, nossos segmentos de mercado, de uma maneira mais crítica, com relação a isso e falar, pô, realmente tem. Falar que não tem é tipo aquele lance, não vou falar do racismo se ele não existe. O Morgan Freeman, ele não é o ideal. Sim, cara, existe, não dá para gente fugir. A gente precisa olhar para o nosso mercado, talvez, para que a gente tenha ações que se conectem mais com o mercado fora da escola, para que realmente a gente se pergunte pra quem que a gente tá formando? A gente tá formando gente que vai trabalhar no porto, na construção civil, que são os segmentos que o comércio abarca ali no Sistema S, pra Segurança do Trabalho, comoo um exemplo pessoal, dentro da minha área, então vamos olhar para esses mercados e olhar se existe diversidade, quantos alunos trans a gente tem trabalhando na construção civil? Quantos alunos trans a gente tem trabalhando no Porto? Quantas mulheres técnicas segurança de trabalho a gente tem? Então, olhar para isso sem ter medo das informações, parece que as vezes a gente não quer olhar porque tá com medo do que vai encontrar, mas a gente tem que olhar para isso para que nossas ações se direcionem ao mercado, a ponta final do nosso trabalho.

Transcrição da Entrevista com "PROFESSOR IGOR"

Data da entrevista: 23/06/2021

Duração: 55 min.

PESQUISADOR: Conta para mim como que você gostaria de ser chamado, sua idade, sexo e gênero, se você se identifica com alguma cor/raça e se você tem alguma religião.

PROFESSOR IGOR: Tá vamos ver se eu lembro todos, masculino, por questão gramatical mesmo, ortográfica, eu não me importo com gênero. Não tem a vê com a minha identidade de gênero, apenas na escrita, é, se me chamarem no feminino ou no masculino, eu não me importo. Mas eu me identifico com o gênero masculino, tenho 29 anos por mais 4 dias.

PESQUISADOR: Vai trintar!

PROFESSOR IGOR: É, né.

PESQUISADOR: Não faça nenhum exame de saúde depois desse aniversário, eles vem cheio de surpresas.

PESQUISADOR: Acho que as minhas surpresas vieram nos últimos três anos já!

PROFESSOR IGOR: É...Você perguntou de religião também?

PESQUISADOR: Isso.

PROFESSOR IGOR: Eu não tenho nenhuma religião, é, da qual eu sou adepto ou coisa do tipo. Mas eu gosto da religiosidade, gosto de entrar em contato, tentar entender, mas não me sinto pertencente, representado ou adepto a quaisquer religiões. É, tem mais?

PESQUISADOR: Você se identifica com alguma etnia, cor ou raça?

PROFESSOR IGOR: É verdade, eu me identifico como uma pessoa branca.

PESQUISADOR: E conta um pouquinho para mim sobre sua formação acadêmica.

PROFESSOR IGOR: Tá, então do período de ensino, até o ensino fundamental, eu circulei entre escolas públicas e escolas particulares. Algumas, nunca pagando 100%, a minha mãe consegui bolsa para mim em uma e na outra, passei em concurso de bolsa. É, depois, eu fiz meu colegial em escola técnica, né, ETEC. Não fiz nenhum curso técnico, fiz só o colegial e aqui na minha cidade era uma escola muito boa, referência mesmo, então, era tipo 80 vagas para 800 pessoas.

PESQUISADOR: Caramba!

PROFESSOR IGOR: Era bem concorrido, é, tive uma formação de colegial muito voltada pra o lado de mercado e o lado humano, a gente já tinha projeto no colegial. Então, não fiz um colegial voltado para vestibular. O que hoje em dia eu sinto a diferença, na época eu só tava fazendo, não tinha parado para pensar. É, entrei pelo PROUNI na graduação, eu fiz Design de Moda na Anhembi Morumbi. Na época que eu fiz essa graduação, a Anhembi Morumbi era uma das melhores, se não a melhor universidade para área que eu escolhi, que também eu entendo disso só hoje, na época eu também não tinha essa noção. É, terminei a graduação em 2013, é, ai eu fiquei trabalhando, na verdade, eu trabalhava desde o início da faculdade. Em 2017 eu estudei na USP, fiz duas matérias do mestrado como aluno especial. Em 2019 eu iniciei minha pós graduação no SENAC, eu fiz pós-graduação em Criação de imagem e Styling de Moda, que eu finalizei esse ano [2021]. Então, esse é meu percurso acadêmico.

PESQUISADOR: E o mestrado você chegou a cursar disciplinas em qual área?

PROFESSOR IGOR: Na área de moda mesmo, fiz uma disciplina em Criatividade e outra em projeto.

PESQUISADOR: Show, então pensando agora na parte profissional, conta pra mim um pouquinho de como foi sua trajetória no SENAC, desde o processo seletivo e o que você achar relevante dessa construção.

PROFESSOR IGOR: Certo, vou falar um pouco e do depois do SENAC porque é meio que um justifica o outro e eles são bem opostos. A área de moda, ela é uma área que normalmente você tem um emprego CLT, você faz freelas ou você é autônomo e isso não é uma novidade, sempre foi assim. As pessoas da moda, é que a moda é muito elitizada, então, não tinha pessoa pobre trabalhando na moda, então, não era uma necessidade.

PESQUISADOR: Verdade!

PROFESSOR IGOR: Não era necessidade das pessoas terem necessariamente um contrato, uma carteira assinada. Essa realidade vem mudando desde o início desse milênio né? Com acesso das pessoas a informação e também as relações e tudo mais, é, então eu comecei a trabalhar na área já no meu primeiro semestre. Eu fiz backstage de desfile, fiz isso por 3 anos, fiz ensaio fotográfico, trabalhei também com cabelo e maquiagem dentro da área de moda, é, e trabalhei com ateliê de criação, pra fazer moda-festa. Eu não tinha pretensão de trabalhar no SENAC, não tinha pretensão

de trabalhar de ser professor tão já. Eu queria, depois, de 30 anos de mercado, talvez, ir para área da Educação para compartilhar uma experiência e tudo mais. Só que ai tava, eu tava num período que eu tava ganhando muito pouco, eu dava aula de inglês e trabalhava no ateliê e fazia os freelas, e uma prima minha viu a vaga no SENAC. Era para trabalhar 12h semanais pra ganhar o dobro do que eu ganhava dando aula de inglês e no atêlie. Aí eu falei, é dinheiro, eu fui única e exclusivamente por dinheiro. Não foi porque eu queria ser professor, não foi. Achei o SENAC uma instituição maravilhosa, porque eram três noites apenas, é, por um salário que no interior era bom. E aí quando eu entrei no SENAC, quando eu vi lá a vaga, preenchi e tal, eu tava tão desacreditado que eu preenchi meio de qualquer jeito. Porque eu falava se der certo ótimo, não queria ficar no interior, eu queria voltar para São Paulo, é, então se der certo, legal, se não der também não é aqui que eu quero ficar, não tem porque eu me atrelar tanto a isso aqui.

Aí, quando me chamaram pra fazer a aula teste, todo aquele processo, entrevista, aula teste e tudo mais, na própria entrevista eles vieram com uma pegada sobre questionar educação e processos educacionais, pedagógicos, metodologia, e ai, eu não mencionei, mas a minha graduação ela foi feita de maneira interdisciplinar, a gente estudava a interdisciplinaridade, a gente estudava a transdisciplinaridade, teve um semestre que eu fiz, o projeto do semestre, todo semestre tinha um projeto, foi junto com a turma da Arquitetura e Design de games, então tipo, já tinha um intercâmbio enorme, então, tudo para mim era muito normal. E aí, quando o SENAC veio com esse discurso, para mim, não era uma novidade. Acho que isso até ajudou a entrar, sabe, porque para eles, acho, deveria ter sido legal. Eu entrei quando estava mudando para o modelo pedagógico nacional, então tava discussão de ponte, diversas discussões, que eu via as pessoas sofrendo e eu pensava “mas gente é tão fácil fazer isso, é tão fácil fazer um projeto, para mim era fácil, eu não tinha essa perspectiva. Então, entrei no SENAC, eu achei bem legal assim. Eu li toda a proposta pedagógica, quando entrei, fui lendo diversos documentos institucionais, fui achando interessante e já fui querendo mudar coisas, porque eu achei extremamente burocrático e aí eu fui já procurar pessoas. Eu falava assim “mas porque que isso aqui é assim?”, aí a colega falava “porque vem assim de tal gerência”, “ e com quem que fala nessa gerência?”, “não sei nunca falei com a gerência”. Você me entende?

PESQUISADOR: Tipo matrix ne?

PROFESSOR IGOR: Vamos atras desse negocio, porque não tá fazendo sentido. Então, é, e ai eu me apaixonei muito pela área de educação, achei super incrível assim, mas, ao passo que eu via muitas coisas legais, porque o SENAC oferece estabilidade, remunera num valor interessante, tem benefícios, tem uma visão muito legal, tem um clima interessante, é, eu sempre fui muito critico e curioso, assim ne? Então, tinham várias coisas que eu falava “vamos mudar isso aqui, isso aqui não está interessante”. Então, por exemplo, nos primeiros meses me reprenderam por vir dar aula de bermuda, e eu tinha lido o site de cabo a rabo e não tinha dresscode.

PESQUISADOR: Não tem.

PROFESSOR IGOR: Porque não tem até hoje. Alguém resolveu falar que tinha naquela unidade que eu trabalhava e aí aquela censura para mim foi muito forte, porque eu acho que se eu tivesse em qualquer área seria forte, mas eu trabalho com moda, sabe, a roupa faz parte do meu trabalho, da minha pesquisa, da minha vivência, da minha formação. Uma bermuda não é apenas uma bermuda, então aquilo me incomodou muito. E esse incomodo, acho que me fez ir para lugares diferentes dentro da empresa. Não sei se eu respondi a pergunta.

PESQUISADOR: É isso mesmo, e você entrou em qual ano, você lembra?

PROFESSOR IGOR: Entrei em 2015, em setembro de 2015.

PESQUISADOR: E, em termos de, pensando assim nessa questão educacional, você mencionou o processo, que considerações você faria sobre o PDE que é o Programa de Desenvolvimento Educacional?

PESQUISADOR: Olha, quando eu cheguei, vindo do mercado, eu achei super incrível, é, porque outras empresas que eu tinha trabalhado não tinham essa prática né? De, do trabalho com o próprio funcionário e, a proposta como um todo eu achei incrível, a possibilidade, a oportunidade, o trânsito, porque você ía para outros lugares conhecia outras pessoas, é, mas tinha alguns PDE´s que eu participava que eu participava e eu ficava assim “Tá, mais do mesmo”, a viagem valeu mais do que o curso em si. E aí, me batia também uma vontade de eu quero fazer isso, então, quero eu dar um PDE porque eu acho que o que essa pessoa tá falando não tá adicionando. Então, eu acho que ao passo que outros foram muito bons, muito incríveis. Então, achei interessante e necessário enquanto intenção, é, mas enquanto desenvolvimento tem suas falhas assim, sabe, tem coisas a serem melhoradas.

PESQUISADOR: E em relação a um outro projeto institucional que é o Programa de Inclusão e Diversidade, o que que você conhece sobre ele, o que você pensa.

PROFESSOR IGOR: É muito louco o lance do Programa de Inclusão e Diversidade porque como eu trabalhei no interior, até numa unidade grande, mas que é no interior e afastado e aí eu fui transferido para maior unidade do SENAC quando ela foi inaugurada e todos os olhos estavam lá, eu vivenciei duas empresas muito diferentes. Então, no interior eu presenciei transfobia e aí eu não tava entendendo porque que os educadores estavam fazendo aquilo, e eu não tive suporte nenhum para lidar com aquilo e mesmo não sendo uma pessoa trans eu fiquei muito mexido, a ponto de me questionar se eu queria trabalhar naquela empresa. Porque não fazia sentido para mim eu estar em um lugar que pessoas com cargos de liderança, que são olhadas, pensavam aquilo, para mim era incabível, tanto que eu fiquei perto da minha transferência e aí na primeira semana pós transferência, eu tive contato com pessoas que trabalhavam com Inclusão e Diversidade, e aí eu falei “nossa, tô salvo” né, não é aquilo que eu tava pensando. Mas não era pra mim né? Para quem ficou lá na unidade que eu tava...

PESQUISADOR: Continua...

PROFESSOR IGOR: É, como que as pessoas estão lidando, na verdade eu fiquei sabendo que teve desenvolvimentos lá e tudo mais, mas foi...Eu sei que ele [o Programa de Inclusão e Diversidade], que ele é muito legal, é a mesma coisa do PDE, tem um objetivo, é, importante, uma visão legal, mas no desenvolvimento vai depender muito de quem vai desenvolvê-lo.

PESQUISADOR: Uhumm....

PROFESSOR IGOR: Mesmo pensando na pessoa que vai desenvolve-lo, vai depender muito também do que as hierarquias, em cada unidade, vão permitir, porque de nada adianta ter um representante, ou até mesmo, todo um grupo de inclusão e diversidade extremamente, é, afim, querendo fazer, se quem viabiliza ou quem permite o fluxo acontecer não estiver. Você vai ter ali aquele entrave né? Mas mesmo assim, colocando em comparação, quando eu olho para colegas que estão em outras empresas e outras realidades, eu já vejo que a gente está anos luz na frente. Mas assim, anos luz de fazer o mínimo, então, eu me animo e não me animo, assim sabe.

PESQUISADOR: E aí você comentou de outras empresas, você tem outros colegas que dão aula em outras escolas assim?

PROFESSOR IGOR: Na parte de escola, o meu pai era professor de escola pública, aí eu tenho um amigo que também dá aula em escola pública e eu tenho muito contato com os meus professores, que foram meus professores, né? Então, a minha professora que deu aula de inglês, professor de escola particular, professor de faculdade, a minha mãe mesmo deu aula na UFOP, então, eu tenho, é, convivência, não vou dizer que é tanto contato, é uma convivência assim com pessoas de realidade educacionais diferentes. E nesse aspecto eu vejo que o SENAC é muito mais estruturado que essas outras instituições, eu vejo vontades, mas eu não vejo estrutura, tanto que aqui mesmo na cidade, que nem, a escola que eu fiz o colegial, eu ofereci para ir lá falar de Inclusão e Diversidade e eles foram super abertos, falaram, pode vir.

PESQUISADOR: Que legal!

PROFESSOR IGOR: Começou a pandemia, não rolou de ir. Mas assim, o convite, a abertura foi legal. Hoje minha mãe teve uma reunião com a secretaria de Educação de aqui de educação, eu fiz o convite também, e ela quer que eu mande a proposta e ficou interessada. Então, eu vejo essas vontades, mas muita falta de estrutura mesmo.

PESQUISADOR: Já passei por isso quando eu dava aula no Estado também assim, por mais que é incipiente é importante que tenha.

PROFESSOR IGOR: Exatamente.

PESQUISADOR: Quando a gente pensa, enquanto escola, sua vivência enquanto estudante e professor, você acredita que tenha alguma relação entre as palavras gênero, sexualidade e educação?

PROFESSOR IGOR: Total, total, é, alias, a minha pesquisa do, da minha pos, ela entrou nesse viés também. Na verdade eu pesquisei moda e diversidade, focando, principalmente em pessoas trans, pessoas pretas e pessoas gordas. Só que, por ser professor, na minha conclusão eu cheguei na parte acadêmica né? E aí eu acho que eu posso reproduzir as conclusões dali para qualquer espaço educacional, não necessariamente o de moda. É que o de moda eu consigo comprovar por x+y o que falta fazer, metodologicamente falando. Mas, eu vou falar mais pela vivência. Eu sinto que, por exemplo, no SENAC, onde eu tô, que é um SENAC que fica quase 30km do Centro de São Paulo, e eu que, é, apesar de preencher um estereotipo de certa forma, né? Mas a minha imagem ela traz muita informação não verbal. Então, além de ser gay, eu visualmente sou gay, para os códigos vestimentarios e comportamentais da

sociedade e, não só no visual, mas no jeito de falar, de agir, enfim, é quem eu sou né? E aí eu chegar na instituição dessa forma, ser um professor, dar aula, e tudo mais, eu já vi os alunos se sentindo mais seguros e mais pertencentes aquele espaço, eles sabem que ali é um local seguro porque, se o professor é viado desse jeito, tá ali dentro e é professor, quer dizer, tá tranquilo também eu estar ali, vai haver respeito. E em sala de aula, quando eu trago esses assuntos eu vejo que é um assunto que os alunos querem conversar, porque eles estão ávidos para entender, seja ele parte da comunidade LGBTQIA+ ou não, e até os que não entendem ou se sentem frustrados, depois do diálogo, do material, de reflexão, o quanto que isso, para eles, faz diferença, sabe, o quanto que é uma coisa que marca. Inclusive, os ex alunos, muitas vezes eu vejo que esse assunto marcou mais ele do que os assuntos voltados ao curso, porque eles respondem stories meus que são sobre inclusão e diversidade e, às vezes, não respondem os de moda. Então, é uma coisa bem forte assim. E pensando na minha vivência, enquanto aluno, mesmo eu estando em escolas, eu estudei em nove escolas, passei por vários lugares. A última que foi mais aberta, que trouxe um pouco mais de consciência, ainda foi muito pouco, foi muito pouco, para minha vivência, enquanto pessoa gay, não deu suporte, assim, se eu soubesse mais coisas, se eu tivesse acesso a mais informações acerca de gênero, assim seria legal, a título de conhecimento e, acerca de sexualidade, seria necessário, a título de vivência mesmo. Com certeza facilitaria buscas, porque as minhas buscas, elas foram longas e foram sofridas.

PESQUISADOR: E pensando em ações de formação sobre gênero e sexualidade, dentro do SENAC, quais considerações você faria?

PROFESSOR IGOR: Eu já atuei naquele que dividimos, no SENAC [nome da unidade], que foi super legal, que era voltado para pedagogos.

PESQUISADOR: É verdade, tinha bastante pedagogo lá.

PROFESSOR IGOR: E, eu tenho o material que eu fiz para aquela roda, evento, eu acabei sendo acionado para levar para diversos lugares. Então, eu entro em sala de aula com aquele material, eu já usei com funcionários da saúde aqui no interior [funcionários públicos], é, as vezes, eu tô conversando com amigos, bebendo e conversando, e eles não entendem o que é uma pessoa trans, aí eu abro o material e explico rapidinho ou eu faço desenhos, eu aproveito da minha técnica de desenho e vou desenhando, porque é real o “não entendeu, quer que eu desenhe?”, realmente,

faz a diferença para muitas pessoas, já dei aula em outros cursos a partir desse viés, já dei palestras, inclusive, vendi palestra para empresa, para falar sobre isso e já fui chamado, aliás, Presidente Prudente, me chamou para ir semana que vem falar sobre esse assunto...

PESQUISADOR: Então, pensando numa política interna da empresa, acabou saindo até para áreas públicas né? Porque você falou que foi para prefeitura, tudo né?

PROFESSOR IGOR: Sim, foi.

PESQUISADOR: Legal, é, a gente tem né, como eu conversei contigo, muitas pesquisas que afirmam que a escola, às vezes, é um lugar de violência para as pessoas LGBT, você ainda acredita que isso é uma realidade a partir de suas vivências?

PROFESSOR IGOR: Acredito que sim, eu tenho, a minha vivência, ela é muito privilegiada. Eu demorei um tempo para entender isso, por mais que eu tive os meus problemas, minhas lutas, e tudo mais, todo o meu histórico, desde a minha casa, até o local que eu trabalho é muito privilegiado, então, eu partir do meu lugar não seria um parâmetro de comparação real. Mas quando eu converso com outras pessoas, ou até mesmo, por exemplo, eu tenho conhecidos que são diretores de escola, eu vejo que falta informação para as pessoas, então, se eu lidei, é, a falta da informação influenciou na minha vida para dificultar processos eu imagino então que em outros lugares seja também a mesma coisa, é, então, eu acredito sim que ainda há violência nas escolas por acompanhar, sabe, o que eu acompanho no Twitter, o que eu acompanho em contas de ex alunos ou história que chega. Eu mesmo presenciar, não presenciei, se tivesse presenciado. É que, por exemplo, quando eu presencio, já vira uma coisa pedagógica, para mim.

PESQUISADOR: Você faz intervenção?

PROFESSOR IGOR: É, porque para mim é mais fácil, eu não acho que qualquer colega vai conseguir fazer da mesma forma, sabe.

[trecho pedido para ser retirado pelo entrevistado]

Eu não posso levar como parâmetro a forma como eu levo, que eu consigo conduzir, chegar, porque eu sinto também que existe uma aceitação minha muito grande, porque, né, branco, cis, jovem, magro, uma beleza meio que comercial, eu me vejo nos lugares, a única coisa que foge a regra é o fato de eu ser gay, e ai, por eu ter escolhido fazer moda as pessoas, elas não se incomodam de eu ser gay, porque até

pro próprio homem hetero, ele fala assim “aí esse menino aí é o viado, então pode ficar com minha mulher, não tem problema, vai fazer roupa pra ela, é, vai fazer bem feito, porque se é viado, entende mais de moda”, existe uma passabilidade muito grande assim, sabe. E aí eu sinto que as pessoas, elas me escutam muito mais porque eu tô nesse lugar que dentro do mundo heteronormativo ele faz sentido. É como se fosse uma cota, sabe, então, eu chego nos espaços eu sou escutado, então, se eu pegar a minha vivência como referência ela vai tá muito distante da maioria das pessoas. Os meus amigos mesmo, um é engenheiro, o outro é do RH, esse menino que é do RH, ele é gordo e careca, então, ele tem uma vivência completamente diferente, porque ele sofre pressão estética, gordofobia, provavelmente, homofobia e ele trabalha numa empresa que tem produção para peças de carro. Vai ser outra vivência, vai ser outro rolê. O rolê da escola, para ele, provavelmente foi muito diferente do meu. Na escola, eu achava que a minha vida era mega difícil. Hoje em dia eu converso com as pessoas da escola, as pessoas falam “você era muito foda, você era muito popular, todo mundo te conhecia”, então quer dizer, por mais que eu achava que minha vivência foi muito difícil de outras pessoas foi muito mais difícil que a minha, porque eu ia competir pela escola, todos os professores conversavam comigo, eu era recebido na sala da diretora, na sala da secretaria, não sei o que tem, então, foge assim completamente da media, do que acontece todos os dias, por isso, que eu acho sim que ainda tem violência.

PESQUISADOR: E aí você tocou em algumas palavras ai que são chaves pro tema também. Então, você usou uns argumentos que envolvem religião, se a gente trocasse educação por gênero, sexualidade e religião no nosso contexto aqui, que consideração você faria?

PROFESSOR IGOR: Aí entra numa esfera que para mim é muito difícil. Porque, por exemplo, eu não me vejo, sinto, pertencente de nenhuma religião, porque não tem nenhuma religião que tem um santo viado. Um casal que nas histórias, nas metáforas, que seja viado, ou seja, eu não me vejo na lógica da religião. Aí conversando com algumas pessoas, eu comecei a entender que tem, por exemplo, no budismo ou hinduísmo, se eu não me engano, tem deuses que não tem gênero, é, mas assim, são religiões que não tem nada a ver com a minha cultura. Então, porque que eu vou procurar uma religião que tem códigos e processos com os quais eu não me relaciono, porque minha família é praticamente toda cristã, então, as lógicas, as comemorações,

os feriados que a gente faz em família, são todos baseados na lógica cristã, que é Páscoa, é Natal, por que que eu vou atras de uma religião que eu não sinto nenhuma conexão só porque ela é, tem, talvez, uma divindade que não tem gênero? Eu não sinto conexão espiritual mesmo com isso. E nas religiões cristãs, é, então eu não me sinto representado e pertencente, isso é um ponto. Outro ponto, é que as pessoas que frequentam a religião, quando eu vou falar de inquietações, então, por exemplo, meu pai com a namorada dele são espiritas, aí um dia eu fiz lá o ritual....

PESQUISADOR: O passe?

PROFESSOR IGOR: Não, o todo. E pega o evangélico e lê, e discute, como se fosse a missa, né? Passei toda a missa lá com eles. Aí chegou um momento que era de conversar sobre o que tava rolando, ai eu falei – “Olha eu não consigo me desligar e me conectar com o que traz aqui porque eu acho que a oração é machista, o centro do negócio é um homem, quando aparece a mulher ela tem que ser devota, ou submissa”. Então, a própria construção, linguistica, é, me incomoda mais do que eu me sentir acolhido espiritualmente. Então, é, e aí para eles é difícil ouvir isso, porque ai “não, você tem que entender que não é sobre isso, porque....”. Aí tipo assim, não é que não é sobre isso ou não, eu tô falando de como eu me sinto, se como eu me sinto não é importante, o que que eu vou fazer aqui? Sabe, não faz sentido nenhum. E para coisas piores ainda, por exemplo, eu já ouvi em um centro espirita, é, um homem cis, virar e falar assim

“não porque você é gay, porque lá no plano espiritual você escolheu ser gay”, ai eu falei assim “a gente tá no plano espiritual?”, “não”, se a gente não ta no plano espiritual, então vô falar do plano material, o dia que você tiver morto e eu também, e aí a gente tiver falando das escolhas lá, a gente conversa lá, porque você falar de escolha, na realidade que a gente vive, é abrir a porta para 15 mil preconceitos e crimes, porque as pessoas matam pessoas porque elas acham que as pessoas estão escolhendo alguma coisa. Como que você, enquanto líder religioso, é, sem preparo nenhum, sem preparo nenhum acerca do que é a realidade de uma pessoa LGBT e tudo mais, quer falar sobre um termo que é agressivo? Que é violento, e eu to falando para você que é agressivo e violento.

Então assim, não sinto respaldo e não sinto nem vontade de ir. E, hoje em dia, eu não sinto nem falta, porque aí como eu tenho o conhecimento acerca das religiões, é, e também outras práticas, por exemplo, reiki, correr barras, essas coisas que são mais

terapêuticas, eu me sinto assim, bem assistido e não sinto falta nem da parte social, dos encontros religiosos, e muito menos, da espiritual, porque se for para ir para um lugar que vai ter um monte de gente cishetero, branco, na maioria, falando sobre o quanto a minha vivência não tem importância, porque tudo que eu sinto, que é pautado na minha vivência, não é isso, que eu falo que é o mais importante, não tem porque eu estar ali.

PESQUISADOR: E, pensando, agora, em questões, você falou um pouco do SENAC, de você ser o padrão que se espera pro curso que você segue, leciona, você acha que é importante uma escola que dialogue, diretamente, com o mundo do trabalho inclua temas como gênero e sexualidade para formação de professores?

PROFESSOR IGOR: Urgente, isso foi a conclusão que eu cheguei no meu estudo. Rapidamente, meu estudo foi, é, a influência da imagem de moda na autopercepção de um sujeito. Então, qual é a responsabilidade das pessoas que criam imagens para com sentimentos do grupo social. E aí, eu dei uma rastreada histórica e, depois, eu fui para sites de agências, instagram das pessoas mais seguidas e marcas de moda pra ver qual eram os corpos que estavam ali mostrados e eram todos os mesmos corpos: corpos jovens, brancos e magros, né?

PESQUISADOR: E sem deficiência possivelmente também.

PROFESSOR IGOR: É, tudo que fugir de branco, jovem e magro, não vai tá ali. Então quer dizer, então eu pego os históricos da moda que falam que a moda, ela tem um papel de construção do imaginário. Então, por exemplo, se eu falar pra você se imagine rico. Muito provavelmente ao você se visualizar rico, a construção imagética, vai passar por alguma construção que a moda te ofereceu e talvez você nem saiba. Seja diretamente de uma imagem de moda ou de uma imagem publicitária que vai beber da imagem da moda, então, o corpo que estamos usando para identificar ideias são os corpos dos modelos, são corpos padronizados. Então, qual é a responsabilidade de quem escolhe aquele corpo para estar na imagem? E aí se eu posso fazer isso enquanto stylist ou diretor artístico, de arte, eu, enquanto professor, eu enquanto parte constituinte de um corpo docente, o que que eu tô fazendo para formar profissionais com essa consciência? Eu sei que eu tô fazendo, mas e a instituição? Ela garante que as pessoas vão para o mercado com essa consciência? E aí isso pensando na autopercepção de um sujeito mas e pensando nas pessoas que vão entrar em revistas, ou fazer Jobs de moda, na atitude daquele sujeito, eu tô

formando uma pessoa que é inclusiva, que respeita e tudo mais? Então, a gente não tem esse diálogo, esse diálogo ele vai até a página X. Mas quando adentra gênero e sexualidade, ele não se aprofunda e aí a gente acaba colaborando para ter pessoas que vão ser homofobicas, que vão ser transfobicas, gordofobicas que na área da moda, no mundo todo a gordofobia é pesada, mas na área da moda. O Karl Lagerfeld, que é criou o Chanel por quase 40 anos, se não mais, quando veio para o Brasil para trazer a exposição da Chanel, na Oca, no Ibirapuera, ele não cumprimentou o cara que trouxe, que pagou ele, porque o cara era gordo. Então quer dizer é extremamente ridículo, e aí tem um monte de gente que vem fazer moda “ai meu deus, Chanel, uuuh”. Ai a Chanel tem uma importância no século passado? Tem. A Chanel faz coisas criativamente incríveis, faz. Mas é gordofobica, para que que eu vou ficar olhando Chanel? Eu quero saber sobre o que a pessoa desconhecida está fazendo aqui, então o quanto que existe uma preocupação do curso com isso? Com essa gordofobia, com essa transfobia e tudo mais. E eu notei isso fazendo, como eu fiz a pós no próprio Senac, eu me senti desamparado no aspecto de orientação. Não porque a minha orientadora tinha pensamentos e atitudes lgbtfobicas, simplesmente por ela não entender o que era a minha vivência e a vivência que eu queria trazer. Em diversos momentos ela falava assim, “não, a gente tenta pegar esse corpo e trabalhar o lado estranho”, e aí eu ficava “que lado estranho, quero pegar geral para pessoa se sentir linda, perfeita, bonita”, como uma pessoa magra, branca, jovem se sente. Ela não está necessariamente pronta para se dar bem com a diversidade dela e usar disso algo como uma bandeira. Muitas vezes ela quer pertencer, não tá errado, ela querer parecer ser chique, ela querer estar dentro do padrão de beleza, porque quem vai chegar nessa conclusão é ela mesma. E, as pessoas que quebram a ideia do padrão de beleza, são as pessoas que já foram aceitas, porque ai elas tem ne, é condições mentais de entender, mas porque que eu preciso desse padrão, agora, a que nunca esteve no padrão, imagina o esforço que ela tem que fazer pra, eu falo por mim ô, eu que sou magro, todo dia eu fico pensando “eu podia comer menos e fazer uns abdominais”. A pressão estética que eu sofro é minúscula, mas mesmo assim eu penso com frequencia. Entende, então imagina quem está muito fora e aí toda vez que eu trazia essa questão e tal, eu via que as pessoas com as quais, e não só minha orientadora, diversos professores, eles não entendiam do que eu tava falando. Eles não entendiam que eu não tava querendo reinventar a roda, só tava querendo falar

da vivencia dessas pessoas. Claro que teve muita coisa legal, a minha orientadora falou que se eu vou falar de pessoa gorda pega uma autora gorda, se eu for falar de pessoa trans, pega um autor trans, foi um toque que era óbvio, mas que eu não tinha parado para pensar.

Então teve sim um respaldo, mas não tem. Aí eu fico pensando o aluno que é, e que o assunto aqui é gênero e sexualidade, mas em qualquer espectro, por exemplo, eu não sou uma pessoa preta, então eu preciso entender o máximo possível para eu não dar um fora com os meus alunos pretos, e aí, o quadro de funcionários necessita ter uma pessoa preta que entenda o que é ser uma pessoa preta, para poder dar respaldo para os alunos em diversos pontos, mas o fato de ter eu que sou gay e sou consciente do que significa ser isso na educação, com certeza facilita a vida de muito de meus alunos.

Então quando eu vou dar aula, por exemplo, aula de história da moda né? Ô gente, a gente tá vendo aqui a história da moda, da Europa, que é o que os livros estão estudando, mas é porque isso ajudou a estruturar muito do que a gente faz hoje. Mas essa não é a história da moda.

PESQUISADOR: É um recorte né...

PROFESSOR IGOR: Sim, é um recorte da história. Aí meus alunos vão fazer foto, “porque que vocês só estão pegando menina branca e magra?, só elas que conseguem fazer? Vamos parar e pensar?”. Ou quando a gente traz alguma coisa que possa incitar uma transfobia, uma homofobia e eu falo “gente, isso aqui está acontecendo, não concordo com isso, não acho isso legal, mas isso faz parte da história. Importante a gente não reproduzir isso daqui pra frente”, e não simplesmente passar pelo tema despercebido, talvez, alguém ficar ali incomodado mas não se sentir seguro para poder falar sobre aquilo.

Tanto que eu tive na minha ultima turma, é, vários alunos gays, acho que aluna lesbica e uma pessoa não binária, e aí a gente entrou em assunto de gênero em algum momento, na verdade assim, as vezes eu nem percebo, porque eu falo o tempo todo disso ne, eu tenho a aula especifica, mas sempre que é necessário saí, né? E aí chegam momentos que a pessoa chega e fala assim,

“ai professor eu queria falar pra você que eu sou uma pessoa não binária, e aí eu quero usar isso no trabalho”, abriu criativamente uma possibilidade para essa pessoa e isso também faz parte da minha pesquisa quando eu falo que a diversidade ela vai

gerar a criatividade, e a diversidade, falando do role do pink Money, tá ai para comprar muita coisa que não ta sendo atingida. Então, a gente ta perdendo além de respeito, oportunidades de fazer e de ganhar dinheiro. Então, precisa disso na formação de professores, precisa há muito tempo e eu não acho que é só na moda de qualquer professor, porque eu imagino, fico pensando sempre no extremo: a população trans, principalmente, se eu me sinto desconfortável de tá numa religião que é uma coisa que eu posso optar ir ou não, como é para essa pessoa estar na escola? Ela vai se sentir mais desconfortável na escola ou fora da escola? Então, as vezes ela prefere não ta na escola para que ela continue a viver, para que ela continue a existir, não é nem viver, é existir como ela é, da forma mais saudável possível, isso é mais do que necessário na formação de professores, na verdade, na formação de qualquer formação.

PESQUISADOR: Em relação ao bate papo de hoje, tem algo que não contemplamos?

PROFESSOR IGOR: Eu acho que assim, no próprio SENAC e em outros lugares, as pessoas, elas ainda são muito, é, muito, as vezes reativas, as vezes com medo, as vezes uma preocupação que é pautada no preconceito, e que não permite que essa estrutura que foi criada flua. Então, é, ou essas pessoas vão se predispor a mudar ou a mudança vai acontecer quando essas pessoas não estiverem mais. Ou vai estourar alguma bomba, porque esse movimento, ele não está acontecendo de forma natural como deveria. Eu fico de cara, como que uma empresa que tem dois prêmios na ONU por inclusão da pessoa com deficiência ainda sofre tanto pra lidar com transfobia e homofobia dentro do próprio quadro de funcionários, não faz sentido. E aí o que que é que tá faltando pras pessoas? Porque informação tem, pessoa que fale sobre, tem, é, práticas, metodologias, é, direções documentais, tem. O que tá faltando é vontade, porque a estrutura tá toda ali. Então, os atores envolvidos, e aí eu tô falando para além do docente, né? Então, coordenação, gestão, gerências, todos precisam entender que, a gente não pode correr o risco disso virar moda.

PESQUISADOR: Uhumm..

PROFESSOR IGOR: Né, no momento é legal falar disso e depois deixa de ser legal. Porque isso não é moda, é quem nós somos né? E a gente não saí de moda, a gente continua vivendo para sempre. E isso, na moda mesmo, eu já passei por isso. Eu tava com uns alunos numa mesa de debate sobre moda e sustentabilidade, uma estilista muito conhecida, a [nome da estilista] fez uma coleção com, uma comunidade lá, aí

ela trouxe as pessoas da comunidade para serem modelos, eu pedi para ela comentar sobre a importância da diversidade na imagem de moda né? Que é o que eu pesquiso. Tinha ela e um outro estilista, um stylist, que é quem faz a parte de imagem, que é o [nome do stylist] que está há anos no mercado e uma mediadora que era uma jornalista da [nome da revista], ela deu uma opinião super legal, você via que a pessoa, ela era interessada, não sabia muita informação sobre e com aquilo que ela tinha ela tava tentando fazer o que dava. O stylist falou “ah é importante”.

PESQUISADOR: Legal, até aí só?

PROFESSOR IGOR: A outra estilista falou assim, “não sou capaz de opinar” mas não que ela não tivesse interesse, ela realmente não conseguia falar sobre o assunto ou que talvez a colocação dela não fosse relevante para o momento e aí a mediadora, que era jornalista da [nome da revista], né, uma das revistas mais populares, não necessariamente a melhor, começou a falar assim “aí é porque isso é importante e tal, mas esse papo é tão anos 90”. Eu tive um bug, porque eu tava com meus a alunos ali, né. “Porque ninguém tá se preocupando com as amoreiras, porque quando a gente planta as amoreiras, para criar o bicho da seda...”, e ela começou...Eu nem consegui acompanhar. E tipo assim, o que ela falou, eu entendi que tem uma relevância acerca da sustentabilidade ambiental, mas um problema não diminui o outro. E aí, ela foi lá, “porque isso [a diversidade] é da época da [marca de roupa], porque isso é dos anos 90, mas já foi, já passou”. Quer dizer, ela tá no mercado, tá mediando uma roda, ela tá numa revista importante e ela acha que a diversidade tá lá nos anos 90 e isso já passou. Então, imagina o nível que tá o...

PESQUISADOR: A revista....

PROFESSOR IGOR: Só que isso, nos seminários de tendência que eu participo, né? Que a gente estuda comportamento e como as pessoas vão se comportar daqui 2 anos, é sempre 2 anos pra frente. Então lá para 2023, é, o assunto da inclusão e diversidade ele só cresce e aí vão começar essas implusões assim, sabe, porque as empresas elas tão falando “ah eu sou diversa!”, só que quem tá dentro desse espectro não vai aceitar mais, então.

PESQUISADOR: Só o discurso.

PROFESSOR IGOR: Começar a ruir por dentro e ruir por fora, porque a geração Z, ela não vai comprar. Aí por isso que eu acho que vai fluir, quando as pessoas que detém poder, mudarem, saírem ou dê bosta. Porque imagina quando os alunos, sei

lá, vamos supor que eu me sinta atacado por ser gay. Eu saio do SENAC, eu publico no meu Instagram isso, isso viraliza, o tanto de aluno de 16 anos que fala “eu não vou pro SENAC”. E aí se viraliza na internet, aí o povo fica com o cu na mão.
PROFESSOR IGOR: Sim, as vezes, não viralizando muito, já da pra saber o tanto de visualização que tem, mesmo que não tenha compartilhamentos.
PROFESSOR IGOR: Exatamente, então, eu sinto falta da informação, esse tipo de informação que a gente conversa subir, porque ela tá descendo, ela tá chegando em outras pessoas. Mas as pessoas que conseguem conduzir, é, ainda tá um pouco distante. No próprio SENAC eu fico pensando, lá na sede, em todas as gs [gestões], quem participou da Oficina Diversidade como valor?
PESQUISADOR: Uhumm.
PROFESSOR IGOR: Porque e aí né? A gente participa, a gente faz umm rolê legal, mas e pra gente da empresa mesmo né? Será que quando eu for reclamar de novo que houve uma palestra que não foi inclusiva, eu vou receber um “nossa, foi mal”, ou “ah, mas tem que falar de todo mundo”.
PESQUISADOR: Né?
PROFESSOR IGOR: Então tem coisa, tem babado pra ser feito
PESQUISADOR: Sim, também acho. O que tínhamos para conversar pro escopo da pesquisa eu acho que atingimos todos os temas que, infelizmente, ainda quando falamos de gênero e sexualidade tem alguns limitantes que discutimos. Então, eu não tenho mais nada no roteiro para explanar. Eu queria só agradecer o bate-papo aí. Manda um beijo aí para todo mundo da sua casa e obrigado pela atenção.
PROFESSOR IGOR: Pode deixar, beijo.

Transcrição da entrevista com “PROFESSOR MARCIO”
Data da entrevista: 24/06/2021
Duração: 01h14min.

PESQUISADOR: Fala para mim tua idade, sexo / gênero, etnia/raça que você se identifica, formação acadêmica e se segue alguma religião.
PROFESSOR MARCIO: Bom, eu tô com 50 anos, faz 2 meses que eu tenho cinquenta. Eu acho que pelo pouco que eu conheço, eu sou cisgênero, masculino

mesmo né, É sempre me entendi assim, sem dificuldade, foi muito tranquilo. Ah, sou branco, eu falo que eu tenho bronzeado moreno cadáver.

PESQUISADOR: Gostei dessa ai, e você se identifica com alguma religião, alguma vertente?

PROFESSOR MARCIO: Eu sinto que eu tô passando por uma mudança, mas eu fui criado na religião católica. Se cabe aqui brevemente falar, assim, eu sempre acreditei em Deus e sempre tive dificuldade de lidar com a religião católica, apesar da criação. É, e ai assim o que eu tenho percebido, principalmente, nos últimos tempos, existe, eu tenho percebido um custo x beneficio, muito deficitário, entende? Eu entendo o lado bom, minha esposa é um dos melhores exemplos para isso, a história da vida dela. Mas, de um modo geral, eu tenho percebido tanta coisa, tanto conflito, tanto atrito, tanta é, tanto problema, efetivamente, surgido, de repente, especificamente, por conta da religião, que eu acho que tô passando por uma troca de pena.

PESQUISADOR: Você comentou um pouco da sua esposa, ela é católica?

PROFESSOR MARCIO: Isso, ela é católica e assim, é uma católica praticante, embora ela seja professora de matemática, e doutora, inclusive, então ela tem todo o lado cientista, né? Pesquisador, né, o lado da coisa da pesquisa e tudo mais, existe uma coisa na religião que faz muito bem para ela e, principalmente, fez muito bem em alguns momentos da vida dela. E da mãe dela, e tal. Então, ela acredita, ela vai, ela se sente bem, mas ela não consegue fricar num ponto raso, então, a partir de um determinado ponto que ela sente que ela vai se aprofundar, ela prefere parar de pensar. Isso é uma coisa curiosa.

PESQUISADOR: Como se ela tivesse uma afeição pela história assim, da família e fazer bem pra ela.

PROFESSOR MARCIO: Claro.

PESQUISADOR: E aí você por causa desses conflitos, tá pensando em mudar de religião?

PROFESSOR MARCIO: A tendência é ir me afastando disso.

PESQUISADOR: E isso é tranquilo na relação de vocês?

PROFESSOR MARCIO: Tranquilo, de jeito nenhum ficar fazendo questionamentos e confrontando, nãop me cabe, tudo bem. E , ela, é um relacionamento muito saudável ne? Então, ela chega e fala “ne, se a gente parar pra pensar, poxa, eu até evito pensar”. A única coisa que eu falei para ela, “eu não, então beleza.”

PESQUISADOR: Que bonito, que lega. Então ela é professora também, você também. Conta um pouquinho como é que começou sua trajetória como professor, se foi no SENAC.

PROFESSOR MARCIO: Eu nunca me imaginei como professor, né. Eu desde muito pequeno, pre adolescente, eu queria ser musicoi e nunca me enxerguei como musico instrumentista, eu queria ser artista. Não que eu desejasse fama, mas eu desejava sucesso, entende? Ai eu falava assim “ah, tudo bem vai, eu encaro uma eventual fama se esse for o preço do sucesso”. Mas não era, uma meta. E naquela época, década de 1980, era difícil assumir isso, ne? Mas assim, professor, nunca. Nunca me imaginei dando aula. Fui com 15 anos de idade começar a tocar bateria, e tendo aula, fazendo a coisa direitinho, aprender direito, dali a pouco, eu comecei a dar aula de bateria, então, beleza. Mas eu não me sentia um professor, professor para mim era aquele que tem um bom conhecimento e que tem como profissão, professor, dar aulas. Não, naquele momento, eu era um baterista, que tinha condição de ensinar alguma coisa para quem sabia menos, só isso. E foi indo assim, teve um pouco de tempo na minha vida, um bom tempo da minha vida, que eu só tocava, é e, eventualmente, dava aulas de bateria. Ai fui cursar UNICAMP, Música Popular, né, bacharelado em Música Popular. É, continuei tocando, continuei dando aula de bateria, ne? A aula sempre em segundo plano, mas sempre presente. Chegou um momento, fui para coisa do estúdio de gravação, para gravar, como instrumentista ou como operador de áudio, sonoplasta, tal, isso é uma coisa que eu aprendi um pouquinho mesmo na Unicamp, cursando musica popular, e muito de maneira autodidata e tal, mesmo porque a gente tá falando do final dos anos 1990. É, até que chegou um momento, 2010, mais ou menos, 2009 para 2010, que eu me vi casado, com um filho, filho com 1 ano, 2 anos, é, e muito preocupado, em especial, com a coisa da instabilidade financeira. Então, conversando com um compadre meu, eu falei assim, sabe aquela de desabafo e tal, e ele é muito frio, muito frio A, B, ele é lúcido de uma maneira muito objetivo, aí ele olhando de fora, o que já facilita uma série de coisas, ele falou assim “Maurinho, tá tudo certo, você não tá fazendo nada de errado, só falto um plano A, você toca, você grava, você opera áudio na estrada pra dupla sertaneja, o que pinta, por ai vai, então é instável, o que te falta é um plano A, aquele plano A é aquele estável, mais tranquilo, mais pé no chão, com o qual você pode contar, o resto você pode mantar se você quiser, como plano B, plano C, mas o plano A você não tem.”. Aí eu fui bater no

SENAC, me veio na cabeça, puxa vida o SENAC tem uns cursos tal, e assim, fui na cara dura, fui muito cara de pau, mas putz grilo, deu certo, deu certo assim. Na época, tinha um coordenador, ele falou assim “acho que eu tô precisando de alguém com o seu perfil aqui, mas tem que ir atras de falar com minha técnica, para falar com o gerente, para pedir pra SP, para pedir pra SP abrir uma vaga”. Cara, não passou coisa de 1 mês, vamos pedir a vaga. Passado mais uns 40 dias, 60 dias, tava lá a vaga. 09 horinhas semanais, né? Até num primeiro momento, por um erro meu na hora de cadastrar o currículo, meu currículo não foi selecionado pelo sistema automático, então, não participei do processo seletivo. Mas, por sorte, exatamente um ano depois, a moça que tinha assumido a vaga, estava se mudando da cidade. A mesma vaga voltou. E aí o coordenador, que eu mantive contato com ele durante esse tempo todo, ele falou, corrigi seu currículo, e faz isso já, porque essa vaga tá voltando, não sei o que. Ai deu certo, participei do processo seletivo, e fui contratado dia 07 de fevereiro de 2012, tem um tempinho já.

PESQUISADOR: Aí você entrou com 09 horas?

PROFESSOR MARCIO: Isso, e olha só, isso aí em 07 de fevereiro. Quando chegou em julho, eu entrei em julho com 30 horas já. Então, a coisa foi andando. Aqui em São Carlos estava crescendo e tal. Foi muito bacana. Hoje eu tenho 33 horas, nos ajustes lá, as circunstanciais aumentou um pouquinho e acabou ficando. Né. E, to bem assim e tal, agora qual que é o lance como professor ne? Eu falo que eu não sou professor, sou um cara privilegiado, eu vou numa instituição diferenciada ne? Falar sobre algo que eu conheço alguma coisa e que gosto muito, falar isso, conversar, para pessoas que estão interessadas em ouvir, proque é muito segmentado, então, é diferente daquela coisa, ah, eu sou professor, tá bom, mas eu falo que eu nunca pensei em ser professor, porque para mim, o professor é o professor, é minha esposa, professora de matemática, ela dá aula para até pra pós-graduação, alguma coisa, mas ela ta dando aula também no ensino médio, então ali é aquela coisa do professor. Inclusive quem está lá, que são turmas, geralmente, grandes, muitas vezes, estão lá só porque são obrigados.

PESQUISADOR: Sim!

PROFESSOR MARCIO: Então, poxa, não tem comparação, o meu é muito mais agua com açúcar, muito mais facinho.

PESQUISADOR: E você dá aula em que áreas? Só a área de música, como que funciona?

PROFESSOR MARCIO: Eu costumo dizer que é audiovisual, porque, eu entrei pra coisa da sonoplastia, que ai eu tinha experiência profissional, e tal, mas desde 2009, eu fui em 2012, mas desde 2009 começou a surgir demanda de vídeo para mim.

PESQUISADOR: Que interessante...

PROFESSOR MARCIO: E assim, vídeo que é uma coisa que eu sempre gostei muito, mas nunca imaginei trabalhando porque, é, tudo muito caro né? Só que aí foi o início da popularização, e eu percebi que eu tinha acesso. E, era pra filmar, por exemplo, o primeiro trabalho que eu fiz meu, foi filmar um show de uma dupla sertaneja, em poços de Caldas, e, eu tive que contratar uma equipe de filmagem. Aí eu falei, poxa eu preciso ter equipamentos, eu vou precisar ter um computador legal para eu fazer a pós produção. É, e assim, como que eu vou lidar com vídeo? Mesma coisa, fui aprendendo daquele jeito, só que assim eu consegui fazer um pequeno portfolio e ao chegar no SENAC, eu cheguei para sonoplastia, mas eu apresentei meu portfólio: “ahh, você trabalha com vídeo?, você daria aula de fotografia?”, ai eu falei, conheço um pouco de fotografia, que curso que é? Introdução à fotografia digital, se eu tiver tempo de me preparar, certamente. Então, por isso que logo eu fui para 30 horas, porque abriram brechas, por isso, que eu falo que sou do audiovisual. Atualmente eu tô dando aula na computação gráfica, porque a computação gráfica tem algumas unidades curriculares voltadas para coisa do vídeo, beleza. Então é isso.

PESQUISADOR: Show, então tá completando ai quase 10 anos, e pensando agora nesse percurso de construção do Maurinho professor, que considerações que você faria a respeito do programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)?

PROFESSOR MARCIO: Ah, é uma coisa que, num primeiro momento, eu vou confessar uma coisa tão ruim, num primeiro momento, eu tinha uma certa má vontade com ele, ne? Não, Maurinho, vai lá, você tem que participar, isso aqui tem que fazer constantemente. Beleza, fui em um lá, aí falei, é tô aprendendo umas coisas, legal, mas né? Má vontade, essa é a palavra. Até que assim, constantemente tem, tem outras atividades, os encontros pedagógicos. Em alguns, algumas situações eu comecei a não ter mais má vontade, pois vai indo a coisa do tema, po isso ai é legal, e ai, eu tenho a opção da escolha, poxa, ai é diferente, ai já não tem mais má vontade. E, claro, mesmo naqueles da má vontade vai, é, eu reconheço isso, indiscutível, eu

reconheço a importância ne? É claro que ainda sendo muito de má vontade e tentando buscar o que pode haver de ruim, é, de repente, um ou outro, pode ter tido um tema que foi muito distante da minha realidade, ne? Da realidade desses cursos onde eu atuo, que são muito segmentados, é então vá lá, mas mesmo assim, é importante. E quando a gente vai para alguns outros, já não tem o que falar. Então, é um recurso do SENAC que, puxa vida, vai ao encontro daquilo que eu cheguei a conversar com você, de um ex docente que, espontaneamente falou o quanto ele enxergava ao sair, tendo ficado lá pouco mais de três anos, acho que deu quatro anos, o quanto ele conseguiu evoluir. E, evoluir por tabela, porque não foi lá pra isso, entende, bacana.

PESQUISADOR: Em relação ao Programa e a prática de dar aulas, você acredita que os PDES podem ter ajudado na formação do Maurinho Professor? Como você enxerga essa questão?

PROFESSOR MARCIO: Ah, certamente, sim. É mais não em grande parte, mas isso pode ser falha minha ainda, alias, você pode estar até me alertando para que eu fique mais esperto tá? É, me alertando por tabela, não é que eu não tinha pensando nisso. De repente, eu posso aproveitar, pedagogicamente, e me aprimorar. Ahhh, mas assim, qual que é o lance, se não houvesse a coisa da má vontade, como eu falei é uma coisa decrescente tá, certamente decrescente, mas se não houvesse em nenhum momento, é, eu poderia ser melhor do que eu sou, como docente. Isso sem dúvidas também.

PESQUISADOR: Você tocou na questão de poder escolher, essa parte você considera que é relevante assim?

PROFESSOR MARCIO: Sim, porque eu sempre me identifiquei com isso. Desde a escola, onde eu tinha professores, e os professores né? Onde eu criei o conceito do que é um professor, ah, eu lembro que tinha coisa que eu não gostava e outra coisas que eu gostava. Eu eu falava, poxa porque que eu não podia escolher, eu não ia assistir aula de história, por exemplo. Hoje eu vejo a importância, hoje eu me interesso, mas, naquele tempo, aquelas aulas, é, sabe, cara, e aí é assim, agora é hora de fazer a prova, vamos ver se você sabe. Ué, beleza, eu memorizava o mínimo para tirar nota, e claro, que hoje eu não sei nada, entendeu. Então, é, por conta disso, eu ia melhor, eu me identificava, é uma questão de facilidade, de sei lá, eu ia melhor nas chamadas exatas. Tá certo. Então, puxa vida, eu falo até hoje, eu leio mal, eu leio muito mal, leio devagar pra caramba. O pessoal passa encontro pedagógico, PDE não sei o que,

passa slide com tempo automático e tem legenda, cheguei na nossa coordenadora pedagógica e falei assim: “sabe isso que a gente acabou de ver, 70% da legenda eu não acompanhei”. Então, eu falo que só consegui concluir ensino fundamental e médio, ou seja, primário e secundário naquela época, é, porque a nota, de literatura, era junto com a nota de gramática. Era uma coisa só, chamada língua portuguesa, se fosse separado, eu tava até hoje lá, sem certificado nenhum, porque eu não ia ter nota de literatura. Saca. Não dá. Só para concluir um detalhe, aqui, é que eu to levando isso pra ferente no SENAC, é independente do meu trabalho, mas, de repente, pro pessoal olhar para pessoas como eu, né? Ahh, talvez sem querer eu sou um caso de inclusão. O que eu quero dizer com isso,ah, eu fiz uma pós graduação em fotografia, com apoio do SENAC, inclusive, só que EAD. Só que tudo que eu tive de bibliografia, fui comprar EBOOKs, certo. E ai o que eu fazia, o que que eu fiz, e faço até hoje, eu ponho o computador pra ler pra mim e vou acompanhando a leitura. Se eu tiver que ler, eu mesmo, não vai, é uma coisa horrorosa, então, é do mesmo jeito que eu tive o bônus de ter a literatura junto coma gramática, muitos anosa tras, agora há pouco em 2017 mais ou menos que eu fiz essa pós, é, eu tive mais um bônus de estar num meio totalmente virtual. Se eu tivesse livros de papel, eu ia sofrer muito para fazer, ia ser uma coisa que eu ia demorar demais, entende. Bom, era isso. Então, eu acho que é uma coisa que tem que ser levada em conta, porque eu sei que tem muitas pessoas que são iguais a mim.

PESQUISADOR: Eu, por exemplo, já tenho dificuldade se o texto não for no papel.

PROFESSOR MARCIO: Minha esposa também.

PESQUISADOR: Nossa, minha vista embaça, eu disperso muito rápido.

Interessante ne?

PROFESSOR MARCIO: É!

PESQUISADOR: Você tocou no ponto de inclusão, Maurinho, nesses mais de nove anos, qual que é tua visão ou experiência com O PROGRAMA DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE [do senac]?

PROFESSOR MARCIO: Bom, primeiramente, vamos, nossa, é tanta coisa que eu tô lembrando, que dá ate uma emoção. É, o primeiro, a primeira coisa que eu participei no SENAC foi: “Maurinho, vai ter um Workshop de Inclusão”, eu lembro que cada um aqui se apresenta e fala quanto tempo tá no SEANC, eu estou aqui há um mês. E tô achando isso super legal porque eu tenho um filho com Síndrome de Down. Então

assim, foi uma coincidência, que eu falei “nossa, olha que coisa”. Então eu senti qual era o ambiente que eu estava, já naquele momento. Então assim, esse foi o tipo da coisa que eu não fui de má vontade, tá? Rs. Mas, e aí assim, passei por aquele workshop e, naquele momento, um mês de SENAC, eu ainda tinha um pouquinho de uma coisa, por exemplo, que o visual é muito impactante né? Porque você não precisa tá perto né? A distância você já consegue ter algum tipo de, de contato ne, e de repente, algum tipo de reação ou de impressão. E ai, no atendimento do SENAC, tem nosso querido [nome do funcionário], e ele é CADEIRANTE, ne? E ele nasceu comas pernas atrofiadas ne, então assim, primeira coisa, tem um cadeirante ali. Ai depois, ele se chama [nome do funcionário], você entende? Daqui a pouco o cadeirante [nome do funcionário], daqui a pouco [nome do funcionário], o cadeirante, dali há pouco é o [nome do funcionário], dali a pouco, finalmente, é [nome do funcionário], ai você percebe, poxa, para pra pensar, nossa, ele é cadeirante. Você entende? É aí é aquela coisa que, poxa, o lance é esse é ter contato. É ter contato. Vamos até pensar assim, para também não me demonizar. O estranhamento é normal, é estranho, eu não estou hostilizando ele, eu estou estranhando, que existe um cadeirante ali, porque? Porque eu não vejo em lugar nenhum, em lugar nenhum. De repente, eu vou lá, tem ele, tem a outra que trabalha no outro setor, a outra moça que trabalha. Dali a pouco tem a não sei quem que é surda, né? No Workshop de inclusão teve um momento que chamaram vários surdos, tinha umas 10 pessoas. A nossa proposta agora é que vocês conversem com eles, cara na hora, eu me senti um incapaz do caramba. Porque assim, uai, se eu tenho todos os sentidos, tudo certinho, é minha obrigação saber me comunicar com eles, ter algum meio, e de repente, eu tive a sorte de cair com um cara que tinha leitura labial. Então, eu falei devagarzinho com ele, e ele também se esforçava lá, ele tem um gestual bem articulado, rolou uma comunicação. Mas eu falei, cara que deficiência minha, por esse lado. Enfim, muito importante, essa coisa. O ambiente, né. Eu não sei se cabe um outro parênteses, que é o seguinte.

Num determinado momento, eu não lembro nem se eu já era casado, ou se eu ainda namorava, eu não lembro exatamente quando foi isso, eu me casei em 2003. Ah, veio uma política nova, ah, né, de inclusão, falando assim, ô agora as escolas são obrigadas a aceitar as pessoas com deficiência. Eu lembro tanto eu quanto minha esposa, não lembro se era namorada na época, a gente falou, “mas pô que coisa um

tanto desastrada né? Porque assim você enfia guela abaixo la, o pessoal não tá preparado para receber, ne, como é que vai ser? Vai ser um desastre". Cara, a gente tava erradaço, porque qual que o lance, claro que precisa se preparar, mas é legal você ter a pessoa, as pessoas com deficiência inseridas ali, nos mesmos ambientes e tal, porque se não, nunca via haver a preparação. Por mais que num primeiro momento ainda seja precário, né? Ah, pelo menos começa a acontecer e se não tiver aquele momento, mesmo que precário, num inicio, ah, você vai, aquelas pessoas com deficiência, nem o precário elas terão. Elas ficarão, excluídas. Então, depois, é, isso começou a mudar na gente muito, a gente começou a pensar, talvez, porque tem esse lado. Ai nasce o nosso filho, aí não tem por onde. Você revê seus conceitos, suas expectativas, sabe, muda muito né? E, poxa, que bom né, porque eu tenho uma oportunidade de conviver com alguém assim. É a mesma coisa, eu não vejo a deficiência no meu filho, eu vejo meu filho, é ele. Ai em algum momento eu falo, ah ele tem Sindrome de Down, né? É então, o que eu me esforço agora é para fazer, maldita pandemia, mas fazer com que as pessoas tenham contato com ele, porque? E assim eu não posso, de forma alguma, ter nenhum tipo de pé atrás com alguém que, de repente, ao vê-lo, fique meio, meio cristalizado, meio sem ação. Porque? Porque eu já fiz isso, uai. Você tá vendo uma pessoa que você sabe que ela é diferente e você não está preparado para lidar com ela, não precisa de uma preparação especial, é apenas respeitar que ele fala um pouco diferente, que ele tem um jeito um pouco mais infantil, mas é uma pessoa normal, que não vai te fazer mal, né? Ah, só que qual que é o lance, perfeito para aflorarem os preconceitos é fazer com que a pessoa não tenha oportunidade de ter contato com pessoas diferentes, pessoas com deficiência, entendeu. Né? E por ai vai. Cara, eu tô começando a falar tanto que, as vezes, eu já nem lembro o que eu tô respondendo.

PESQUISADOR: Tá certinho, é isso mesmo, a ideia é a gente conversar. Então, o Programa acabou sendo importante para você, como professor também?

PROFESSOR MARCIO: Certamente, cara. E assim, nessa do SENAC, além de cumprir um esforço de cumprir, as obrigações, aas mentas e sei lá o que, ah, teu percebo que é institucional, não é meramente chegou essa regra, vamos ter que nos adaptar, eu não sinto isso, de forma alguma. Parece até que o SENAC pode ter, isso tô falando de achometro, mas que o SENAC teve algum tipo de influencia para que as regras fossem criadas, de uma maneira mais universal. Mas por exemplo, eu saber

que eu ia dar aula de sonoplastia pra um cara que tinha perdido 30% da audição de um lado e, 100% do outro. Tá? É eu cheguei a falar assim, ô tudo bem, mas é sonoplastia ne? O cara poderia fazer outros cursos ali, por exemplo, locução, né e tal. Radialista, alguma coisa, mas sonoplastia? Eu não sei se ele vai dar conta. Cara, isso eu falei super numa boa para a assistente social da época. Não, não, nós vamos conversar com ele. E, claro, com muito jeitinho eu falei, é uma coisa que uma coisa que você há de convir que pode haver um momento de dificuldade. Hãn, cara, sei lá, de 90% do conteúdo ele absorveu normalmente.

PESQUISADOR: Imagina quanto não ele não deve ter ouvido anteriormente.

PROFESSOR MARCIO: É, entendeu, aqueles 10%, aí sim é muito especifico para coisa da audição que a gente chama de binaural, de ter ouvido dos dois lados ao mesmo tempo. Fora isso, o cara fez. As vezes não fez de maneira brilhante, mas deu conta. E assim, não to facilitando para ele não, tá? É num momento, quando a gente tava entrando naquela coisa que ele ficou um pouco mais, mais dificuldade, que eu já sabia que ia ter mesmo, é, ele desanimou. Ele conversou comigo, ai eu falei assim, cara, eu me abri, eu cheguei a ter algumas duvidas, razoes obvias, mas poxa, pensa no que você fez, pensa, lembra o que você fez ate agora. É, eu acho que foi legal. Eu tenho certeza, eu não teria te empurrado, porque eu não facilito, eu falei pra ele. O que você já pode se imaginar fazendo: você pode trabalhar numa rádio, que não vai ter problema, você pode fazer não sei o que...Eu elenquei umas quatros, cinco coisa pra ele, profissionalmente, para ele já se imaginar inserido no mercado, sei lá. Cara, relaxou, beleza, foi até o fim do curso.

PESQUISADOR: Esse curso que ele fez, era de quanto tempo?

PROFESSOR MARCIO: Ah, eram duas vezes por semana, 260 horas mais ou menos, qualificação.

PESQUISADOR: Tinha algum pré requisito?

PROFESSOR MARCIO: Não, era só a questão da idade, e ter conhecimento de informática básico.

PESQUISADOR: O Programa já tem alguns frutos na sua trajetória ai? E dentro dele, a gente sabe que tem uma pasta que tem se ampliado, tem mudado o portfólio de cursos [PDE]. E pensando na ação “Diálogo: gênero e sexualidade”, dentro do Programa de Inclusão e Diversidade, quais os apontamentos que você faria?

PROFESSOR MARCIO: O que eu senti, num primeiro momento, foi um daqueles que eu fui com gosto, o oposto da má vontade tá? Porque, porque aí já é a questão de eu ter mudado, e ter quebrado vários dos meus preconceitos e colocado quebrar preconceitos como um esforço constante, ne? E eu vi que era uma oportunidade, mais uma vez, vamos imaginar, desculpa eu falar. Vou falar de uma maneira bem grosseira mas eu acho que você vai entender: “aquele bichinha”, que é um cara que tem os trejeitos, eu não sei como eu poderia falar isso de uma maneira mais, aí como se fosse um processo. Aí o cara é meu colega de trabalho, e ai não sei o que, não que eu tenha feito isso, só estou falando de uma situação, hipótese, e que, de repente, tem pessoas lá dentro que agem assim, ou mesmo alunos. E é um funcionário lá, aí você vai tendo contato, conversando, não sei o que, ai vai sendo igual a história da cadeira de roda. Você não enxerga aquilo, você enxerga uma pessoa, cara. Você entende, danese o jeito, dane-se. E aí além de tudo, é o fato de ter contato, é uma oportunidade para você gostar da pessoa, como pessoa, não é uma paixão, não tô falando disso, isso até pode acontecer, tal, mas pela minha condição cisgênero, sei lá, se eu posso dizer assim, é simples, eu não tenho interesse. E eu até costumo dizer assim, eu nunca ui “ai meu deus que rapaz interessante, mas poxa, dentro de muitas mulheres que eu conheci, e de algumas que se interessaram por mim, eu escolhi uma”, então, para mim tanto faz, eu vou me relacionar com ela porque eu tenho uma vocação monogâmica, é então, assim, eu posso ter contato com qualquer outra pessoa, porque eu to bem resolvido, entende? Ai, beleza, surge um negocio que é assim, um programa, uma coisa trabalhada, oferecida com critério, puxa, cara, eu preciso disso. Porque é legal para entender melhor para que, de repente, eu enxergue alguns preconceitos em mim que eu não enxergo.

Eu quero quebrar, mas e se de repente eu nem sei se eu tenho? Cara isso ai acontece muito, eu percebo que algumas pessoas falam, eu não tenho preconceito, ai você ri, e diz pouco não. Mas a pessoa poderia ser pior, é igual aquela coisa assim, eu não sou homofobico eu tenho amigos gays, ne? Ah, mas ele é homofobico ele so não é plenamente intolerante, tudo bem, poderia ser até pior, mas pelo fato dele não ser intolerante, ele não enxerga a homofobia que existe nele. Certo?

Então eu falei, vamos la isso me interessa. Entao assim, fui recepcionado na porta do auditório, desde aquele momento eu fui atendido por um rapaz muito cordial. E assim, eu to enxergando uma pessoa. Eu, a única coisa, todas as minhas expectativas

foram atendidas, mas quando eu vi as coisas da bandeira, cara, esse assunto é muito vasto, eu sei que entre os heteros cisgêneros do homem da mulher, tem toda uma reguinha, não são meia dúzia de casinha, ela é deslizante, completamente, fluida e simples. A partir do momento que você começa a enxergar pessoas fica mais fácil. Então, esse tipo de ação favorece justamente para isso.

A única decepção que eu tive foi que ao me deparar com a vastidão desse assunto, eu achei que foi muito curto, mas e ai assim, eu sinto que o aprendizado que poderia ter tido ali eu não tive, mas beleza é um primeiro momento. É isso.

PESQUISADOR: Maravilha, você já, ao longo desses anos que você está na Educação, já presenciou alguma situação desconfortável ou que você achou discriminatória, em ambiente escolar que envolvessem os temas gênero ou sexualidade?

PROFESSOR MARCIO: Muito dessas coisas pequenas, pequenas e que não são tão pequenas. Vamos dizer pequena porque não é uma agressão direta, não é um ato concretamente intolerante ne? É um deboche de bastidores, é aquele tipo de deboche feio nas costas mesmos tá? Não é nem sequer para a pessoa desconfiar que está sendo debochada de dar aquela cutucada. Não, então isso é até que, relativamente, frequente.

E assim, o pior momento que eu tive e que também não foi, poderia ter sido grave tá? Mas não foi, foi o seguinte, numa ação que o Senac teve, tomou, pelo menos da minha turma, do ponto do aluno sair da carteira, até ele voltar, 10 minutos, horário de aula, tudo bem. De repente, o cara não quer perder 10 minutos, mas são 10 minutos tá? Não é meia hora, muito menos uma hora, ou um dai, 10 minutos. To falando com tranquilidade, o aluno ia até o computador e tinha 3 ou 4 perguntas para responder, daquelas do tipo sim ou não. Então, assim na hroa de responder ali, era segundos. Mas, eu não lembro as perguntas, mas eram mais ou menos nesse sentido, você acha importante esse assunto ser tratado?, sim ou não, você tem algum tipo/percebe alguma coisa, era tudo para responder sim ou não. Então era uma coisa muito rápida. Claro, de maneira anônima e, uma das perguntas era assim, se você se considerava fora do padrão, do padrão, sei lá.

Um aluno voltou para sala de aula, falando assim “ah cara, puta coisa ridícula que o Senac ta fazendo, durante o horário de aula”. Pensei vou dar atenção para o aluno, via que ele ta falando uma coisa importante. Não cara, esse assunto não tem que ser

tratado aqui. Aí eu precisei me manifestar. Não cara, ai é que tá, de repente o senac poderia ter bolado uma outra maneira, você tá falando isso, ta te incomodando, eu vou, de repente, posso até levar isso para direção, alguma coisa assim. Mas cara é importante falar sobre isos, a gente tem que trazer esse tema, porque existem alguns problemas. Eu ainda fui, peguei leve, existem alguns problemas, tem pessoas que sofrem com isso.

Então, você tá numa boa, você vai lá responde, tranquilo. Mas se alguém, que de maneira anônima, a pessoa tá tendo uma oportunidade ali, de repente, se manifestar, abrir algum caminho, ele disse “Eu acho isso errado”, vamos encerrar o papo, pois eu vi que com esse cara não dá pra conversar, pelo menos agora, não é a minha função, mas o pouquinho que eu tive ali eu tentei, defender a instituição e não eu preciso defender o meu emprego, defender a instituição porque eu faço parte dela e eu concordo com os procedimentos que ela tá tentando, que ela tá realmente fazendo.

Mas eu acho que isso foi o pior, eu ouço falar algumas coisas, ne. E dessas coisas de deboche ou até umas coisas mais graves, mas ai foram em ambiente escolar por acaso, porque é ambiente de trabalho.

Então, assim, alguns docentes foram demitidos por comportamento absolutamente reprovável.

PESQUISADOR: Você acredita que você ter intervido nessa situação do questionário veio, em parte, pelo que o Programa de Inclusão prega?

PROFESSOR MARCIO: Foi uma iniciativa pessoal, mas eu sinto que era, assim, se eu não fizesse nada, eu não seria reprovado. Se fosse repercutida a minha atitude, ela seria bem repercutida, certamente. Foi uma tentativa, eu pensei que aquele aluno até pudesse dizer não sei, mas não, eu esperava isso dele, eu não queria mudar a ideia dele, mas pelo menos conseguir colocar ele pra pensar. Eu não consegui, cara. Foi uma frustração.

PESQUISADOR: Isso não dá pra gente saber, às vezes, na hora não, mas vai saber se ele não saiu pensando.

PROFESSOR MARCIO: Não mas esse cara era muito problemático, foi quase o pior aluno ou talvez o pior aluno que eu tive. Ele era muito problemático. Ele deu altos problemas e tal, né? Por exemplo, sonoplastia, numa determinada atividade eu levo minha bateria e toco minha música para eles microfonarem a bateria, para eles gravarem, entenderem como que é aquele instrumento, faz muito barulho e tem desde

as frequencias muito graves até aquele brilho, aquele agudo estridente dos pratos, então, é uma coisa muito rica.

PESQUISADOR: Uhumm...

PROFESSOR MARCIO: Aí eu toco uma música mas aquela música que eu toco é muito forte. Então, eu falo para eles, eu posso trazer protetor auricular, ou vocês trazem, ou vocês vão pra dentro da outra sala, porque tem o acústico, aquário, eles ficam pra lá do vidro e veem acontecer, né? Ou vocês dão um jeito de se proteger, tapa o ouvido, dá um jeito. O cara sentou do meu lado e depois ele reclamo, porque ele trabalhava já com som, ele reclamou e chegou a fazer uma reclamação na direção, foi só verbal, ele não formalizou, mas ele foi reclamar na direção que ele ficou três dias surdos por causa de uma atividade que eu fiz. Então, um cara muito problemático, mesmo. E eu expliquei tudo

PESQUISADOR: Veio para não ser esquecido!

PROFESSOR MARCIO: É, ahh, então, poxa. Eu vou falar uma coisa meio ruim, mas...É, o único cara que teve uma manifestação ruim, quanto a...Tudo bem que outros poderiam ter, mas o cara chega e fala e falou ali na frente da turma, “eu acho que o SENAC tá errado, não sei o que”, o único que teve esse tipo de atitude destrutiva foi praticamente o pior aluno que eu tive no curso, então...

Infelizmente, é uma pessoa difícil, não acho outro adjetivo....

PESQUISADOR: Socialmente né?

PROFESSOR MARCIO: É, e assim menos mal que é ele, né? Porque assim, imagina, pô que aluno legal, mas o cara é super preconceituoso. Então é uma pessoa que já tem outros problemas, ne? É, sei lá, não sei...

PESQUISADOR: Beleza, então agora a gente vai para uma rodada do tema. Se a gente pensar em algumas palavras, que seriam elas gênero, sexualidade e família, você estabelece alguma relação entre elas?

PROFESSOR MARCIO: Bastante de maneira inevitável e aí eu vou, eu lembro de uma, um trechinho de uma palestra que aconteceu, no SESC, sei lá onde, que um travesti falou: “Falam que a gente quer destruir a família, mas a gente quer destruir mesmo”. Colocaram isso, e aí ele foi aplaudido nesse momento né? E pegaram isso e repercutiram nessas redes que a gente tá vendo ai, não sei o que. Ai eu falei, cara essa fala é ruim né? Porque a família, por mais que tenha mil coisas, é uma instituição né? E tem uma pelo violento. E, de repente alguém que já tem um esteriotipo muito

questionado, né, muito cheio de coisas e que os preconceituosos deitam e rolam em cima, fala uma coisa dessa. Putz, cara, soa mal, mas eu falei, não mas eu quero ver a entrevista inteira. Pus o vídeo, achei no YouTube lá, não sei o que. No contexto, o cara vem falando, a família que é homem e mulher, com o homem sendo o líder que não sei o que, isso aí precisa ser destruído, entende. Nessa de você rever os seus conceitos, né. De repente, a mulher pode ser a provedora, né. O que que tem de errado? E eu ainda tô falando da coisa, cisgênero ali, heterossexual e tal. É, agora você vê outras, não dá abertura para outras, por alguma razão religiosa, não sei o que...Meu, eu acho que é um grande engano. Há, como é que você falou, relacionar essas palavras todas perfeito né? Mas o lance é não falar isso é família, aquilo ali não, isso é certo, aquilo ali não, aí você tá sendo, no mínimo, preconceituoso. Aí a gente tem que pensar, tem que quebrar o preconceito e rever os conceitos a partir daí e abrir. Ainda vai estar relacionado só que com uma diversidade. E assim, o que importa é que as pessoas se respeitem, e o respeito é mútuo. Eu entendo que a gente também tem que pensar por esse lado, algumas manifestações, é, em defesa, aí é manifestação, a militância e tal, em defesa LGBTQIA+, é, muitas vezes, faz transgressões, em alguns atos, em algumas performances, algumas coisas assim, que são agressões, né, e, eu temo por isso, porque existe um efeito colateral que é o que, aquilo ser colocado como a verdadeira representação de tudo que há de diferente do heterossexual ali tal. E fala “ai tá vendo é isso que eles querem, é não sei o que...”, essa coisa agressiva, destrutiva. E aquilo, eu acho, é uma coisa muito radical, extremista, eu não sei como é que eu posso dizer, classificar assim certinho, mas é num passa desapercebido, e agride mesmo, você fica preocupado se uma criança vê aquilo, né? Então, de repente, pode ser condenável, simplesmente condenável, falo assim “calma, você está em uma sociedade, a sociedade tem uma série de erros, e ela precisa abrir”, mas, nesse momento, esse tipo de atitude fecha isso é uma coisa que eu enxergo e a gente precisa, e aí seria um momento de quem que tá querendo respeito, estar desrespeitando, né? Mas eu sei que isso é excepcional, eu sei que tem a imensa maioria, por mais que são pessoas que possam até concordar com aquele tipo de atitude, é, são pessoas que não fazem aquilo né? Tô falando daquelas performances que tem palavra de ordem, que aí são realmente anti-religião, e, blablabá, e tem certas cenas explicitas e não sei o que, em ambiente público. Eu acho isso acaba sendo um passo para trás, né? Opinião pessoal, não sei, porque é muito

chocante, né? Eu acho que o legal é justamente você fazer assim, pô cara eu te respeito, porque você não me respeita? Né? E por ai vai. Fazer uma coisa conciliadora, aí voltando a falar daquela palestra que eu cheguei a ver, eu não vi na integra mas vi boa parte até o trecho que o cara falou e mais um pouco, porque era também muito longo e tal, mas essa desconstrução tem que ser feita, ele ainda usou o termo destruição, e ele fez, mas era uma colocação provocativa que cabia no contexto, aí o pessoal tira do contexto e aproxima das performances né? Mas é, enfim, tô respondendo que tem relação né? Isso aí, inevitável.

PESQUISADOR: Maravilha. Dentro do que a gente conversou, um pouco sobre formação de professores, estar na sala de aula, gênero e sexualidade, programa de inclusão, você acredita que tem algo que a gente não contemplou?

PROFESSOR MARCIO: Ah dentro do meu pequeno conhecimento, eu não consigo imaginar isso. É, o que eu acho é só que precisava ter, ampliar um pouco para a gente poder ter uma coisa mais, um pouco mais de aprofundamento, entender um pouco melhor as coisas e tal. E até de repente trazer exemplos, sabe, né? Porque assim, olha só que coisa, você começou perguntando onde eu me encaixo né? E até meu ponto é meio, falo assim, cara para mim só passava ser rico e bonito, a minha vida foi muito fácil. Porque assim, num fui, não passei dificuldades financeiras e não sou exatamente, claro, agora eu tô falando, não fui exatamente feio, né? Então homem, no interior, numa sociedade machista, branco, é muito fácil, né? É, então assim, a gente tem que ficar atento para todas as outras coisas que, de repente, e se esforçar para enxergar que ali não é tão fácil e, de repente, eu saber ô tal pessoa, se for para colocar em algum tipo de classificação, ela é tal coisa e, assim, não mais isso não é da sua conta. Não, não é da minha conta mesmo, mas é mais para que eu saiba e, ao mesmo tempo, possa lidar com aquilo naturalmente. Porque se não, é, alguém, vou falar uma bobagem aqui, mesmo porque é das poucas coisas que eu, de repente posso identificar. Eu achar que alguém é homossexual e na verdade ela é bi, ou achar que alguém é heterossexual e, na verdade, ela é homo ou ela é bi, ou ela é sei lá o que. Então, isso para mim deveria ser uma coisa assim “ah é e você namora”, “ah não namoro porque eu ainda não sei o que eu quero”, por exemplo, e a gente entender aquilo naturalmente, sabe. Eu gostaria de chegar nesse ponto, que isso fizesse parte do papo banal né? E eu entendo, puxa vida, claro que eu entendo que é tabu e tudo

mais e que aí entra mais naquela coisa, até este momento não é da minha conta e eu fico quieto e tudo bem. Mas eu gostaria que fosse nessa pegada.

PESQUISADOR: A gente também! O que eu tinha para auxilio na pesquisa é isso, agradecer o seu tempo e deixar um abraço ai pra tua família porque eu acabei entrando na tua casa hoje também, como seus alunos estão entrando. Qualquer coisa que você precisar de Sorocaba conta com a gente aqui também.

PROFESSOR MARCIO: Beleza, eu fico feliz de participar aqui né? E eu falo cara, quanto mais eu ponho minha cabeça pra funcionar nesse aspecto, eu só tenho a ganhar. E assim, poxa, eu gostaria tanto de poder, cara, eu sinto que o mundo tem, em vários assuntos, sabe aquele buracão que você coloca uma cidade lá dentro, meu poder é pegar uma pazinha desse tamanho de terra pra jogar lá, para tentar tapar o buraco. Mas eu faço questão de jogar essa pazinha, entendeu?

PESQUISADOR: Sim.

PROFESSOR MARCIO: E, por exemplo, eu quero dá oportunidade do pessoal se relacionar com meu filho.

PESQUISADOR: Com certeza.

PROFESSOR MARCIO: E cara, que meu filho, de repente, cresça com o mínimo de preconceitos né? A internet infelizmente tá fazendo um estrago com ele nesse momento [PANDEMIA].

PESQUISADOR: Porque ele está sem convívio né?

PROFESSOR MARCIO: Mas, e assim, eu percebo ele, ele tá achando graça em alguns vídeos que ele vê, esses vídeos trazem deboches, né? Então eu tô, falo ô [nome do filho], horrível isso aí ein cara? Né, eu falo para ele. Mas, eu, por exemplo, um dia a gente foi em uma feira de noivas daqui, né? E um modelo que tava desfilando com os trajes de noivo, os ternos mais modernos, não sei o que e tal. Eu tava cuidando do som de um grupo que foi se apresentar lá e tal e ai minha família foi. E meu filho, ele adora noivas, né? E, ele olha, ele se encanta, ele acha legal também a figura do noivo e não sei o que. E a minha esposa percebeu um dos noivos, quando tava desfilando, dando uma piscadinha para um outro cara, né? É e aí, quando terminou tudo, meu filho vai assediar né? Ele vai lá “olha o noivo”, “olha a noiva”, não sei o que e tal. Cadê sua noiva? Não, mais....Aí ele “Não, eu não tenho”. Ficou meio constrangido. “Ela é sua noiva?”, tinha uma noiva perto, “Não, não é”. E minha esposa tava junto, ela contou isso, eu não presenciei. Mas ai, o outro cara tava do lado dele.

Só sei que chegou um momento, “quem é sua namorada?” – meu filho perguntou. Aí minha esposa olhou para ele e percebeu que ele tava constrangido. Ela falou assim “É ele?” – apontou pro cara e falou. Aí o cara respondeu meio sem jeito, “É”. Aí minha esposa falou para meu filho – “É ele o namorado dele”. Aí meu filho estranhou assim, ai ele virou e falou “Ah tá, eu quero ver a noiva” e foi saindo...Entendeu? Saca?

PESQUISADOR: Tá bom né, você não falou nada pra ele...

PROFESSOR MARCIO: Ele tem que estranhar, num primeiro momento, porque ele nunca viu e, ao mesmo tempo, não tem que crescer em cima, porque é natural. Eu até acho, eu vou falar uma coisa que eu tenho percebido alguns questionamentos, mas não sei se eu vou ser claro aqui e eu to falando de achometro.

PESQUISADOR: Sim, sim.

PROFESSOR MARCIO: Eu até acho que a maioria, naturalmente, vai ser mais parecida comigo, né? Do que com os outros pontos da régua tá?

PESQUISADOR: Sim.

PROFESSOR MARCIO: Mas é, é, grande coisa né? E outra, se é assim, os preconceituosos e não sei o que, não sei o que, não precisam ter medo. Eu percebo isso. O pessoal tá criando, inclusive, medo. Né? No povo, para evitar para que isso aconteça, putz cara, por que?

PESQUISADOR: Aí não tem diálogo.

PROFESSOR MARCIO: Eu tô achando tão bacana essa possibilidade de andar pra frente e olhar com naturalidade, putz cara.

PESQUISADOR: Essa história do seu filho é um exemplo perfeito.

PROFESSOR MARCIO: Ele ali né?

PESQUISADOR: Deixa eu ir atrás da noiva que eu quero ver o vestido...tchau.

PROFESSOR MARCIO: Pronto, né? E assim, é, aquelas moças bonitas ne cara? Todas produzidas, não sei o que. Mas mesmo a figura masculina encanta ne?

PESQUISADOR: De terno.

PROFESSOR MARCIO: Tô falando independente da atração, “ah seu filho tem atração por homem”. Ao que tudo indica, não, mas dane-se se tem. Mas ele acha assim, “nossa, o cara é o noivo, então ele tem acesso a noiva”.

PESQUISADOR: Que bonitinho.

PROFESSOR MARCIO: Ele admira, ele é fã do cara [do noivo]. Ele queria tá no lugar do cara, é isso que eu enxergo nele. Então foi essa a situação. Aí meu filho tinha o que? Ele tá com 14 agora, ele tinha 9, 10. Tá? É. E ai a minha esposa teve a, a presença de espirito de falar “é ele” e pronto. Falar assim “NOOSSA É ELE”. Não. “É ele”.

PESQUISADOR: Ou esconder né? Ou de falar – “vamos para la filho”.

PROFESSOR MARCIO: Putz cara, para. Só para encerrar, esses dias um cumpadre meu veio aqui em casa, que um dos raros momentos que veio alguém aqui em casa...

PESQUISADOR: Pandemia...

PROFESSOR MARCIO: É, ele veio e meu filho tava cabeludão assim. É e aí minha esposa comprou uma faixinha para ele pôr no cabelo para segurar, e sair dos olhos e tal. Né? Esse cumpadre meu já falou assim – “ê, isso aí não é coisa de homem não”. Eu falei assim – “cara...”. Não falo nada mas eu penso, se colocar uma faixa na cabeça abala alguma coisa....

PESQUISADOR: Que masculinidade frágil....

PROFESSOR MARCIO: Tá estranho o negócio. Enfim, e outro se tiver também, o problema é dele [do filho], mas ou não é problema, não sei.

PESQUISADOR: É só para não machucar o olho.

PROFESSOR MARCIO: E ele, se ele vem com esse, dentro do discurso dele, é um problema, né? E aí ele, vem trazer, meu filho tem um reloginho que tem um visor colorido, e ele não enxerga, ele não sabe ler horas de ponteiro....

PESQUISADOR: Sim...

PROFESSOR MARCIO: O único visor, você troca o visorzinho, assim e tal. O único visor que tem hora de numero, o fundo é um arco íris. Aí o filho desse cara falou –“ô [nome do filho do entrevistado] isso aí é estranho ein cara, esse visorzinho não sei não ein”. Cara, um rapaz de 18 anos falando isso pro meu filho com 13, 14 e meu filho não entendendo nada. Eu falei [pensei] “ai que ótimo”.

PESQUISADOR: Tô no caminho acertado!

PROFESSOR MARCIO: É, mas enfim, era isso cara, beleza. Agradeço a honra.

PESQUISADOR: Delícia conversar, que a gente não tá quase conversando com ninguém.

PROFESSOR MARCIO: Muito Bom.

PESQUISADOR: É [nome do filho do entrevistado] que ele chama?

PROFESSOR MARCIO: É [nome do filho do entrevistado].

PESQUISADOR: Manda um abraço pro [nome do filho do entrevistado] e sua companheira, como ela chama?

PROFESSOR MARCIO: [nome da esposa do entrevistado].

PESQUISADOR: [nome da esposa do entrevistado], manda um abraço para ela também, companheira de sala de aula.

PROFESSOR MARCIO: Você tem mais um minuto?

PESQUISADOR: Tenho, tenho sim.

PROFESSOR MARCIO: Então vou trazer o [nome do filho do entrevistado] aqui.

PESQUISADOR: Então, vou parar de gravar, peraí.

TRANSCRIÇÃO "PROFESSORA BARBARA"

Data da entrevista: 20/06/2021

Duração: 59 min.

PESQUISADOR: Quantos anos você tem como que você se identifica e me fala um pouquinho também da sua formação acadêmica e se você tem alguma religião.

PROFESSORA BARBARA: Meu nome atual é [nome da entrevistada], ainda não retifiquei os meus documentos, né? Ainda fico com ele enquanto nome social, mas o meu nome que eu assumi depois da minha identificação enquanto trans não binária, então, hoje eu me identifico enquanto uma pessoa trans não binária, tenho 31 anos, não sou de [nome da cidade] onde eu resido nasci em [nome da cidade], que é uma cidade de 30 mil habitantes, de MG. Aí, né? Família muito conservadora, todo o processo, meus pais, meu pai é cafeicultor, minha mãe é malharista e aí já vou emendar na minha formação. Saí de lá para fazer Arquitetura e Urbanismo na PUC de [nome da cidade] que é uma cidade também na divisa. Fiz Arquitetura lá por cinco anos, sai de lá e vim direto para [nome da cidade] tentar abrir um escritório de arquitetura com uma colega de escola né? Uma colega de curso, chegando lá fiz o Técnico de Design de Interiores, no SENAC, era a primeira turma que estava iniciando, fiz ele por 2 anos, que foi 2014 ou 2016, e, depois disso, né, dei algumas aulas como carta convite no SENAC e depois iniciei o Técnico em Produção de Moda, porque nesse meio tempo, né, aí entra as minhas qualificações que não são, não existem diploma que a gente,

enquanto pessoa Trans, adquire muito disso, né? Que as pessoas cis não olham muito para isso, mas, nisso eu já trabalhava com Design Gráfico, mesmo antes de começar a faculdade, por instinto, sempre busquei a parte de software, de programas, fiz um pouco de design. Na faculdade, explorei isso com a parte de comunicação visual que tem dentro da arquitetura e aí, por causa disso fui trabalhar numa empresa de moda, fui convidada para trabalhar numa empresa de moda e foi por isso que eu acabei entrando em produção de moda, né? Porque eu fiquei três anos nessa empresa, trabalhei com imagem de moda, cenário, desfiles e tudo mais. E foi exatamente aí, quando eu tava fazendo produção de moda que surgiu a vaga para Arquitetura que é onde eu dou aula hoje, estou alocada na área de Arquitetura e Design no SENAC, isso foi em 2018, no meio de 2018, e aí a partir dai eu tranquei a Produção de Moda porque eu passei, então hoje, né, eu estou alocada na área de Arquitetura e Design, mas eu permeio por várias áreas. Então, por causa da moda eu permeio a área da moda, a parte de criação de imagem e moda, não na parte de modelagem, também né, eu não permeio muito na parte de design, porque já tem os docentes e não é muito o nosso foco aqui, na nossa unidade, mas aí no meio de tudo isso também, dentro do meu processo de identificação também, experimentação né? Criei um personagem Drag, super experimentada e por isso eu comecei a buscar maquiagem artística, então, comecei a ensinar a parte de maquiagem artística e hoje também dou aula na parte de maquiagem cênica para o teatro, né. Eu falo que até aí paramos até aí , ultimamente estou indo para área de costura que foi uma coisa que eu descobri que sempre esteve em mim, porque minha mãe é malharista, mas né, mas dentro da formação tradicional, de [nome da cidade], quem trabalha só homem pode atuar na parte de malharia e na parte de tecelagem, você pode ser o tecelão, outras partes, só mulheres podem atuar.

E, hoje eu vejo que sempre foi algo que me identifiquei muito, sempre esteve permeado ai, e nunca pude, e hoje eu estou retomando isso, então, estou indo para área, que é uma área que eu, assim, abriu muitas portas para mim, que é a área da moda e hoje eu não falo que eu sou arquiteto, eu não falo que eu sou design, nada disso me contempla. Também como uma pessoa não binária, muito difícil você pegar pequenas coisas e contemplar elas, então, hoje eu me defino como uma pessoa, uma pessoa multiartista, né? Que dentro dessas especificidades, eu vejo muita transversalidade e eu coloco no meu fazer

profissional.

E ai você perguntou sobre religião, né? Atualmente eu não sigo nenhuma religião, nenhuma doutrina, é, mas tive uma criação e grande parte da minha vida dentro da igreja católica, que meus pais sempre foram. Meu pai é, não sei se hoje é, porque também eu não tenho muito contato com eles hoje, mas ele foi ministro da comunhão por muitas e muitas vezes, né? No sítio que eles moram tem uma igrejinha, é um sítio muito afastado da cidade, então sempre teve aquela questão de comunidade ali. Mas quando eu estava no processo da faculdade foi aonde eu já tava, aquilo já não me contemplava mais, aquelas doutrinas, dogmas, não me contemplavam mais e aí abri a cabeça, conheci muitas outras religiões, não tive oportunidade de conhecer muitas, de estar em muitos cultos, em muitos outros espaços, mas hoje não vejo para mim, um guia pra mim, eu falar tipo eu sigo tal doutrina, eu respeito todas e acho que todas tem muito a contribuir pra gente. Então, sou essa pessoa, não sei se as pessoas gostam de falar que é espiritualizada.

PESQUISADOR: Então você contou para mim um pouquinho que você se considera uma pessoa não-binária, qual que é a sua leitura dessa questão nãobinária para você e como que você acha que essa questão está posicionada no Brasil?

PROFESSORA BARBARA: Ô, para mim, e aí né, muito para mim, como ela surgiu? Ela surgiu dentro do SENAC, quando eu entrei no SENAC eu ainda me identificava enquanto menino gay. Mas dentro do SENAC, e também pelo próprio processo de Drag, de um monte de camadas ai que eu estava vivendo, eu vi que primeiro, a masculinidade, o masculino e o homem nunca fez parte da minha vida, porque, esses dias eu tava vendo, em todas as possibilidades da minha vida eu falhei enquanto homem, em todas as tentativas, seja sociais, familiares e todas. Então, e aí ne, eu já entendia isso, só que ao me aproximar do feminino e do mulher e tudo mais, eu me questionei muito, né? Porque assim será que eu sou uma mulher trans e tudo mais? Mas ai, foi esse processo que eu vi que esse binário também não fazia sentido para mim, o que a sociedade hoje entende enquanto mulher e os vários espectros de mulher que a gente tem hoje, não de feminilidade, não me contemplavam, realmente eu não me identifiva ali. E aí, você entra no limbo né? Até descobrir que você existe, que existem falas e identidades que falam, e aí, a não binariedade veio enquanto uma fala né? Tipo assim, é não binário que a gente, eu entendo que é um guarda chuva, que tem muitas outras, que engloba muitas outras identidades, mas assim, ele me

contempla, porque eu sou, eu me sinto essa pessoa de que né, aquela coisa, tem dias que você está performando certas identidades, tem dias que você tá pensando e atuando socialmente com uma outra identidade e aí então, até hoje, não me encaixa porque não faz mais parte até do meu pensar, até do meu pensar não faz mais parte do meu pensar as caixinhas e, principalmente, as caixinhas binárias, do que é um, do que é outro, então hoje eu sou essa pessoa né? Que flui, que está e não está, que permeia e aí é por isso que eu me identifico enquanto uma pessoa não binária, que eu falo que eu sou esse corpo estranho, sabe? Essa performance estranha na sociedade.

PESQUISADOR: Perfeito, e aí em relação a questão de ser não binário, como você enxerga a questão da nossa linguagem? Quando as pessoas vão se referir a você ou sobre você? Isso te incomoda? Como é essa questão com a linguagem?

PROFESSORA BARBARA: Olha, é confuso, porque se já é confuso quando se trata, quando você fala com uma pessoa trans, que se identifica dentro do binário, imagina quando não se identifica com o não binário? Eu, adotei para mim, a linguagem que eu prefiro que se refira a mim foi a linguagem feminina, então, os artigos, os pronomes femininos, tudo mais, porque o pronome masculino não fazia mais sentido, realmente, dentro de todo esse espectro, o masculino não faz, não me contempla em nada. E aí eu fui pro feminino porque, não sei, aí é aquela coisa não sei mensurar em palavras o como ele me deixa confortável, mas ele me deixa confortável, também fui buscar informações de linguagem mas fiquei com o pronome feminino, mas aí é onde, a partir disso, geram muitos bugs na cabeça na cabeça da pessoa, uma vez que a pessoa vai se referir a você, quando você fala que você é trans, ela já acha que você vai transicionar para o binário oposto, então, ainda mais quando eu peço que me chamem no feminino, chamem, da, a professora, me entendem como mulher trans né? E aí me colocam no dia da mulher, me colocam, querem falar sobre dia das mães comigo e aí, para mim, não faz muito sentido e aí você tem que tentar maneiras de não ser indelicada para que a pessoa, para trazer um pouco de informação sobre, de falar para ela “ô não é exatamente ai, vamos tentar ver algo maior”. E aí vou ser bem sincera com você, não me incomoda até um certo ponto que a pessoa não fique me colocando em locais constrangedores. Igual teve, até dentro do SENAC, no ultimo dia da mulher me chamaram para fazer um vídeo para estar no meio das mulheres, sabe, no meio que elas iam ser homenageadas e aí, hoje já to nessa posição, eu entendo

que realmente não vai fazer sentido para elas, então, ao invés de eu me sentir desconfortável eu tento aproximação, sabe, tento falar assim, minimamente. Muitas vezes, não é entendido mas eu tenho percebido assim que passa, o que me incomoda é quando começam a, isso começa a repetir, e, principalmente que é o oposto, porque enquanto figura externalizada, eu sou lida como masculino né? Porque eu tenho barba, porque tenho voz grossa, então a sociedade me lê enquanto masculina, isso me incomoda, mas eu sei que faz parte de sobreviver na sociedade.

Agora dentro do trabalho isso já está mais conscientizado, tanto quanto o corpo docente, o corpo funcionário, principalmente, os alunos sabe. Os alunos é o que tem sido bem mais tranquilo de lidar, que são as turmas novas. Sempre quando eu entreo né? Eu sempre faço questão de colocar minha identidade, me colocar no feminino para que eles vejam isso, vira e mexe, no começo, volta, me chamam no masculino, mas aos poucos vai indo, e aí é aquela coisa que eu entendo que eu levo para mim de que leva um tempo para a pessoa se acostumar, e aí o que começa a me incomodar é quando eu vejo que a intenção é realmente me tratar no masculino e ai sim o bicho pega, vamos se dizer assim, mas eu sei que é um processo que é difícil das pessoas entenderem, até para mim as vezes é difícil entender, então, mas tem respeitado, sabe.

PESQUISADOR: Então, você falou um pouquinho dos alunos e das alunas, um pouquinho da trajetória, então você começou no SENAC em 2018, foi isso?

PROFESSORA BARBARA: Isso, em junho de 2018.

PESQUISADOR: Falou um pouquinho das relações, então, pensando no SENAC enquanto é estruturado para formação continuada, quais considerações que você faria sobre o PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional?

PROFESSORA BARBARA: Olha, é um programa interessante mas igual, para mim, para mim é um programa que eu não consigo participar, eu não consigo dar continuidade muito das coisas que eu gostaria, eu vejo isso para mim e para muitas outras pessoas, principalmente, e aí é aquela coisa, de um lado você pensa uma coisa, se pensa numa formação continuada e tudo mais, mas ai do outro lado, que é o lado administrativo, se pensa em tempo em sala de aula, em muitas outras coisas que, igual, o meu caso, eu sou uma docente 24 horas, e aí quando se coloca o tempo em sala de aula, eu posso estar 4 horas, eu não consigo estar 2 horas no PDE, sabe. E aí, 7 horas é meu horário de planejamento de aula e ai do resto eu preciso estar em

sala, em aula, como se assim faz sentido minha atuação lá dentro, então, sempre foi muito fragmentado. No começo eu consegui participar de muitos, principalmente quando não tinha essa administração muito intensiva. No começo mesmo, até porque eu nunca estive na posição de docente, de você estar ali, mas sempre quis ter essa conexão com o outro, de troca, de conhecimento, de pessoas, só que ai eu falei, eu preciso aprender, então participei de muitos, aí, principalmente, né? Até os meus 20, 23 anos, eu nunca me entendi como esse corpo político que é falar todo, que é trazer a minha vivência e ir discutir isso sobre, eu sempre permeei, eu sempre sobrevive, acho que a palavra que tenho hoje, só que aí eu comecei a ver que eu precisava disso. Quando entrei no SENAC e eu vi sobre isso, eu vi que tinha, então, sempre fui a pessoa que tava em todos os PDEs, tanto o Diálogo de Diversidade quanto o Workshop, participei de todos os que teve e os que eu pude participar aqui. Mas ai olhando hoje, enquanto uma pessoa não binária, o que eu vejo disso de continuidade para mim e para os outros docentes. Para mim, ela continuou, como faz parte da minha vida, eu fui buscar conteúdos paralelos sobre, além do mais, depois de tudo isso, eu sempre sou chamada para falar sobre, uma roda de conversa, né? Sempre os problemas de sala de aula e dos alunos, sempre acontece comigo. Então, sempre discussões sobre diversidade, sobre identidade de gênero sempre acontecem comigo e eu sempre sou essa pessoa que vai ali mediar a situação, mas eu vejo que meus outros colegas não, sabe. Então todos, não posso falar todos, sabe, não existe, não continuou, até os mais simpatizantes sabe da pegada, o S lá bem antigo [se referindo ao termo GLS] até esses mais aliados da causa, simplesmente participam e tal, sabe, e aí depois, quando tem de novo, precisa ter aquela coisa, ô vamo e tal, não tem aquele, aquele instinto, mais um PDE para gente continuar a falar sobre diversidade, pra gente falar sobre a comunidade LGBT, vou me inscrever porque vai ter coisa nova ou vai ter gente nova, ou vou ver uma vivência nova. Sempre pensam, ah mais eu vou ver de novo aquilo, é o mesmo tema, é o mesmo papo e aí sempre dão um jeito, e aí, isso os mais aliados, os que não estão aliados a causa é aquela coisa né, só vão quando são obrigados pela coordenação pedagógica e aí já teve, e em um dos diálogos já teve um embate imenso com a palestrante, que foi assim épico, porque a pessoa não deixou a palestrante falar e ficou o resto do diálogo só confrontando ela, sabe.

PESQUISADOR: Então, é, pensando assim você contou que tem algumas linhas com algumas ações esporádicas, dentro das questões de gênero e sexualidade, e dentro do SENAC como você enxerga o Programa de Inclusão e Diversidade? Qual sua visão do seu local de trabalho? O que você conhece dessa pasta?

PROFESSORA BARBARA: Olha, falar para você que eu não conheço o Programa, enquanto o Programa enquanto totalidade, sabe. Uma vez quando eu entrei, eu sabia que existia, mas assim eu não sabia, sabe, nunca li o Programa, nunca consegui chegar até ele sabe, nunca teve isso, sabe. Igual aqui, tem o grupo de diversidade e até quando foram escolher a representante não se cogitaram em mim, depois que vieram falar “ah você não quer ser a coordenadora?”, e aí, é esse processo sabe, mas eu vejo que é aquela coisa, para mim, aí de novo, para mim ele faz muito sentido, porque é só através dele, sabendo que tem na empresa e que, né, se ninguém seguir está indo contra uma normativa da empresa, um projeto institucional, para mim foi o pilar, não só para me entender, né, porque eu me entender enquanto pessoa trans foi alheio a instituição, mas depois que você se entende, teve o processo de eu transicionar, né, e assumir isso esteticamente e fisicamente dentro de sala. E aí eu só consegui fazer isso porque eu sabia que existia, né? E aí é aquela coisa ali, eu sei que ele é um salvaguarda pra pessoas LGBTS, o que seja, sejam docentes, sejam alunos, sejam funcionários, mas a gente não vê ele, a gente não vê ele materializado, a gente não vê ele acontecendo, a gente só sabe dele na teoria, sabe, essa teoria que acontece, mas a gente não vê ações. Igual, precisa de pessoas, como eu, igual na minha unidade eu sou a única que pega e fala, igual, no mês passado que teve O dia internacional da criminalização da LGBTfobia, teve eu que falar “vamos fazer um vídeo sobre”, tipo, semana do dia 28, é o dia do orgulho, eu que vou ter que chegar e falar assim, “vamos falar algo sobre?”, temos muitos LGBTs, mas ninguém faz isso. Então, tem que ter uma pessoa como eu que sou aquela pessoa que é tida como a mimizenta, a que vai lá tocar na ferida, mas que precisa tá ali fazendo isso pra falar, ó é o Programa de Diversidade, ó a Instituição prega diversidade, é isso, porque se não ele se esvai, e aí a gente só se fala dele quando tem a “Semana da Diversidade”, quando tem o dia do Orgulho, quando tem um problema pra resolver, do tipo assim, ah os alunos da minha sala tão falando merda, vem aqui conversar comigo, sabe.

PESQUISADOR: Então, enquanto pensamos em proteção de funcionários que são LGBT você acredita que o Programa é importante para isso assim? Para parara uma violência maior?

PROFESSORA BARBARA: É importante, sim, só que daí de novo assim, de todos os funcionários que a gente tem LGBT, eu sou a única pessoa super transparente, sabe, que em uma situação, em qualquer tipo de ato a favor da comunidade LGBT, vai tá lá colocando a cara, vai tá lá falando, vai tá afirmando sua identidade perante o aluno, perante quaisquer outras pessoas, porque os outros ainda estão naquele vai, não vai, sabe. Porque muitas das vezes, é aquela coisa, eu acredito que tem muito mais LGBT que eu não conheço, que não se afirma enquanto LGBT, sabe, que aí eu não sei o quanto o Programa faz sentido para elas, sabe, o quanto o Programa tá claro de mostrar pra ela que aqui você pode, você tem o que falar. Eu até falo específico dele, foi , mesmo não conhecendo ele ao fundo, eu sei que é porque ele existe, de que igual eu sou, teve um, a única ação mais violenta que eu sofri, enquanto pessoa LGBT dentro da sala de aula, foi uma vez que eu comecei um curso livre, o aluno ficou 10 minutos na minha sala e foi embora. E aí nisso ele não olhava para mim, ele não olhava no meu olho, sabe, ele não olhava para mim, ele ficava olhando para o chão e era aquele tipo, estereotipo de aluno machista, sabe, era um curso de desenho técnico e ele queria desenho mecânico, tinha no curso, e antes de começar a falar sobre o curso, foi 10 minutos, ele pegou e falou assim “ah não, isso aqui não serve para mim”, e foi embora. E aí, foi só porque o programa existe, né, porque eu preciso chamar a técnica [coordenadora], que a técnica vai envolver outras pessoas e aí é aquela coisa né? Para empresa, é um número menor, é uma rentabilidade que não está entrando, o aluno não pagando, só que para a empresa estava Ok, porque o que importa sou eu, o que importa é o pilar da instituição, se o aluno não está confortável com isso, o problema não é da instituição, o problema é do aluno, e aí, naquele momento, não é o local pra ele.

Então, eu sei que é por isso que para mim, faz sentido, pra mim é necessário. Agora pros outros, eu não sei, sabe, o quanto eles visualizam isso, mas para mim, eu sei disso por isso, porque de novo né? Você sabe, um corpo trans é aquele corpo que vai sofrer a violência, que vai ser o primeiro a se colocar, a estar ali, e as pessoas vão identificar e vão apontar né? Agora uma pessoa cis, seja ela, a orientação sexual que ela for, não tem esse embate né? Não tem esse confronto. Igual o aluno teve, esse

aluno teve comigo. Então, não sei te dizer, uma resposta pelos outros, mas para mim, sim, para mim, é importante que ele exista.

PESQUISADOR: Você contou pra gente uma situação constrangedora, de violência com um aluno, enquanto você professora, docente, e você acredita que hoje ainda, tanto nesse movimento duplo, enquanto professora e enquanto aluno, exista as escolas em geral são ambientes perigosos para pessoas LGBTS?

PROFESSORA BARBARA: Sim, porque aí entram outros critérios, entre docentes, funcionários versus alunos, porque aí também é outra coisa né? Tipo eu sempre estive dentro do design e da moda, e aí, principalmente a moda, a moda é muito mais aberta enquanto a isso, e a gente recebe muito mais gente LGBT na moda. No design a gente recebe também, mas geralmente, o público do design é muito mais feminino do que masculino. Já na moda, não. A moda é muito mais aberta, e aí, a gente já recebe esse público, e aí né, pra mim, eu nunca visualize esse perigo, sabe, porque, depois, principalmente, quando eu vim enquanto aluna, eu, de novo, eu performava uma masculinidade muito velada, sabe, porque de muitos traumas construídos pela minha família, né, e aí quando eu tava me desconstruindo pra me identificar enquanto pessoa trans foi no momento em que eu já sai de sala de aula, já não estava enquanto aluna e foi, e já tava indo pro processo de docência, né, e aí de novo, entrei pela moda, da moda fui pra docência. Então, eu fui para um espaço seguro né e aí, de novo, quando eu comecei a fazer moda eu tinha 27, 26, 27 anos, eu tava mais velha, já sabia lidar mais com casos, com essas situações, mas aí vários alunos da moda vieram para mim e falaram, tipo assim, “ah a gente...”, tinha várias alunos afeminados, “ah a gente vai no banheiro, mexe com a gente, vai não sei o que, mexe com a gente”, e aí eu entrei em choque né, porque eu tava, quando você entra enquanto docente o crachá, te dá uma proteção, porque ai o aluno sabe que ele não pode mexer com você, né? O aluno LGBTfóbico, poucos mexem, e aí eu tive só um momento de um, de uma palestra que a gente foi, uma roda de diálogo sobre diversidade e aí teve um aluno, que eram um daqueles alunos mandão, sabe, que ele era da logística, o típico cara que vai sentar e confrontar e ele veio e confrontou. Mas aí, assim, foi um. E aquele que, assim, tá no ápice do seu orgulho ali, sabe, machista. Mas os outros não, já vem em você ali, você vê o olhar, você vê a forma que isso ocorre, mas eles não veem, porque o crachá tá aqui e o crachá é essa redoma de vidro, que te protege.

Agora os alunos, não, com os alunos isso não acontece, pros alunos é, enquanto eu estou lá, aí de novo, parece que, de novo, parece que essa proteção vai até eles, eles sabem que eles estão protegidos comigo e eu vou proteger eles, mas quando não estou , essas violências continuam acontecendo né, e aí até esses tempos eu tava vendo sobre isso, conversando sobre isso, que é por causa disso né? Que eu nunca tive aluna trans, né? Seja ela qual for, eu nunca tive essa aluna porque ela não chega e se ela chega, às vezes, ela chega e tipo não dá tempo nem de eu conhecer ela, e ela é excluída socialmente ne, por, e aí né, essa exclusão socialmente não é só pelos alunos, mas pelos docentes também. É porque a gente tem muita gente minimamente preparada e não quer estar preparada pra fazer o mínimo.

PESQUISADOR: Então, a gente ainda enfrenta essas questões né?

PROFESSORA BARBARA: Sim...

PESQUISADOR: Então, você narrou alguns casos e quando a gente pensa nos termos gênero, sexualidade e família, o que que vem na tua cabeça? O que você estabelece de relação ou não relação entre essas palavras?

PROFESSORA BARARA: Ô tem muita relação e exatamente na minha vivência, ela é muito conflituosa, né, porque foi, na minha vivência foi exatamente que a relação entre essas três, pode, e aí né, aquela coisa, eu precisei “escolher”, não é aquela escolha de várias, é a única escolha possível, foi a escolha que eu precisei largar tudo a família, né, tipo assim, me distanciar deles para que eu pudesse externalizar e ser realmente quem eu sempre fui, né, porque dentro de todo o meu processo de infância, adolescência e até hoje, até os meus 25, 27 anos, sempre fui aquela pessoa obrigada a performatizar a masculinidade, né, porque eu tenho uma irmã, mais velha, de 2 anos, mas ai, naquela coisa, e era muito característico do tipo, eu precisava seguir os passos do meu pai, então eu precisava ir pra roça, eu precisava tal coisa, mas eu nunca queria, eu sempre estava atrás da minha mãe. E a minha irmã precisava fazer as coisas com a minha mãe e tudo mais, e aí de novo, a minha irmã se interessa pelas coisas do meu pai, sabe, e aí gera aquele conflito, principalmente em mim né? Que desde criança sempre buscou aquilo que é feminino, performar essa feminilidade e não podia e aí entra os ataques, os ataques da família do tipo, “sente como homem”, “fale como homem”, “isso você não pode fazer”, “você não pode brincar com essa boneca”. E aí nunca tinha o porque, simplesmente você não faz. Então sempre foi esse conflito, esse conflito que te molda, que te faz resistir por um tempo e aí foi que

para mim foi o estopim. Chegou um momento que, e esse momento né pegado de muito terapia, foi aonde esse momento que eu falei “eu não sou essa pessoa”, eu fui moldada a essa pessoa, mas a verdade é que essa pessoa não sou eu. E aí, uma vez que a família não está afim de respeitar minimamente, só tá afim de atacar, eu “escolhi” e vamos colocar aqui entre aspas, a deixa-la e seguir a minha sexualidade, a minha identidade, porque isso faz parte de quem eu sou e faz parte né, e se eu não busco isso, não vai ser através deles que eu vou ter isso, então, existe essa conexão mas é uma conexão conflituosa.

PESQUISADOR: E se a gente fosse pensar nos dois termos, gênero e sexualidade, envolvesse aí uma intersecção com religião, quais considerações que você faria?

PROFESSORA BARBARA: Mesma coisa, conflito né? Eu não vejo,

independente de qual que seja, independente de qual segmento religioso seja, não vejo união, não vejo respeito, não vejo essa Interseccionalidade, né? Que muitas pessoas falam que tal frente acaba criando essa Interseccionalidade para eles terem união, mas eu, eu não vejo, sabe, realmente eu não vejo, e aí, né, por ser, eu me identifiquei enquanto menino gay aos 11 anos de idade, por isso eu, mesmo nisso, eu ainda continuei dentro da igreja, né, que eu ainda fazia parte dos meus pais, na igreja católica. E sempre foi muito claro para mim isso de que eles, né, não me queriam ali, eles não me queriam que eu estivesse ali e mesmo que, aquela coisa, em determinado eles dariam um jeito de você não ser aquela pessoa. Eu também já namorei com meninos que, especialmente, são da religião evangélica e tinha, eu consegui presenciar umas coisas muito mais tensas, enquanto essa situação, tipo assim, não, vem aqui e a gente te acolhe e na hora que você vai ver, essa acolhida é uma acolhida da conversão, uma acolhida para cisão, sabe. E aí mesmo em outras religiões, tanto religiões de matrizes africanas, religião de matriz oriental, não consigo ver, sabe, porque a base delas é escrita e caracterizada por um sistema, um sistema cis né, e aí, como que esse sistema cis tá lá falando que é amor para todo mundo, olha para um corpo estranho? Olha para um corpo que não faz parte daquele sistema, que não vai gerar, um fruto daquele sistema, e aí, né, para mim, não faz sentido. Você falar, elas estão conectadas se elas estão olhando para uma outra coisa que não é você, elas tão olhando para um produto que é gerado, um produto que você vai gerar pra sociedade, seja qual ela for. Tem umas, ai vejo que algumas são mais “Family friendly”

vamos dizer assim pra gente, que é nos recebem mais, mas olhando mais a fundo eu vejo que não existe essa conexão, sabe.

PESQUISADOR: Você comentou de uma edição do “Diálogo: gênero e sexualidade” que você participou que gerou um conflito, falando um pouquinho sobre a ação de “Diálogo: gênero e sexualidade”, quais outros apontamentos você faria? Nessa ação em específico?

PROFESSORA BARBARA: Olha, de novo, ele enquanto ação, ele é muito necessário, porque ele é aquele momento que pára tudo e vamos falar sobre. Que não se tem no dia a dia. E até aquele momento onde a coordenadora pedagógica meio que obriga algumas pessoas a ir, sabe, então é aquele momento realmente de se colocar numa situação estranha para muitos dos outros. Pra gente que é LGBT, parece que é assim, é a hora de vamo falar da gente, sabe. E a gente vai com muita sede de ser acolhido e, principalmente, quando a gente sabe, tá meio alheio ao mundo. Pra outros, é esse confronto, muitos vão querer realmente conhecer, principalmente aqueles que estão mais abertos e aliados a causa, querem, aí vão com uma sede muito grande de conhecer termos, conhecer palavras que são importantes, mas eles se fecham para entender que tipo é sobre vidas, é sobre pessoas, é sobre corpos, e não sobre termos, sabe. Mas eu acho fundamental, né? E aí, o que acontece é nem sempre as pessoas que precisam estar ali estão, sabe. Esse que teve específico foi com a [nome da multiplicadora], e para mim, foi incrível, sabe. E aí eu sou a única pessoa que achou ele incrível, porque para mim ela precisava estar ali, por mais que foi super desconfortável para ela, e foi muito difícil e triste ver ela na situação, mas que ela, como uma pessoa também muito estigmatizada por isso, já tava preparada para aquilo e soube lidar muito bem, só que, aí voltando, foi muito importante ela estar ali porque ali você deu nome aos bois, sabe, ali você sabe quem realmente finge, quem não aceita, quem, principalmente, muitos saíra de lá e falaram “nossa!”, porque depois, a gente teve outra [outra edição da ação “Diálogo: gênero e sexualidade”] com a [nome de outra multiplicadora], e a [nome da multiplicadora] tem uma fala muito mais acolhedora do que a [nome da primeira multiplicadora mencionada], ela tem uma fala muito mais impositiva, muito mais militante mesmo, sabe e agressiva e que para mim as duas foram extremamente incríveis. Só que aqueles aliados a causa que pega e fala assim,

“ah a fulana tinha uma voz muito agressiva, achei ela, ela falou umas coisas, uns palavrões, que nossa a outra, é um amor, porque ela fala ....”, porque ai você tem vontade de chacoalhar a pessoa, tipo mano, que cê tá fazendo?, sabe? Que que você tá falando? As duas são importantes e olha sua resposta sobre isso, então, assim, teve as duas, só que né, e não conheço muito os multiplicadores da GEP [Gerência responsável pelas edições dos PDEs – Programas de Desenvolvimento Educacional], mas igual, pra um, até um exemplo que eu tive aqui, tinha eu e um outro docente, que hoje ele não tá mais aqui, ele passou por um outro processo, e aí, esse docente, ele era muito complicado porque ele era LGBT, ele já tinha um problema pessoal comigo, que é um negócio dele e aí, em determinado momento, principalmente quando eu me identifiquei enquanto trans, ele nunca veio, ele sempre foi a pessoa que sempre juntava as rodas de diálogo sobre, sabe, principalmente em Casa Aberta [evento do SENAC que ocorre em todas as unidades e recebe a comunidade escolar] e tudo mais, mas quando eu me identifiquei enquanto trans, ele nunca veio conversar comigo. Um belo dia que a gente conversa num final de um PCTD [horário destinado ao planejamento coletivo dos docentes] da área e aí ele vem validar a minha identidade, sabe, perguntar de tipo assim, mas ser não binário não é ser trans. E aí ele joga isso para mim, sabe, porque nos estudos dele, nos Workshops e daí depois eu fui saber, ele tava fazendo o processo para virar multiplicador da diversidade da GEP e isso não tava lá, então assim, se não tava lá, isso não pode ser, sabe. E aí assim, depois que eu fui saber que ele fez o processo para ser multiplicador, eu também já pedi e nunca fui aceita, não sei aonde parou isso, não sei nem se chegou até a GEP, mas aí existe esse apagamento, sabe. Uma pessoa, ele era um homem cis gay, muito masculinizado, foi, agora eu, esse corpo diferente, que provoca, assim como da [nome de uma das multiplicadoras do Diálogo Gênero e Sexualidade], assim como da [nome de outra multiplicadora do Diálogo], tá ali para estimular essa reflexão, não vai sabe? Então essas são as minhas experiências pelo “Diálogo: gênero e sexualidade”. Né? De novo, ele é importante, sim, mas ele precisa de uma direção melhor, sabe, e, principalmente, ser continuado que não é o que acontece.

PESQUISADOR: A gente falou de alguns embates em relação ao movimento e sigla, né? Hoje, como você entende que deveria sair nos papéis a sigla LGBT?

PROFESSORA BARBARA: É uma boa pergunta, viu, porque, eu vejo que assim, se a gente pegar, tipo assim, vou pegar o mundo ideal, o mundo ideal seria não ter. O

mundo ideal seria a gente não precisar falar sobre isso, tá mas esse mundo ideal não existe. Se a gente for tentar um mundo mais próximo da realidade, seria aquela, tentar fazer uma sigla mais abrangente né? O LGBTQIA+, o LGBT, né, para que, né, é uma sigla grande, mas que as pessoas entendam que a gente não é minoria, que a gente é minorizado, né. E que ela é grande mesmo e ela vai ser cada vez mais grande, só que não dá pra gente parar para falar todas elas, mas também é idealizado porque quando a gente vai no dia a dia, se isso aparece, a pessoa ignora, sabe, se vem de uma forma mais correta, as pessoas que precisam dessa informação, que precisam ser atingidas por essa informação, não é de quem vai buscar, mas de quem precisa ser atingida por essa informação para formar ela, simplesmente ignora e aí vai, ela olha aquilo e fala assim "aí é grande, aí é muito difícil de falar", e aí dá
um monte daqueles exemplos de que ela ta sendo super lgbtfobica, simplesmente por não querer falar da sigla e que é tão simples, e assim como andar é um processo aos poucos, falar a sigla também é. E aí ela ataca e não fala. Então, hoje né, é aquela coisa, o possível é falar LGBT+, sabe, porque é poucas letras, só o que eu faço sempre enfatizo o "mais", sabe, e aí quando alguém não fala, eu volto lá e falo "você tem que por o +", "ah mais não faz sentido, é só ´maizinho´", é o importante se você não coloca ele, você está errado, você tá contra tudo que a gente tá pregando sabe, você não entendeu nada do que eu estou falando. Então, para ficar viabilizamente possível, é colocar LGBT+ com ênfase no porque do "+", sabe.

PESQUISADOR: Pensando um pouquinho em relação a abrangência do SENAC, onde vários cursos que você já lecionou, ou ora fez, a gente vai ficar considerando que o SENAC é uma escola voltada para o mundo do trabalho. Se a gente sair dessa afirmação, como que você vislumbra, é, os temas gênero, sexualidade. Você acha que eles devem fomentados para docentes, só para docentes? Para alunos? Então quando a intersecção é mundo do trabalho e questões de gênero e sexualidade, quais considerações que você tem?

PROFESSORA BARBARA: Ô, é aquela coisa, é bem isso, a gente forma pessoal pro ambiente de trabalho, mas essa pessoa que a gente tá formando são pessoas para o mercado cisgênero, sabe, para o cis-hetero-normativo, não se forma para o mercado de trabalho diverso, né? Eu seria muito hipócrita se eu tivesse falando que não, que todas os programas faz isso, não, porque, aí né, a gente não tem o básico, o básico é: os docentes não tem e não querem falar sobre isso, então, eles não formam essas

pessoas. E aí, esses tempos eu tenho refletido muito isso porque me chamar, um belo dia me chamaram para sobre a comunidade LGBT no mercado de trabalho pro pessoal de Saúde e Segurança do Trabalho, porque eles tem um tema para falar sobre isso. E aí me chamou, e aí foi onde eu coloquei eles em xeque, do tipo vocês vem pessoas trans no trabalho de vocês? Vocês veem pessoas afeminadas? Vocês tem ideia de quantas pessoas LGBT existem? Vocês sabem porque elas não falam? Você já parou para pensar nisso? E aí trouxe várias coisas sobre isso né? Porque essas pessoas que estão ali, se não é a docente que, depois ela veio falar pro final, “eu sempre tento falar com eles sobre isso, que é uma área super machista”, geralmente é regada de público masculino, são poucas as mulheres que tão lá, no TST [Técnico em Segurança do Trabalho], e aí ela traz pequenas situações de chegar a refletir, do tipo, ah que né, ela tava falando que, recentemente, ela tava falando sobre banheiro que, né, é uma coisa que eles tem que falar sobre, falar sobre norma, as NR´s [Normas Regulamentadoras] da vida e tem, entra, sempre a parte de banheiro. Ela levou a questionar sobre isso, só que aí, né, é uma, uma pessoa que não é LGBT que tá mais aliada a causa que leva a fazer isso. Agora pergunta-se, e aí né, de todos os lugares, se pergunta se a parte de Massoterapia leva essa informação, de lidar com um corpo que na hora de fazer massagem, pode ser um corpo que tem um seio, um corpo que tenha um órgão sexual que você não imagina, que você não espera, vai ter um formato de rosto diferente, quando a gente fala da beleza, a gente não tem esses docentes formando isso, a gente tem docente formando o homem e docente formando a mulher pro mercado de trabalho. E aí, no mínimo, no mínimo, sobre alguma Interseccionalidade, mas eu não vejo isso. Até recentemente eu tava conversando isso a GD [gerência] de Moda tá fazendo uma, tá tentando criar um método para criar, tá tentando, não criar um método, ela tá fazendo diálogo sobre moda e beleza para tentar criar essa abertura da cabeça do pessoal de moda e beleza que se espera que seja o mais aberto para falar sobre. Né?

Então eles tão perguntando, o que que você faz em sala? Tão trazendo gente para falar sobre, aí esses tempos, agora, eles tão falando sobre o gênero, sexualidade e, principalmente corpos fluídos e estranhos e aí foi aonde eu parei para pensar isso, sabe, porque igual antes de eu me identificar enquanto uma pessoa trans, já teve momento, de tipo assim, veio uma aluna da maquiagem, vê se entre os docentes alguém poderia ser a modelo dela, porque ela tava sem modelo e ela precisava de

alguma modelo. Aí eu virei assim, porque não eu? E aí ela só olhou para mim assim e seguiu a vida dela, porque uma pessoa com barba, não pode, porque ela não aprende a lidar com rosto com barba e esse rosto com barba para ela, é um homem, né? E ela não aprende nem a esconder a barba se ela precisar, tipo, ah tira a barba, então, a gente não tem o básico, porque o docente não vai falar isso e aí se a gente não tem o básico que é o docente falando disso, trazendo imagem, na construção da imagem, na hora de falar, tipo o RH, o RH não se fala sobre isso, sobre a inserção de Nome social na ficha. E até sobre a questão da necessidade de ter um campo lá falando sobre

Sexo, você tem que identificar o seu Sexo, e que sempre vai ter Masculino e Feminino, né? Eu não faço parte, eu não posso participar das dinâmicas de RH, porque não tem o meu campo ali, então, eu não posso, então, é o básico do básico, sabe, de, e aí nisso, tem os docentes, mas aí quando vai ver o docente aplica aquilo que está nos PCS [Planos de Cursos], nos POS [Planos de Oferta] e nos POS não se fala disso, nos POS não tem, na hora que você vai falar da beleza, você vai falar de um rosto, tem características, não rosto masculino e rosto feminino, quando você vai falar sobre processo seletivo, na hora de criar a ficha, você vai falar para todos, e não só para Masculino e para o Feminino, pro homem, pra mulher, ou para quem for. Então, existem essas camadas, então é difícil eu falar que eu vou esperar do aluno se realmente ele não vai ser formado para esse mercado de trabalho, a gente forma ele para o mercado de trabalho cis-hetero-normativo, né?

Que é igual, eu tento fazer um pouco a mais, mas eu sempre tô sozinha, eu nunca só a única docente do curso, né? E sempre tem que ter

Interseccionalidade de pessoas, e aí é um processo que você vai aos poucos, sabe, você tenta fazer o que você pode, mas que não é completo.

PESQUISADOR: Maravilha, então, dentro do que a gente conversou hoje, você acha que a gente não explorou devidamente algum tema ou alguma

consideração que você teria?

PROFESSORA BARBARA: Olha, eu acho que não. Acho que foram todos os temas né? Igual acho que o último tema que eu tava pensando exatamente sobre isso, sobre o mercado de trabalho, sabe... Que quando eu entrei no SENAC, eu não tinha essa reflexão, eu só seguia a linha, né, eu só seguia a maré. Uma vez quando me entendi enquanto pessoa trans não binária e aí tudo isso né, muda sua vivência e ai essa

vivência começa a não estar mais ali, né, porque enquanto antes, tinha minha caixinha né? Eu tinha lá Sexo Masculino, tinha meu nome, eu podia colocar meu nome, agora quando não tem, quando você vai preencher uma Ficha, quando você vai falar sobre Banheiro, de novo, Banheiro, você não se vê ali, e ali é onde você grita. Não, eu preciso me ver, eu preciso estar aqui, eu preciso poder acessar ali e quando você vai ver, você descobre as camadas, né? E aí que é o que eu vejo, hoje na instituição, tem-se o plano, tem-se o projeto, tem-se as ações, mas é sempre voltada pra uma parcela muito pequena, sabe, e ainda muito tradicionalista, sabe, e aí né, igual, recentemente eu tô participando da reformulação do Técnico de Design de Interiores e aí é onde você vê, sabe, o lugar onde cria-se os planos pra gente fazer é muito fechado ainda, sabe, você precisa tá lá pra falar assim “tá, a gente vai falar isso, mas isso não é dessa forma”, porque eu não sou contemplada aqui, igual nesses diálogos da moda, quando me chamaram para falar ne? Eu joguei muitas questões para eles, igual essa questão da maquiagem, eu falei assim “ a gente ainda tá criando PCS [planos de curso] para maquiagem feminina e maquiagem masculina, corte masculino, corte feminino. A gente tá criando corte pra gênero, a gente não ta fazendo corte para pessoa, a gente não tá fazendo belezas para pessoas. E como que seu docente, é, de novo, se no Plano não tá lá, porque né, é pelo plano que obriga, porque se você não coloca mesmo, jamais um docente que não tá nem aí para isso vai estimular.

Então, se o plano não obriga, se falar, ou se o plano não está aberto a toda a existência que não é, vou colocar a palavra velha, padrão, não tem como a gente falar das outras camadas, que é os docentes, que uma vez que vem isso lá de cima, e aí de novo né, a gente tem a GEP [gerência de pessoas] criando esse processo, né, essa movimentação, por causa da política de diversidade da empresa, mas dai você vai ver no Plano, que é o continuado, não tem isso para mim seguir. E aí, não faz sentido, porque não converge.

Aí beleza, vamos imaginar que foi para o plano, vai para o plano, se não tem essa formação com o docente, pra ele ignorar isso, é dois segundos, sabe, porque eu tenho docentes que atuam juntos comigo dentro da moda que ignoram isso, fazem de conta que não existe, sabe, na hora de colocar imagem de referência, na hora de falar de modelagem vai falar do binário, vai falar do heteronormativo. Então, são essas camadas que precisam acontecer, sabe, são camadas que precisam vir de imposição,

porque, o que eu vejo hoje, se esperar de uma reflexão, é aquela reflexão pontual, que está todo mundo naquele momento, do “Diálogo” [gênero e sexualidade], do “Workshop” [inclusão de pessoa com deficiência], do que seja, tá todo mundo falando “viva o LGBT”, e aí, na hora do dia a dia em sala de aula, principalmente, na hora do confronto, do conflito, é apagado, sabe. E ai, o pior de tudo, é que, até você que aí é a última coisa, disso que eu lembrei, eles apagam as pessoas, né? Porque igual, para mim, quando eu me identifiquei enquanto trans foi um processo muito particular meu, de me distanciar das pessoas, porque eu estava me identificando e eu estava vivendo um mundo muito hostil para aquilo que eu estava me colocando, só que eles também estavam me apagando e me distanciando, porque eles não queriam, né?

Eu não tive assim, de 80 pessoas, tipo, vou pegar 05% veio perguntar para mim o que que tava acontecendo, que era essa palavra que eu achei, “que que tá acontecendo?”, não veio perguntar, não veio falar sobre e os outros? Os outros estavam convivendo comigo no dia a dia, eles simplesmente não falavam comigo, eles simplesmente iam me apagando, sabe. E aí, aquela coisa, quando você está ali e você continua e você resiste, você é resiliente, você vira a figura chata, mimizenta, a figura, “ah não vamos ouvir e tal”, e agora isso tá vindo de um outro processo, agora eu tô buscando esse espaço, e aí eu estou realmente estando lá, sabe. De pegar e falar assim, na hora de falar disso eu vou estar ali falando sobre, na reunião eu vou estar falando sobre, em tal lugar eu vou estar falando sobre, na medida do possível, que né? Mas no momento eu vou estar falando sobre, seja o que for que você quiser falar mas até isso e agora tá nessa coisa de eles me verem, mas ainda não vem falar comigo, porque de novo, eles não querem aprender ou não querem nem saber o mínimo, de falar comigo, de sabe, de nada, eles simplesmente querem seguir a vida deles, então é mais fácil você ignorar, você não fazer parte, que agora a gente tá na Pandemia, né? Então, a gente não vivi todo dia no mesmo espaço social, é mais fácil fazer o apagamento.

Eu não sei se isso acontece com outras pessoas, mas foi a última coisa que eu vi acontecendo comigo e que eu tomei ciência, sabe.

PESQUISADOR: Isso que você trouxe é importante porque se a gente pensa fora SENAC, mas tem a ver com o SENAC porque as pessoas vão chegar até a gente e agora a gente também tem o Ensino Médio. A BNCC tirou, se você buscar pelo termo gênero na base, só vai aparecer gênero textual, né? Não aparece nada fomentando essas questões que você colocou, do currículo interno da empresa, é um campo bem

delicado para gente, porque é um passo, dos poucos que apareceram, ser retirado. Isso é uma forma de violência mesmo, também. Eu já lembrei na hora, porque agora a gente também tem ensino médio. E mesmo que não tivesse, a gente já recebe quem vai fazer esse novo ensino médio também.

PROFESSORA BARBARA: Sim, aí é isso né, tipo, se não tem ali, o docente não vai falar sobre, ele vai fazer questão de não falar sobre, porque né, não é o problema dele, é um problema nosso, porque não é um problema é a nossa vida, nossa vivência e a gente quer que os outros também vivam e aprendam a respeitar. Então só a gente vai tá falando, mas a gente sempre uma voz, no meio de todos, e aí né, de novo, para ser apagado no meio de todos os docentes que estão falando, é fácil, principalmente esse aluno do ensino médio, né? Ele vai taxar a gente como militante, porque a gente vai tá falando, agora os outros docentes não são, então, deixa eu ouvir o outro.

PESQUISADOR: Dos pontos que precisava para pesquisa, a gente até extrapolou, já deu ideia pro doutorado aqui! Você tem mais alguma consideração que você gostaria de fazer?

PROFESSORA BARBARA: Não, fora isso sabe. É realmente aquela coisa, ainda é importante o que existe na empresa, né porque eu falo isso porque eu, hoje, só consigo estar lá enquanto pessoa trans, e ser respeitada, né, igual agora a gente tá atuando com muito Sebrae e, né, existe esse movimento, a gente sabe que existe um movimento por trás, porque quando a pessoa vem e fala assim

“Ah, a [nome da entrevistada], a docente”, você sabe que alguém foi lá e falou com ela, assim, existe esse movimento por trás para você ser respeitada ali, né? Que também é um local que você vai imaginar, quando você saí da sala de aula pra dentro da instituição, você vai achar, a primeira coisa que você pensa, que vai ser atacada. Porque se dentro da Instituição já é malé má, imagina lá fora? Mas eu vejo que tem, igual aqui e aí de novo né, aí eu, isso é outra reflexão que eu tive. Existe uma diferença muito grande, geograficamente. Eu tava com esse pessoal da moda, o pessoal do [outra unidade do SENAC], fala outra coisa.

Porque lá a [os cursos] , porque aqui a gente não tem problema com isso, aqui [na outra unidade] os alunos sempre veem com esses temas, os alunos sempre aparecem, a gente tem um monte de aluno, é um mundo perfeito para eles. E quando você fala, parece que você é estranha, sabe, parece que “nossa, mas isso tá acontecendo?”. Então, igual, numa cidade aqui, que é super, é extremamente

coronelista, que é extremamente né, industrial, aqui o problema é super forte. Agora, quando você vai para alguns outros lugares, igual você vai para cidades mais próximas do ABC Paulista, São Paulo, isso está mais diluído, né, quanto mais perto, dentro dos SENACS SP, isso tá muito diluído e aí de novo, quanto se faz necessário eles acessarem a gente que está nas outras pontas, porque de novo, se eles vão fazer os cursos, se eles vão formar as grades, para eles tá tudo certo, para eles não precisa mesmo, mas para gente aqui, precisa, sabe. E aí de novo para instituição né? Igual hoje, eu tenho meu nome social respeitado em algumas coisas, mas no meu SS [sistema de computar frequencia do aluno] meu nome está o morto ainda....

PESQUISADOR: Isso acontece com os alunos também né?

PROFESSORA BARBARA: Mesma coisa, e aí eles veem com desculpas né? Do tipo "ah mas porque, na parte do administrativo não pode ficar meu nome social", precisa estar o meu nome de registro porque é meu documento, mas ai eu penso o SS não faz parte disso. O SS só bebe da informação.

PESQUISADOR: E ele é um controle interno.

PROFESSORA BARBARA: Exato, ele não é um controle que vai tá atrelado a situações jurídicas, é só controle interno.

PESQUISADOR: Sim, nosso nome não sai no certificado do aluno.

PROFESSORA BARBARA: E aí a mesma coisa para o aluno, se o aluno tem lá, esses dias eu ainda tive problemas com meu campo do Nome Social, simplesmente ele sumiu, meu nome social da página do Senac, o portal do aluno, que você tem acesso, sumiu, voltou meu nome morto e aí eu fui lá, tentei e não foi, tentei de novo, não foi. Aí eu chamei um help desk, no que eu abri o help desk, ele aceitou. E aí imagina pro aluno? Ele acessa, e que é o básico dele. E aí de novo, quando a gente recebe esse aluno, se isso né, a gente docente que vai fazer a chamada com ele....

PESQUISADOR: O Teams, o teams fica o nome de registro, eu dei um fora com aluno trans daqui, ele entrou, ai eu chamei pelo nome que apareceu....Ai eu tava falando bom dia para todo mundo, ai depois que eu chamei, falei o nome que aparece, no teams não tem, fica o nome de registro mesmo do aluno e, no momento que a gente tá 100% remoto, é muito importante pro aluno LGBT que o teams pudesse suprimir o nome dele. Eu, professor trans, fiz uma transfobia.

PROFESSORA BARBARA: Uma vez né, o Teams bebe do SS, né, por mais que tenha, de novo, o SS é um controle interno, que por mais que tenha os registros,

porque não, dentro do SS, ao invés de puxar o nome da pessoa, puxar o nome social, e não o campo de registro? Se existe o preenchimento do nome
social....

PESQUISADOR: Sim, se um puxa do outro, só trocar...

PROFESSORA BARBARA: E aí de novo ne, mas para todos os heteros-cisnormativos da GTI [parte de tecnologia] não é um problema. Ou quando a gente leva isso para eles, a gente tem um monte de outras coisas pra resolver. Então é aquela coisa, hoje eu lido com muita com essa situação, da parte mais de cima, sabe? Mas de novo, por mais que tenha o programa, é feito por pessoas e, muitas das vezes, vai falar com uma gerência, aquela coisa, que não tá afim.

PESQUISADOR: Com certeza, já trouxe mais coisas que são importantes, nome, principalmente, o nome, durante a Pandemia, o Teams é muito importante, conhecer as identidades dos alunos e das alunas.

PROFESSORA BARBARA: Sim, porque se não como que a gente vai saber?

PESQUISADOR: Sim, são as barreiras... Acho que por hoje é isso, assim que meu texto tiver pronto, eu te mando.

PROFESSORA BARBARA: Obrigado!

Transcrição entrevista PROFESSORA IARA

DATA: 29/06/2021

DURAÇÃO: 46 minutos

PESQUISADOR: Conta para mim sua idade, sexo e gênero e se você se identifica com alguma etnia.

PROFESSORA IARA: Meu nome é [...], tenho 35 anos, sou enfermeira. Eu sou mulher, me identifico com o gênero feminino e como afeto, eu tenho o afeto por homens.

PESQUISADOR: Maravilha, você segue alguma religião ou tem alguma crença em alguma vertente?

PROFESSORA IARA: Minha família é católica, eu acabei seguindo a religião católica. Tenho a crença em algumas coisas que a religião traz, não sou atuante mas pratico minhas orações diárias em casa e também tenho afinidade por alguns santos.

PESQUISADOR: Maravilha, você pontuou então que você é enfermeira. Conta um pouquinho da sua trajetória acadêmica.

PROFESSORA IARA: Eu entrei na faculdade, na Universidade de São Paulo em 2005, no bacharel em enfermagem, era um curso integral na época. Me formei em 2008. Ao longo da minha graduação, além das questões que eram da grade curricular, também me envolvi com vários projetos e não de pesquisa. Projetos principalmente voltados pro ensino da comunidade através do programa tutorial que é fomentado e era bolsista também na época pela Capes/MEC, e me abriu uma ampla visão assim em relação ao ensino e principalmente a questão de voltar para a comunidade, além de algumas questões de pesquisa atreladas que foram importantes para minha graduação. Eu também fazia parte de algumas ligas, quando era possível, e também me envolvi bastante com a atlética e centros acadêmicos. A universidade para mim foi um divisor de águas em relação a questão do que eu acreditava ser vindo de uma cidade pequena e quem eu queria ser. Então, já na faculdade, eu sentia que eu tinha alguma coisa diferente em relação as outras pessoas por não estar muito enquadrada nas próprias regras da universidade ou o que as pessoas acreditam ser certo e errado e isso, de alguma forma, algum empecilho pra mim, já que a enfermagem ainda naquela época, queria pessoas que fossem mais comportadas, que tivessem um tom de voz adequado, enfim, que se comportasse de uma maneira mais “lady” aí, e eu já

fugia bastante da regra. Depois da minha graduação, eu iniciei um mestrado quase que em sequência, sempre me interessei por saúde mental e aí também acabei aprofundando um pouco mais em relação a essas questões. E no mestrado, eu abri mão da minha bolsa para entrar no mercado profissional, trabalhando na área assistencial. Fiquei nessa área até janeiro desse ano [2021] e essa área foi que promoveu toda a minha experiência e expertise profissional mesmo para a questão da assistência. E aí em 2014 eu entrei no Centro de Formação De RH para o SUS, que era empregada mesmo do SUS, e aí eu comecei a entrar um pouco nessa área de formação de RH, principalmente, de cursos técnicos em enfermagem. E aí essa experiência, depois da questão de acompanhar as aulas, supervisionar estágio me possibilitou a entrada no SENAC como uma professora, na época, como pessoa física para acompanhar um bloco de estágio e depois prestando o processo seletivo que foi aberto na época como um Monitor de Educação Profissional com 20 horas. Desde então, desde 2016 então eu trabalho no SENAC. Eu acabei saindo da assistência em janeiro de 2021 por questões de saúde mental, preservação de qualidade de vida, depois de ter enfrentado a pandemia. E agora no SENAC com um novo desafio eu tô como responsável técnica dos cursos de enfermagem que é mais aquela questão aproximada das questões administrativas e burocráticas que são relacionadas com o curso, mas, principalmente, com os estágios.

PESQUISADOR: Então, no SENAC você começou uma trajetória em 2016, é isso?

PROFESSORA IARA: Isso.

PESQUISADOR: E com a Educação desde a época da faculdade?

PROFESSORA IARA: Sim, sim. Não imaginava ser professora mas tava sempre inserida nessas questões educacionais.

PESQUISADOR: Então, se a gente fosse precisar em tempo, qual que a data que você acha que estreou como docente?

PROFESSORA IARA: Como professora em 2014 mesmo. Porque as outras coisas que eu acabava fazendo era uma palestra ou outra, por exemplo, para educação continuada dos hospitais, participava de um curso ou outro de MBA. E, na própria faculdade, como eu disse, na graduação, eu organizava muitos cursos. A gente via as demandas dos graduandos que não era atendida na graduação e aí fazia, organizava. Ficava muito como comissão organizadora de cursos.

PESQUISADOR: Você comentou também um pouquinho sobre o mestrado, você chegou a concluir a pesquisa?

PROFESSORA IARA: Concluí a pesquisa em 2011, eu tive que pedir mais 6 meses para conclusão porque no meio do processo do mestrado eu comecei a trabalhar e aí a rotina hospitalar, em um hospital que faz até transplante era muito puxada e aí eu pedi mais seis meses de um tempo para poder fazer a defesa do meu mestrado.

PESQUISADOR: Você falou que era na área de saúde mental, como foi seu estudo?

PROFESSORA IARA: Sim, a pesquisa era na área de saúde mental mas a minha titulação saí como mestre em ciências. Eu estudei a relação do stress laboral e o uso de substância psicoativas. Eu fiz uma pesquisa ampla onde também foi analisado questões de depressão, ansiedade, enfim, outras coisas mas acabou que a pesquisa foi muito ampla e ela foi utilizada para outras pesquisas do grupo de pesquisa e a minha parte ficou em relação com o uso do tabaco.

PESQUISADOR: Nossa que tema legal! Pensando no cenário do trabalho no SENAC, o que que você tem de consideração a respeito do PDE, que é o programa de desenvolvimento educacional?

PROFESSORA IARA: Sim, quando eu entrei no mundo do SENAC e comecei a entender um pouco do Jeito Senac de Educar, eu entrei como uma professora de 20 horas, eu ia muito para campo de estágio, então eu não fazia parte ainda ali daquele mundo que eu não conhecia muito bem do Senac em si. Depois que eu fui, que houve algum tempo, fazendo as capacitações, que foi chegando no começo e no final de ano que foram, fui participando dos grupos, de capacitações mesmo docente, e em relação ao planejamento ne? Eu não tinha conhecimento nenhum, principalmente de questões pedagógicas atreladas, eu acho que eu era muito imatura que entrei numa empresa que eu não conhecia. Conhecia o nome do SENAC, conhecia o que era o curso técnico mas não imaginava a grandiosidade da escola em si, principalmente, como eu poderia ser formada lá dentro. Eu, as vezes brinco, e costumo comentar que eu me formei como professora, não sou mais enfermeira, sou professora, dentro do SENAC. E aí, depois de ter passado essa fase que eu fiquei um pouco fora, porque eu estava acompanhando muitos estágios supervisionados, aí eu vim para instituição e comecei meu processo de formação. Muitas vezes os cursos eram obrigatórios e aí você participava porque tinha a obrigatoriedade de fazer. Depois que eu fui conhecendo um pouco das possibilidades, fui participando de vários cursos,

obrigatórios de forma voluntária, que foram me moldando e me formando em várias questões, ampliando minha visão de várias formas, porque eu entrei no SENAC, eu lembro que tinha a questão das discussões sobre o banheiro masculino e feminino, porque aquilo no meu outro mundo, no meu mundo de enfermeira, meu mundo dentro de uma instituição hospitalar, dentro de uma universidade não existia, até então, não sei se eu respondia pergunta, se não, você pode perguntar novamente.

PESQUISADOR: Não, é isso aí. Então, se você fosse afirmar algo sobre o PDE, o que você falaria?

PROFESSORA IARA: Eu acho que é um programa que faz com que você se transforme num docente com o jeito senac de educar que consegue olhar para as marcas formativas do aluno, que consegue compreender a linguagem que é muito própria do senac, porque quando você entra você fica muito perdido: o que que é PPP? O que que é PO? O que que é GED? PC? Então, ele te aproxima disso para que você comece então a compreender melhor os próprios processos, onde fazer a busca, os documentos que estão ali e as pessoas falam “tá lá”, “tá lá no Senac”, tá no “X”. Ai você fala, meu deus tá aonde isso? Não sei nem o que você tá falando....E aí você vai se apropriando assim mas eu, pelo menos na minha trajetória, isso foi com tanto cuidado, foi tão assertivo os pontos e os momentos em que foi trazido essas capacitações que muitas vezes elas não eram capacitações como uma palestra, como um curso em si, como um workshop, elas eram muito mais gostosas porque tinha também a troca de conhecer outras pessoas, porque muitas vezes a gente fica, e acredito que nesse remoto ainda mais, você fica muito preso a sua área. Então isso ampliou muito meus horizontes que foi onde eu comecei a ter contato com pessoas que não eram da área, onde eu comecei a ver a questão do ensino em outras instâncias e como que ele se complementa em todos esses locais, como que a gente ali consegue fazer um movimento, um ambiente, uma situação, um ensino, uma escola tão diferenciada por conta disso. Demorou um pouco para compreender todo esse processo, eu acredito assim que eu devo ter levado, mais ou menos, uns 2 anos, 2 anos e meio, para conseguir compreender, encontrar as coisas, entender o processo, entendeu, o que era, o que não era. O que era mito o que era verdade e entender meu papel também dentro da instituição, o que que essa instituição esperava de mim, porque até então, eu achava que a instituição esperava de mim o mesmo que as outras instituições esperavam.

PESQUISADOR: E hoje você se vê fora da docência? Como que é esse processo de alguém que saiu da enfermagem ou ficou na enfermagem e se tornou docente?
PROFESSORA IARA: Daniel, eu amo a docência ela me realiza todos os dias, porque todos os dias eu tenho que construir algo novo, eu tenho que aprender algo novo, então, trabalha minha criatividade o tempo todo. Nenhum dia é um dia que eu vou falar, é como se fosse um plantão de urgência/emergência, hoje eu vou seguir minha agenda e vou fazer tudo isso. Não, nunca isso acontece, acho que são muitas demandas, lidar com várias frentes e com várias pessoas diferentes. É uma coisa muito peculiar, difícil, as vezes, não são só flores, tem também os espinhos em tudo isso mas eu me sinto muito feliz em ser professora. Eu até participei agora de uma Parada Pedagógica onde a gente tinha que trazer uma foto que remetesse a algo que você gosta e a foto que eu coloquei foi uma foto de eu deitada assim, desmaiada, como se eu tivesse acidentada para os alunos me atenderem, então, eu gosto muito disso sabe. Eu gosto muito de estar ali no dia a dia com eles. Eu acredito que eu gostaria muito de permanecer como docente, acho que pelo resto da minha vida. Assim como eu gosto muito da enfermagem mas eu acabo que, nesse momento, que eu estou da minha vida, eu tô prezando por algumas questões de qualidade de vida, em busca de talvez viver em outro país e eu tô fazendo essa transição. E, no outro país, talvez eu não exerça a docência, eu gostaria muito de sair daqui e me mudar para lá e continuar mais ou menos no mesmo movimento da questão docente, tanto que hoje eu me apresento como professora. Mas pelo programa que eu estou participando e tudo mais, eles querem enfermeiros. Então, eu tenho essa capilaridade na minha profissão, que posso também ser docente lá e serei muito feliz também nessa possibilidade. Mas por conta dessa minha necessidade individual, e não é por descontentamento em ser docente, são outros motivos, eu tenho feito esse planejamento de transição, de mudança.
PESQUISADOR: E só por curiosidade, você está pleiteando ir para onde?
PROFESSORA IARA: Eu tô num programa já faz 7 meses para ir para Alemanha.
PESQUISADOR: Ah legal, você sabe alguma coisa de alemão?
PROFESSORA IARA: Então, o programa ele dá curso, ele dá o curso, você já saí empregado daqui. Você já sai extraditado, então é muito seguro e eu faço a noite e eu to de férias por isso que eu tô fazendo hoje a entrevista com você mas eu faço

curso toda noite, de segunda a sexta, de alemão. Estava, inclusive, estudando agora um pouquinho.

PESQUISADOR: Legal, tá gostando do idioma? Porque eu acho tão difícil!

PROFESSORA IARA: Não é tão difícil, o problema é que você precisa se dedicar muito, eu acho que assim, seu eu tivesse aprendido esse idioma mais, antes, com mais tempo, não é um idioma tão difícil mas é bem diferente da nossa realidade. Eu acredito que a facilidade, eu tenho um pouco de facilidade de aprender línguas e também tem o inglês que não tem muito a ver, mas uma palavra ou outra ainda se assemelha e você dá aquela conectada e fica um pouco mais fácil. Também tem a facilidade do meu namorado estar fazendo isso comigo. Então, a gente tá sempre estudando juntos e conversando juntos.

PESQUISADOR: Legal, agora namorar só em alemão.

PROFESSORA IARA: É, só em alemão.

PESQUISADOR: Pensando um pouquinho, a gente falou do PDE, dentro do PDE, você falou um pouco de marca formativa, de coisas relacionadas ao universo do SENAC em si. Qual que é a visão ou o conhecimento que você tem em relação ao Programa de Inclusão e Diversidade?

PROFESSORA IARA: Eu não tinha muito conhecimento em relação ao Programa. Acabei tendo contato por conta de algumas capacitações e por conta do movimento que o próprio Senac faz dentro da sua instituição. Na busca, inclusive hoje, de alguns documentos que eu tinha que mandar para prefeitura municipal aqui de [nome da cidade] , veio né, veio um documento sobre os principais desafios que podem vir nas unidades escolares e aí batendo o olho, não li, tinha lá perguntando “se meu aluno vier de saia, o que eu faço?”, era uma das perguntas né? Aí eu até pensei comigo, “falei meu deus isso é um grande problema?”, deixa eu procurar se eu acho o meu problema aqui, mas não achei. E depois, em contato com alguns termos né? Que são usados, como o uso do “E”, o emprego do “ES” para não acabar vinculando uma pessoa a um gênero, e isso era muito novo para mim. Começou com o uso do “X”, acho ainda na época, eu via lá nos e-mails, ai eu falava “gente que que é isso?” e aí você vai se apropriando aos poucos. De todas essas questões, acho que é muito importante trazer isso para os nossos alunos, porque assim como a gente não tem esse conhecimento, o próprio aluno, professor, pode não ter e os alunos menos ainda, e a gente via trazendo isso, isso é extremamente importante para área da saúde.

Desmistificação de vários tabus, preconceitos e afins que vem nas próprias discussões, “aí mas num curso de saúde não deveria ter isso”. Não, não deveria mas muitas vezes é ali que via tirar essa coisa que traz arraigada aí a sociedade e, principalmente, eu acho que foi muito mais nos cursos assim. O curso que eu fiz de Educar para Transformar, Gênero e Sexualidade e outros afins que não eram nem presenciais, você via lá e lê algumas coisas a respeito, vai trazendo para você uma questão de inclusão, muito importante, e inclusão inclusive de pessoas que tem algum tipo de deficiência que ali para gente estava convivendo no dia a dia e que para mim não parecia que tinha que ter uma inclusão deles, mas sim, então, por exemplo, uma pessoa que, não tinha acuidade visual preservada, quando ela veio trabalhar no SENAC, foi mudado toda a estrutura para atender a demanda dela e isso é muito legal. Você inclui mesmo a pessoa, se você não faz essa mudança de ambiente, por exemplo, de preparo até das pessoas para abrir a porta, da forma que toca o outro, da forma como você se comunica, das possibilidades que você tem, a gente tem um professor de LIBRAS aqui, que todos os vídeos que a gente faz agora, a gente coloca ele. Ele é super acessível e os vídeos, por exemplo, de projetos, geralmente agora os alunos estão fazendo muitas coisas virtuais, ele tá sempre sendo incluído. Mesmo que, em algum momento, a gente não perceba que haja, olha, é um curso que você vai aprender, é um curso de LIBRAS, não, a gente não precisa fazer um curso de LIBRAS, só que a gente tem tudo isso envolvido ai nesse processo, nesse percurso, no dia a dia, fica uma coisa assim leve, sabe, que você vai absorvendo ela, se você não tem ela absorvida sem mesmo perceber.

PESQUISADOR: Show, e pensando, você comentou de algumas capacitações, em especial, e você falou do, das questões de gênero e sexualidade. Dos PDEs que falam sobre o assunto, quais considerações você faz de ter esse tema no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)?

PROFESSORA IARA: Na época que eu me inscrevi eu lembro que eu tava do lado de uma professora e a gente tava vendo ali nas nossas, no nosso recesso escolar, quais eram os cursos que a gente ia se inscrever. E dentro do meu horário de trabalho, tinha alguns cursos que eu fui selecionando ali que eu conseguia colocar na minha agenda e eu escolhi esse curso [Diálogo: gênero e sexualidade] sem querer, porque não foi intencional assim mesmo para saber mais a respeito do assunto, porque até então eu achava que eu já sabia tudo. Porque eu tinha uma amiga, colega de trabalho, que a

gente se dava super bem, vivia juntas, e conversava muito com ela, que é TRANS, a minha irmã na época, também tinha conversado com a família e falado a respeito do seu afeto. Então assim, para mim eu tinha isso muito bem resolvido e tranquilo, só que quando eu me inscrevi no curso e acabei aprendendo várias coisas, eu vi o quão eu não sabia, e não sei ainda, né? As vezes a gente via falar alguma coisa, trava. Porque você pensa se você está falando direito ou não, e eu acho que isso tem que começar a ser um pouco mais tranquilo ao longo do movimento que você faz e da, e como você permite também que isso comece a fazer parte do seu repertório, da sua rotina, da sua própria comunicação. E aí eu comecei a perceber como eu usava as vezes coisas, é, coisas discriminatórias sem, talvez, ter essa intenção. Então, por exemplo, vou trazer um exemplo aqui, é, sei lá, abraçava uma amiga e uma amiga brincava “aí nossa, para de ser sapatona”, uma coisa assim, e eu morria de dar risada e, hoje em dia, eu não acho graça nenhuma nisso. Ou se não alguns comentários que poderiam vir “nossa sabia que...”, e até, mesmo que ali com uma pessoa talvez não existia isso, algumas coisas que eu comecei a cortar, por exemplo, até dentro da minha família a gente começou a olhar um pouco para essa questão de falas discriminatórias, porque isso vem da televisão, isso vem da mídia, isso vem da sua convivência, então, qualquer coisa que hoje em dia tenha esse tipo de cunho me incomoda, uma coisa que antes eu achava e falava assim “aí nossa, não tem tanto problema”. E trago isso muitas vezes, eu tive uma conversa com um senhor de quase 60 anos no estágio que ele tinha esse discurso e ele poderia, ele falou que não aceitava e tudo mais e eu falei “como profissional de saúde você precisa ter um discurso diferente, se não você tá fazendo uma violência contra as pessoas”, chamar uma pessoa com, ele falou que era carinhosamente, mas, na verdade você sabe que isso tá arraigado numa história de uma geração e de tudo que você vivenciou e que até então era permitido, enquanto não tá se tratando de você, não é com você, você acha que aquilo é legal, que aquilo é divertido, que aquilo pode ser, deve continuar sendo feito. Eu acho que muitas vezes eu mesmo cometi alguns *bullying*, se você parar para ver, até em sala de aula. A própria pessoa tinha um aluno que era homoafetivo e as vezes pegava e falava alguma coisa assim, vamos supor, alguma coisa, não sei nem trazer o contexto agora, “ah mas você sabe né?”, como se a pessoa soubesse pela opção sexual que ela fez, então, e como que isso é ruim, que pena que eu tive isso, mas que bom que eu, ao longo do tempo, pretendo mudar mais ainda.

Mas são coisas que a gente traz, vai trazendo, trazendo da sua vida, criação. Não quero justificar, mas quero falar que eu mudei isso, mudei isso em relação a mim. Tanto que quando eu entrei no SENAC, eu tinha um discurso em relação ao uso dos banheiros e eu via muitas pessoas e eu não tava entendendo o que tava acontecendo com os banheiros, ai eu falava “gente o que tá acontecendo?”. E eu via muitas pessoas com os dois tipos de discursos presentes na escola e eu não sabia que rumo seguir. E hoje eu vejo que com todos esses programas que aconteceram, eu não vejo mais, antes era muito dividido, não vejo mais esse outro tipo de discurso. Até porque as pessoas que não acreditavam nesse processo de inclusão possivelmente saíram, porque ele é muito mais forte do que a própria decisão delas.

PESQUISADOR: Você contou aí um caso com uma pessoa um pouco mais velha, era teu aluno aluna?

IARA: Sim, meu aluno em campo de estágio. Tive duas situações. Um aluno que é homoafetivo e que quando veio um paciente que ele cuidou em outro setor ficou muito feliz porque deu banho no outro paciente, falou em voz alta. Nesse movimento ele tava errado, em falar alto e expor o paciente. Mas, depois, um funcionário do setor chegou nele e falou assim “vai lá colocar o papagaio nele, você já deu banho, você deve gostar” e aí eu tive que lidar com essa situação, poucos dias atrás. E tive também uma outra situação de um aluno com 65 anos que chamou uma paciente de “moreninha” e achou que isso era uma forma carinhosa de se dirigir a paciente. E também, nesse contexto que eu trouxe para ele, onde comecei a trabalhar questões de gênero, raça, enfim, até porque, mulheres, geralmente ele costumava, a própria professora ele tratava a professora com um cunho sexual, e aí eu fui muito firme com ele. E aí ele trouxe a questão do preconceito que ele tinha em relação a se firmar dessa forma com medo de alguém dar em cima dele, um discurso desse tipo e aí eu também tive que trabalhar algumas coisas com ele em relação a isso. E trouxe também que ele me incomodava com o comportamento dele, inclusive quando ele se dirigia a mim como se eu fosse um objeto, ele não precisava falar que eu era bonita, que eu não gostava desse tipo de tratamento. Então, são coisas que assim, quando você tem esse tipo de conhecimento você fala com muita segurança, muita mesmo.

PESQUISADOR: Então, já acabamos entrando na outra esfera aqui. A gente, durante a pesquisa, encontrou alguns índices dizendo que a escola é um lugar dessa violência

simbólica que você citou. Aí você acredita uma parte dessa segurança venha das próprias ações que o SENAC faz com os professores?

PROFESSORA IARA: Nossa, com certeza absoluta. Essa segurança no trazer o que é certo e o que é errado, conhecer as leis que garantem isso, conhecer o que é adequado ou não, porque as vezes, por exemplo, a própria palestra de Gênero e Sexualidade, ela trouxe quais são os termos corretos que devem ser utilizados. Pode ser que eu não utilize com a maior propriedade do mundo mas da forma que muitas vezes você não fica ali travando para falar, porque você está tranquilo, você acredita naquilo, mas você também tem que internalizar, você tem que acreditar naquilo que você fala, porque se não eu acredito que você continua travando. Então, desmistificar nossos próprios preconceitos que as vezes estavam ali escondidos, nas muralhas da nossa cabeça, faz com que nós professores, com certeza, que quando houver algum problema do tipo ou quando houver alguma necessidade do grupo discutir essas questões, ou quando houver a necessidade de inclusão de alguém ela seja feita e não a exclusão, porque pode ser que por um desconhecimento, porque acho que nem deve mais existir essa palavra, indesculpável você não conhecer essas questões porque você tem acesso a tudo, o tempo todo. Mas pode ser que muitas vezes como elas não fazem parte do seu itinerário, porque no SENAC ele cobra que você conheça isso, você não teve interesse de procurar e ir ver, e aí vivenciou aquilo, como ficou tudo bem, acaba que não se aprofunda tanto. Então isso me trouxe muita tranquilidade para compreender, primeiro, o outro, na sua vida, e tentar trazer, minimamente, não a questão da aceitação, no caso dele [o aluno] falou que não aceitava, mas minimamente, como profissional de saúde, como um aluno do SENAC ele não ía se comportar dessa forma. E aí é onde a gente entra nas marcas formativas.

PESQUISADOR: Nesse caso específico, depois que você fez esse processo educativo com o aluno, você acha que passou a se referir a você de outra forma?

PROFESSORA IARA: Eu acredito que assim foi assim mais para o final do estágio dele, grandes mudanças eu acredito não ter causado pela questão dele ainda precisar elaborar melhor isso e buscar outras vivencias, e buscar outras pessoas, talvez, que ele acredite que traga isso para ele. Ele também tinha uma questão religiosa, pastor de igreja evangélica e acabava que ele tinha um discurso antiquado, religioso, enfim. Mas eu lembro que quando eu fiz essa conversa com o aluno, que a questão era a questão de raça, né? E acabou entrando em uma questão muito maior, ele chorou e

disse: “olha ninguém nunca falou isso para mim, ninguém nunca me falou que essas coisas causam constrangimento, porque com as pessoas que eu convivo, isso é aceito” e aí eu falei que achava que talvez ele deveria conviver com outros tipos de pessoas para ampliar um pouco o horizonte dele mas que independente do que ele fosse fazer da vida dele, de novo, ele teria que respeitar com igualdade a todas as pessoas que ele fosse atender e ele falou que ele nunca causou nenhum constrangimento, que ele nunca percebeu. Então eu disse, então ninguém nunca falou isso para você, porque causar, com certeza, você já causou. Aí eu falei pergunte aos seus colegas de trabalho, o que eles acham disso, porque as vezes eles convivem.

PESQUISADOR: Desculpa, minha conexão deu uma leve caída.

PROFESSORA IARA: Tudo bem.

PESQUISADOR: Pensando nesse caso e a gente, se for procurar alguém que venha da Alemanha para cá e vai procurar pelo SENAC que exclusivamente ainda é uma escola voltada para o trabalho e aí pensando nos temas gênero e sexualidade, você acha que é importante que eles estejam no SENAC?

PROFESSORA IARA: Acho que eles são importantes que se mantenham no SENAC e que eles façam parte, inclusive, dos planos de curso. Por exemplo, no próprio plano de curso da enfermagem, é, não se discute as questões de diversidade. Não tem ali no plano de curso que você deve fazer essas discussões, tem sobre sexualidade, gênero, sobre algumas outras coisas, mas não tem sobre inclusão, são temas que não precisam ser trabalhados por enfermeiro, imagina formar pessoas pro mercado de trabalho sem essa base. Não adianta eu, professora, trabalhar isso na minha turma e o outro professor não dá na turma dele. Isso tem que ser compartilhado, então, acredito que deve ser continuo para os docentes, mas que deve fazer parte do itinerário formativo dos alunos, porque em muitos momentos são questões que dá para discutir muito mais, mas não tem nem a base, porque quando você começa a discutir a base, que seja o significado das palavras, que seja isso, você consegue ir levando isso para outras coisas, por exemplo, você poderia ter isso como tema de projeto integrador de humanização, humanização na assistência à saúde. Quantas, e quantas pessoas chegam no serviço de saúde e são atendidas, por mais que tenha políticas estabelecidas, os profissionais que estão lá estão arraigados, eles nem querem saber como que tem que atender, como que não, já não atende direito em muitos momentos, imagina em outras situações. E aí eu vejo que os alunos, se

tivessem talvez essa discussão prévia, eles iam querer, por exemplo, fazer projeto nessas coisas, porque fica aquela coisa, humanização, humanização, falar da política de humanização, gente, e as pessoas que estão excluídas?

PESQUISADOR: Interessante isso que você menciona né? Porque independente do hospital, você vai atender todo mundo, desde alguém que está no sistema prisional até alguém que passou por alguma violência em virtude de gênero e sexualidade. Nos tivemos ai no Recife, não sei se você chegou a ver, mas atearam fogo em uma travesti e queimou 40% do corpo dela, ela passou por uma amputação agora, acho que ontem, e a gente tem desses casos dentro de violência no sistema prisional ne. Eu lembro de um caso, acho que foi no Senac de Santos, que teve uma resistência no campo de estágio, para atender a população que estava presa. Então, bem interessante que a humanização está no relacionar com o outro. Agora, saindo um pouco da esfera do mundo do trabalho, pensando nas palavras gênero, sexualidade e família. Você estabeleceria alguma relação entre elas?

PROFESSORA IARA: Saindo um pouquinho do SENAC, desculpa, foi isso que eu entendi?

PESQUISADOR: Isso de um modo geral. Pode

PROFESSORA IARA [chorando]: É... Eu acredito que elas são um triangulo, ne? Eu acho que tem, um triangulo sem pensar na base. Porque todo triangulo a gente pensa na base e depois nas pontas, não, mas eu falo de um triângulo por conta da interconexão entre todos, porque se eu coloco todas essas palavras num triangulo, eu consigo ligar ela em todos os pontos, entre elas, uma com a outra. Eu, em relação da questão da família, em si, é, eu vejo a conexão como se ela tivesse ali na ponta porque a partir do momento que seu núcleo familiar ou o que você construiu de família, seja com seus amigos, seja com o que você acredita que seja família para você, acredito aí que família possa entrar como uma rede de apoio, muitas vezes, quem é sua principal rede de apoio? Saindo um pouco daquela questão de família pai, mãe, criança, enfim. Mas o que que ali da sua rede de apoio, te apoia e compreende também as questões de gênero e sexualidade. Um exemplo disso é minha própria família, uma família aí católica, uma família constitucional, pai, mãe, filhos, cachorro, uma família que tinha um discurso bastante preconceituoso com risadas, piadas, que falavam, tratavam da questão de gênero, e não só da homoafetividade, mas inclusive, que ria de piadas sobre mulher, sobre umas coisas que não vem ao caso agora, mas

que para época era muito aceitável ainda. De uma família que tinha pessoas mais distantes homoafetivas, não que não aceitava, mas que também era motivo de chacota, de falação, de reuniões de família como se tirasse sarro de alguma coisa. E aí a minha irmã, depois dela ter passado uns momentos muito difíceis da faculdade, que ela se afastou da gente e a gente não entendia porque, achava que tava usando droga, achava que tava fazendo qualquer coisa, trouxe para gente essa questão a tona, e foi uma transformação assim. Foi duro no começo para todos mas é, foi a família unida, a rede de apoio dela que antes era a rede de apoio era os amigos, por isso que ela deixou um pouco a família de lado, porque ó minha família não vai entender, eles tiram sarro, eles não fazem parte desse mundo, quem vai me entender são meus amigos, mas em algum momento ela voltou, trouxe para gente e que eu acho que se não tivesse tido o apoio que a gente teve, e assim, ao longo do tempo, acho que foi um apoio mútuo. Ela se apoiava na gente, e a gente se apoiava nela. E a gente se apoiava em todos, é, para tentar todos mudarem. Ela voltar para o núcleo familiar, que ela ia ser aceita, e a gente se transformar. E a gente já tinha feito esse processo de aceitação com minha irmã, ela é diabética e quando a gente descobriu a diabetes dela, todo mundo ficou diabético também, todo mundo na minha casa toma coisa zero açúcar, evita comer doces, tem uma dieta mais saudável. E ai todo mundo começou a fazer esse movimento e foi muito bonito. Isso foi no meio tempo com o SENAC, acho que foi um pouco antes até. Foi um pouco antes. E aí o SENAC foi me abrindo cada vez mais o olhos, me foi fazendo compreender mais ainda, mas eu acredito que ter essa rede de apoio é muito importante: a família, a pessoa, todos os envolvidos e, principalmente, eu vejo assim as lutas, nossas pequenas lutas internas ali, de quando meu pai vai falar alguma coisa, por exemplo, meu pai tem seus sessenta anos, e ele vê que ele tá indo para um cunho vexatório, ele já para. A gente postar nas redes sociais questões de orgulho LGBTQI+, eu falo a gente, eu, minha mãe, e a gente super apoia, e agente conversar com meu irmão a respeito disso, meu irmão tem 15 anos, e trazendo isso a tona para deixar cada vez mais confortável a minha irmã. E eu acho que outras questões de sexualidade e gênero também. Não só a questão da homoafetividade, mas qualquer outra questão que possa vir a surgir, qualquer preferência que você tenha. Eu acho que tudo isso no centro desse triângulo tá a palavra amor, acredito que esteja muito atrelado a isso. Não sei se eu divaguei demais mas foi, veio assim.

PESQUISADOR: É isso mesmo. E pensando no que a gente conversou hoje, no mundo profissional, nas muitas esferas que envolvem gênero e sexualidade, tem alguma coisa que a gente deixou de falar, ou que você gostaria de explorar dentro do que a gente falou?

PROFESSORA IARA: Eu acredito que não. Acho que a gente foi perpassando ai o trabalho, questões de trabalho, as questões de educação e as questões pessoais, ne, que acabam refletindo na questão da família, da rede de apoio, falamos de religião, falamos de tantas coisas, está bem completo, eu não traria, nesse momento, assim, não traria nada para complementar.

PESQUISADOR: Maravilha, então, eu só tenho a agradecer, a gente sabe que esse tema envolve uma série de questões. Caso tenha trazido algum desconforto e você queira conversar, pode contar comigo.

PROFESSORA IARA: Obrigado, Daniel. Eu fico muito emotiva assim com a mudança que a gente teve, é uma coisa que mexe comigo. Me desculpa né a emoção ao longo da entrevista.

PESQUISADOR: Imagina.

PROFESSORA IARA: Espero que não saía minhas lágrimas na transcrição.

PESQUISADOR: (risos)

PROFESSORA IARA: Espero que eu tenha contribuído de alguma forma

PESQUISADOR: O objetivo era ser algo fluído e que a gente se sentisse a vontade, então, deu certo.

PROFESSORA IARA: Super.

PESQUISADOR: Eu agradeço ai, e estou torcendo para que for bom para ti, pro seu companheiro, que dê tudo certo na Alemanha. Aí depois vamos conversar como são as questões de gênero e sexualidade na Alemanha [risos].

Apêndice B – transcrições das entrevistas com alunos (as) e ex-alunos (as)

Transcrição da entrevista com "PEDRO"
Data da entrevista: 11/06/2021
Duração: 38 min.

PESQUISADOR: Diz para mim seu nome, a identidade que você tem, se você se identifica com alguma raça/etnia, se segue alguma religião, cidade que mora e escolaridade e se está trabalhando no momento.
PEDRO: Tá bom, meu nome é Nathan, Eu tenho 21 anos, eu sou branco e religião eu não tenho nenhuma e eu não tô trabalhando no momento e eu moro em Cubatão.
PESQUISADOR: E você está estudando?
PEDRO: Então, assim, eu estou estudando eu tenho umas pendências ainda no SENAC.
PESQUISADOR: Conta pra mim, em relação a sigla LGBTI+, como você se identifica?
PEDRO: Eu me identifico com a T, de transexual e a P, de pansexualidade.
PESQUISADOR: Como é uma coisa nova, principalmente na educação, qual definição você daria para o P, o que significa a pansexualidade para você?
PEDRO: Assim para mim, pansexualidade ela é mais para abranger outros gêneros e outras sexualidades sabe, sem preferir definir ninguém gosta de pessoas por serem pessoas mesmo.
PESQUISADOR: Então se fosse uma frase para definir seria é gostar de pessoas?
PEDRO: Isso.
PESQUISADOR: Maravilha, em relação a sigla LGBTI+ que você se identificou, no caso o T e o P, conte um pouco dessa trajetória envolvendo relações familiares.
PEDRO: Então é que tipo assim do começo do começo mesmo foi mais complicado, porque tipo assim, eu me assumi basicamente três vezes na vida. Uma que no começo como antes de eu me identificar com trans, eu ainda tava aprendendo né, eu gostava de garotas já, então eu tava basicamente, na época, eu tava basicamente me assumindo na sigla "L" [lésbica] né e foi um pouco complicado porque meus pais são religioso, meu pai ele é pastor e a minha mãe ela vai para igreja também né ? E aí foi meio complicado porque acho que foi um choque pelos meus pais serem conservadores né? Tem uma religião um pouco fervorosa nisso e acreditarem que é

errado, então foi complicado porque tipo, na época, eu tinha uns 12 anos quando eles souberam sobre isso.

Fui falar com a minha mãe, ela ficou meio que ela se negou muito sabe, ela preferia que eu fosse qualquer outra coisa menos isso. E eu tive uns problemas, depressão por causa dessas coisas tudo mais, mas eu fui descobrindo mais sabe, conforme a minha adolescência e tals, eu fui vendo que eu não gostava só de garotas, eu gostava muito mais que isso, eu gostava de relações com outras pessoas, na realidade, e aí eu fui quando eu fui me descobrindo como pansexual, que eu gostava das pessoas por elas serem elas e que não importava sexualidade ou gênero dessas pessoas. E, a minha mãe achava que era fase né então foi melhorando quando eu me assumi pansexual, eu gostava de outras pessoas de outro gênero e não só de mulheres né, foi basicamente o meio termo para ela, então ficou mais de boas

Para o meu pai foi um pouco mais difícil, o meu pai eu não converso muito com ele ainda mais sobre essas coisas porque ele é pastor em tem uma cabeça mais fechada.

E aí a letra “T” [trans], bom eu já me identificava desde criança né, tipo porque tem aquilo quando você acaba se olhando no espelho e você ve que nada daquilo é o que você se identifica né, você se olha você tá num corpo totalmente diferente com que você acha ideal e era estranho, porque, tipo, vestir roupas femininas e eu ficava tipo mano eu não sou essa pessoa, não quero vestir isso. Era muito estranho, eu achava que eu era uma pessoa estranha sabe, que eu tavam era coisa minha cabeça ou sei lá essas coisas, entende.

E aí eu fui crescendo com isso, eu não eu não entendia, eu não conhecia a letra T, não sabia sobre transexualidade porque não era uma coisa que se via todo dia que você tinha informação você tinha que buscar né, até porque eu sou de 2.000, então, na época que eu era criança não tinha essas coisas não é como hoje, tipo, hoje em dia as pessoas, elas já dizem que elas são elas, mostram que elas são sem medo, mas ainda assim um pouco de receio, e, na época, eu não tinha essa informação. Quando eu era criança eu não sabia mexer na internet, então, não tinha como. Mas aí quando eu tinha uns 15 anos, o meu irmão mais novo, ele já era um pouco mais antenado nisso, ele, hoje, vai fazer 18 anos, ele que me mostrou uma um canal de um menino trans né?

E aí eu vi ele falando sobre, aí cheguei para o meu irmão e falei “Pô eu sou Exatamente isso sabe”. E aí eu gostei muito do canal aí, eu fiquei procurando mais

saber sobre, e vi outras pessoas outros homens trans, e comecei a me identificar mais. Só que como eu já tinha passado problemas por ter me assumido lésbica , depois ter me assumido pan [pansexual], já era um problema em casa eu pensei “Poxa eu sou isso, eu sou um homem trans mas eu não vou dizer agora que vai causar mais problemas”, eu já tinha muito problema na época e aí eu fui deixando passar. Eu me relacionava com algumas garotas e tipo elas chegavam perguntar para mim se eu me identificava como um homem trans e que tava tudo bem que não tinha problema, não ia mudar nada. Só que tinha aquele medo por causa daqui de casa, tudo mais, porque foi muito difícil quando me assumi que gostava de mulher, porque tipo a minha mãe ela ficou, “tipo nossa prefiro você esteja morto, tu tá ligado do que isso, porque minha religião não aceita, eu não aceito, eu não sei no que eu errei”.

Eu fiquei tipo tu não errou em nada, sabe, a pessoa não escolhe sofrer homofobia na escola, ou sofrer pelo que ela. A gente só nasce desse jeito, e aí Eu Me Assumi trans em 2019, quando eu entrei no Senac, aliás, eu namorei uma garota gênero fluído e ela meio que me ajudou falou para mim não ter medo que ela estaria do meu lado, e tal, ela me encorajou, no caso.

E aí do nada eu tava voltando do Senac, se eu não me engano, e eu conheço uma mulher trans né, uma professora aliás, eu não sei mais ou menos onde ela trabalha, mas ela também trabalha aqui em Cubatão e eu já conheci há muito tempo porque ela não tipo uma amiga da família assim, pelo menos da parte da minha mãe, e eu cheguei para ela e perguntei como que foi, dizer como foi, como que eu posso dizer, começar a usar hormônios né? Tipo toda mudança no corpo dela, e ela falou Poxa foi tranquilo, as pessoas não me apanharam nem nada, mas eu fui à luta ne, e eu achei incrível né porque tipo é uma pessoa que eu conheço há muito tempo, desde antes de mudar. E aí eu fiquei tipo nossa tipo a pessoa ganhou tudo sabe, tipo não foi uma luta fácil, acho que ainda não é né? Mas eu fiquei muito feliz e aí nessa ida para casa, porque eu tava conversando com ela no ônibus né?

Eu cheguei para minha mãe e mandei mensagem, tipo “mãe eu sou um garoto tá ligado”, eu simplesmente cheguei e falei do nada. E aí ela ficou tipo “ah eu já sabia sobre isso e tal”, mas é complicado, aí a gente conversou e tal, só que eu fiquei muito emocionado no dia porque tipo eu tive uma coragem que eu não sei da onde eu tirei ali, na hora, por mais que tenha sido pelo WhatsApp, tipo eu ia conversar com ela depois, mas deu a coragem ali na hora eu falei. A gente teve uma conversa e tals, e

foi prosseguindo, aí eu fui para o Senac, se eu não me engano, era minha professora Vanessa, uma loira, não sei se você conhece. E tipo ela só me chamou pelo meu nome morto uma vez só, mas bem baixinho, foi muito engraçado que foi bem baixinho. E aí eu cheguei para ela falei tipo, eu procurei né porque tem tudo aquilo de procurar achar o nome certo né, eu demorei uns dias, tipo eu escolhi uns 5 nomes e até eu me identificar com algum, meu Deus, foi uma noite em tanto sabe.

E aí, depois que eu defini qual era o nome que eu me identifiquei, foi engraçado que eu nunca pensei nesse nome também, eu cheguei para a professora e falei “eu posso mudar meu nome na chamada?”, ela pode, no Senac a gente pode usar nome social e tudo. Eu fiquei muito feliz, eu ia começar do zero, em um lugar novo, com pessoas novas, que não sabiam o meu nome de antes. Então eu ia poder ser eu, sabe, eu fiquei muito feliz. E aí tipo, eu fui levando isso para casa, dessas coisas sobre eu ser uma pessoa trans, não foi fácil porque tipo eu mudei a minha identificação né? Coloquei que é o nome social no RG e foi um baque muito grande né, porque eu postei no Facebook tal. E chegou até o meu pai né no caso e foi muito ruim porque eu tava no Senac, e aí ele me ligou e começou a falar muita besteira, que eu não podia colocar nome de Deus e que Deus não tinha nada a ver com essas coisas de ter conseguido colocar o nome social, que era uma coisa errada, que Deus não gostava disso, que ele não gostava disso.

Aí eu fui para casa, eu nem fui estudar, fui para casa chorando, porque ele tava me dizendo muitas coisas ruins, e ele tirou um dia aleatório, que ia comprar meu notebook para poder usar no Senac, e tirou um dia aleatório para me tirar para conversar né? E tipo foi engraçado que ele sempre faz isso, sempre fez isso na minha vida inteira. Tipo ele deixa a gente ficar sozinho, tipo eu com ele, para dizer coisas ruins sabe, para me deixar mal. E ai a gente foi para Avenida, a gente ia comprar notebook, e aí ele veio falar sobre o fato de eu ter me assumido trans né, e aí, ele começou a falar que tipo eu tava fazendo coisas erradas, que ele não sabia se a minha mãe tinha orgulho de mim mas, ele não tinha, não me considerava filho nem nada, que ele tinha vergonha de andar comigo na rua, que tinha vergonha de eu fazer parte da família dele por eu ser o que eu era e ai eu tive uma crise de ansiedade na hora né?

E aí eu fui embora, eu fui chorando né? Porque tipo a gente não espera que um pai diga essas coisas, a gente vai espera apoio da família. E aquilo que fala né tipo família não é só a de sangue só né, a gente pode achar família em outros lugares.

E aí tipo, ei segui em frente né, Tipo eu ligo para essas coisas, me afetam também mas eu sei lá, deixei de lado, essa é minha luta, eu vou continuar com isso, não é uma coisa que eu escolhi, é uma coisa que eu sou, já é de mim desde sempre, eu não vou deixar essas coisas acabaram porque minha família não aceita, eu tenho alguns amigos e que me aceitam, que eu sei que vai estar do meu lado.

Meu irmão, por mais que ele não faça parte, ele, eu posso acho que eu posso dizer que ele é um aliado né da comunidade LGBT. Tipo ele é uma pessoa diferente, por mais que ele seja religioso, também ele tem uma mente aberta e ele tipo me dá um apoio também, ele sempre diz que eu não posso parar com fato da comunidade LGBT, que não tenho que desistir dessas coisas porque não é errado, pelo menos ela entende que não é errado, é quem a gente é, e eu sei que é assim, tipo pelo menos o meu irmão me apoia, eu tenho amigos que me apoia mesmo que os meus pais eles não gostam disso, minha mãe até melhorou um pouco em relação a me relacionar com garotas, mas em questão a transexualidade, ela finge que isso não acontece, que eu não sou isso, não respeita meu nome social mas em outras questões ela tem que tranquila, tipo não age com preconceito.

Eu ainda moro em casa né, é um pouco mais boa eu consigo ter uma conversa com ela, mas não sobre transexualidade no caso, mas é um pouco mais tranquilo hoje em dia.

PESQUISADOR: Maravilha você acredita então que tá havendo uma transformação assim na tua família, um pouco lenta mas tá?

PEDRO: É um pouco lenta mas sim.

PESQUISADOR:: E quando a gente pensa nos ambientes escolares que você já passou, então, a sigla LGBTI, você falou um pouco da sua trajetória na família, e citou aí uma professora trans que te deu um olhar sobre o que você poderia ser e viver. Em relação às escolas assim, falou um pouquinho do Senac, mas e outras relações escolares que você teve e a questão do movimento LGBTI, como você se sentiu pelas escolas que você transitou?

PEDRO: Humm, então, no fundamental, que eu estive em duas escolas no fundamental ne, porque eu sofria bullying ai eu tive que mudar de escola. E ai, se eu não me engano, eu estudei no Julio Conceição, eu tinha mudado no terceiro ano para cá. Como no começo eu não sabia né, como eu me assumi com 12 anos foi tranquilo sabe, no caso com a letra L [lésbica] né, eu, as pessoas me tratavam normal, tipo era

tranquilo até de ter muitas pessoas né lgbt na época também já, outras adolescentes, então, era mais de boa. É que com menino sempre foi um pouco mais complicado né, não tem a questão de maturidade, ainda mais naquela época, mas com as outras pessoas eram de boas, eu tinha uma amiga que também se assumiu depois por eu ter me assumido, e tal, e era tranquilo, porque os meus amigos eles na minha sala em si, as pessoas, elas eram muito em empáticas, não tinha problema os garotos também eram empáticos, eles me tratavam de igual para igual, sabe, então era bem tranquilo. Agora, no ensino médio, eu acho que se eu tivesse me assumido trans, não teria sido, como que eu posso dizer, na educação seria um pouco mais difícil porque não tinha aquela tecnologia, eu não sei se já tinha, mas acho que não, de ter o nome social, tipo de colocar na chamada, essas coisas, seria um pouco mais complicadas.

Mas em relação na época que tinha me assumido, era muito mais tranquilo também né, porque eu tinha professores que também eram da comunidade LGBT também, então, não tinha como sofrer um tipo de preconceito porque também taria lidando com eles né, e muitas pessoas também. Lá na escola que era no Ary de Oliveira Garcia, também era um LGBT é uma escola conhecida aqui da cidade que é uma das escolas mais famosas né, e eu não tinha problema com isso, sabe, tipo com questão de preconceito, essas coisas, eu já sofri talvez na rua, mas na escola não, tem toda a questão de segurança do aluno, e, eles preservam isso também, mas não tinha essas coisas.

PESQUISADOR: Então isso no ensino médio?

PEDRO: Isso, no ensino médio.

PESQUISADOR: No ensino médio você acha que foi muito mais acolhido do que no fundamental, e os buliying que você contou que sofreu, você acredita que foram motivados pelo fato de você ser LGBT?

PEDRO: Olha, Provavelmente sim também, porque tipo as pessoas se incomodam com aquelas pessoas que estão quietas, e, tipo eu sempre demonstrei ser diferente, eu sempre tive um estilo diferente. Então as pessoas se incomodavam, as garotas se incomodavam, sabe

Deviam me achar estranho e eu sofria bullying para caramba, eu apanhava demais na escola e não tinha o que fazer também, porque os professores não faziam nada, a diretora também não fazia nada, não adiantava reclamar porque não mudava nada,

porque tipo só os pais que educam, então, se os pais não resolvem, então não adianta muita coisa.

PESQUISADOR: E você já chegou a trabalhar alguma vez? Já teve alguma experiência de trabalho?

PEDRO: Sim eu fui jovem aprendiz no camps aqui de Cubatão, é porque eu já tinha uns 15 quando eu comecei a trabalhar acho que eu tava com 16. Então eu já tinha sumido né? Eles, nunca tive problema com isso lá né? Lá, claro, eu tinha amigos lgbts e tudo. Meu melhor amigo na época também tava se descobrindo bissexual, também lá, eele não tinha problema com isso. Na empresa que eu trabalhei também eles não tinham problema com pessoas LGBT né ? Tinha aquelas complicações de outras funcionárias, né tipo, Teve uma época que eu tava trabalhando lá, foi meio sem noção né, mas os caras tentavam, eles faziam aposta pra saber que gênero eu gostava, essas coisas. Eu achava estranho, porque eu fiquei sabendo eu fiquei tipo, mano Vocês não tem que fazer sabe, eu só pessoas próximas né, no caso que eu conversava lá, sabiam e tals a minha sexualidade e não tinha problema de me abrir falar sobre isso, só foi esse caso que eu achei muito sem noção, os caras fazerem aposta para saber, invés de perguntar sei lá, mas só foi esse problema que eu tive lá dessa aposta na empresa e tal.

PESQUISADOR: Em relação ao nome social, no camps, você pode usar?

PEDRO: Então, o nome social, não. Até quando como eu já sabia sobre a transexualidade Na época, eu não sabia como funcionava né? E eu acho que na empresa, não sei, se eles já estavam adequados para isso. Na época mas eu não sei se teria problema no Camp né?° Eu até hoje em dia, eu acho que quando eu estava com 18, eu até pensei em mandar né De novo, não sabia se podia ser aprendiz com o nome social já direto no currículo, mas eu não sabia se tinha problema ficar com um pouco de medo né? Mas eu não sei se já tá adequado para isso mas eu acho que na época não.

PESQUISADOR: Então, você utiliza ainda o nome social ou você já fez a retificação?

PEDRO: Sim, sim [usa o nome social]. Eu coloco o nome social no currículo e tals. Eu as vezes fico meio receoso né, porque eu fico será que eu vou ter que usar meu nome morto? Pois me sinto desconfortável e aí eu deixo meu nome social mesmo sabe? Eu não sei se na hora da entrevista eu vou ter que explicar. Eu fico meio com medo, mas tipo, eu ainda não tive nenhuma entrevista depois que eu me assumi ainda, porque tá

complicado né? Mas eu conheço pessoas trans que trabalha e que não teve esse tipo de problema, acho que algumas empresas já estão adequadas com o nome social.

PESQUISADOR: Você pretende retificar seu nome? Ou pretende viver só com o nome social?

PEDRO: Então eu já quis, na verdade, eu quero retificar meu nome, colocando a certidão de nascimento. Eu até busquei saber quando eu fiz 19 né? Eu fui saber como que fazia para mudar e tal. Não é muito barato né no caso, mesmo eu não pagando alguns documentos mas eu fui saber qual era o valor, como que fazia tudo fui no como que se chama, em Santos,como que chama, eu esqueci

PESQUISADOR: Cartório?

PEDRO: Isso, no cartório tudo. Eles me passaram como que era eu tenho em mente mudar né só preciso tá trabalhando e eu não sabia se para mudar o nome, eu teria já que tá fazendo uso de hormônios essas coisas, mas eu acho que não, no caso, não sei mais ou menos.

PESQUISADOR: Não precisa tá bom? Nem de hormônio nem de cirurgia. No cartório foi tranquilo?

PEDRO: Eles perguntaram meu nome né? Eu falei meu nome social e tals, eles foram muito empáticos também, foi muito legal, e conversaram comigo tranquilo, tipo assim, você precisa de tal documento, a gente pode fazer esse de graça para você até fornecer os documentos de graça para mim, que eu só precisava conversar, no caso, com o juiz, mas me informaram tudo direitinho, me trataram super bem, foi tranquilo.

PESQUISADOR: Que bom, então esse cartório está instrumentalizado. Falamos um pouco de escola, agora conta pra mim como foi ou como é sua relação com o Senac.

PEDRO: Então, como eu tinha dito, eu me assumi no começo do curso ne. Então foi muito tranquilo. A professora falou pra mim que o Senac já era adequado para o uso do nome social. E aí ela tinha até mencionado sobre você também, falou de outros alunos também.

E aí eu falei tá, tá bom, eu vou lá na secretaria e eu arrumo, na verdade, ela falou que eu podia ir lá ou ela podia fazer isso por mim também. Antes mesmo de eu ter definido o meu nome social na minha RG até ,eles falaram que podia colocar se eu me sentia desconfortável né com o nome morto tudo.

Aí eu fui lá tranquilo né, aí eu mudei tipo foi uma conquista sensacional né? Que é muito difícil de ter isso nas escolas e os alunos me respeitavam de igual para igual,

era bem legal até porque eu tinha um colega homossexual na sala, foi o primeiro a conversar comigo tipo de ter percebido que era uma pessoa trans e tal, e ele veio conversar comigo, perguntou como eu me identificava. Os professores também são maravilhosos, tipo sempre respeitaram, sempre perguntaram como eu queria ser chamado, essas coisas.

E teve a questão do banheiro, nossa com questão do banheiro, fiquei muito aflito, porque eu esperava acabar a aula né que era tipo 3:30 para poder chegar em casa e usar o banheiro. Porque eu ficava com medo né, não sabe tipo, eu vou entrar no banheiro feminino as meninas vão olhar com uma cara estranha, eu vou entrar no banheiro dos homens e vão me olhar com a cara estranha, tipo será que eu vou tá faltando de respeito com algum desses ambientes sabe?

E aí eu cheguei para minha professora, e perguntei se tinha algum problema eu usar algum dos banheiros, porque eu não aguento mais esperar chegar em casa.

Aí ela falou “poxa, aqui não tem esse problema de usar algum banheiro, o que você se identificar você usa”.

Ai eu fiquei, cara eu fiquei muito feliz, nossa velho, que bom. Porque é muito ruim você usar o banheiro em lugares públicos. Primeiro que, tipo para homens trans, tem lugares que não tem porta também ,tipo é ruim de você entrar no banheiro feminino que as pessoas ficam te olhando estranho.

E aí na escola foi muito de boa, eu comecei a utilizar o banheiro masculino e tipo os alunos não falaram nada, me trataram normal, as faxineiras também. Então foi tranquilo sabe, a escola é maravilhosa, eu tipo super me sentir abraçado lá, então dessa causa todas as pessoas lá me tratavam bem, como eu era realmente, e me respeitavam bastante, então, basicamente eu sempre considerei o Senac minha primeira casa, eu gostava muito de ir para lá então já chegava 3 horas ficava até 10 horas da noite lá.

PESQUISADOR: Então, foi uma experiência positiva?

PEDRO: Sim, completamente.

PESQUISADOR: Se a gente fosse fazer um comparativo, você falou que sua trajetória escolar ai, no ensino fundamental, ensino médio e o curso no Senac, no Senac você fez técnico?

PEDRO: Isso em ADM.

PESQUISADOR: Já concluiu ou está em andamento?

PEDRO: Em andamento, eu ainda to esperando umas ligações para mim poder fazer as aulas pendentes que eu to devendo.

PESQUISADOR: Por causa da Pandemia?

PEDRO: É então assim, como eu tenho depressão e ansiedade, tem meses no ano que eu fico péssimo demais, que eu não consigo sair da cama e ai pegou bem no finalzinho do curso, eu fiquei bem mal, fiquei sem ver as aulas por uns dois meses, e ai eu não saia de casa nem nada. Não conseguia ver nada, não tava conseguindo sair da cama nem nada. E ai eu não fiz essas aulas. Eu conversei com o professor e ele falou para mim não trancar, e ai eu consegui fazer algumas e to esperando para fazer as que faltam.

PESQUISADOR: Se a gente fosse fazer um comparativo então, entre esses três momentos, a escola de educação básica, o ensino médio e o ensino técnico no Senac, diante dessas experiências, você percebeu alguma diferença em estudar no senac?

PEDRO: Sim.

PESQUISADOR: Você acha que o Senac é um local seguro para pessoas lgbti?

PEDRO: Acho, sim. Aqui mesmo quando as pessoas perguntam sobre técnico eu sempre falo do Senac. Até porque o ensino é muito bom, os professores são ótimos, para pessoas da comunidade é ótimo também, porque já é adequado, a gente tem professores que são da comunidade, o ensino é maravilhoso e eu sempre recomendo, eu sempre falo que é um lugar que você se sente bem, se sente em casa, não tem nenhum tipo de discriminação ou preconceito, então é um local completamente seguro.

Transcrição da entrevista com "MARIA"

Data da entrevista: 20/06/2021

Duração: 33 min.

PESQUISADOR: Me fala tua idade, se você se identifica com alguma cor/raça, se você segue alguma religião, cidade, escolaridade, profissão.

MARIA: Tá, muita coisa, nome ne? Luiza de Souza Rodrigues, 21 anos, raça ne, branca, ah, religião, não, não sigo nenhuma, profissão, não to trabalhando nem estudando.

PESQUISADOR: Em relação à sigla LGBTI+, outras identidades e afetividades, com qual você mais se identifica?

MARIA: Acho que no contexto geral, seria pansexual mesmo. De início, bissexual, mas eu acho que para mim, acaba sendo a mesma coisa algo que englobe tudo assim, então.

PESQUISADOR: Para você, uma tradução da sigla P seira englobar todas as pessoas?

MARIA: Acabo não tendo muita distinção, não é uma questão grande para mim, então. Para mim são muitas coisas que contam, então.

PESQUISADOR: Independente de gênero, essas questões?

MARIA: Exato!

PESQUISADOR: Maravilha. Em relação a sigla P com que você se identifica mais, como você vislumbra, sendo uma aluna que se viu bissexual, pansexual, essa relações lgbti+ nos espaços escolares que você passou?

MARIA: Na escola, é, o que estávamos conversando, eu acho que a escola não está preparada para pessoas como a gente, num geral. Não existem propostas, não existe preparo, treinamento, então, falta muita, realmente, compreensão e, como poderia dizer assim, acho que falta realmente esse preparo, pois a gente sente muitas vezes, tanto por situações, não vou dizer de mim, mas que eu conversei com pessoas próximas a mim, que a gente sente que quando esse tipo de coisa acontece no âmbito escolar, uma pessoa LGBT aparece ou alguma situação acontece, é, geralmente, o corpo docente, a diretoria, eles tem muito despreparo, eles ficam sem saber como reagir, eles não tem absolutamente noção nenhuma do que fazer, é, por exemplo, coisas mínimas assim, de diferença entre gênero e sexualidade, né? Muita gente ainda acredita que um homem gay é uma mulher, não sabe qual é a diferença, sabe, então, fica uma coisa, tem esse despreparo que vem da falta de conhecimento, eu pessoalmente, acho gravíssimo, porque é óbvio que existem, assim, está dentro da sua realidade, né, só que quando você é professor, quando você é diretor ,trabalha com educação, você vai enfrentar e conhecer pessoas muito diversas, você vai conviver com alunos com deficiência, você vai conviver com LGBT, negros, seja o que for. Então, você precisa saber o básico, você precisa pelo menos saber como tratar, você precisa pelo menos saber respeitar o pronome que aquela pessoa quer ser

chamada e tudo, e assim, da minha experiência pessoal, realmente, não tem esse preparo.

Eu até comentei com a [nome de uma professora] de sair do curso tudo né, que teve um feedback sobre o Senac tudo, porque assim eu vim de uma escola de ensino médio, principalmente, porque assim, Acho que tem uma pergunta sobre isso como é que foi essa questão da sexualidade tudo, e assim, eu meio que me assumi no ensino médio antes disso, creio que foi entre o primeiro e segundo, antes disso eu me considerava hetero, estava dentro daquela normalidade, então, na escola principalmente, antes de eu me assumir, já tinha visto casos, porque assim, é, acho que você vai se identificar com isso também, a gente não anda muito dentro do que é esperado, então já tinha amigos gays e tudo, e eu via assim, ne, relatos, teve ate um episodio de um colega que começou a namorar outro menino e chamaram o pai dele na escola, foi tudo uma comoção muito grande e ai eu vendo isso tudo, e ai, eu me descobri ne? Comecei a namorar, inclusive, é minha atual namorada, a gente tá junto até hoje. E assim, falando de ambiente escolar mesmo, foi muito, muito difícil para mim. O ensino médio foi muito difícil. Porque eu vivenciei situações que eu nunca tinha vivenciado na minha vida, sabe, tipo, de assim, você me conheceu, você deu aula para mim, eu sempre fui meio que desse jeito, um pouco questionadora, mas tipo, eu sempre fui muito dentro da linha, muito respeitosa, sempre levei isso independente de onde eu tivesse. Então, eu raramente tive grandes problemas assim, né? De outras questões, só que tudo isso mudou quando eu comecei a namorar uma menina, é, o tratamento mudou muito, é, tinha professores que diziam que a gente incomodava, que assim, é, constrangia a gente mesmo, porque assim, a gente sempre foi muito muito unida, mesmo antes de namorar, a gente era amiga e tudo. E, de repente, quando tudo isso aconteceu, a gente via, falando de professores, mas também teve de alunos...Mas assim professores e tudo eles tinham um olhar diferente, aquilo incomodava, as vezes, eles interrompiam a aula para falar que estávamos muito próximas, que isso, que aquilo. Tinha uma, uma secretaria, uma inspetora, ela seguia a gente ate o banheiro para ver se a gente não ia ficar fazendo sei la o que que ela achava que a gente ia fazer, era bem estranho, e para mim, principalmente, que eu nunca fui de fugir muito da norma, aquilo me chocou muito. Parece que o que eu era anulava todo o resto: eu ser uma boa aluna, eu ser uma pessoa dedicada, eu ser respeitosa, tudo isso anulava.

Então, basicamente no meu segundo, terceiro ano, eu tive bastante, bastante problema na escola. É você não foi o meu primeiro professor trans. A minha primeira professora trans foi nessa escola e ela foi expulsa. Foi demitida, primeiro que ela não falava sobre isso, ficava aquela especulação, sabe, naquele campo de “Aí, a Rafaela, tem alguma coisa diferente”, bem constrangedor mesmo. E ela nunca assumiu isso diretamente. E ai, tinha sempre muito incomodo em reunião de pais, pessoas questionando, a própria diretoria, sempre tinha algumas brigas que, assim, você começa a perceber que não é só por conta, sabe, dos motivos que estão sendo ditos. Existe uma situação ali, constrangedora. Então, é bem complicado, eu sinto que realmente assim a gente vive numa sociedade bem conservadora e isso se reflete dentro da escola. A escola não, na maioria das vezes, não foge dessa norma. Na maioria das vezes, os professores, em si, não estão preparados, eles seguem princípios, ética própria, que muitas vezes ela exclui esse tipo de aluno [LGBTI+], feitas condutas de realmente ódio, não tem outra explicação assim, realmente é bem complicado, bem complicado.

PESQUISADOR: Você falou do ensino médio, você o fez todo em uma única escola ou chegou a trocar de escola?

MARIA: Não, olha, deixa eu te falar minha bateria tá pra acabar, a minha bateria é péssima, então se acabar eu vou, a gente carrega e refaz... Enfim, eu fiz tudo na mesma escola foi em uma ETEC aqui de Praia Grande.

PESQUISADOR: Então, escola pública, maravilha. E durante a educação básica, antes do primeiro ano, você também sentia alguns empecilhos desse tipo? Até o nono ano assim?

MARIA: Eu fiz o meu ensino fundamental no SESI de Cubatão, que ai é privado. E assim eu não sentia na pele porque eu como falei, minha descoberta foi depois, mas eu tinha amigos que sofreram muito em relação a isso. É, no SESI, uma realidade já assim, não tenho muita propriedade para falar assim, mas de percepção, uma realidade maior era o bullying que acontecia la, e com esse bullying, uma omissão dos professores em si. Então, eu não presenciei nem das pessoas que eu tive contato, é que ate hoje eu tenho alguns amigos de la que comentam e tudo, de assim essas situações, constrangedoras, de professor humilhar e tudo, que nem eu passei, mas o que acontecia era muito bullying. Eu tenho um amigo, que ate hoje ele é meu amigo e tudo, que ele nossa, ele sofreu muito nessa escola! Tinha um grupo de meninos,

que assim, infernizava a vida dela, tocava nele, assediava mesmo, pegava ele no banheiro. Meu, era uma situação horrorosa, e ninguém fazia nada, os pais deles não faziam nada, os professores também não. Ele até comentou uma vez, a gente bem mais velho, ele falou “nunca vou esquecer a professora de geografia que falou pra mim assim, mas você não pode ter tanta, tanta raiva pelo fulano la – que era o que mais fazia – porque ele não sabe o que faz, ele não faz na maldade, para ele, é brincadeira!”.

PESQUISADOR: Pesado!

MARIA: É, tá entendendo. São as micro violência, a omissão também, que também é uma violência. Qualquer pessoa que está em um contexto fora, assim, eu me coloco muito, as vezes você olhar uma turma de crianças, você vê aquele menino mais afeminado, ou a menina que, mais, meio que maria moleque, você vê que é diferente, você vê que os outros deixam pro lado. Se você não faz nada, se você não tenta, no mínimo, incluir aquela criança ou o estudante, da idade que for, tentar interferir de alguma maneira. Para mim, você está colaborando com essa violência.

PESQUISADOR: Isso que você me conta, aparece bastante no texto que eu te mandei. Tem bastante relatos. Isso que você contou de mudar o tratamento, principalmente.

PESQUISADOR: E conta pra mim então, você contou do SESI, depois teve um percurso na ETEC, e em qual unidade do SENAC você estudou e como que você visualiza essas questões de gênero e sexualidade em relação ao SENAC e as demais escolas que você estudou?

MARIA: Eu estudei no Senac Santos , fiz aprendizagem lá, e essa, assim, até hoje eu custo acreditar as coisas que eu vi no Senac, de verdade, assim, não assim eu custo acreditar que realmente ambientes assim existem. Eu realmente não tava preparada para isso.

O curso que eu fiz foi relacionado ao meu primeiro emprego como aprendiz. Então eu tinha uma expectativa de mercado de trabalho muito diferente né? De ouvir relatos dos meus amigos, que a gente sabe que isso acontece, que assim como na escola, se alguém descobre se você tem um jeito diferente essas coisas, vão tratar, vão fazer piada, vão excluir, as vezes até na própria entrevista você não passa, todas aquelas questões. Então, assim, quando eu consegui meu primeiro emprego eu já fui bem armada, assim, e o meu modo de me armar é me fechar. Assim, tipo, eu meio que

assim, eu tinha muito medo, eu acho que o ensino médio me criou também nessa questão, uma questão de sentir muito medo de que as pessoas descobrissem e começassem a me tratar de jeito, sabe, diferente de normal. Tinha muito medo de estar fazendo uma amizade e ai a pessoa parar e não querer mais falar comigo, porque isso acontece, né? Infelizmente, então é, antes do SENAC, eu passei pela FACULDADE, fiz um ano e meio, e lá foi até que bem tranquilo, é foi mais em questão de alunos, tipo aquelas micro agressões que a gente fala, o preconceito, e tudo. Mas ai quando eu entrei no SENAC, eu ainda tinha muito vivida a memória do ensino médio. E, eu fiquei assim muito chocada, reverteu todas as minhas expectativas para o lado positivo, porque assim, você via claramente que, eu acho que existe uma diferença muito grande porque eu acho que isso que é o importante, é quando vem algo do treinamento dos professores, quando é algo que tá na cultura da empresa né? Algo que é, aquilo é discutido, que não é assim, por exemplo, o professor Daniel é um homem trans, então, ele fala sobre diversidade porque ele inventou de falar. E ai a Marina, dando exemplo, ela é uma mulher evangélica, então ela vai dar aula de religião. Não, não é isso. Todos os professores pelo menos pelos que eu passei, tive breves experiencias, você via que eles tinham um mínimo de conhecimento em diversidade, você via que eles tinham o mínimo de respeito pelo espaço pessoal dos alunos. Uma coisa que eu achei muito interessante assim, foi a questão de que a maioria das minhas aulas foi remota, foi ead e tudo, e assim eu senti como era importante o respeito pelo espaço dos alunos ne? Porque o curso de aprendizagem que eu fiz ele trabalha muito autodesenvolvimento, questões pessoais, sonhos, projetos, então, as vezes, certos assuntos, não são muito confortáveis de se falar. È, assim como eu comentei com você antes de começar, as vezes, o aluno não está em um ambiente confortável, para virar e falar sobre a sexualidade dele, para virar sobre o machismo que ele sofre, ou seja o que for. Eu mesma passei muito por isso, muitas aulas que eu fiz, do Senac, porque esses assuntos são colocados em pauta, é discutido, de uma forma muito, é, assim, sem julgamento, eu acho isso bem importante. Porque também não dá para pender pro outro lado assim, eu achava isso muito admirável, a postura dos professores, e a forma como as aulas eram conduzidas, porque assim, não tinha julgamento. Por exemplo, eu sou uma pessoa entende um pouco mais de diversidade por causa da minha trajetória. Mas se vir um outro que não tem a mesma, pô cometi aquela gafe, falava um negocio nada a ver,

tipo assim, não era rechaçado, também não tinha constrangimento para esse lado, porque assim, eu realmente não acho que a gente, tem que acolher pessoas que falam preconceito, não é bem isso, mas assim, está todo mundo num ambiente escolar aprendendo, as vezes, realmente, como eu falei, tem muita gente da minha idade, que não sabe a diferença entre gênero e sexualidade, não sabe a diferença entre um trans e uma travesti, ne? Fala traveco, seja o que for, então, assim, é existia esse acolhimento, tanto da pessoa que ela já tinha um background do assunto, quanto daquela pessoa que tava aprendendo. As veze você via ne? É pessoas comuns e tudo, com posicionamentos bem contrários ao que tava sendo discutido e, pelo menos o que eu sentia, eles eram muito acolhidos, eles tinham espaço para falar, pra as vezes expor, o que achavam e tudo.

Então, assim, o SENAC ele me surpreendeu. Eu me senti acolhida. Para mim foi um grande choque. De verdade, assim. Porque, quando você começou a dar aula, o pessoal comentava, “ah então acho que o professor Daniel é trans”, eu falei, “eu acho impossível”, infelizmente, com certeza eu fui até um pouco simplista, como se pessoas trans não pudessem chegar onde você chegou. Mas assim no meu mundinho, nas minhas vivências, é, das coisas que eu ouvi na minha vida, da minha família, da família da minha namorada também, você não vai chegar a lugar nenhum sendo isso, se você não esconder.

PESQUISADOR: E não tá errado, geralmente, não chega mesmo.

MARIA: Então, é bem difícil.

PESQUISADOR: Mas estamos chegando!

MARIA: A gente fala rindo para não pesar.

PESQUISADOR: O assunto, ele é pesado mesmo... E você mencionou um pouco o trabalho, como você enxergou nessa experiência de trabalho essas relações de gênero e sexualidade, nessa empresa?

MARIA: Na minha empresa, também foi uma grande surpresa, né? Eu esperava que fosse bem pior, pior mesmo, mas, na [nome da empresa], tem iniciativas bem bacanas, já se fala, já se conversa sobre diversidade. É, tem, principalmente para o pessoal mais novos, os funcionários, a [nome da funcionária da empresa] principalmente, que trazem essas questões, essas pautas. Trazem esse conhecimento que, infelizmente a maioria das pessoas não tem, ne? As vezes por não conviver mesmo. Eu vejo assim, observo as pessoas ne? Pessoas hetero e tudo, e

elas não convivem com pessoas assim, então elas não sabem mesmo. As vezes é falta de assim, sentar e bater um papo, se elas sentassem e batessem um papo, por 15 minutos, ela ia entender. Mas não faz parte do convívio dela, não faz parte, enfim, então assim, na empresa tinha essas, iniciativas muito bacanas, no sentido de educar as pessoas. É uma empresa que lida com cliente, com público, então, houveram, eu presenciei treinamentos de diversidade. Ah você tratar com pessoas, ne, porque você está na rua você vai encontrar todo tipo de pessoa, não só pessoas iguais a você, então é importante a gente saber o básico e tudo. É bem bacana, eu via, na empresa em si, de funcionários e tudo, esse discurso de diversidade, era implementado, poderia ser melhor, mas assim era implementado, no sentido de ter pessoas diversas trabalhando, foi assim um ambiente bem favorável por assim dizer.

Eu cumpri a maior parte do meu contrato em home office, então, certas vivencias talvez eu não tenha tido, de conviver ali, de ouvir as piadinhas, aquela coisa toda. Mas do que eu consegui conviver, do que eu tinha acesso e tudo, é foi bem positivo, foi bacana.

PESQUISADOR: Então você acredita que por ter já estruturado algum desses treinamentos, trazer essas discussões dentro da empresa facilita para que o ambiente fique mais propicio pro cliente que represente as siglas ou até mesmo para o colaborador assim?

MARIA: Sim, eu acredito muito. É, eu acho, que nem eu tava falando da escola. Eu acho que certas coisas elas tem que vir de cima, porque se não fica uma coisa “ai a critério de cada um”, sabe. Que ai entra aquela coisa ne, tipo, historia de cada um, se não vier de cima, cada um meio que trata do jeito que acha que deve tratar, de acordo com suas vivências, de acordo com suas ignorâncias, e eu acho que não pode ser assim. Tem que ser, de certa forma, padronizado, né? O mínimo, essa base de conhecimento, de saber como tratar, porque, infelizmente, o básico, ele ainda precisa ser dito. Ah, respeite o pronome de uma pessoa, pergunta se ela é homem ou mulher, não pergunta o nome de batismo, infelizmente, assim, o nome de verdade. Então assim, precisa porque, as vezes, são pessoas que elas nunca tiveram em contato com uma pessoa trans, então, uma pessoa trans.

É, eu acho assim, até falando de LGBT no geral, acho que as pessoas tem mais familiaridade com o gay assim, o gay, aquele criado pela mídia, aquele cabeleireiro divertido, meio afeminado. Então, isso é um pouco mais ali, né? Um pouco mais visto,

pelo menos, não vou dizer aceito. Mas é visto, se tem uma noção um pouco maior. Mas assim, pensar em mulheres lésbicas, não. Não, assim as pessoas, real, tipo, em ambiente escolar, eu já fui perguntada mas você quer ter filho, como você vai ter filho? Você não tem como ter filho.

Assim, pelo que tenho de visão, quando se trata de casais de mulheres, e tudo, as pessoas invadem muito, a privacidade, é, desrespeitam, sexualizam, então tem muito assédio. As pessoas acham que, principalmente os homens, eles acham que assim, não sei o que eles acham, mas eles acham que dá para entrar no meio, alguma coisa assim, essas coisas.

Isso vem de um desconhecimento também, claro que vem também de questões de caráter e tudo, mas também vem desse estranhamento de algo que você nunca viu, que foge totalmente da norma.

Você nunca ligou um filme e viu isso, então, você fica meio, o que que é isso que tá acontecendo, como é que funciona, é impossível, né? É uma aberração, uma coisa muito diferente, então, tem que vir de cima. Voltando aquela questão que a gente tava falando, tem que vir de um treinamento, de políticas de tolerância zero, sabe. Não tolerar comentário, assédio, situações ne? Porque só quem passa por isso sabe o quanto é traumático.

PESQUISADOR: Sim, imagino, se a gente pensar em muitas empresas ainda, a gente acabou de ver o caso da CBF ai que a garota teve a coragem de gravar e tudo, depois, no desenrolar da coisa a gente viu que isso já vinha vindo há algum tempo. Ela já tinha acionada, inclusive, instâncias superiores e foi levado nesse patamar que você colocou, como se fosse justificável invadir a privacidade do outro.

ENVIADO, POSTERIORMENTE, POR E-MAIL:

Observação: pelas relações familiares serem conflituosas me virtude da sexualidade, Maria pediu para que essa pergunta não fosse feita durante a entrevista, pois, como mora com a família, poderia gerar desconfortos.

Relações familiares: minha família mais próxima (pai, mãe e irmão) e eu temos um relacionamento bem delicado. Eles sabem que não sou hétero (me assumi como bissexual pra eles pois achei que seria mais fácil de entenderem) e conhecem minha namorada, mas sempre invisibilizaram nosso relacionamento, tratam ela como amiga . Eles são bem distantes de nós duas, não concordam com a minha sexualidade, sinto

que apesar de qualquer traço de caráter, conquista profissional ou pessoal eu sempre serei a filha problema por namorar uma mulher. Na maioria das vezes sinto que meus pais não tem orgulho da pessoa que me tornei. Meu irmão já apresentou duas namoradas durante meu relacionamento de 4 anos e elas são tratadas bem diferente desde o começo. Tenho pouco contato com o resto da família, apenas com duas tias que também não sabem que não sou hétero, elas são bem religiosas então acho que se afastariam de mim se soubessem. Ambas conhecem minha namorada e ela foi apresentada como amiga.

Também acho importante citar sobre a minha sogra, pois ela marcou muito minha trajetória. A mãe da minha namorada é pastora evangélica e muito violenta, uma pessoa doente. Ela agredia fisicamente e psicologicamente a minha namorada, quando descobriu do nosso namoro ela estendeu as agressões à mim. A mãe dela me agredia verbalmente, ameaçava de morte, já tentou me agredir, e “me tirou do armário” para meus pais através de chantagem emocional. Minha namorada teve que fugir de casa em 2019 pois corria risco de vida e era impedida de trabalhar pela mãe. Tudo isso era motivado por uma crença religiosa, que é algo muito pessoal mas acaba influenciando socialmente na forma que uma pessoa LGBT+ é percebida na sociedade. Hoje minha namorada mora com a família do pai, que ignora a minha existência e não temos nenhum contato com a mãe dela.

Religião: como eu vinha dizendo na entrevista que fizemos, a religião influencia muito em decisões políticas e sociais no nosso país. Muitos direitos que a comunidade LGBT+ luta para conseguir são barrados pelas bancadas conservadoras e religiosas da política, que por crenças pessoais interferem na existência e dignidade de um grupo que já é tão oprimido. Acredito que esse é um forte motivo para a situação nas escolas ser tão graves para alunos que não pertencem a uma heterocisnormatividade. Não há políticas públicas de inclusão e informação sobre diversidade, e a forte crença conservadora enraizada nos profissionais da educação brasileiros os faz muitas vezes serem os causadores da opressão.

Transcrição da entrevista com “GABRIEL”

Data da entrevista: 14/06/2021

Duração: 35 min.

PESQUISADOR: Então fala para mim no teu nome, a tua idade, e se você se identifica com alguma etnia/raça e se você tem alguma religião qual é ?

GABRIEL: Então meu nome é Fábio né, Eu tenho 19 anos, eu sou branco né, caucasiano e religião não tem nenhuma.

PESQUISADOR: Atualmente Você mora em qual cidade Fábio?

GABRIEL: Hoje, atualmente, estou em Carapicuíba em São Paulo, região metropolitana.

PESQUISADOR: E a sua escolaridade?

GABRIEL: Eu tenho ensino médio completo né, também tenho o ensino técnico eu sou formado em fotografia né e essa é minha escolaridade

PESQUISADOR: E atualmente você trabalha Gabriel?

GABRIEL: Eu também trabalho, eu trabalho na c&a.

PESQUISADOR: Em relação a sigla LGBTQIA+, quais dela ou qual dela você mais se identifica?

GABRIEL: Bom, eu me identifico mais com o G do LGBT

PESQUISADOR: Em relação a esse percurso de construção enquanto um homem Gay/homossexual, como você vislumbrou essas relações LGBT dentro do núcleo familiar?

GABRIEL: Então, esse percurso, ele não foi fácil assim sabe. Ele não é fácil. Eu, pra ser mais exato, me descobri e lá por volta dos 13, 14 anos, eu me descobri bastante cedo, sabe so fui assumir, contar na verdade para minha família, aos 17 ne, então levou uns anos até eu contar efetivamente pros meus pais né. Hoje a minha família não sabe, quem sabe, quem deveria saber eram meus pais pois eu vivia sobre o teto deles. E eu contando ne, eu não tive uma boa recepção pela minha mãe, minha mãe não me aceitou assim de jeito nenhum, pelo contrário, no dia que eu contei ela tentou ir pra cima de mim. Então, foi um dia muito tenebroso assim, ela chorou por meses, ela viveu um luto sabe, parece que o filho dela tinha morrido. E, dois anos depois, eu fui expulso de casa. Eu acabei contando para meus pais em 2019, dia 8 de março de 2019, e passou-se dois anos, dia 08 desse ano eu acabei sendo expulso de casa, então, é meio recente, vai fazer uns três meses por aí ou já fez. Então, tipo, não foi uma batalha fácil assim sabe, a sorte que tive foi pelo lado do meu pai. Ele me deu o apoio necessário para conseguir segurar as coisas, não vou dizer que deu um apoio, um abraço, tipo filhão to com você, não, ele me deu o suporte necessário para eu

conseguir seguir minha vida e até hoje ele faz isso. Mas assim essa questão da minha sexualidade é uma coisa pequena perto da minha relação que eu tenho com minha mãe durante, alias, desde quando eu nasci. Sabe. Mas, enfim, não foi nada fácil e não é até hoje.

PESQUISADOR: E isso você atribui pelo fato de sermos LGBT?

GABRIEL: É então, principalmente a gente que é lgbt, a gente já carrega essa tendencia da não aceitação pela família, de ser expulso de casa, de ser morto e tal. Eu ainda me considero com privilegio sabe, apesar de eu ter sofrido tudo isso, eu ainda estou vivo né? Então diante de todas as pessoas da nossa comunidade ne, estar vivo, acaba sendo uma conquista, não mais um privilégio, mais uma conquista. De ter enfrentado tudo isso, de ter batido no peito eu sou assim e mesmo assim a gente tá aqui seguindo a vida. E, de uma forma ou de outra, eu tive que recomeçar e estou aqui bem atualmente.

PESQUISADOR: As trajetórias são um pouco parecidas assim , as vezes, a gente se ve na história. Então, eu tive o mesmo percurso que você, fica firme que vai dar tudo certo, vai passar uns perrengues mas fica firme. Então hoje você não mora com ninguém da tua família?

GABRIEL: Não, hoje eu moro sozinho ne. Eu morei assim de favor, com meu amigo. Eu morei 2 meses com ele. Esse meu amigo é trans, um menino trans, e ao contrário da minha mãe, a mãe dele me recebeu super bem. Ela quem fez o convite para eu morar lá com eles, e ela me ajudou, me deu suporte, ela realmente foi uma das pessoas que mais me ajudaram nesses conflitos ne. Mas ai depois de 2 meses eu acabei saindo e vim me arriscar a morar sozinho. Afinal de contas, a gente precisa do nosso espaço e eu sabia que estando lá iria ser por um tempo limitado né. E aqui estou sozinho morando.

PESQUISADOR: E aí está gostando da experiência?

GABRIEL: Ai bastante viu, é uma paz que eu estava querendo ir atrás e finalmente eu consegui. E realmente está sendo muito bom.

PESQUISADOR:: É difícil é as contas no final do mês ne?

GABRIEL: Menino nem me fale...Eu ainda sinto falta de alguns móveis, de algumas coisas....

PESQUISADOR: Mas nada substitui a paz.

GABRIEL: Nada substitui.

PESQUISADOR: Então, a gente falou um pouco da família, então em relação a esse percurso de construção da sua identidade sexual, da sua expressão como foi essas relações na escola?

GABRIEL: Olha na escola, nunca apanhei ne, nunca fui violetado fisicamente, ainda bem, espero que isso nunca aconteça. Durante a escola, quando me descobri aos 13, eu estava lá por volta do oitavo ano, nono ano, já terminando o fundamental II né? E nessa parte da minha vida assim, eu acabei tendo uma boa recepção né? Tive professores que me apoiaram, conversaram comigo, eu tive muita, muita orientação por diversos professores na minha vida e eu sou muito grato, isso me fortaleceu muito, no meu desenvolvimento pessoal e intelectual também. E em questão dos alunos assim, eles encaravam tranquilamente, alguns diziam “aí eu não concordo mas respeito”, aquela coisa bem ultrapassada que os conservadores dizem. Mas assim, nunca sofri nenhum tipo de preconceito durante o fundamental. Ai chega o ensino médio.

PESQUISADOR: Você trocou de escola ou era a mesma?

GABRIEL: Não, eu troquei. Ensino médio eu estudei em duas escolas, no primeiro ano do ensino médio eu estudei em uma que também era tranquilo assim. Eu nunca tive proximidade com garotos heteros cisgênero ne, esse sempre foi meu principal embate durante minha escolaridade assim ne. Então, tipo eles me olhavam torto aqui e eu aqui de boa, alguns se incomodavam, alguns tiravam um sarro, alguns falavam algumas coisas desnecessárias. Mas eu ia relevando, as vezes, eu ia retrucando, sempre fui afeminadissimo, então gostava de provocar mesmo, principalmente quando mudei de escola do segundo para o terceiro ano, eu entrei numa escola com uns garotos meio folgados, muito folgados na minha sala. E eu era aquela bicha que botava unha pustiça, passava na carteira deles com a unha, tentava provocar de diversas maneiras, principalmente quando rolava um debate né? Um debate na aula de Sociologia, na aula de Filosofia, então, eu botava mesmo a boca no trambone e amava ver eles furiosos, mas nenhum chegou a vir pra cima de mim. Então, assim foi um pouquinho intimidador, mas assim, não foi algo que carregasse traumas até hoje por isso.

PESQUISADOR: E você sempre estudou em escola pública ou teve alguma particular?

GABRIEL: Então, eu estudei mais em escola particular do que pública ne, então tipo, eu estudei os primeiros anos da escola foi na publica, então os seguintes em particulares.
PESQUISADOR: Então essas experiências que você teve, que você deu destaque, foi em colégios particulares?
GABRIEL: Sim, sim.
PESQUISADOR: Você considera que se fosse mensurar em relação a sexualidade, os professores foram bem acolhedores nesses colégios?
GABRIEL: Olha, nem todos. Alguns foram, alguns foram mas nem todos. Alguns assim me olhavam torto mesmo, alguns tentavam entender. Até hoje muitas pessoas tentam me entender. Eu tive uma professora muito querida no fundamental assim, metade do meu intelecto ela que me formou, ela que me orientou, eu aprendi muito com ela. Mas assim que eu me descobri, ela virou os olhos para mim sabe, então tipo, ela passou a agir diferente, agia de uma forma comigo na frente, mas pelas costas falava outras coisas para outros alunos, perdeu totalmente a ética que ela tinha profissional. E ai no ensino médio, eu cheguei a ouvir comentários de professores, eu lembro até hoje da minha professora de gramatica, no primeiro ano do ensino médio que ela falou que, ela era muito próxima com os alunos, principalmente comigo, mas eu lembro ate hoje de um comentário que ela soltou, ela simplesmente foi e falou assim “você é muito bonito para ser gay, você é um desperdício”. Eu sei que ela falou num tom de brincadeira, que ela mal imaginava que teria algo pejorativo ali. Mas eu guardo até hoje. Então isso meio que me incomodou. Por parte alguns professores me acolheram, por outros, nem tanto assim.
PESQUISADOR: E a parte da gestão assim, coordenação, direção você sentiu alguma coisa em relação a sexualidade?
GABRIEL: Eu senti mais no ensino médio, porque conforme foi passando os anos eu fui me descobrindo cada vez mais, eu fui me permitindo, principalmente no modo em que eu me visto ne? Então tipo, as vezes a gente tinha um pedágio no terceiro ano, ai eu inventava de por uma saia, de por um cropeed, de passar um rímel, eu passava muito rímel no ensino médio, e ai alguns coordenadores, alguns do secretariado, os diretores, acabavam me olhando torto, eu estudei em uma escola meio quadrada, mas mesmo assim, eu tentava me impor e opor a eles, então tipo, eu também lembro na época de ter criado o grêmio estudantil com um grupo de alunos, então, eu

participei disso, em debates políticos. Então sempre tentando sabe, ir contra a maré desses pensamentos na gestão.

PESQUISADOR: E dessa expressão da nossa cultura queer, você nunca foi chamado na sala de diretores e nunca te impediram de se expressar assim, de usar as roupas ou maquiagem?

GABRIEL: Olha eu não, mas alguns professores que eram LGBT la, que trabalham lá, sim. Mas eu não.

PESQUISADOR: De pedir pros professores agirem diferente assim?

GABRIEL: Sim, eu lembro que eu tive um professor de filosofia, lá nessa escola em Osasco e eu tive um professor que se assumia gay publicamente pra todo mundo. E ele passou diversas dificuldades la, era um grande amigo meu, ele me ajudou bastante. Ele passou por ameaças que tinham certos pais de alunos que não gostavam dos trejeitos dele, do modo que ele falava, principalmente, do pensamento e das reflexões que ele passava durante a aula. Porque era uma escola meio conservadora ne, com pais conservadores. Então, ele acabou sendo ameaçado diversas vezes, durante o emprego dele, tanto que ele acabou saindo ne, por causa dessas constantes ameaças.

PESQUISADOR: Então a gente comentou da escola, e em relação ao trabalho? É sua primeira experiência de trabalho? Você já trabalhou em outros lugares? E como você vislumbra ser um homem gay e o mundo do trabalho?

GABRIEL: É então, eu estou na CEA, vai fazer um ano e três meses mais ou menos, e é meu primeiro emprego, então tipo, na CEA eu me sinto totalmente bem sabe, la no ambiente de loja, não falo pelo corporativo, pelo empresarial, administrativo. Mas na operação de loja, é outra coisa sabe. Então, tipo la, la o que não falta é gay, lá ta cheio. Minha equipe, trabalho com uma equipe, a maioria são mulheres, e a maioria também são gay, meu líder de visual merchandising é gay, meu amigo mais próximo de la. Entao tipo, eu me sinto muito acolhido e eu vou muito mais além, eu me sinto bem vindo pela forma de me expressar. Alem de ser gay, eu sou muito afeminado, minha expressão de gênero ela é 90% feminina, ao passar dos anos eu fui trocando o meu guarda roupa, e hoje, majoritariamente, minhas roupas são femininas. Entao, eu me apareço na loja com calca chamativa, as vezes eu vou com blusinha de amarração, com cropeed, de salto. Hoje eu também tenho alongamento nas unhas, entoa tipo, eu sou muito presente na aparência, mas é uma loja que super me acolheu.

Não teve nenhum momento que eles falaram “não, vai trocar essa roupa”. E é uma coisa assim, hoje eu carrego um certo receio caso eu mude de emprego. Ultimamente eu tenho passado por umas entrevistas, entregado uns currículos, pois afinal eu estou de jovem aprendiz lá e a remuneração lá não me sustenta totalmente, então meu maior receio é isso é entrar em empresas que não aceitam meu jeito de ser, porque eu carrego como principio que eu não abriria mão do que eu sou para entrar em um trabalho, por mais que eu precise, necessite, afinal precisamos, é eu acho que eu não conseguiria me submeter por muito tempo sabe, isso me faria muito doente, eu abrir mão de muitas coisas para ser quem eu sou. Eu abri mão da relação com minha mãe, hoje eu não falo com minha mãe tem três meses, eu abri mão do conforto que eu tinha da minha casa, que tipo meu pai, principalmente meu pai me ofereceu. Eu abri mão disso tudo sabe, pelas minhas roupas que eu tenho no guarda roupa, então tipo, não vai ser ninguém nesse mundo, nem mesmo um chefe de trabalho, nem mesmo um estranho, nem mesmo um cara que eu conheço no Tinder, sabe, que tente me impedir de ser quem eu sou, eu não abro mão disso. Então, até no trabalho eu carrego esse principio. Eu acho que quando só há um de nós, em certos lugares, a gente carrega uma representatividade muito grande, então tipo, quando eu andava pela escola assim, e tendo só eu sabe, o único gay ali, assumido, afeminado, que tinha presença, que tinha voz, fazia uma grande diferença, e acaba incentivando outras pessoas né, a se assumirem, a se verem, a se enxergarem. Então tipo, por mais que seja um peso, carregar a representatividade sozinho, assim eu acho que para mais pessoas, acaba sendo bem primordial para ativar essas pessoas.

PESQUISADOR: E a gente só se acostuma com o que a gente vê, também acho importante. Então, no trabalho a experiência está sendo positiva. Pensando nessas questões que a gente colocou, então você passou por três, quatro escolas e você é um aprendiz, então seu curso no SENAC, está em andamento ainda, você consegue visualizar perto das escolas, das experiências escolares que você teve, alguma diferença com as experiências que você teve no SENAC?

GABRIEL: Como assim?

PESQUISADOR: Em relação a ser um rapaz gay como você mencionou e suas características, o que que você achou dessa experiência dentro do SENAC

GABRIEL: Olha tipo, eu falo, tanto no SENAC, quanto da minha passagem na ETEC ne, que assim foram escolas totalmente diferentes das que eu passei. Foi uma outra

recepção, uma outra gestão, eu acho que tipo, essas duas escolas tiveram uma mente muito aberta, são duas escolas que tipo sabe, viram, deram um porta voz para os alunos. Foram lugares que eu me senti totalmente bem em estar sendo eu, foram nessas escolas que eu acabei te contando que no ensino médio eu tinha um certo embate, um certo atrito com garotos heteros cis. Eu entrando na ETEC e no SENAC, foi um choque para mim, depois que eu saí do ensino médio, eu passei a ter contato com outros garotos do tipo né, eles me tratavam totalmente diferente. Então, antes aqueles heteros cis na escola que mal chegavam perto de mim, que tiravam risada quando eu passava, esses de hoje no SENAC e na ETEC, me recebiam com beijo no rosto ne, antes da PANDEMIA, queriam conversar comigo, queriam sabe, ter proximidade. Eu recebi esse choque, porque a gente acaba criando uma casca grossa ne, de defesa, eu principalmente sabe, com qualquer homem hetero cis que chega na minha frente. Então eu acabei tendo outra recepção e outro tratamento pelos gestores da escola, então eu recebi muito mais oportunidades, muito mais presença nesses lugares, então foi assim uma mudança bem diferente, não sei como explicar, mas foi uma reviravolta assim nesse âmbito.

PESQUISADOR: Então você chegou, nessa experiência com o SENAC, a estudar presencialmente antes da Pandemia, em qual unidade?

GABRIEL: Estudo na unidade de Osasco.

PESQUISADOR: Você teve aula presencial?

GABRIEL: Cheguei a ter.

PESQUISADOR: E você sentiu esse acolhimento na presencial e também na remota?

GABRIEL: Então foi tanto no presencial quanto no remoto ne. A gente acabou tendo, desenvolvendo bastante atividades, trabalhos, projetos, e era legal porque a gente tinha certos projetos que tinha que apresentar para outras salas, e as salas, a mesma coisa pra gente. E era legal tipo ver projetos com assunto LGBT no meio, com assunto sexualidade. Eu, inclusive, com a professora Camila ne, a gente teve umas aulas sobre diversos movimentos sociais, sobre gênero, sobre sexualidade. Então, ver uma escola tendo como grade curricular esses assuntos ne, nas matérias, é assim outra coisa sabe, é questão de parar e ver meu Deus parece que o mundo está mudando, é um passo de formiga, mas as coisas não são como antes mais. O que antes não era discutido, não era falado, hoje já é assunto de matéria escolar sabe. Hoje tá na minha grade curricular do meu curso, então no SENAC eu senti muito essa presença

da comunidade, tanto nos professores quanto os alunos. Não só eu, tenho certeza que a maioria dos alunos que são LGBTQIA+ se sentem bem vindos lá sim, tanto em questões de trabalho, de projetos, quanto durante as aulas, sejam presenciais ou remotas.

PESQUISADOR: Você tocou num ponto que é importante pra gente, não so na pesquisa, mas pra gente enquanto lgbt, que é a questão do currículo. Então, na Aprendizagem isso esta expressamente colocado de valorar a cultura LGBTQIA+ como um todo.

GABRIEL: Eu acompanho, mas tento não me aprofundar nesses assuntos sabe, e meio que um gatilho para mim, eu sei que acontece [discriminação], inclusive, assassinatos homofóbicos, transfóbicos, eu não gosto de ver isso, mas sei que tem muitos lugares assim que não são nada receptivos né, com a gente. Nada, nada. Então, querendo ou não é uma sorte para mim, estar nesses espaços ne. Inclusive o meu TCC da ETEC ele teve um viés muito grande de gênero e sexualidade ne. O título foi “Corpos desviados”, e dentro do meu relatório eu abordei muito sobre estudos de gênero, sobre sexualidade, então, eu acabei fazendo minha lição de casa ne, naquela época em 2019. Eu não cheguei a criar o projeto porque veio logo o vírus em cima, mas eu desenvolvi o relatório, eu apresentei e tipo, sabe, ter esse espaço para falar sobre isso, ter professores ouvindo, alunos ouvindo, gestores assim, é uma grande importância, faz total diferença nesses espaços.

PESQUISADOR: Então, você teve liberdade para fazer dentro desse tema e não sentiu ninguém fazendo com que você desanimasse da ideia assim?

GABRIEL: Não, eu tive total liberdade, total apoio da minha orientadora e tal. Então, tipo, eu desenvolvi sozinho e meus amigos também desenvolveram alguns com viés da nossa comunidade, então lá era um espaço [SENAC] muito da gente, encontrávamos muito pessoas como nós. Inclusive, eu conheci meu amigo trans, aquele que me acolheu na casa dele que fiquei durante um tempo lá. Então tipo, lá era um espaço totalmente respeitado pra fazer isso, então tinha total liberdade para falar sobre esses assuntos e eu tive e desenvolvi também

transcrição da entrevista com “JOÃO”

Data da entrevista: 08/06/2021

Duração: 40 min.

PESQUISADOR: Fala pra mim o teu nome, sua idade, se se identifica com alguma raça e/ou etnia, se possui ou segue alguma religião, a cidade em que reside, escolaridade e profissão.

JOÃO: Eu tenho 24 anos, me identifico com a cor branca, não tenho religião, acho religião limitante, resido na cidade de Santos, qual era as demais perguntas?

PESQUISADOR: Sua profissão e escolaridade.

JOÃO: Eu cursei um tempo do curso de Direito, mas não terminei né? Superior incompleto e estou desempregado.

PESQUISADOR: Em relação a sigla LGBTI+, com qual sigla você mais se identifica .

JOÃO: Eu me identifico com a sigla T, sou homem transexual. Também me identifico com a sigla G, de gay, homossexual.

PESQUISADOR: Maravilha, conta pra mim, em relação as siglas T e G, que são as que você se identifica conte um pouco dessa trajetória envolvendo as relações familiares.

JOÃO: Foi bem complicado, me descobri pequeno. Eu so podia ser o que eu quisesse ser quando crescesse, falaram de me internar. Deixei pra lá. Até os 18 anos quando pude seguir minha vida. Quando fiquei maior comecei as mudanças. Atualmente não é todo mundo da minha família que me trata no masculino, comparado com antes, ao menos não acham que eu só mais doente.

Fiz uma cartilha para minha família, minha mãe achava que era homossexual era um gay que queria ser mulher.

Atualmente, minha irmã de 10 e 12 anos já me chamam no masculino.

PESQUISADOR: Em relação a essa trajetória enquanto homem trans e qay, conte um pouco das suas vivências escolares.

Na relação escolar, estudei em escola pública e privada. No fundamental tinha estudo religioso, não podia nem falar em sala de aula. Você não podia tocar no assunto. A matéria religiosa só trabalhava só religião católica, na escola pública.

Na particular, tínhamos educação sexual que achava sensacional, mas a relação sexual era so para hetero e cis. So era ensinado homem e mulher se relacionar. Uma vez um aluno gay perguntou como se prevenir dois homens e o professor disse que essa pratica era como ir ao contrário da biblioteca.

Sempre me senti isolado, como esse aluno gay. Eu ficava mais isolado na biblioteca. Não tenho amigos e não tive durante ensino fundamental e infantil, foi ter amigos no SENAC.

Na publica eu sentia mais preconceito por parte dos professores. Na particular, senti mais isso de alunos.

Mudava muito de escola, não me senti confortável em nenhum ambiente.

Ensino médio foi mais tranquilo com as materiais de sociologia, antropologia e filosofia, a professora ensinava a se colocar no lugar do aluno. Ficou no ensino médio inteiro numa escola só. Foi na escola ramo Lopes. Os professores davam livros para incentivar todos os aspectos da cultura.

Na experiencia escolar, nunca houve um trabalho especifico sobre diversidade de gênero ou sexual, chegou a ter uma experiência de trabalho direcionado para

LGBT na faculdade, porém as falas foram hostis, como “esse tema não tem como dar zero”, fiz um trabalho sobre a mulher trans entrar na maria da penha. Não houve resistência por parte dos professores, mas dos alunos sim. O ambiente ficou pesado após isso, me senti isolado de novo. Deixei a faculdade pelo ambiente hostil e porque pesou no bolso.

PESQUISADOR: Em relação as que você se identifica, relacione-as com ambientes de trabalho.

Já tive experiencia de trabalho na receita federal, na época da transição. Quando me viam como uma mulher, tinha gente que me ajudava a fazer os trabalhos, um cara formado em direito, ganhava chocolate de quem eu atendia. Quando comecei a transição, ainda não era passável, recebi perguntas do tipo “como que é que você transa” – um contador me perguntou isso no balcão. Fiz uma reclamação dele, ficou banido e depois voltou e continuo fazendo, então, contei de novo pro chefe, e o chefe não fez nada. Pedi demissão porque teve uma situação de uma mulher “não sei como deixam uma coisa dessa ficar no atendimento” – fiquei arrasado nesse dia...Ela foi ate lá dentro reclamar de mim, por eu ser uma coisa. Fez a reclamação pro chefe, e meu chefe me chamou para perguntar. Então, o chefe disse que não posso discutir com contribuinte, eu deveria aceitar. Então pensei que não precisava aceitar aquilo. Foi um dos motivos de eu ter saído. Tinha um colega gay, e uma pessoa dizendo que deveria usar o banheiro de mulher. Decidi focar em estudar e sai. Era assedio que não acabava mais. Fiquei 4 anos na receita. Comecei a transição a partir do segundo ano

desse trabalho. Uma funcionaria lésbica que me levou para alterar meu nome, foi uma experiencia positiva.

A receita não permitiu que eu usasse meu nome social, foi na época que autorizasse o nome, mesmo já existindo a autorização para uso do nome social, fiz a primeira solicitação não aceitaram, tive que fazer outra solicitação citando as leis.

Agora mesmo com nome retificado, no cpf, meu nome civil, a escola não quer emitir o histórico escolar novo. Tem havido muito resistência

Já para tirar a reservista foi muito simples e fui muito bem tratado para tirar a reservista. Fiz a de dispensa.

PESQUISADOR: Poxa, tenso né? Quando o órgão público, mesmo com a Legislação para uso do nome social, não respeita nosso nome. Tive algumas questões também quando trabalha na educação estadual, com diretores que recusavam o uso do nome social para estudantes, mesmo, com autorização dos pais. Voltando para às questões educacionais, como se deu sua trajetória no SENAC SP?

JOÃO: Fui estudar por causa da minha avo, ela disse porque você não faz logística. Um negócio que achei legal do SENAC foi que o professor já falou no primeiro dia, para sala toda: “você vai no banheiro que você se sentir à vontade”. Fiz logística, e o curso de Bombeiro parou por causa da pandemia. Fiz também Marketing no Senac da Penha.

O curso de Logística foi presencial antes da pandemia. Minha sala era muito diversa, tinha, eu, trans, e um aluno deficiente.

Tinha gente que não sabia o que era deficiente, um dia ele faltou e o professor conversou com toda turma, o aluno tinha esquizofrenia.

Esse aluno falava sozinho e o pessoal zoava muito. O professor interviu, explicou o que era, e após essa intervenção, né? Eu senti que a classe ficou mais inclusiva. Não parou 100%, mas reduziu o impacto.

Na turma, o pessoal sabia que eu era trans. Eu não falava antes, mas depois de tudo que eu passei eu resolvi falar, já falei durante a apresentação, pois é uma parte de mim, da minha identidade.

PESQUISADOR: Diante de suas experiências escolares, você percebeu alguma diferença entre estudar no Senac SP e em outras escolas durante sua trajetória escolar? Comente sobre.

No Senac eu senti mais liberdade para ser eu mesmo. O professor tenta colocar no lugar do aluno, tenta intermediar. O professor já separou até briga, de uma mulher mais velha que se achava muito gostosa e zoava uma aluna gorda.
O professor mediou e trouxe a situação sobre o mundo trabalho. Eu me senti mais seguro, ainda mais pela questão de ir no banheiro que você quiser e isso ser dito já na primeira aula. Me sentia seguro e confortável para ir ao banheiro. Eu gosto de coisa fofa, e não deixava de usar no Senac, como já deixei de usar em outras escolas.
Bombeiro eu fiz presencial por um tempo, eu achava que ia ser pesado, mas tinha gente de mente fechada mas tinha gente de mente aberta. Tem um senhorzinho muito homofóbico, e fazia comentários horríveis “to doido pra ver a mulherada molhada durante o treinamento”. Mas teve um aluno que chamou a atenção desse cara. Mas o professor não interviu. Ele sabia que eu era trans, esse cara nojento, e um dia ele viu eu com outras meninas e disse ali so tem um grupo só de mulherzinha. Outras vezes foi ofensivo com outras pessoas trans.
Mas os professores são muito legais e muito respeitoso.
Professor ensinou inclusive, como fazer ressuscitação em quem tem seio e em quem não tem, para não ser ofensivo e sempre ter alguém perto olhando o que você tá fazendo, porque tem caras que tentam se aproveitar do momento.
Me sinto acolhido, foi o primeiro lugar que me fez sentir vontade de estar lá, tanto que eu já tô no terceiro curso e faria mais cursos, e, outra questão é a oportunidade de bolsa. Consegui bolsa em dois cursos.

JOÃO: Acho que escola tinha que ter psicólogo especialista em diversidade. Para entrar e conversar com a turma, por isso, auxiliaria no processo da escola ser melhor em acolhimento. Lembro de atividades envolvendo teatro e que seriam interessantes para conhecer a gente, se colocar no nosso lugar, acho que isso torna o ambiente melhor. Formaríamos não só bons profissionais, mas pessoas que estão pronto para tratar o outro com amor e respeito. Ademais, falar sobre gênero e sexualidade é importante em todas as áreas, eu comecei um curso, pela prefeitura, de Teatro né? E a professora, pediu para fazermos apresentação utilizando algum objeto de casa, eu peguei um estojo rosa, falei de mim e no final a professora fez uma fala pesada, dizendo que ainda bem que o estojo era da minha irmã por ser rosa....

Entrevista Lorena

Data de recebimento das questões respondidas: 22/06/2021

PESQUISADOR Idade, cor /raça, religião, região de residência atual em que reside (2011), escolaridade, profissão.

LORENA:

Nome: Lorena

Idade: 29 anos

Cor: Branca Religião: Umbandista

Cidade: Região Capital.

Escolaridade: Ensino Superior Completo

Profissão: Assessora de Imprensa

PESQUISADOR: em relação a sigla LGBTI+, com qual sigla você mais se identifica?

LORENA: T - Mulher Trans.

PESQUISADOR: Em relação a sigla LGBTI+ em que você se identifica, conte um pouco dessa trajetória envolvendo as relações familiares.

LORENA: Meus familiares nunca aceitaram, então tenho a vida minha e dos meus gatos, quando eu me assumi tive que sair de casa. Ignoravam um pouco eu ser trans então a vida me fez sair de casa e lutar minha luta.

PESQUISADOR: Em relação a sigla LGBTI+ em que você se identifica, conte um pouco dessa trajetória envolvendo as relações escolares.

LORENA: Eu tenho um pouco de receio e medo de relações escolares, foi um ambiente que sempre sofri muito desde criança. Até hoje sinto frio na barriga com adolescentes, imagina? Eu com os meus 29 anos sentindo medo de adolescente.

PESQUISADOR: Em relação a sigla LGBTI+ em que você se identifica, conte um pouco dessa trajetória envolvendo as relações de trabalho.

LORENA: No trabalho até que não tive tantos problemas, mas foi bem difícil arrumar emprego na minha área, demorei três anos após a faculdade, e naquilo, todo o dinheiro extra que entrava - pis, 13º, concurso no trabalho - eu realizava mais e mais cursos na esperança de entrar na minha área. Triste, mas deu certo. PESQUISADOR: Conte sua relação com o SENAC SP.

LORENA: O Senac foi uma decepção, além do curso ser inteiramente feito no youtube, porque o professor praticamente passava isso, me sentia em uma escola do ensino

fundamental. Errar horrível! Mas era para currículo, então fico feliz de ter feito e colocado lá, mas aprender, não aprendi nada.

PESQUISADOR: Diante de suas experiências escolares, você percebeu alguma diferença entre estudar no Senac SP e em outras escolas? Comente sobreengraçado

LORENA: Explane algum assunto que você considera relevante e que não foram contemplados com o roteiro de questões.

Acho que o Senac tem um nome ótimo, mas não aborda algumas questões, não é tão bom e não me senti confortável em nenhum momento do curso. Quando entramos somos tratados meio que “não ligamos, queremos dinheiro” e isso não é legal, há outras instituições melhores.